CAPA PROMOCIONAL

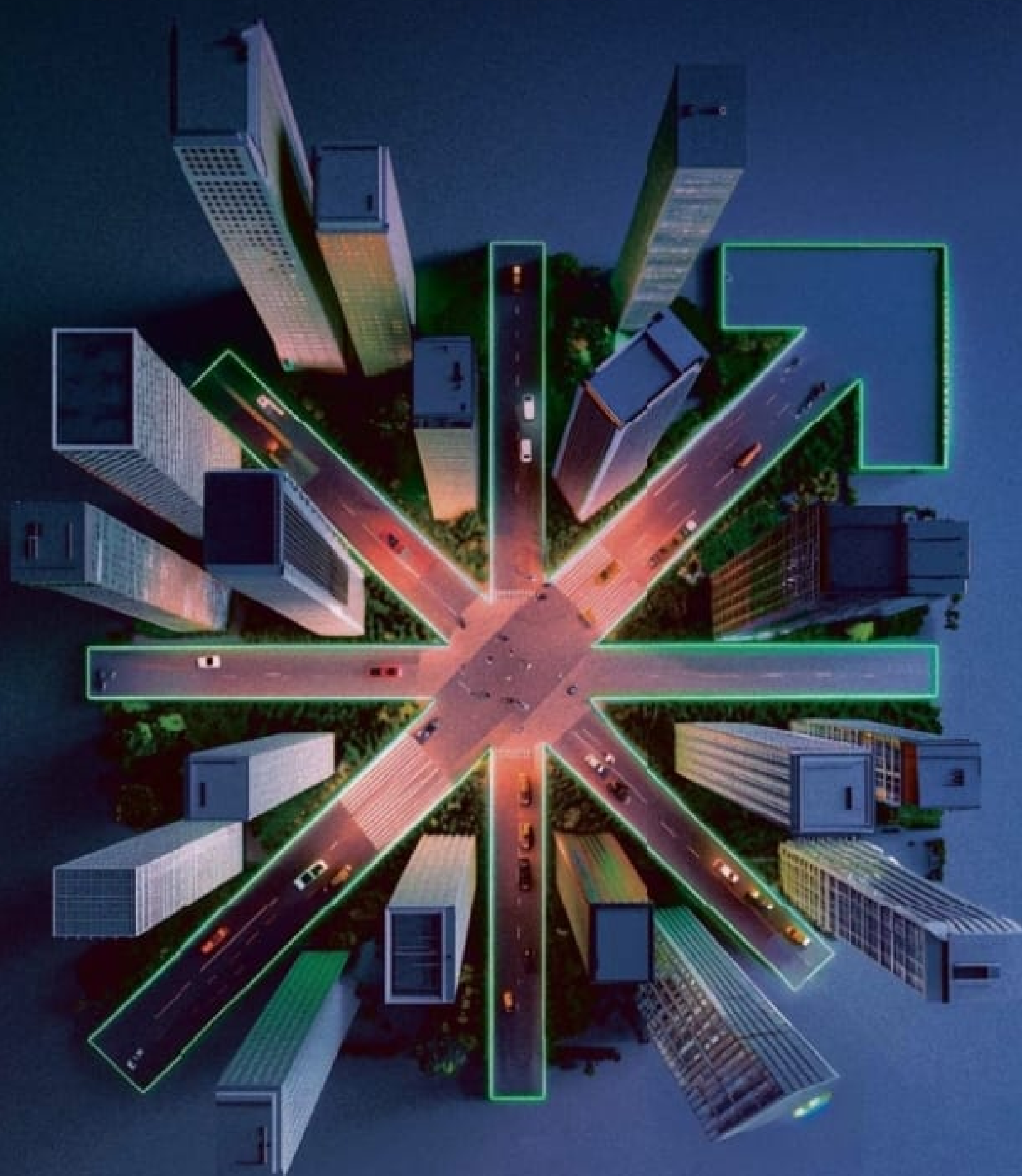
O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875 • JULIO MESQUITA (1862—1927)  150 ANOS Quarta-feira 21 de MAIO de 2025 • R$ 7,00 • Ano 146 • Nº 48063 || estadao.com.br

FEBRABAN TECH 2025

10, 11 e 12 de junho

Transamerica Expo Center - São Paulo/SP



O maior evento de **tecnologia e inovação** do setor financeiro

O FEBRABAN TECH 2025 vem ainda
maior e mais surpreendente

24 mil m²
de área construída

270
áreas de exposição

Mais de
200
painéis e workshops

10
auditórios

Mais de
500
painelistas

E experiências que vão além do conteúdo.

Mais espaço. Mais tendências. Mais negócios.

Tema central
A aceleração do Setor Financeiro na Era da Inteligência

10, 11 e 12 de junho
Transamerica Expo Center - São Paulo/SP

Inscreva-se
febrabantech.com



Painel de abertura

O futuro dos bancos: crescimento, competitividade e novos modelos de negócio

Os CEOs dos principais bancos brasileiros se reúnem para debater os rumos da economia nacional, as transformações do setor financeiro e os novos modelos de negócio que estão impulsionando o crescimento, a competitividade e a inovação no mercado.

ABERTURA



Luiz Carlos Trabuco
Presidente do Conselho Diretor da Febraban



Milton Maluhy Filho
CEO do Itaú Unibanco



Tarciana Medeiros
Presidenta do Banco do Brasil



Marcelo Noronha
CEO do Bradesco



Mario Leão
CEO do Santander Brasil



Carlos Vieira
Presidente da Caixa

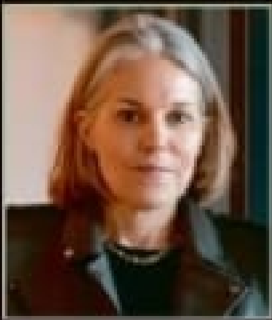


Roberto Sallouti
CEO do BTG Pactual

Com a participação do presidente da Febraban
Isaac Sidney

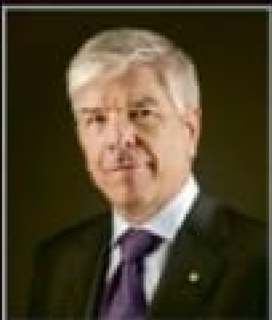


Keynote speakers confirmados



Elizabeth Bramson-Boudreau
CEO e publisher da MIT Technology Review. Referência mundial em tendências de tecnologia e inovação.

PAINEL
Tendências da tecnologia que impactam o mundo
11/6 – 10h



Paul Romer
Nobel de Economia e professor. Reconhecido por sua teoria que destaca o papel da inovação no desenvolvimento econômico.

PAINEL
Inovação, crescimento e o futuro da economia na Era da Inteligência
12/6 – 11h10

10, 11 e 12 de junho
Transamerica Expo Center - São Paulo/SP

Inscreva-se
febrabantech.com



Happy Hour

Atrações confirmadas



Frejat



Paula Lima



Os Paralamas do Sucesso

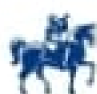


Inscreva-se
febrabantech.com





O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875 • JULIO MESQUITA (1862—1927)  150 ANOS Quarta-feira 21 de MAIO de 2025 • R$ 7,00 • Ano 146 • Nº 48063 || estadao.com.br



WESLEY SANTOS / AP

Um ano após inundação, Montenegro é assombrada pela gripe aviária

Na cidade gaúcha que em 2024 produziu 29 frangos para cada um de seus 64,3 mil habitantes, a gripe aviária virou pesadelo que precisa terminar logo: 'Nossa propriedade produz desde 1967 e nunca passamos por algo similar', disse o avicultor Leonardo Kunz. __B12

E&N Energia elétrica __ B1

Classe média deve pagar mais pela luz para isentar baixa renda

__ Governo prepara ampliação do alcance da tarifa social

Medida provisória em fase final de elaboração vai promover mudanças no setor elétrico. O projeto prevê a ampliação da tarifa social para isentar da conta de luz famílias de baixa renda que consomem até 80 kWh de energia por mês. Já as que consomem até 120 kWh mensais e têm renda per capita entre meio e um salário mínimo teriam um desconto. O governo estima que 60 milhões de pessoas devem ser beneficiadas. Os custos serão cobertos por encargos que incidem sobre as contas de luz residenciais e do pequeno comércio. O aumento é estimado em 1,4%. O programa é encarado pelo Planalto como agenda positiva em momento de desgaste pelas denúncias de fraudes no INSS.

Coluna do Estadão __ A2

Lula sob vaias aposta em 'pacote INSS'

Troca de fornecedor será possível em 2028

Até poder buscar fornecedores de energia mais barata, consumidor de classe média terá de arcar com conta maior. __B2

E&N Sistema bancário __ B5

PF investiga possível elo do empresário Nelson Tanure com o Master

Apuração foi pedida pelo Ministério Público Federal, que vê "indícios" de que o empresário seria o controlador da instituição. Oficialmente, o dono do banco – em situação financeira delicada – é Daniel Vorcaro.

Ação penal do golpe __ A8

STF torna réus 9 oficiais do Exército e 1 policial federal por trama golpista

Denúncia sustenta que grupo promoveu "ações táticas" para pressionar o comando do Exército a aderir a uma ruptura institucional.

Judiciário __ A11

CNJ proíbe Cortes de criar penduricalhos sem lei ou decisão judicial prévia

Resolução também veda criar e pagar novas benesses com efeito retroativo.

Novo ensino a distância __ A16

MEC permitirá semipresencial em engenharias e Veterinária

Regra vetou ensino remoto em Direito, Medicina, Fisioterapia, Psicologia e Enfermagem.

Notas e Informações __ A3

A enfática mensagem de Galípolo

Marcelo Godoy __ A9

A República em seu labirinto

Andrés Oppenheimer __ A14

A guerra pela América Latina

Roberto DaMatta __ C5

Ser chamado de ladrão

JHSF
SURPREENDENTE
FASANO
BELO HORIZONTE
www.fasano.com.br

Entrevista __ C1

'Quero ser o Roberto Carlos da comédia'

Paulo Vieira afirma que faz televisão "para ser amado por mães" porque "ninguém odeia o artista que a mãe ama".



FÁBIO ROCHA/GLOBO

Contraofensiva em Gaza __ A12

Reino Unido decide suspender diálogo comercial com Israel

Cirurgia bariátrica __ A20

CFM amplia indicação e reduz exigências a adolescentes

E&N Aviação __ B15

Justiça dos EUA aprova plano de recuperação da Gol

Passaporte mais difícil __ A19

Restrição da cidadania italiana a filhos e netos passa no Parlamento

Brasil tem 32 milhões de pessoas com ascendência italiana, segundo estimativas da embaixada no País.

Edição de hoje
4 CADERNOS – 60 páginas

Caderno A. Opinião, Política, Internacional, Metrópole, Saúde, Esportes, Para fechar... E&N. Destacar Economia & Negócios

C2. Cultura & Comportamento, A fundo

JC. Jornal do Carro

Tempo em SP
19° Mín. 24° Máx.

ISSN - 1516-293-1

ROSEANN KENNEDY
COM EDUARDO BARRETTO E IANDER PORCELLA
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
ESTADAO.COM.BR/POLITICA/COLUNA-DO-ESTADAO



Coluna do Estadão

Com Lula sob vaias, governo aposta em 'pacote INSS' de Motta para estancar sangria

Lideranças governistas no Congresso apostam todas as fichas no "pacote do INSS" anunciado pelo presidente da Câmara, Hugo Motta, para tentar estancar a sangria na popularidade do presidente Lula. O petista, que pretende concorrer à reeleição em 2026, vem sofrendo um desgaste atrás do outro desde o início do ano, e ontem foi alvo novamente de vaias em evento com prefeitos. Sondagens internas do Planalto mostram que, após escândalo do roubo dos aposentados e pensionistas, a avaliação negativa do governo voltou a piorar. Agora, a base aguarda, com certo grau de tensão, as pesquisas públicas. Enquanto isso, pressiona pela rápida aprovação de projetos, apresentados nas últimas semanas, para vedar descontos automáticos de sindicatos e associações.

● **ESTRATÉGIA.** Embora a medida seja inócua em relação ao que já foi debitado, a ideia é "mostrar ação" e dizer que ilegalidades não voltarão a ocorrer. O argumento será usado para tentar esvaziar a CPMI do INSS.

● **UNIÃO.** O setor produtivo do agronegócio lançou ontem um manifesto pedindo "de forma imediata" a atualização da Lei Geral do Licenciamento Ambiental. O documento, antecipado pela *Coluna*, diz que legislação atual gera burocracia excessiva, insegurança jurídica e entraves à iniciativa privada.

● **AVANÇO.** O novo marco foi aprovado ontem nas Comissões de Meio Ambiente e de Agricultura do Senado. **Confúcio Moura** (**MDB**) e Tereza Cristina (PP) fizeram, a quatro mãos, um relatório igual para passar rapidamente. O plenário deve votar hoje. O texto terá de voltar à Câmara, mas a expectativa da bancada do agro é concluir tudo em julho.

● **INVESTIDA.** Centenas de prefeitos aproveitam a 26ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios para defender a autorização de bets municipais. Atualmente, essas empresas só são autorizadas a operar nos âmbitos federal e estadual. Apesar disso, algumas cidades aprovaram leis para regulamentar as próprias loterias e o caso foi parar no STF.

● **CAIXA.** Pelo menos 237 gestores se inscreveram no I Encontro Nacional de Prefeitos em Prol das Loterias Municipais, promovido pela Associação Nacional das Loterias Municipais (Analome). Eles argumentam o potencial de aumento na arrecadação.

● **ATRASO.** Quatro meses após as bets começarem a operar legalmente, o Ministério da Saúde já arrecadou R$ 6,7 milhões, mas ainda não adotou medidas contra danos sociais das apostas. Procurada, a pasta disse que a regulamentação é "recente" e exige "estruturação cuidadosa das ações".

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales



Confúcio Moura,
senador (MDB-RO)

● **MALAS PRONTAS.** Ex-secretário de Política Agrícola do governo Lula, Neri Geller trocará o PP pelo Republicanos. O martelo foi batido ontem. Geller pretende concorrer a deputado federal e avaliou que ficaria sem espaço no atual partido, que anunciou federação com o União Brasil.

● **CONSELHEIRO.** O ex-ministro Alexandre Baldy, atual vice-presidente sênior da BYD para o Brasil, vai integrar o Comitê de Gestão do Lide - Grupo de Líderes Empresariais - e estará à frente do grupo temático de cidades. Ele substituirá Marco Vinholi a partir de 1º de junho.

VODCAST 'DOIS PONTOS' | Hoje sobre mulheres na política

RENAN ALVES/U360



Camila Rocha
Diretora Científica CCI/Cebrap

"Quando você pergunta às mulheres referências de políticas, as respostas mais frequentes não são de prefeitas ou deputadas, mas de primeiras-damas."

Carolina Althaller
Diretora do Instituto Update

"As cotas são falhas em muitos espaços. Além disso, é preciso também ter ações para que essas mulheres entrem e consigam permanecer na política."

e|investidor
ESTADÃO
e-book gratuito
ONDE *INVESTIR* EM 2025
Tudo o que você precisa saber para fazer o seu dinheiro render mais no próximo ano
Aponte a câmera do seu celular para o QR Code abaixo e confira!



QUARTA-FEIRA, 21 DE MAIO DE 2025

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

A3

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1884)
FRANCISCO RANGEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1969)
LUIZ CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

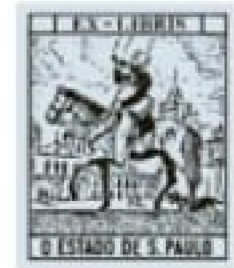
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
MEMBROS
MANOEL LEMOS DA SILVA
MARCELO PEREIRA MALTA DE ARAUJO
MARCO ANTONIO BOLOGNA
ROBERTO CRISSIUMA MESQUITA
TITO ENRIQUE DA SILVA NETO

DIRETOR PRESIDENTE
ERICK BRETAS
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCÂNTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARIANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

A enfática mensagem de Galípolo



Presidente do BC expõe preocupação com a política fiscal, minimiza recuo pontual de indicadores e descarta qualquer possibilidade de redução da taxa básica de juros no curto prazo

A ata do Comitê de Política Monetária (Copom), divulgada na semana passada, já havia deixado claro que a taxa básica de juros permanecerá em patamar elevado por muito tempo, mas o presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, deve ter tido seus motivos para repetir a mensagem de forma tão enfática nesta semana. Em evento realizado pelo Goldman Sachs, ele fez questão de dizer que um eventual corte na Selic nem sequer faz parte dos debates que ocorrem no Copom.

No documento, o Copom até havia mencionado sinais de uma "incipiente moderação" no crescimento econômico, mas as declarações de Galípolo evidenciaram que ainda falta muito para que esse cenário se consolide a ponto de ensejar uma redução dos juros. "A gente não devia nem se emocionar com um Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, indicador que mede o comportamento do emprego formal) muito mais fraco, nem com um dado da indústria específico um pouco mais forte: temos de reunir dados para confirmar uma tendência", afirmou.

Para o mercado financeiro, isso era até óbvio. Embora os analistas tenham ficado bastante divididos sobre o que ocorrerá na próxima reunião do Copom, em junho – de acordo com o *Projeções Broadcast*, de 41 casas consultadas, 21 preveem um novo aumento, de 0,25 ponto porcentual, para 15% ao ano, e 19 esperam que a Selic será mantida no atual patamar, de 14,75% ao ano –, ninguém acredita na possibilidade de que os juros possam cair. Na mais recente edição do boletim *Focus*, a mediana para o fim deste ano foi mantida em 14,75% pela terceira semana consecutiva.

Já para o governo Lula da Silva, os sinais incipientes de moderação mencionados pelo Banco Central são um problema a ser combatido. Como apurou o *Estadão/Broadcast*, já há um novo pacote em gestação com vistas à recuperação da popularidade do presidente, com propostas como o lançamento do novo Vale Gás, uma linha de crédito para entregadores por aplicativo e um programa que permite o uso da estrutura de hospitais particulares para cirurgias do Sistema Único de Saúde (SUS), entre outras medidas. Diante da repercussão da notícia, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, negou a existência do plano e disse apenas haver "medidas corriqueiras" da administração pública em discussão. "Não há demanda de espaço fiscal para projetos novos", disse Haddad.

Se assim for, melhor para todos, inclusive para o governo. O BC parece cada vez mais preocupado com o gasto público, a ponto de ter citado, na ata divulgada na semana passada, que acompanha não apenas a política fiscal corrente como também a futura na condução da política monetária apropriada para conduzir a inflação à meta. Isso ocorre porque, para o mercado, caso a economia desacelere, como quer a autoridade monetária, o governo não ficará parado – ao contrário, dará novos impulsos para que ela possa reagir de imediato. "Não é simples para o BC lidar com a incerteza sobre a função de reação fiscal", disse Galípolo.

A questão é que, mesmo com os juros no maior nível desde 2006, a economia parece inabalável. Entre os quatro maiores bancos do País, segundo o jornal *Valor*, o crédito aumentou 11,9% no primeiro trimestre ante o mesmo período do ano passado, isso porque o crédito consignado do trabalhador mal começou a operar. As vendas no varejo aumentaram pelo terceiro mês consecutivo e atingiram nível recorde, enquanto os serviços estão no segundo ponto mais alto da série histórica, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Prévia do Produto Interno Bruto (PIB), o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) subiu 1,3% no primeiro trimestre ante os três últimos meses do ano passado; o Monitor do PIB, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), indica um crescimento ainda maior para o período, de 1,6%.

Por maiores que sejam as incertezas no exterior em razão da guerra comercial de Donald Trump e dos conflitos internacionais, a realidade doméstica exige um juro mais restritivo por mais tempo, como disse Galípolo. O problema, como sempre, será convencer Lula sobre a parcela de responsabilidade de seu governo por esse cenário. ●

EAD não é bagunça

Ao anunciar novo marco regulatório da educação a distância, MEC põe um freio de arrumação na modalidade. Problemas de fundo persistem, mas pelo menos o País volta a ter o básico: regras

O presidente Lula da Silva editou por decreto o novo marco regulatório da educação a distância (EAD), pondo um freio de arrumação numa modalidade de ensino que, nos últimos anos, agravou o problema da má formação universitária no País. Em que pesem suas eventuais imperfeições, o decreto corrige falhas que foram se aprofundando desde 2017, quando a oferta de cursos por EAD passou a ter regras mais flexíveis. O avanço dessa modalidade tinha chegado a tal ponto que, nas instituições privadas, a maioria dos alunos passou a ser formada em cursos EAD, um patamar que se tornou especialmente perturbador na formação de professores e em cursos da área da saúde.

As novas regras que regulam a EAD definem três tipos de cursos: presencial, abrangendo aqueles que têm, no mínimo, 70% da carga horária total de atividades presenciais; semipresenciais, com 30% presenciais e 20% presenciais ou síncronas mediadas (aulas transmitidas ao vivo); e a distância, em que 10% da carga horária total é formada por atividades presenciais e 10% entre presenciais ou síncronas mediadas, ficando o restante ministrado remotamente. O decreto também determina que os cursos de Medicina, Direito, Odontologia, Psicologia e Enfermagem sejam 100% presenciais. Além disso, estabelece um limite de 70 alunos por turma em atividades síncronas mediadas e exige que todos os cursos a distância devem aplicar provas presenciais, feitas no câmpus da instituição ou em polos EAD. É um modo de cumprir o óbvio: evitar que cursos nessa modalidade se tornem meros caça-níqueis, com critérios pedagógicos questionáveis e qualidade duvidosa.

Diversas avaliações nacionais vêm demonstrando as disparidades de qualidade entre cursos EAD e presenciais. Em abril, o Inep divulgou resultados mais atualizados dos indicadores de qualidade do País, referentes a 2023, e apontou que apenas seis dos 692 cursos EAD conseguiram nota máxima no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). Entre os presenciais, a mesma avaliação foi alcançada por 492 cursos. A baixa qualidade e a alta incidência de cursos a distância, somadas, resultaram na prevalência de preconceito e discriminação contra a modalidade. Daí o problema ter se tornado, acertadamente, uma das prioridades da gestão do ministro Camilo Santana no Ministério da Educação (MEC).

Ao ministro e ao MEC, no entanto, convém o alerta: o passo seguinte ao decreto é trabalhar não só para o aperfeiçoamento dos cursos – a distância ou presenciais – como também para que não se demonize a modalidade, que para muitos brasileiros é a única opção de avançar nos estudos. Há muitas regiões, por exemplo, onde simplesmente faltam estabelecimentos de ensino, ou casos em que os alunos precisam escolher entre se locomover para estudar, com impactos de toda ordem em suas rotinas, sobretudo no trabalho, ou simplesmente estudar.

A EAD não é uma novidade que supostamente nasceu em 2017, com a flexibilização das regras. Começou no século 18 e ganhou grande impulso quando o selo de correio viabilizou o ensino por correspondência. No vertiginoso crescimento de dois séculos, foram muitos os aprendizados, que inclusive poderiam ter sido melhor aproveitados pelo País durante a pandemia. Não se pode ignorar ainda a incorporação imprescindível de novas soluções de aprendizagem, como a inteligência artificial e simulações 3D, entre outras, e acréscimos relevantes ao papel inquestionável dos professores em sala de aula. Algumas das melhores universidades do mundo, como Harvard, Oxford, Cambridge, Berkeley e MIT, adotam atividades online com excelência.

Demonizar a EAD, portanto, não é só contraproducente, mas uma demonstração de ignorância histórica. O que estava em curso Brasil era um problema de outra ordem: falta de regras que empurraram a modalidade para uma espécie de vale-tudo – isso, sim, gerador de mais preconceitos, discriminação e, sobretudo, má formação. A regulação recém-anunciada, por óbvio, não resolve todos os problemas na área da educação, mas com ela voltamos a ter o básico: regras. Afinal, EAD não é bagunça. ●

ESPAÇO ABERTO

A importância do 'habeas corpus'

Nicolau da Rocha **Cavalcanti**

No início do mês, noticiou-se que a Casa Branca estuda suspender o *habeas corpus* nos EUA, como medida da política anti-imigração de Donald Trump. Em outro contexto, mas com semelhante raiz autoritária, em dezembro de 1968, o Ato Institucional n.º 5 (AI-5) suspendeu no Brasil "a garantia de *habeas corpus*, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular". É incrível como se manifesta, em diferentes circunstâncias políticas, a mesma lógica do arbítrio: enxerga-se na proteção da liberdade – no *habeas corpus* que assegura limites ao poder estatal – um obstáculo a ser removido, sob pretexto de defesa do interesse nacional.

Fez bem, portanto, a Constituição de 1988 em estabelecer entre os direitos fundamentais a concessão de *habeas corpus* "sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder".

Essa garantia é elemento necessário do Estado Democrático de Direito. No entanto, mesmo que seja juridicamente inviável suspender o *habeas corpus* no Brasil, persistem e revivem ainda hoje algumas incompreensões sobre o *writ*, o que acaba por reduzir ou mesmo tolher sua eficácia.

> *Persistem e revivem ainda hoje algumas incompreensões sobre o 'writ', o que acaba por reduzir ou mesmo tolher sua eficácia*

Uma dessas incompreensões diz respeito à quantidade expressiva de *habeas corpus* impetrados. Recentemente foi interposto o milionésimo *habeas corpus* perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ). A metade desse número – 500 mil – chegou à Corte nos últimos seis anos. Houve quem tenha visto nesses dados um sintoma da banalização do instrumento, postulando restringi-lo.

De fato, o número impressiona, mas muitas são suas causas. O crescimento exponencial de *habeas corpus* está relacionado ao aumento da atividade repressiva seletiva e acriteriosa. Por exemplo, a maior fonte de matéria-prima para *habeas corpus* no STJ tem sido o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que resiste, com espantosa frequência, a seguir a jurisprudência das cortes superiores. O uso do remédio não é por capricho, mas por estrita necessidade.

Num cenário de violações sistemáticas de direitos fundamentais e de interpretações idiossincráticas da lei, o *habeas corpus* tem-se mostrado um instrumento simples, ágil e de fácil acesso – méritos para lá de significativos dentro de um sistema processual complexo, formalista e, não raro, demorado. E isso não é um fenômeno de hoje. Previsto em lei desde 1832 e, em sede constitucional, desde a primeira Carta republicana de 1891, o *habeas corpus* tem servido para combater diferentes formas de violência e de coação por ilegalidade ou abuso de poder, e não apenas prisões ilegais. Estabilizou-se, assim, não sem percalços ou resistências, uma concepção ampla do remédio constitucional, o que veio a desembocar na chamada doutrina brasileira do *habeas corpus*. "Não podem – diz o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Ferreira Mendes – razões formalistas sobre o manejo do *writ* prevalecer sobre o conteúdo dos direitos fundamentais que ele visa a proteger".

Há ainda uma dimensão do *habeas corpus* em geral não muito comentada, mas que agora, com o trabalho de pós-doutorado na USP do advogado e professor Alberto Zacharias Toron (*Racionalização e simplificação do sistema recursal: o habeas corpus*. Thomson Reuters, 2025), ganha novas luzes: seu caráter nomofilático, que é a função, típica das cortes superiores, de uniformização da interpretação das normas jurídicas.

"Por meio do *habeas corpus*, tem-se operado, em inúmeros casos, a correta interpretação do ordenamento jurídico numa autêntica 'dessubjetivação' ou 'abstrativização' das decisões", escreve Toron. Alguns exemplos de padrões interpretativos estabelecidos por meio de *habeas corpus*: a definição de justa causa para a ação penal por crime fiscal, os critérios para o reconhecimento fotográfico, as garantias contra buscas pessoais discriminatórias e os limites para a prisão preventiva de mães.

Eis aqui mais um aspecto da importância do *habeas corpus*. A "tramitação abreviada do *writ* – escrevem o ministro do STJ Marcelo Ribeiro Dantas e Thiago Motta – contribui para esse fenômeno, já que leva mais rapidamente aos tribunais superiores questões que, nas vias recursais extraordinárias (protocoladas na origem e ali submetidas a juízo prévio de admissibilidade), levariam ainda alguns anos em seu trajeto rumo à instância *ad quem*". Por ser um instrumento acessível e efetivo de limitação e de correção do poder – em especial, na tutela do devido processo legal –, o *habeas corpus* garante acesso rápido do próprio Judiciário às grandes questões que ele tem de resolver.

Ao julgarem os *habeas corpus*, além de apreciarem violações e ameaças de violação à liberdade – tarefa imprescindível –, as cortes superiores cumprem sua missão primária de orientar, a partir da realidade concreta brasileira, a aplicação da lei. É o exato oposto da crítica habitual, de que os *habeas corpus* as desviariam do seu papel institucional. Em vez de empecilho, eles são um pilar estruturante da Justiça. ●

ADVOGADO

FÓRUM DOS LEITORES

O Estado reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas.
Correspondência sem identificação (nome, RG, endereço e telefone) será desconsiderada ● **E-mail:** forum@estadao.com

Ensino superior

Novo marco do EAD

MEC veta ensino a distância em 5 carreiras e cria semipresencial (**Estadão**, 20/5). As mudanças no ensino a distância (EAD), ainda que tímidas, são bem-vindas num mundo em que o saber está mercantilizado. O EAD deveria ser uma exceção por princípio, uma vez que educar é estar junto. Como formação complementar para quem já tem uma graduação completa, pode ser funcional e útil. Porém, numa primeira formação, tornou-se apenas um caça-níqueis ou venda de diplomas, como queiram. Áreas relacionadas à Química, por exemplo, já estavam se manifestando no sentido de não reconhecer profissionais formados por EAD. Quiçá, agora, possamos nos concentrar mais na qualidade dos profissionais formados do que na quantidade de diplomas outorgados.

Adilson Roberto Gonçalves
Campinas

Universidades federais

Orçamento reduzido

Com verba restrita, federais cortam até gasto com gasolina (**Estadão**, 17/5, A21). O dinheiro para as universidades federais está acabando antes de os planejamentos previstos serem executados. Minha sugestão é: procurem os deputados federais das suas regiões e solicitem parte das emendas parlamentares.

Tania Tavares
São Paulo

Transparência

Documentos sob sigilo

Governo esconde há um ano documentos de transparência sobre obras, repasses e emendas (**Estadão**, 19/5). Assim como o Legislativo tem o seu orçamento secreto, agora o Executivo também tem o seu, com a restrição de acessos aos convênios firmados entre governo e ONGs.

Vital Romaneli Penha
Jacareí

Congresso Nacional

Mais deputados

Sobre o aumento do número de deputados federais e, consequentemente, estaduais, que está em discussão no Congresso, será que é isso mesmo que nós, eleitores, queremos? Por que precisamos de mais deputados brigando por interesses próprios, sem darem a mínima atenção ao que seu eleitorado quer?

Claudia Lebovits
São Paulo

Proporcionalidade

São sempre interessantes as contribuições de Bolívar Lamounier publicadas neste jornal. Entre outros aspectos da política brasileira, no artigo *Da arte de multiplicar embustes* (17/5, A4), com indiscutível autoridade ele menciona o problema da desproporcionalidade entre o número de deputados federais e as respectivas populações dos Estados. Essencialmente, essa desproporção é causada pelo que prescreve a Constituição federal, no parágrafo 1.º do artigo 45: o limite mínimo de 8 e o máximo de 70 representantes que cada unidade federativa pode ter na Câmara. Politicamente, talvez seja um problema difícil de ser resolvido, mas, na busca de maior igualdade para o sistema eleitoral usado no Brasil para eleger deputados e vereadores, essa dificuldade terá de ser superada. Como premissa básica de todo o processo, o número total de deputados federais deve ser mantido sempre, antes, durante e após os ajustes. Em primeiro lugar, então, é preciso revogar aquele parágrafo do artigo 45 da Constituição. Em seguida, os Estados que têm valores muito baixos para a relação *eleitores/vaga na Câmara* devem ceder vagas ali aos que têm valores muito altos para essa relação. Em 2022, a média nacional foi de 303.620 eleitores por vaga, com um desvio padrão de 22,9% dessa média. A meta seria um desvio padrão da ordem de meia dúzia de pontos porcentuais da média mencionada. Para isso, umas 40 vagas atuais deveriam ser transferidas para outros Estados. Eis um primeiro e imprescindível passo para que o sistema eleitoral brasileiro produza votações nominais com valores muito menos dispersos do que os que têm ocorrido para os deputados federais eleitos.

José M. Frings
São Paulo

Sociedade

Crianças de verdade

Sobre a reportagem *Bebê reborn, o parto de bonecas e polêmicas* (**Estadão**, 17/5, C6 e C7), esta história de trocar um bebê humano por um de silicone é a prova de como as pessoas estão adoecendo mentalmente dia após dia. Ao invés de *parir* um ser inanimado, essas pessoas deveriam buscar adotar uma criança de verdade entre as milhares que necessitam ser adotadas mundo afora. Estas, sim, precisam ser alimentadas, cuidadas e amadas. Espero que repensem seus valores.

Célia Maria Anderáos
São Paulo

Informe Publicitário

CARTA ABERTA - LEI GERAL DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL (PL 2159/21)

As entidades abaixo assinadas vêm expressar seu posicionamento acerca das discussões em torno da criação de um marco legal para o licenciamento ambiental brasileiro. Reforçamos nosso compromisso com o licenciamento ambiental como ferramenta essencial para assegurar que as atividades produtivas estejam alinhadas ao uso sustentável dos recursos naturais, à preservação ambiental para futuras gerações e à segurança pública. Por essa razão, rejeitamos propostas que busquem enfraquecer significativamente ou desestruturar este instrumento fundamental.

Entretanto, destacamos a necessidade urgente de **reestruturação e racionalização do licenciamento ambiental**, visando maior eficiência, previsibilidade, agilidade e imparcialidade técnica nas avaliações realizadas. É essencial eliminar o excesso burocrático, evitar sobreposições de competências institucionais e impedir que o licenciamento seja indevidamente utilizado como instrumento para resolver questões excedem o escopo dos impactos dos projetos.

A criação de um marco legal unificado, capaz de consolidar as diversas normas existentes e oferecer uma plataforma comum para todos os níveis federativos, é crucial para organizar adequadamente o processo, proporcionar segurança jurídica e evitar práticas excessivas e ineficientes que não contribuem para atingir os objetivos ambientais desejados.

Uma **Lei Geral de Licenciamento Ambiental** precisa garantir elementos fundamentais como a adequação das exigências e tipos de licenciamento (declaratório, simplificado ou tradicional) às características específicas e ao potencial impacto dos empreendimentos, assegurar a autonomia dos órgãos ambientais responsáveis, vincular condicionantes ambientais diretamente aos impactos constatados nos estudos técnicos, promover a integração e otimização dos processos de licenciamento para empreendimentos semelhantes, e priorizar etapas iniciais e de monitoramento.

Além das diretrizes gerais, é necessário um reordenamento administrativo que estabeleça uma distribuição mais equilibrada das responsabilidades e prazos entre os setores público e privado. Isso envolve definir prazos máximos claros, razoáveis e previsíveis para a emissão das decisões finais pelos órgãos ambientais, unificar requisitos técnicos e uniformizar os prazos de validade das licenças emitidas.

Defendemos também a existência de regras transparentes, com definições e critérios objetivos que agilizem e tornem previsível o licenciamento ambiental para quaisquer tipos de atividades e empreendimentos, **conforme estabelecido na Lei Complementar 140 de 2011**. Ressaltamos especialmente a importância de critérios claros sobre o porte e potencial poluidor dos projetos, garantindo um equilíbrio federativo justo entre União, estados, municípios e Distrito Federal no processo de licenciamento.

Dessa forma, **manifestamos nosso total apoio ao relatório unificado apresentado pelos senadores Tereza Cristina e Confúcio Moura ao PL 2159/2021**, entendendo que o conteúdo proposto corresponde plenamente às expectativas da sociedade brasileira no sentido de aperfeiçoar e modernizar o licenciamento ambiental.

Por fim, reiteramos nosso pedido ao Excelentíssimo Presidente do Senado Federal, Senador Davi Alcolumbre, **para que a matéria seja apreciada com celeridade em plenário**, considerando a maturidade do texto construído e a urgência que o tema requer.

20/05/2025

ESSE É O POSICIONAMENTO DAS ENTIDADES ABAIXO SUBSCRITAS À PRESENTE MANIFESTAÇÃO:

1. **ABBA** – Associação Brasileira Da Batata
2. **ABAG** – Associação Brasileira do Agronegócio
3. **ABAQUE** – Associação Brasileira de Armazenamento e Qualidade de Energia
4. **ABBA** – Associação Brasileira da Batata
5. **ABCC** – Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado
6. **ABCSE** – Associação Brasileira de Engenharia Industrial
7. **ABCZ** – Associação Brasileira de Criadores de Zebu
8. **ABCS** – Associação Brasileira dos Criadores de Suínos
9. **ABEEÓLICA** – Associação Brasileira de Energia Eólica
10. **ABEGÁS** – Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado
11. **ABEMI** – Associação Brasileira de Engenharia Industrial
12. **ABEN** – Associação Brasileira de Energia Nuclear
13. **ABGRAV** – Associação Brasileira de Geração Renovável
14. **ABIA** – Associação Brasileira da Indústria de Alimentos
15. **ABIAPE** – Associação Brasileira dos Investidos em Autoprodução de Energia
16. **ABIC** – Associação Brasileira da Indústria de Café
17. **ABIEC** – Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne
18. **ABIFUMO** – Associação Brasileira da Indústria do Fumo
19. **ABINEE** – Associação Brasileira da Industria Elétrica e Eletrônica
20. **ABIHV** – Associação Brasileira da Indústria do Hidrogênio Verde
21. **ABIOVE** – Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais
22. **ABIPESCA** – Associação Brasileira das Indústrias de Pescados
23. **ABISOLO** – Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal
24. **ABPIP** – Associação dos Produtores Independentes de Petróleo e Gás
25. **ABLAV** – Associação Brasileira de Laticínios
26. **ABPA** – Associação Brasileira de Proteína Animal
27. **ABRABOR** – Associação Brasileira de Produtores e Beneficiadores de Borracha Natural
28. **ABRACEEL** – Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia
29. **ABRADEE** – Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica
30. **ABRADEMP** – Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia de Menor Porte
31. **ABRAFRIGO** – Associação Brasileira de Frigoríficos
32. **ABRAFRUTAS** – Associação Brasileira dos Produtores Exportadores de Frutas e Derivados
33. **ABRAGE** – Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica
34. **ABRAGET** – Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas
35. **ABRAMILHO** – Associação Brasileira dos Produtores de Milho
36. **ABRAPCH** – Associação Brasileira de PCH e CGH
37. **ABRAPA** – Associação Brasileira dos Produtores de Algodão
38. **ABRASEM** – Associação Brasileira de Sementes e Mudas
39. **ABRASS** – Associação Brasileira dos Produtores de Sementes de Soja
40. **ABRATE** – Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia Elétrica
41. **ABREN** – Associação Brasileira de Energia de Resíduos
42. **ABSOLAR** – Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica
43. **ACRIMAT** – Associação dos Criadores de Mato Grosso
44. **ADELAT** – Associação de Distribuidoras de Energia Elétrica Latino-Americanas
45. **ADIAL** – Associação Pró-Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás
46. **ADUGO** – Associação dos Desenvolvedores Urbanos do Estado de Goiás
47. **AELO** – Associação das Empresas de Loteamento e Desenvolvimento Urbano
48. **AENDA** – Associação Nacional das Empresas de Produtos Fitossanitários
49. **AMA BRASIL** – Associação dos Misturadores de Adubos do Brasil
50. **AMPA** – Associação Matogrossense dos Produtores de Algodão
51. **ANACE** – Associação Nacional dos Consumidores de Energia
52. **ANAPA** – Associação Nacional dos Produtores de Alho
53. **ANDAV** – Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários
54. **ANE** – Academia Nacional de Engenharia
55. **ANEOR** – Associação Nacional das Empresas de Obras Rodoviárias
56. **ANTF** – Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários
57. **AIPC** – Associação Nacional das Indústrias Processadoras de Cacau
58. **APINE** – Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica
59. **APROSMAT** – Associação dos Produtores de Sementes de Mato Grosso
60. **APROSOJA BRASIL** – Associação Brasileira dos Produtores de Soja
61. **APROSOJA MS** – Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso do Sul
62. **APROSOJA MT** – Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso
63. **BIOENERGIA BRASIL** – Bioenergia Brasil
64. **BIOSUL** – Associação de Produtores de Bioenergia de Mato Grosso do Sul
65. **CBIC** – Câmara Brasileira da Indústria da Construção
66. **CECAFÉ** – Conselho dos Exportadores de Café do Brasil
67. **CITRUS BR** – Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos
68. **CNA** – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
69. **CNI** – Confederação Nacional da Indústria - CNI - Sistema Indústria
70. **CROPLIFE BRASIL** – CropLife Brasil
71. **COGEN** – Associação da Indústria de Cogeração de Energia
72. **FAESP** – Federação da Agricultura do Estado de São Paulo
73. **FAMASUL** – Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul
74. **FAMATO** – Federação da Agricultura e Pecuária do Mato Grosso
75. **FEPLANA** – Federação dos Plantadores de Cana do Brasil
76. **FENSEG** – Federação Nacional de Seguros Gerais
77. **FIESP** – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
78. **FIEMT** – Federação das Indúsirias do Esiado de Mato Grosso
79. **FIRJAN** – Federação das Indúsirias do Esiado do Rio de Janeiro
80. **FMASE** – Fórum de Meio Ambiente e Susientabilidade de Meio Ambiente do Setor Elétrico
81. **IBRAM** – Instituto Brasileiro de Mineração
82. **IBP** – Instituto Brasileiro do Petróleo e Gás
83. **MOVEINFRA** – Associação de Investidores em Infraestrutura Multissetorial
84. **OCB** – Organização das Cooperativas Brasileiras
85. **ORPLANA** – Organização de Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil
86. **SECOVI/SP** – Sindicato dos Condôminos e Imobiliários de São Paulo
87. **SECOVI/GO** – Sindicato dos Condôminos e Imobiliários de Goiás
88. **SINDAG** – Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola
89. **SINDAN** – Sindicato Nacional da Indústria de Produtos Para Saúde Animal
90. **SINDICERV** – Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja
91. **SINDIRAÇÕES** – Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal
92. **SINDIVEG** – Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal
93. **SRB** – Sociedade Rural Brasileira
94. **SUCOS BR** – Associação Brasileira das Indúsirias de Suco Integral
95. **UNEM** – União Nacional do Etanol de Milho
96. **UTCAL** – Utilities Telecom & Technology Council América Latina
97. **VIVA LÁCTEOS** – Associação Brasileira de Laticínios
98. **WEC** – World Energy Council



ESPAÇO ABERTO

A nova lei do licenciamento ambiental

Tereza Cristina

Por mais de duas décadas, o Brasil adiou uma decisão fundamental para seu desenvolvimento: aprovar uma lei moderna, equilibrada e funcional para o licenciamento ambiental. Agora, com o avanço do projeto no Senado, temos a chance de finalmente ordenar um processo ainda bloqueado pela insegurança jurídica, pela morosidade e por contradições normativas que prejudicam tanto a proteção ambiental quanto o interesse público.

É importante deixar bem claro: a proposta não enfraquece o licenciamento. Muito pelo contrário. Ela reafirma o compromisso com o rigor ambiental, ao manter exigências severas para atividades de alto impacto e até ampliar penas para quem desrespeitar a legislação. O que está em jogo é a racionalização do processo, que hoje é caótico e ineficiente. Ao tentar licenciar um projeto, sobrepõem-se prazos que se arrastam por anos, pareceres conflitantes entre esferas diferentes do poder público e uma burocracia que desestimula investimentos, inclusive em infraestrutura essencial.

Desde 2011, com a aprovação da Lei Complementar 140, o Brasil já definiu o que deve ser licenciado e por quem. O que se discute agora é como fazer isso com mais clareza, eficiência e justiça. O atual "cipoal normativo" – com regras sobrepostas entre União, Estados e municípios – trava iniciativas importantes, gera litígios desnecessários e desestimula empreendimentos que poderiam melhorar a vida das pessoas sem causar danos ao meio ambiente. A nova lei pretende corrigir isso.

Ao contrário das narrativas alarmistas, a lei não representa uma "liberação geral". Ela mantém a exigência de estudos de impacto ambiental, audiências públicas e avaliação rigorosa para empreendimentos com impactos significativos. O que muda é o tratamento de atividades de baixo e médio impacto, que passam a ter procedimentos mais ágeis, como as Licenças por Adesão e Compromisso (LACs), já utilizadas com sucesso por diversos Estados – cuja constitucionalidade já foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Não há, em hipótese alguma, autolicenciamento previsto no projeto. Não estamos abrindo brechas para ilegalidades; estamos organizando um sistema que hoje funciona, muitas vezes, na base da improvisação.

> *A aprovação do projeto é uma escolha pelo bom senso, pela sustentabilidade e pela dignidade de milhões de brasileiros. O País não pode mais esperar*

O licenciamento ambiental também é uma questão urbana e social. Em muitas cidades brasileiras, obras fundamentais como redes de saneamento, tratamento de esgoto, gestão de resíduos, iluminação e mobilidade urbana estão paralisadas porque não conseguem obter licenças em tempo razoável. Isso afeta principalmente a população mais pobre, que convive com esgoto a céu aberto, com lixões e com a falta de infraestrutura básica. O resultado é perverso: deixamos milhões de brasileiros desatendidos por serviços básicos em razão de entraves que não significam maior proteção ao meio ambiente – apenas ineficiência.

É importante frisar que, no campo, o regramento ambiental brasileiro já é um dos mais rigorosos do mundo. O Código Florestal, aprovado em 2012, segue em vigor e não é alterado por esta lei. As regras sobre áreas de preservação permanente, reserva legal, uso do solo e recomposição florestal continuam valendo. Não há qualquer liberação para desmatamentos ou práticas predatórias. O projeto atual apenas busca racionalizar a atuação do poder público sem abrir mão dos princípios de prevenção e precaução.

Dizer que a nova lei é um retrocesso é ignorar a realidade dos últimos 20 anos. Nesse período, o Brasil viveu tragédias ambientais, perdas humanas e degradações severas. Na ausência de uma lei clara, esses acontecimentos não puderam ser evitados. Mariana, Brumadinho e tantos outros episódios nos mostraram que a falta de regras organizadas não impede desastres – ao contrário, dificulta a fiscalização, enfraquece a responsabilização e atrasa medidas corretivas. A verdade é que o atual modelo não funciona. Deixar tudo como está é o verdadeiro retrocesso.

Isso não significa abrir mão da fiscalização. Pelo contrário: ela precisa ser reforçada, com investimento em órgãos de controle e capacitação técnica para lidar com os desafios crescentes impostos pelas mudanças climáticas. Fiscalizar bem exige regras objetivas, procedimentos definidos e instituições fortalecidas.

A nova lei traz justamente isso: prevenção, transparência, prazos definidos, segurança jurídica e equilíbrio entre desenvolvimento e preservação, garantindo participação popular e controle social. Não se trata de escolher entre produzir ou preservar, mas sim de encontrar o caminho do desenvolvimento sustentável. O Brasil tem condições de ser líder mundial em produção sustentável – e para isso precisa de um arcabouço legal moderno, coerente e funcional.

É possível – e necessário – proteger o meio ambiente com inteligência e responsabilidade, sem travar o País. A aprovação do projeto de licenciamento ambiental é uma escolha pelo bom senso, pela sustentabilidade e pela dignidade de milhões de brasileiros. O Brasil não pode mais esperar. ●

É SENADORA (PP-MS) E ENGENHEIRA AGRÔNOMA

TEMA DO DIA

PREFEITURA DE OLÍMPIA



Jogos liberados

Prefeitura de Olímpia sanciona lei que permite cassinos nos resorts da cidade

Olímpia tem dois grandes parques e muitos hotéis. A prefeitura sancionou uma lei que permite a instalação de cassinos em resorts da cidade. Especialista aponta que a lei é inconstitucional por invadir competência da União. ●

2.025 Interações

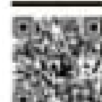
Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

● "A lei é inconstitucional. Mas cassinos físicos são menos danosos que as bets."
LUIZA MARTINS

● "Cassinos e bets: poucos ganham muito e muitos perdem o pouco que tem."
GUSTAVO CARVA

● "Encontraram alguma brecha. O 'Tigrinho' das bets pode e cassino não?"
DENIS SALVADOR

● "Melhor que as bets online. Se for um hotel-cassino, pelo menos há geração de emprego para o Estado e para a cidade."
LUIZ BRAZ



NAS REDES SOCIAIS
Veja outros destaques e participe das discussões no Link da Bio do Instagram do Estadão.
https://bit.ly/LDBEstadao

Siga o @Estadao nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS

FRF



Futebol



Conheça Samir Xaud, o futuro presidente da CBF. ●
https://bit.ly/4jcHBvw

Conta de luz



Governo vai cobrar mais da classe média. ●
https://bit.ly/43MjvCj

Newsletter



Receba conteúdos do 'New York Times' no e-mail. ●
https://bit.ly/3K6DaB3

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 – CEP: 02598-900 – São Paulo - SP ● (11) 3856-2122 ● **Fax:** (11) 3856-2940 ● **E-Mail:** forum@estadao.com ● **Central do assinante:** Capital e regiões metropolitanas: 4003-5323 ● Demais Localidades: 0800-014-77-20 ● https://meu.estadao.com.br/fale-conosco ● **Central ao leitor:** (11) 3856-2122 ● falecom.estado@estadao.com classificados por telefone: (11) 3855-2001 **Preços venda avulsa: SP:** R$ 7,00 (segunda a sábado) e R$ 9,00 (domingo). **RJ, MG, PR, SC E DF:** R$ 7,50 (segunda a sábado) e R$ 10,00 (domingo). **ES, RS, GO, MT E MS:** R$ 9,50 (segunda a sábado) e R$ 11,50 (domingo). **BA, SE, PE, TO E AL:** R$ 10,50 (segunda a sábado) e R$ 12,50 (domingo). **AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC E RO:** R$ 11,00 (segunda a sábado) e R$13,00 (domingo) ● **Vendas de assinaturas:** 0800-014-9000 ● **Whatsapp:** (11) 99248-2333 ● **Vendas corporativas:** (11) 3856-2524 ● **Agências de publicidade:** (11) 3856-2531 ● cia@estadao.com



ESTADÃO



SUMMIT MOBILIDADE

28 DE MAIO DAS 8H30 ÀS 18H
Teatro Bravos

Soluções e desafios do futuro da mobilidade no Brasil

INDÚSTRIA AUTOMOTIVA | INFRAESTRUTURA | MOBILIDADE URBANA

KEYNOTE SPEAKER



HENRY JOSEPH JUNIOR
Diretor de Sustentabilidade e de Parcerias Estratégicas e Institucionais da Anfavea

PRESENÇAS CONFIRMADAS



BRUNO ROSSINI
Diretor de Comunicação da 99



CLAUDE DOMINGUES PADILHA
Diretor comercial da Arrow Mobility



FERNANDO QUINTAS
CEO da CS Infra e da Ciclus Ambiental



JAIME JURASZEK
CEO da Concessionária Linha Universidade



MARCELO GALLÃO
Diretor de Desenvolvimento de Negócios da Scania Operações Comerciais Brasil



RENATA FALZONI
Vereadora e presidente da Subcomissão de Regulamentação do Mototáxi na Câmara Municipal de São Paulo

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES



Realização:





Parceria:







Restaurante oficial:



Apoio:



Patrocínio:



Ação penal do golpe

STF torna réus 9 oficiais do Exército e 1 policial federal por trama golpista

Segundo a PGR, os denunciados do ‘núcleo de ações coercitivas’ atuaram para pressionar o Alto-Comando da Força Terrestre a aderir a uma ruptura institucional

RAYSSA MOTTA



GUSTAVO MORENO/STF

Sessão da Primeira Turma do Supremo; julgamento analisou denúncia contra 12 acusados do núcleo 3

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) recebeu ontem a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra dez dos 12 acusados do “núcleo de ações coercitivas” (núcleo 3) do plano de golpe de Estado para manter o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) no poder após a derrota na eleição de 2022. A decisão foi unânime. Os ministros Alexandre de Moraes (relator), Flávio Dino, Luiz Fux, Cármen Lúcia e Cristiano Zanin votaram para tornar réus os dez denunciados.

Com a decisão, o grupo vai responder a um processo penal por cinco crimes – organização criminosa armada, golpe de Estado, tentativa de abolição violenta do estado democrático de direito, deterioração de patrimônio tombado e dano qualificado contra o patrimônio da União. Os dez réus – nove oficiais do Exército e um policial federal – eram responsáveis, segundo a PGR, por “ações coercitivas” na trama golpista.

> ***“As Forças Armadas não são um poder moderador. Em um estado democrático de direito, após as eleições, as Forças Armadas não têm que decidir nada. Quem perde eleição em uma democracia vai para casa, vira oposição e tenta voltar quatro anos depois. Esse é o regime democrático”***
>
> **Alexandre de Moraes**
> Ministro do Supremo e relator do caso

A denúncia afirma que eles promoveram “ações táticas” para pressionar o Alto-Comando do Exército a aderir a uma ruptura institucional, como a Carta ao Comandante do Exército de Oficiais Superiores da Ativa do Exército Brasileiro, manifesto divulgado após o segundo turno do pleito de 2022 com críticas ao Judiciário e referências à “insegurança jurídica e instabilidade política e social no País”.

Ainda segundo a PGR, os militares empreenderam “ações de campo” para o “monitoramento e neutralização de autoridades” no fim de 2022, incluindo Moraes e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como o Plano Punhal Verde e Amarelo, a Operação Copa 2022 e a Operação Luneta.

Vão responder a processo Bernardo Romão Correa Netto, coronel do Exército; Estevam Theóphilo, general do Exército; Fabrício Moreira de Bastos, coronel do Exército; Hélio Ferreira Lima, coronel do Exército; Márcio Nunes de Resende Júnior, coronel do Exército; Rafael Martins de Oliveira, tenente-coronel do Exército; Rodrigo Bezerra de Azevedo, tenente-coronel do Exército; Ronald Ferreira de Araújo Júnior, tenente-coronel do Exército; Sérgio Ricardo Cavaliere de Medeiros, coronel do Exército; e Wladimir Matos Soares, policial federal.

O tenente-coronel Cleverson Ney Magalhães e o general Nilton Diniz Rodrigues, também denunciados no “núcleo 3”, foram poupados do processo criminal. Os ministros entenderam que não há indícios mínimos contra eles.

Em relação aos demais, o colegiado afirmou que há elementos suficientes para receber a denúncia e abrir um processo criminal. Nesta fase não há juízo de valor sobre as acusações. O julgamento do mérito do processo só ocorrerá após a chamada instrução da ação – etapa em que são ouvidas testemunhas e podem ser produzidas novas provas.

A Primeira Turma já recebeu as denúncias contra o “núcleo crucial”, o “núcleo de gerência” e o “núcleo de desinformação” do golpe. Falta apenas a análise das acusações contra o empresário Paulo Figueiredo Filho, que será votada em separado porque ele mora fora do País. Até agora, 31 dos 34 denunciados pela PGR viraram réus, incluindo o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

DELAÇÃO. Uma das estratégias das defesas foi tentar usar a delação do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens da Presidência, a favor dos acusados. Em sua colaboração, Cid tratou como “conversa de bar” a reunião dos militares das Forças Especiais do Exército, os “kids pretos”, em novembro de 2022, em que, segundo a PGR, os oficiais denunciados começaram a traçar estratégias para pressionar o Alto-Comando do Exército a apoiar o plano de golpe (*mais informações nesta página*).

A subprocuradora da República Cláudia Sampaio Marques, que falou em nome da PGR, por sua vez, defendeu o recebimento integral da denúncia. Ela argumentou que os denunciados “exerceram relevante papel na execução das estratégias de ruptura do regime democrático”. “Tudo foi previsto nos seus mínimos detalhes”, disse ela.

REAÇÃO. Moraes afirmou em seu voto que os oficiais não acreditavam que as instituições reagiriam à altura para impedir um golpe. E criticou a tentativa de intervenção de uma ala das Forças Armadas nas eleições sob a justificativa de resolver uma “crise institucional”. “As Forças Armadas não são um poder moderador. Em um estado democrático de direito, após as eleições, as Forças Armadas não têm que decidir nada. Quem perde eleição em uma democracia vai para casa, vira oposição e tenta voltar quatro anos depois. Esse é o regime democrático.”

Moraes ainda rebateu as defesas, que alegaram que as acusações não foram individualizadas, e justificou que a denúncia deveria ser analisada no contexto de uma atuação conjunta dos militares com os outros núcleos descritos pela PGR, especialmente o “núcleo crucial”. Bolsonaro foi acusado de integrar o grupo.

‘KIDS PRETOS’. O relator afirmou que mensagens recuperadas na investigação comprovam que a finalidade da reunião dos “kids pretos” era alinhar estratégias de pressão a superiores hierárquicos. Moraes leu no plenário trechos de conversas. “Se fosse para tomar cerveja com os amigos, não haveria necessidade de excluir mensagens. Não era uma conversa de bar para jogar conversa fora. Na verdade, era para jogar a democracia fora.”

Dino chamou atenção para a gravidade do envolvimento de integrantes das Forças Armadas nas articulações golpistas. “O que distingue as Forças Armadas de um bando? A hierarquia e a disciplina. Forças Armadas sem hierarquia e disciplina são uma ameaça ao estado democrático de direito.” Cármen Lúcia apontou “uma organização com largo período de preparação, de início de execução, para a prática de atos que atentaram contra os bens democráticos”.

‘DE BAIXO PARA CIMA’. Fux afirmou que, nesta fase, as suspeitas são suficientes para dar início ao processo, mas disse que há lacunas que precisam ser comprovadas na instrução da ação penal. “Essa questão de pressionar de baixo para cima é que nós vamos verificar até que ponto essa capacidade de persuasão ocorreu.”

Zanin, presidente da Primeira Turma, também fez a ressalva de que, por ora, não há “juízo de culpa”. “Evidentemente que, ao longo da instrução, vamos ter que analisar detalhadamente as provas que serão produzidas”, disse o ministro. ●

Defesas citam delação de Cid e negam pressão sobre Alto-Comando

A estratégia das defesas dos denunciados do “núcleo de ações coercitivas” incluiu a tentativa de usar a delação do tenente-coronel Mauro Cid a favor dos acusados. O ex-ajudante de ordens da Presidência tratou como “conversa de bar” a reunião de 2022 em que, segundo a Procuradoria-Geral da República, os oficiais discutiram como pressionar a cúpula do Exército para apoiar o golpe.

“Se a delação é válida para acusar, ela é válida para defender”, disse o advogado Ruyter de Miranda Barcelos, que defende o coronel Bernardo Romão Correa Netto. As defesas trataram o encontro como uma “confraternização”, e não como uma reunião sobre “ações táticas”.

O advogado Marcelo César Cordeiro, que falou em nome do coronel Fabrício Moreira de Bastos, questionou a acusação de que oficiais de menor patente se uniram para pressionar superiores hierárquicos. “Imaginem se é possível que um grupo pequeno de coronéis vai se reunir, fazer uma carta, para influenciar general quatro estrelas. Não é crível isso. Isso é impossível de acontecer em uma caserna.”

O policial federal Wladimir Matos Soares é o único denunciado do núcleo 3 que não faz parte dos quadros do Exército. Em conversas recuperadas pela PF, Soares fala em “matar meio mundo”. O advogado do policial, Ramon Gomez Júnior, alegou que não há provas cabais do envolvimento de seu cliente com os militares. ● R.M.



Marcelo Godoy *email: marcelo.godoy@estadao.com; twitter: @MarceloGodoy000*

A República em seu labirinto

"Se dissemos que não há inocentes na política, isso se aplica mais aos juízes do que aos condenados", assim Merleau-Ponty tratou a confissão de Nikolai Bukharin no julgamento de Moscou, o terceiro do Grande Terror. O depoimento do dirigente bolchevique foi o ponto alto do processo. Descrito por Lenin em seu testamento como "o preferido do partido", Bukharin confessou o que lhe atribuíam. Queria salvar a pele de sua mulher, Anna Larina, e do filho do casal. Mas, para surpresa de todos, negou a acusação de ter tramado a morte de Lenin. Mesmo assim, foi condenado e executado com os demais réus. A engrenagem que se moveu em Moscou naqueles anos está no centro de *Humanismo e Terror*, de Merleau-Ponty.

Diante do gigantismo do espetáculo que se começou a encenar em Brasília, é possível relembrar o filósofo francês. Cada vez que Alexandre de Moraes interpelava o general Marco Antonio Freire Gomes, o magistrado despertava na audiência a impressão de estar diante de um Andrei Vichinski, o implacável acusador de Bukharin. Mas, se é verdade que os juízes não são inocentes na política, os acusados – e as testemunhas – também não são. É o que, no fim, mostrou o depoimento do general.

Ao sentar-se como testemunha de acusação em um processo sobre uma tentativa de golpe de Estado depois de ter comandado o Exército, o general parecia encenar o fim de uma época, como o Bolívar descrito por Gabriel García Márquez em *O General em seu Labirinto*. Ao publicá-lo, o escritor foi acusado de desnudar o general, de apresentá-lo humano demais, enquanto viajava pelo Rio Magdalena, recolhendo os passos de sua vida. Não só de sua carreira Freire Gomes tratou ao sentar-se diante de Moraes. Fez mais; sem querer, visitou a história da República.

> *O general parece sepultar com seu depoimento toda uma época de golpes, rebeliões e ditaduras*

A cada momento em que o general reafirmou o que dissera em depoimento à PF, desnudando a ação de Bolsonaro ao buscar envolver o Exército na trama golpista, toda uma época republicana parecia se fechar em uma viagem até Santa Marta, deixando para trás o tempo em que o poder militar e parte de seus integrantes imaginavam julgar e corrigir o poder civil. Tempo de rebeliões armadas, golpes de Estado e ditaduras.

Freire Gomes pôde parecer pouco enfático em relação a dois dos réus: o general Paulo Sérgio Nogueira e o almirante Almir Garnier. Esqueceu o que um disse e afirmou que o outro demonstrou lealdade a Bolsonaro, o que significaria apoio ao golpe? Quem acha pouco não compreendeu o alcance do processo para a história do País e continua a tratá-lo apenas da ótica de inocentes e culpados, em vez de visualizar a República desnuda em seu labirinto. ●

REPÓRTER ESPECIAL

SEG. Carlos Pereira e Diogo Schelp (quinzenalmente) ● TER. Eliane Cantanhêde e Carlos Andreazza ● QUA. Vera Rosa e Marcelo Godoy (quinzenalmente) ● QUI. William Waack ● SEX. Eliane Cantanhêde ● SÁB. Carlos Andreazza ● DOM. Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

IMPERDÍVEL
LEILÃO DE IMÓVEL
CASA (DESOCUPADO)
É AMANHÃ!
22/05 ÀS 11H
SOMENTE ONLINE
ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA 400,69M²
LANCE INICIAL: R$2.030.000
GRANJA VIANA
COTIA - SP
DESOCUPADO

COTIA/SP. GRANJA VIANA. UM TERRENO URBANO DESIGNADO LOTE 05, DO LOTEAMENTO DENOMINADO GRANJA DO LAGO, SITUADO NA RUA LAGO Nº 555, COM ÁREA TOTAL DE 2.065,93M² E CONFORME CONSTA DO HABITE-SE Nº 089/85, EXPEDIDO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE COTIA, PROCEDE-SE A PRESENTE PARA CONSTAR QUE NO IMÓVEL PROJETO DA PRESENTE MATRÍCULA, FOI CONCEDIDO ALVARÁ DE VISTORIA E HABITE-SE NA CONSTRUÇÃO COM A ÁREA TOTAL DE 400,69M², MELHOR DESCRITO E CARACTERIZADO NA MATRÍCULA SOB Nº34.214 DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE COTIA/SP E INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA 23234.42.90.1018.00.000.DESOCUPADO. É PERMITIDA A VISITAÇÃO, QUE DEVERÁ SER PREVIAMENTE AGENDADA COM SR. EMERSON PELO NÚMERO TEL.: 11 - 2464-6460 / CELULAR 11 - 97777-0753 OU ATRAVÉS DO E-MAIL AF@SODRESANTORO.COM.BR.

CONSULTE O EDITAL COMPLETO NO SITE WWW.SODRESANTORO.COM.BR. PARA AGENDAR VISITAS AOS IMÓVEIS DISPONÍVEIS PARA VISITAÇÃO OU ESCLARECER DÚVIDAS, ENTRE EM CONTATO PELO TELEFONE (11) 2464-6460.

SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244
WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.

SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE
Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 581

Partidos

PL demite Fabio Wajngarten a pedido de Michelle

O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, demitiu o advogado Fabio Wajngarten, responsável pela assessoria de imprensa do ex-presidente Jair Bolsonaro. Procurado, Wajngarten não quis se manifestar. A decisão, a pedido da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, ocorre após o UOL divulgar troca de mensagens entre o ex-ajudante de ordens da Presidência Mauro Cid e Wajngarten, que foi chefe da Secom sob Bolsonaro.

Na conversa, de janeiro de 2023, Wajngarten envia notícia sobre a possibilidade de o PL lançar Michelle ao Planalto em 2026 caso Bolsonaro estivesse inelegível. Cid responde: "Prefiro Lula". Wajngarten diz: "Idem". Em outra mensagem, Wajngarten afirma que o PL pagaria R$ 39 mil por mês a Michelle "porque ela carrega o bolsonarismo sem a rejeição do Bolsonaro". "Em que mundo o Valdemar está vivendo", diz. ●

Eufrázio

Regulação das redes

Chanceler afirma que não houve convite à China

Ministro das Relações Exteriores contradiz Lula ao declarar, no Senado, que nenhuma autoridade chinesa foi chamada ao País

O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, afirmou ontem que o governo Lula não fez nenhum convite para autoridades chinesas virem ao Brasil debater regulações de redes sociais, em especial o TikTok. A afirmação contraria a declaração do próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que disse ter pedido ao líder chinês, Xi Jinping, para enviar "uma pessoa de confiança" ao País para tratar do assunto.

Vieira foi questionado pelo senador Sergio Moro (União Brasil-PR) na Comissão de Relações Exteriores do Senado sobre o episódio protagonizado pela primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, que pediu a palavra durante o jantar de Lula com Xi Jinping, em Pequim, e fez críticas ao TikTok. O ministro respondeu que Lula pediu auxílio de Janja para abordar o tema, mas negou ter havido convites. "Não houve convite para nenhuma autoridade chinesa vir, isso não há", declarou Vieira.

As críticas de Janja teriam sido referentes a efeitos nocivos de conteúdos veiculados nas redes sociais, em especial contra crianças e adolescentes. Segundo o portal G1, ela também teria dito que o algoritmo da rede social favorece a direita. Em Pequim, Lula afirmou que foi ele que levantou o tema, ao solicitar a Xi Jinping o envio de uma autoridade para debater a regulamentação das redes, e só então Janja teria se manifestado. "A Janja pediu a palavra para explicar o que está acontecendo no Brasil, sobretudo contra as mulheres e as crianças", disse o petista.

> ***"Não houve convite para nenhuma autoridade chinesa vir, isso não há (...) Foi dito o seguinte: não é possível que (...) em plataformas digitais haja a divulgação de temas de pornografia, pedofilia (...)"***
> **Mauro Vieira**
> Ministro das Relações Exteriores

JANTAR. Vieira, presente no jantar, relatou que Lula fez menção ao tema e pediu auxílio da primeira-dama. "Foi dito o seguinte: não é possível que se deixe que em plataformas digitais haja a divulgação de temas de pornografia, pedofilia e dos famosos desafios que levaram à morte de uma criança de 8 anos há pouco tempo em Brasília por um desafio de inalar desodorante", disse o ministro.

A afirmação de Lula de que teria pedido ajuda da China para debater a regulação das redes repercutiu mal e gerou críticas da oposição. Na China, o controle e a vigilância da internet são rígidos. O governo estabelece o que pode ser visto e censura críticas. Facebook, Instagram, X e outras redes não operam no país e os celulares chineses não permitem conexão com o Google.

O fato também ganhou notoriedade porque as declarações de Janja durante o jantar teriam quebrado o protocolo diplomático e causado constrangimento nas delegações presentes. A primeira-dama se defendeu durante um evento do Ministério dos Direitos Humanos, anteontem, com a alegação de que aproveitou o espaço para tratar do combate à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Tramitam hoje no Congresso, segundo levantamento do **Estadão**, 159 projetos de lei visando algum grau de regulação das redes sociais. Vinte e cinco deles abordam o Código Penal, criando novos tipos penais ou prevendo aumento de penas; 17 se referem à proteção de crianças e adolescentes; 14 tratam de combate a notícias falsas; e 11 se referem à vedação do anonimato.

A regulação das redes, no entanto, segue parada no Congresso. Sob a avaliação de que o texto estava "contaminado" pela disputa ideológica, o PL das Fake News foi engavetado pelo ex-presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL).

VIAGEM. A Justiça Federal deu prazo anteontem de 20 dias para que o governo preste informação sobre viagem anterior da primeira-dama para o exterior. O ministro da Advocacia-Geral da União (AGU), Jorge Messias, criticou ontem a ação. Na avaliação de Messias, o processo acabará arquivado.

Ação

Primeira-dama é alvo de uma ação popular que contesta custos de viagem recente à Rússia

Janja é alvo de ação popular protocolada pelo vereador de Curitiba Guilherme Kilter (Novo), que contesta os custos da viagem da primeira-dama à Rússia. Ela chegou a Moscou no último dia 3, cinco dias antes da comitiva presidencial. ●

VEM AÍ
A 10ª EDIÇÃO!

27.JUN NO DIGITAL | 29.JUN ESPECIAL NO IMPRESSO

ESTADÃO Melhores SERVIÇOS 2025

CONFIRA AS NOVIDADES DESTA EDIÇÃO E SAIBA COMO COLOCAR A SUA MARCA EM EVIDÊNCIA

Mais de 2M de avaliações

Dashboard navegável exclusivo mede o desempenho de empresas e setores mensalmente

PERFORMANCE
EXPERIÊNCIA
SATISFAÇÃO

A **EDIÇÃO COMEMORATIVA** TRAZ O RANKING COM AS **EMPRESAS QUE MAIS ENCANTARAM** OS CONSUMIDORES EM 36 CATEGORIAS

SAIBA COMO COLOCAR A SUA MARCA NO MAIOR E MAIS ABRANGENTE RANKING DE SERVIÇOS DO BRASIL.

ESCREVA PARA

publicacoes@estadao.com

E SOLICITE UMA PROPOSTA.



CONHEÇA AS EDIÇÕES ANTERIORES

Realização: ESTADÃO 150 ANOS

Criação: ESTADÃO BLUE STUDIO

Parceria: HSR Specialist Researchers

País dos Privilégios

CNJ proíbe que tribunais criem penduricalhos sem lei prévia

Resolução veda pagamento de benesses retroativas por meio de decisões administrativas das Cortes, legislação ou decisão judicial anterior

WESLLEY GALZO
BRASÍLIA

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou ontem uma resolução que proíbe todos os tribunais do País de criar e pagar novos penduricalhos "com efeito retroativo" por meio de decisões administrativas, ou seja, sem lei ou decisão judicial prévia.

A regra chancelada pelo plenário do CNJ estabelece que a criação de benefícios retroativos só poderá ocorrer após o trânsito em julgado de decisão judicial – quando não houver mais possibilidade de recursos a uma sentença. Outra forma de autorizar novos benefícios a partir de agora é por meio dos "precedentes qualificados" de tribunais superiores.

Os precedentes qualificados são decisões de caráter vinculante que devem ser aplicadas em casos similares já analisados por Cortes superiores, como o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ).

VALIDADE. O texto que determina as modificações traz como fundamento "a necessidade de, doravante, incrementar o controle sobre o reconhecimento e pagamento de direitos e vantagens com efeito retroativo ainda não reconhecidos administrativamente antes da data da entrada em vigor" da resolução.

Isso significa que todos os penduricalhos criados até o momento por meio de decisão administrativa continuam a valer. O documento ainda cita a necessidade de sanear a questão por causa do "princípio da moralidade administrativa".

Ao despachar sobre os pagamentos "retroativos", quando os tribunais reconhecem benefícios e indenizações que não teriam sido pagos ao longo dos anos, a resolução estabeleceu que também será necessária autorização prévia do corregedor nacional de Justiça, ministro Mauro Campbell.

TETO EXCLUSIVO. Na última quinta-feira, Campbell autorizou o pagamento retroativo de licença compensatória no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) de 2015 a 2022. Na decisão, ele mencionou que os valores não devem ultrapassar parcelas de R$ 46.366,19 mensais, o equivalente ao teto do funcionalismo público.

Recentemente, o CNJ definiu que os penduricalhos pagos a magistrados devem ser limitados a esses R$ 46,3 mil por mês. Na prática, essa mudança permitiu a criação de um teto exclusivo para juízes, de R$ 92,6 mil.

Como tem mostrado o **Estadão** tribunais têm se valido de atos próprios para criar benefícios que elevam os salários dos seus membros e esbarram em situações de enriquecimento por meio do serviço público.

Custo elevado
Entre julho de 2023 e outubro de 2024, 8,7 mil magistrados tiveram ganhos extras de R$ 12,4 mil

Decisões como a do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), que desembolsou R$ 157 milhões em um ano e meio para o pagamento de licença compensatória, não poderiam ocorrer se a resolução do CNJ estivesse valendo na data em que o penduricalho foi criado.

De julho de 2023 a outubro de 2024, 35 tribunais criaram rubricas que turbinaram os contracheques de 8.736 mil juízes, desembargadores e ministros com ganhos extras, em média, de R$ 12,4 mil por mês. Essa conta gerou custo de R$ 819 milhões ao erário nesses 16 meses. ●

Ministério Público investiga pagamento de 'auxílio iPhone' em SP

O Ministério Público de São Paulo está investigando possíveis irregularidades na concessão do "auxílio iPhone" aos procuradores do município de São Paulo. O benefício permite reembolsos de até R$ 22 mil para a compra de celulares, notebooks e outros eletrônicos pessoais. O valor é reembolsado mediante apresentação de nota fiscal e pode ser solicitado a cada três anos.

Em ofício encaminhado à Procuradoria-Geral do Município de São Paulo na última sexta-feira, o promotor Ricardo de Barros Leonel pediu que a PGM-SP esclareça, em até dez dias, a base legal e os atos normativos que autorizam o pagamento do auxílio.

A PGM deverá informar quando o benefício foi instituído, detalhar os valores já pagos por exercício orçamentário e esclarecer se os equipamentos adquiridos com o auxílio podem ser utilizados em atividades privadas. ● MARIA MAGNABOSCO

Operação Sem Desconto

AGU vê 'núcleo de fraude' entre 12 associações

KARINA FERREIRA
PAULA BULKA DURÃES

O advogado-geral da União, Jorge Messias, afirmou que há 12 entidades associativas bloqueadas que fariam parte do "núcleo da fraude" no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), sendo que algumas são suspeitas de pagamento de propina e outras de atuar como empresas fantasmas. "Foi montada uma quadrilha no INSS nos últimos anos", disse Messias, em entrevista ao programa *Bom Dia, Ministro*, da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), ontem.

Até o momento, a AGU solicitou à Justiça Federal o bloqueio de R$ 2,56 bilhões em bens dessas 12 associações, além de outros 14 envolvidos, entre empresas e dirigentes, por descontos indevidos na folha de benefícios dos previdenciários. Segundo Messias, todas as empresas apontadas pelos aposentados e pensionistas serão convocadas a apresentar documentos que justifiquem as deduções.

Ele também reforçou que, dos seis servidores públicos investigados pela AGU, quatro são do INSS e dois da Procuradoria-Geral da República (PGR). Além da apreensão dos bens e de terem de responder judicialmente, eles poderão ser destituídos, de acordo com Messias. "Servidores públicos envolvidos nas fraudes do INSS perderão o cargo", disse o advogado-geral.

IMPROBIDADE. O órgão agora aguarda a aprovação da retenção dos passaportes dos agentes públicos investigados. O processo de improbidade administrativa deve ser concluído em 30 dias, segundo previsão d o governo federal.

Para Messias, a dificuldade em recuperar o dinheiro desviado está na ocultação do patrimônio, facilitado pelas tecnologias atuais, como as criptomoedas. Ele reiterou, porém, a promessa de ressarcimento integral para os beneficiários. E chamou atenção também para páginas na internet que aplicam golpes, prometendo o reembolso dos descontos indevidos, as quais já estariam sob investigação da AGU.

Criptomoedas
Para AGU, tecnologias atuais dificultam a recuperação do dinheiro que foi desviado

Até o último levantamento do INSS, mais de 1,6 milhão de aposentados já solicitaram ressarcimento.

CPMI. Na mesma entrevista, Messias declarou se preocupar com um possível atraso no ressarcimento de aposentados e pensionistas lesados caso seja instalada uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) sobre o caso.

"Eu só tenho pressa para construir um modelo jurídico e devolver os recursos para os aposentados e pensionistas. Eu me preocupo se uma CPMI não pode atrapalhar esse processo de devolução dos recursos para eles", afirmou o ministro, ao ser questionado se a instalação do colegiado poderia afetar outras frentes de investigação. Messias não explicou, entretanto, de que forma a CPMI – uma prerrogativa no âmbito do Congresso, não do Executivo – poderia influenciar na devolução do montante desviado.

O requerimento para a instalação da CPMI foi protocolado no Congresso no último dia 12, e contou com a assinatura de 223 deputados e 36 senadores.

No fim de abril, também houve um pedido para a criação de uma comissão formada somente por deputados, mas, como há uma fila de pedidos de CPI anteriores na Câmara, os parlamentares de oposição ao governo Lula mudaram de estratégia, mirando a comissão mista.

Integrantes do PT não assinaram o requerimento para a CPMI. Na base governista, apenas alguns integrantes do PSB aderiram. ●



HIV: O QUE SUA SAÚDE SEXUAL TEM A VER COM ISSO?

O @doutormaravilha — Vinicius Borges, infectologista especializado na saúde da comunidade LGBT+, HIV e outras ISTs — responde às principais dúvidas sobre HIV, prevenção, tratamento e muito mais. Informação acessível, sem tabu e com responsabilidade.

ASSISTA AO 4° EPISÓDIO



GSK ViiV

ESTADÃO BLUE STUDIO



Crise humanitária

Reino Unido critica bloqueio de Gaza e suspende diálogo comercial com Israel

ONU alerta que 14 mil bebês podem morrer de fome no território palestino; Netanyahu autoriza entrada limitada de ajuda em meio a pressão internacional

LONDRES

O chanceler britânico, David Lammy, suspendeu ontem as negociações de um acordo comercial com Israel, citando o radicalismo do governo israelense e declarações de ministros do gabinete do premiê Binyamin Netanyahu defendendo a "purificação de Gaza" e a expulsão dos palestinos.

"A nova ofensiva em Gaza é moralmente injustificável, totalmente desproporcional e contraproducente", afirmou o chanceler britânico. Lammy criticou também a recusa de Israel em permitir a entrada de ajuda humanitária em Gaza e disse que o tratamento dado aos palestinos era "uma afronta aos valores britânicos".

Ao mesmo tempo, reunidos em Bruxelas, os chanceleres da União Europeia decidiram suspender um acordo comercial com Israel após um pedido da Holanda. Dezessete dos 27 membros apoiaram a medida e bloquearam a renovação do acordo, até que uma revisão determine se a campanha militar em Gaza viola os termos do tratado.

ALERTA. Israel acusou o Reino Unido de ter uma "obsessão" contra o país. "Se, devido à obsessão anti-Israel e a considerações políticas internas, o governo britânico estiver disposto a prejudicar a economia britânica, é um problema deles", disse o porta-voz da chancelaria israelense, Oren Marmorstein. "O mandato britânico terminou há 77 anos."

Na segunda-feira, após pressão internacional, cinco caminhões de ajuda humanitária entraram em Gaza, encerrando um bloqueio de 11 semanas imposto por Israel. Ontem, Netanyahu autorizou a entrada de mais 93 caminhões da ONU. Observadores, no entanto, dizem que é pouco. Durante o cessar-fogo, 600 carretas cruzavam diariamente a fronteira com comida, remédio e combustível.

'Gota no oceano'
Durante cessar-fogo, em março, 600 caminhões com ajuda humanitária entravam em Gaza por dia

Ontem, o subsecretário-geral para Assistência Humanitária da ONU, Tom Fletcher, afirmou que 14 mil bebês podem morrer em Gaza nos próximos dias se carregamentos de ajuda humanitária não chegarem rapidamente à população civil. "Quero salvar o máximo possível desses 14 mil bebês", disse. "A entrada de cinco caminhões é apenas uma gota no oceano."

A pressão sobre Netanyahu, no entanto, não vem apenas de fora. Segundo o jornal *Times of Israel*, o analista de defesa do Canal 13, Alon Ben David, disse ter conversado com oficiais da força aérea israelense que começam a expressar desconforto com relação aos ataques realizados em Gaza. "Os membros da força aérea sabem que os ataques estão matando centenas de palestinos e estão se perguntando se isso é justificável e se serve a algum propósito", disse David.

Não meio político, a crítica mais dura veio de um líder da oposição, o general Yair Golan, do partido Democratas – uma fusão do Meretz e dos trabalhistas, de esquerda.

"Israel está a caminho de se tornar um Estado pária entre as nações, como a antiga África do Sul, se não voltar a se comportar como um país normal", disse Golan. "Um país saudável não trava uma guerra contra civis, não mata bebês por hobby e não estabelece metas que envolvam a expulsão de populações."

REAÇÃO. Netanyahu acusou Golan de "incitação" contra as tropas israelenses e de "ecoar os mais desprezíveis libelos antissemitas contra o Estado de Israel". Yair Lapid, outro líder opositor, disse que a afirmação de que soldados matam crianças por hobby é um "presente para nossos inimigos". O ex-general se defendeu, dizendo que as declarações se referiam ao governo, não ao exército. ● NYT e AP

MAYA ALLERUZZO/AP



Caminhão com ajuda entra em Gaza pela passagem de Kerem Shalom

Trump ameaça retirar apoio a Netanyahu, diz imprensa americana

O presidente dos EUA, Donald Trump, está "frustrado" com a guerra em Gaza e acredita que o conflito é o último nó que impede a prosperidade no Oriente Médio. Ele quer que o governo israelense encerre a ofensiva. De acordo com reportagem do site Axios, citando funcionários da Casa Branca, Trump vem pressionando Israel a permitir a entrada de mais ajuda humanitária. O presidente americano estaria incomodado com as imagens de crianças desnutridas.

Segundo o jornal *Washington Post*, Trump teria dado um ultimato aos israelenses, ameaçando retirar o apoio a Israel se o primeiro-ministro Binyamin Netanyahu não encerrar a guerra em Gaza. "A equipe do presidente disse a Israel: 'Nós vamos abandonar vocês se essa guerra não terminar'", afirmou a fonte da Casa Branca, não identificada pelo jornal.

A pressão aumentou desde que Israel mobilizou mais reservistas e intensificou a ofensiva. Os ataques mataram mais de 500 palestinos nos últimos oito dias, segundo o Ministério da Saúde de Gaza, controlado pelo Hamas. ● AP

Novo regime

Depois dos EUA, UE também suspenderá sanções contra Síria

BRUXELAS

A União Europeia suspenderá as sanções à economia da Síria, mas manterá as que eram contra o regime de Bashar Assad, anunciou ontem a chefe de política externa do bloco, Kaja Kallas. Em discurso após presidir uma reunião de chanceleres, a principal diplomata da UE disse que a decisão tinha o objetivo de evitar a pobreza e o radicalismo no país, depois de mais de uma década de guerra civil que provocou a fuga de milhões de pessoas – muitas delas para a Europa.

As sanções, segundo ela, são condicionais e podem ser retomadas se o novo governo de Ahmad al-Sharaa não mantiver a paz. "Salvar vidas deve ser nossa prioridade na Síria", disse Kallas.

O comunicado foi feito uma semana após o encontro do presidente americano, Donald Trump, com Sharaa e seu anúncio de que os EUA aliviariam as sanções, abrindo caminho para a entrada de investimentos cruciais para a Síria, que precisa de dezenas de bilhões de dólares para restaurar sua infraestrutura. A UE, porém, rejeitou ontem sugestões de que sua decisão era uma resposta à decisão da Casa Branca.

Uma insurgência no fim do ano passado destituiu o ditador Assad e pôs fim à guerra civil que dizimou grande parte da infraestrutura do país. As Nações Unidas estimam que 90% dos sírios vivam na pobreza e o fornecimento de eletricidade dura apenas duas horas por dia.

CONFLITO. Mais cedo, Kallas admitiu preocupações com o conflito sectário, mas disse que os europeus não têm escolha a não ser suspender as sanções e fortalecer a economia síria. "Na verdade, ou damos a eles a possibilidade de estabilizar o país ou não fazemos isso, e temos algo parecido com o Afeganistão", disse.

Guerra civil
ONU estima que 90% dos sírios vivam na pobreza, com apenas duas horas de eletricidade por dia

"Não pode haver paz sem o caminho para a recuperação econômica, e todos nós precisamos de uma Síria estável", afirmou. A diplomata, no entanto, não forneceu detalhes ou cronograma sobre a suspensão das sanções europeias. ● AP

Segurança máxima

Guiana Francesa critica prisão para terroristas na selva

Moradores e autoridades foram surpreendidos por projeto de enviar para o território presos de alta periculosidade

CAIENA

Autoridades e moradores da Guiana Francesa criticaram os planos do governo francês de construir uma prisão de segurança máxima, para traficantes e terroristas, no meio da selva amazônica, perto de uma antiga colônia penal.

O anúncio foi feito no sábado, durante uma visita do ministro da Justiça da França, Gérald Darmanin. O projeto de US$ 450 milhões (R$ 2,5 bilhões) havia sido anunciado pela primeira vez em 2017, com previsão de conclusão até 2028 e capacidade para 500 detentos. "Estamos vendo cada vez mais redes de tráfico de drogas", disse o ministro. "Precisamos reagir."


MINISTERE DE LA JUSTICE/AFP

Projeto da prisão de Saint-Laurent-du-Maroni, na Guiana Francesa

ILHA DO DIABO. A prisão seria construída em Saint-Laurent-du-Maroni, cidade na fronteira com o Suriname que já recebeu presos enviados por Napoleão III, no século 19, alguns dos quais foram mandados para a famosa Ilha do Diabo, na costa da Guiana Francesa.

O preso mais famoso foi o capitão Alfred Dreyfus, injustamente condenado por espionagem, que passou cinco anos na Ilha do Diabo, entre 1894 a 1899. A história foi retratada no romance *Papillon*, que mais tarde ganhou os cinemas.

Segundo Darmanin, 60 das vagas criadas seriam destinadas a detentos encarcerados sob regime extremamente rigoroso – 15 celas seriam para condenados por terrorismo.

ONDE FICA



INFOGRÁFICO ESTADÃO

O projeto irritou muitos na Guiana Francesa. Jean-Paul Fereira, presidente interino do governo local, disse que os moradores foram pegos de surpresa com o anúncio, já que o plano nunca foi discutido. "Foi com espanto e indignação que descobrimos as informações detalhadas na imprensa", disse.

Segundo ele, o acordo que a Guiana Francesa assinou com Paris, em 2017, era para a construção de uma nova prisão para aliviar a superpopulação carcerária do território. "Embora as autoridades locais há muito tempo peçam medidas fortes para conter o crime organizado no território, a Guiana não pode receber criminosos e terroristas da França continental."

Jean-Victor Castor, membro do Parlamento da Guiana Francesa, também criticou o plano. Ele reclamou que a decisão foi tomada sem consultar o governo local. "É um insulto à nossa história, uma provocação política e uma regressão colonial", escreveu Castor, que pediu a retirada do projeto.

COCAÍNA. A Guiana Francesa tem a maior taxa de criminalidade de todos os departamentos franceses, com 20,6 homicídios por cada 100 mil habitantes, em 2023, quase 14 vezes a média nacional. O território é considerado a fronteira mais frágil da União Europeia.

Saint-Laurent-du-Maroni é um ponto estratégico para os traficantes de drogas, principalmente do Brasil, que tentam embarcar em voos para o Aeroporto de Orly, em Paris, transportando cocaína proveniente do Suriname.

Além da Guiana, as ilhas francesas são atraentes para o tráfico de drogas devido à localização estratégica. Situadas no canto mais oriental do Caribe, elas estão geograficamente próximas do litoral europeu e ficam entre dois dos principais pontos de envio de cocaína da região: República Dominicana e Venezuela. ● AP

LEILÕES JUDICIAIS
DE VEÍCULOS
- SOMENTE ONLINE -


CHEVROLET CAMARO 2SS 18/18
SEGUNDA-FEIRA 1ª PRAÇA 26/05, ÀS 12H.
LANCE INICIAL : R$ 362.136,55
SEGUNDA-FEIRA 2ª PRAÇA 02/06, ÀS 12H.
LANCE INICIAL : R$ 289.709,24
KM: 24.990


PORSCHE BOXSTER 24/24
SEGUNDA-FEIRA 1ª PRAÇA 26/05, ÀS 12H.
LANCE INICIAL : R$ 715.900,00
SEGUNDA-FEIRA 2ª PRAÇA 02/06, ÀS 12H.
LANCE INICIAL : R$ 572.720,00
KM: 3.278


SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244
WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.

SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE
Otavio Lauro Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 607
Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 581
Proc.: 1001591-69.2024.8.26.0541. 1ª Vara Criminal de Santa Fé do Sul/SP
Proc.: 0005120-68.2025.8.26.0577. 3ª Vara Criminal de São José dos Campos/SP

Eufrázio



Andrés Oppenheimer

A guerra pela América Latina

O anúncio de Xi Jinping de uma linha de crédito de US$ 9,1 bilhões em investimentos em infraestrutura e isenções de visto para países latino-americanos é apenas o exemplo mais recente de como a China está aproveitando a agenda negativa de Donald Trump na região.

Xi fez o anúncio durante a cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), em Pequim, no dia 13. Lá, ele apresentou a China como o "mocinho do filme", em contraste com os aumentos de tarifas, os cortes de ajuda externa e as restrições à imigração impostos por Trump. O novo megaempréstimo permitirá a empresas chinesas aumentar seus investimentos e fazer negócios com a região, disse Xi.

Além disso, o presidente chinês anunciou uma política de entradas sem visto para turistas de Brasil, Argentina, Chile, Peru e Uruguai. A China também convidará 300 políticos latino-americanos e caribenhos para visitar o país anualmente nos próximos três anos.

ERA DE OURO. O porta-voz do ministério chinês das Relações Exteriores, Lin Jian, previu uma "década de ouro" para as relações entre China e América Latina, segundo o jornal *South China Morning Post*.

Em uma irônica inversão de papéis, o regime comunista chinês agora é visto por vários países como um defensor do livre-comércio e do multilateralismo, enquanto os EUA de Trump são percebidos como uma nação populista que desrespeita acordos e pratica o nacionalismo econômico.

> ***Enquanto Trump demonstra seu desprezo pela região, a China investe na América Latina***

O presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, declarou em seu discurso à Celac: "O presidente Xi Jinping e eu defendemos o comércio justo, com base nas regras da Organização Mundial do Comércio". E acrescentou, ecoando as palavras de Xi: "Guerras comerciais não têm vencedores".

A verdade é que, enquanto a China anuncia empréstimos, investimentos, vistos e turismo político, Trump só projeta uma imagem negativa da América Latina, sem propor soluções que beneficiem ambas as partes. Quando fala sobre a América Latina, Trump se refere a crimes atrozes, drogas e imigração ilegal, em vez de destacar oportunidades de cooperação.

Para sermos justos, a desatenção de Washington com a América Latina e com a crescente presença da China começou há duas décadas, bem antes do primeiro mandato de Trump. Mas ele está piorando a situação ao não apresentar nenhuma agenda positiva e demonstrar publicamente seu desprezo pela região. Os chineses, enquanto isso, ficam encantados. ● TRADUÇÃO DE GUILHERME RUSSO

É COLUNISTA DO 'MIAMI HERALD', APRESENTADOR DO PROGRAMA 'OPPENHEIMER APRESENTA' NA CNN EM ESPANHOL

SEG. Oliver Stuenkel (quinzenalmente) ● QUA. Andrés Oppenheimer ● SÁB. Fareed Zakaria ● DOM. Lourival Sant'Anna

Argentina

Comissão para apurar caso de cripto é encerrada

A Casa Rosada dissolveu ontem uma comissão responsável por investigar o esquema de fraude com a criptomoeda $Libra, promovida por Javier Milei pouco antes de gerar perdas milionárias. O governo, que criou a comissão, disse que ela já cumpriu a "tarefa que lhe foi encomendada". ●

JUAN MABROMATA / AFP



Bolívia

Evo não consegue se registrar para eleição

O ex-presidente Evo Morales está fora das eleições presidenciais de agosto na Bolívia, segundo o Tribunal Supremo Eleitoral. Entrincheirado em Chapare, seus simpatizantes tentaram registrá-lo pelo Partido de Ação Nacional Boliviano (Pan-bol), que não obteve reconhecimento jurídico. ●

VEM AÍ



SUMMIT IMOBILIÁRIO

PERSPECTIVAS ECONÔMICAS E AS NOVAS TENDÊNCIAS DE NEGÓCIOS

O evento combina análises de grandes temas da economia brasileira com debates sobre as principais tendências de negócios do setor.



BENEFÍCIOS EXCLUSIVOS PARA PATROCINADORES

- Momentos dedicados ao networking
- Ação de assinatura digital
- Brand talk
- Amplificação multiplataforma: pré, durante e pós-evento + 8,8 milhões de impactos em 2024

SEJA UM PATROCINADOR. COLOQUE A SUA MARCA NO MAIS RELEVANTE EVENTO DO SETOR NO BRASIL.
Mais informações: summit@estadao.com

Realização: ESTADÃO 150 · SECOVISP
Parceria: broadcast · ESTADÃO BLUE STUDIO · ELDORADO FM 107.3 · paladar 20
Patrocínio: QuintoAndar

agro.estadao.com.br

agro
ESTADÃO

CONHEÇA O PORTAL
AGRO ESTADÃO

A mais tradicional e completa cobertura
do agro sob nova perspectiva



Uma parceria:
ESTADÃO 150
broadcast agro
PYXYS

Criação:
ESTADÃO BLUE STUDIO

Ensino superior

Semipresencial inclui engenharias e a Veterinária; conselhos criticam regras

Associações defendem que todos os cursos da área da Saúde, como a Medicina, sejam vetados online; eles ficaram no mesmo rol das engenharias, com carga até 60% presencial

CAIO POSSATI

O Ministério da Educação publicou ontem o marco regulatório da educação a distância (EAD). Além do veto a cursos online de Medicina, Fisioterapia, Psicologia, Enfermagem e Direito, a regulamentação permite a nova modalidade semipresencial para as engenharias e a Veterinária, mas com uma carga maior de aulas ao vivo. Conselhos que representam profissões ligadas à Saúde que ficaram fora do 100% presencial criticaram o texto final.

As mudanças são uma tentativa, segundo o governo, de endurecer a regulação e aumentar a qualidade do ensino superior. Desde 2017, quando houve flexibilização das regras do EAD, o crescimento das graduações na modalidade foi de 700%. No setor privado, o ensino a distância já supera o presencial em número de alunos.

Nesta terça, representantes de entidades de Fisioterapia, Fonoaudiologia, Farmácia e Medicina Veterinária estiveram na sede do Ministério da Educação (MEC) para pedir que todos os cursos da área da Saúde sejam ministrados de forma presencial – e não só os quatro já anunciados.

Em nota, o Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (Coffito) afirma que vai tentar reverter a situação e viu "tratamento diferenciado". O de Veterinária falou em "incoerência inaceitável". "A Medicina Veterinária exige prática. E prática não se aprende por vídeo." Na mesma linha foi o Sistema de Conselhos de Fonoaudiologia. Em resposta, o MEC se limitou a dizer que a nova política desta modalidade foi desenhada para "assegurar o padrão de qualidade e de excelência acadêmica".

COMO FICOU. Com um prazo de dois anos para adaptações, poderão ser ofertados no formato semipresencial, com pelo menos 30% de atividades presenciais e 20% de atividades presenciais ou síncronas mediadas, os cursos de bacharelado, licenciatura e tecnologia das áreas de Educação e de Ciências Naturais, Matemática e Estatística.

Poderão ser ofertados no formato semipresencial, com pelo menos 40% de atividades presenciais e 20% de atividades presenciais ou síncronas mediadas, os cursos existentes em Saúde e Bem-Estar; Engenharia, Produção e Construção; e Agricultura, Silvicultura, Pesca e Veterinária.

Todos os estudantes matriculados até ontem em cursos que não poderão mais ser ofertados a distância terão assegurado seu direito de conclusão no formato EAD. "É responsabilidade da instituição de educação superior assegurar a continuidade da oferta do curso no formato EAD até a conclusão das turmas", afirma o Ministério da Educação.

Para entender

Semipresencial terá dois modelos

Modelo 1 – Podem ser ofertados no formato semipresencial, com pelo menos 30% de atividades presenciais e 20% de atividades presenciais ou síncronas mediadas, os cursos de bacharelado, licenciatura e tecnologia das seguintes áreas:
I – Educação (licenciaturas como Pedagogia, Letras, Química, Física, História, Biologia, Geografia, Filosofia, Educação Física, entre outras);
II – Ciências Naturais, Matemática e Estatística (Geologia, Meteorologia, Ciências Ambientais, Química Industrial, entre outros)

Modelo 2 – Podem ser ofertados no formato semipresencial, com pelo menos 40% de atividades presenciais e 20% de atividades presenciais ou síncronas mediadas, os cursos de bacharelado e tecnologia das seguintes áreas:
I – Saúde e Bem-Estar (Fisioterapia, Nutrição, Fonoaudiologia, Biomedicina, Farmácia, bacharelado em Educação Física, entre outros);
II – Engenharia, Produção e Construção (Engenharia Civil, Engenharia Química, Engenharia Ambiental, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecatrônica, entre outros);
III – Agricultura, Silvicultura, Pesca e Veterinária (Agronomia, Zootecnia, Medicina Veterinária, Engenharia Florestal, Aquicultura, entre outros)

Até 50% presencial
Nessa modalidade ficaram os programas de Educação e de Ciências Naturais, Matemática e Estatística

E OS DEMAIS CURSOS? Houve mudanças nas avaliações e nos polos EAD. As provas serão presenciais com foco discursivo, ao fim de cada ciclo, e deverão valer ao menos um terço da nota final. Os polos de EAD deverão ter uma estrutura específica, com salas de estudo, acesso rápido à internet e um responsável pelos alunos. ●

E como ficam as licenciaturas? Só porcentagens não resolvem

CENÁRIO

Renata Cafardo
Colunista e repórter especial do 'Estadão'

Os cursos de formação de professores foram um símbolo das mudanças que estavam por vir na educação a distância no País, mas agora, com o novo marco regulatório do EAD, tornam-se uma grande dúvida. Foi contra as Licenciaturas online o primeiro brado do ministro da Educação, Camilo Santana (PT), que lá em 2023 disse que elas tinham de acabar. E em 2024 veio a primeira medida, com a aprovação das novas diretrizes curriculares nacionais para o curso, que obrigavam as instituições a oferecerem no mínimo 50% das aulas no formato presencial.

Movimentos da sociedade civil, como o Todos pela Educação, comemoraram, indicando que essa era a forma de combater a baixa qualidade da formação de professores do País. Hoje, seis em cada dez futuros docentes estão em cursos a distância. O setor do ensino superior privado reclamou, afirmando ser impossível oferecer metade do curso presencialmente, já que boa parte dos alunos é pobre e faz a graduação online porque precisa trabalhar ou mora longe de grandes centros do País.

Agora, o decreto assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e publicado nesta terça-feira muda de novo o cenário. As licenciaturas foram incluídas no novo grupo chamado de cursos semipresenciais, o que quer dizer que 30% das aulas devem ser presenciais – e não mais 50%. Há ainda outros 20% de carga horária que podem ser também presenciais, mas é permitido que sejam oferecidas aulas online síncronas, aquelas ao vivo. E o restante (50%) está liberado em EAD.

O que vai prevalecer? O decreto presidencial ou as diretrizes curriculares aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologadas pelo ministro? Apesar de as novas regras deixarem claro que diretrizes curriculares de qualquer curso podem prevalecer sobre o decreto, pouca gente acredita nisso no setor. Já se fala até em um acordo entre MEC e CNE para adaptar o documento às novas normas, o que flexibilizaria a proibição aprovada em 2024 e que sequer foi colocada em prática.

O documento era uma tentativa de atualizar outros dois outros documentos semelhantes, de 2015 e de 2019, que o Brasil também não conseguiu implementar. As diretrizes falam não apenas de carga horária, mas da relação importante sobre teoria e prática na formação docente, das parcerias entre universidades e escolas, da necessidade de o professor se adaptar aos desafios atuais, como a tecnologia. Mas se a norma tiver de ser revista, será mais tempo de discussão, de reuniões e documentos.

O problema em números
Hoje, seis em cada dez futuros professores estão no EAD; um caminho é a Prova Docente anual

Sabe-se também que os cursos que formam professores são o grande filão da EAD no Brasil, com milhares de alunos, alta procura, mensalidades a R$ 99 – fáceis de entrar e de cursar para quem quer realizar o sonho do ensino superior. Mas que muitas vezes a qualidade duvidosa não garante emprego ao formando.

É uma vitória que se decrete o fim das licenciaturas 100% EAD mas, independentemente de haver 50% ou 30% de aulas presenciais, o País precisa olhar para a qualidade da formação das pessoas que vão ensinar as novas gerações. Se muitas aulas forem a distância, mas bem acompanhadas por profissionais, que tiram dúvidas, avaliam e acompanham o aprendizado – inclusive em estágios presenciais nas escolas –, talvez sejam uma solução para grande parte da população que não tem o dia todo para estudar.

Só determinar porcentagens não resolve o problema, é preciso avaliar e fiscalizar. A nova Prova Nacional Docente está nesse caminho; pela primeira vez um exame vai verificar a formação docente anualmente. Apenas uma avaliação bem feita vai conseguir dizer se a nova regulação desta semana está ou não na rota certa. ●

Eufrázio

e|investidor ESTADÃO

e-book gratuito

COMO DECLARAR O IMPOSTO DE RENDA

Confira o checklist de documentos necessários e o **passo a passo** para não errar na sua **declaração do IR de 2025**



NELE VOCÊ ENCONTRA:

- Quem deve declarar
- Quais os documentos necessários
- Investimentos isentos X tributáveis
- Passo a passo para preencher a declaração

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code ao lado e acesse agora o nosso guia exclusivo e gratuito





Violência

Policiais são flagrados espancando homem caído na zona sul de SP

Secretaria diz que agentes foram afastados e PM diz que desvios não serão tolerados; Ouvidoria fala em tortura

Um vídeo que circula em redes sociais mostra o momento em que um homem estendido no chão é agredido com chutes e golpes de cassetete por ao menos três policiais militares. O caso aconteceu na madrugada de domingo, na Rua São Pedro de Nova Friburgo, no Jardim das Imbuias, zona sul de São Paulo. Segundo a polícia, o suspeito estava com uma moto roubada.

O caso é investigado pela Corregedoria da Polícia Militar. Os três policiais foram identificados e afastados do serviço. A Ouvidoria, que teve acesso às imagens, trata o caso como tortura. O suspeito e os policiais não tiveram as identidades divulgadas.

As imagens, gravadas por uma testemunha, mostram quando os policiais fardados se revezam nas agressões ao homem caído no chão. Um deles desfere seguidos golpes de cassetete nas costas e na cabeça do suspeito. Outros dois também o agridem com chutes e golpes. O homem é atingido nas pernas e na região do abdômen. Um dos policiais aparece empunhando uma arma de fogo longa.

A Ouvidoria informou ter oficiado à Corregedoria da PM solicitando imagens das câmeras corporais dos policiais envolvidos, bem como exames periciais e o corpo de delito da vítima. "O que está se chamando de abordagem violenta para nós é um claro caso de tortura, condenado pelo artigo 5.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos e tipificado como crime no Brasil."

CARAMANTE VIA INSTAGRAM



Imagens mostram agentes se revezando durante a agressão

Em nota, a Secretaria da Segurança Pública informou que a abordagem não condiz com as diretrizes da Polícia Militar. Os agentes envolvidos foram identificados e imediatamente afastados. A PM instaurou um inquérito policial-militar para analisar o caso. "Desvios de conduta ou excessos não serão tolerados pela PM, que pune com rigor os agentes que não cumprem os protocolos da corporação."

Motivo da abordagem
Homem que aparece sendo agredido no vídeo foi preso por estar com uma moto roubada

PRISÃO. O homem que aparece nas imagens foi preso, por estar com uma moto roubada, e encaminhado ao 101.º DP, onde permanece à disposição da Justiça. ● JOSÉ MARIA TOMAZELA

Jovem de 19 anos é morto pela PM após fugir de abordagem

A polícia de São Paulo investiga se um jovem de 19 anos foi morto por policiais militares após fugir de uma abordagem policial, na noite de domingo, na Vila Andrade, zona sul de São Paulo. Segundo a Ouvidoria, a família diz que ele foi baleado quando já estava dentro de casa. A Polícia Militar abriu inquérito para apurar a ação, que também é investigada pela Polícia Civil.

A Secretaria da Segurança Pública (SSP) informou que todas as circunstâncias dos fatos são investigadas e as imagens das câmeras corporais usadas pelos três policiais serão analisadas. A Ouvidoria diz que acompanha as investigações. Os policiais envolvidos na abordagem disseram à polícia que o jovem estava armado com uma pistola e reagiu à abordagem.

De acordo com familiares, Natanael Venâncio de Almeida saiu de casa de moto para comprar remédio para a mãe. Ele foi abordado por policiais das Rondas Ostensivas com Apoio de Motocicletas (Rocam) e, como estava sem habilitação e não usava capacete, não atendeu ao sinal de parada. Ele foi perseguido e baleado após entrar em casa.

Já os PMs disseram à polícia que viram Natanael e outro homem em uma moto com a placa coberta, sem usar capacetes, em atitude suspeita. Os agentes tentaram a abordagem e eles fugiram, com Natanael pilotando a moto. Durante a perseguição, os dois desembarcaram da moto e fugiram por uma viela.

O que diz a família
Que a vítima saiu de casa de moto para comprar remédio para a mãe e fugiu por estar sem habilitação

O garupa foi contido por dois policiais, enquanto Natanael estaria armado e teria enfrentado o terceiro agente. Segundo o registro policial, houve resistência e confronto, no qual o policial efetuou três disparos com sua pistola calibre .40. Dois tiros atingiram Natanael e um terceiro feriu a mão esquerda de um policial – atendido no Hospital Albert Einstein. Os agentes apresentaram na ocorrência uma pistola com numeração raspada, que estaria com Natanael.

PROTESTO. A morte do jovem gerou um protesto de moradores da região, que fica ao lado da favela de Paraisópolis, na noite de segunda-feira, 19. Um carro foi incendiado na Avenida Carlos Caldeira Filho. Uma semana antes, outro jovem de 19 anos tinha sido morto pela PM nas imediações. ● RENATA OKUMURA E J.M.T.

COLUNA SECOVISP A CASA DO MERCADO IMOBILIÁRIO

Informe Publicitário

Jornalista Responsável: Silvia Carneiro - MTb 19.466 Ano 42 Nº 2.233 - 21 de maio de 2025 secovi.com.br

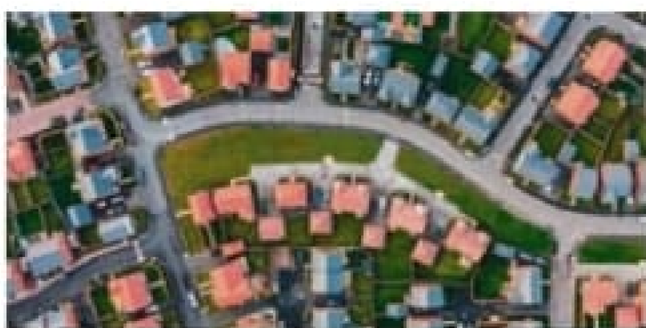
Incertezas trazem grandes desafios aos loteamentos

Embora comuns às dificuldades enfrentadas pelo setor imobiliário, impactos nesse segmento de mercado são mais acentuados

Para nortear os empresários sobre o rumo que devem tomar ao idealizar um loteamento, desde 2017, a AELO e o Secovi-SP elaboram pesquisas trimestrais, realizadas em parceria com a Brain Inteligência Estratégica, com dados do Departamento de Economia e Estatística da entidade e do Graprohab.

Em recente levantamento, 100 loteadores elencaram o ranking dos três maiores desafios: 1º) incerteza política e econômica; 2º) dificuldade nas aprovações; 3º) dificuldade com mão-de-obra.

Embora comuns a todas as atividades imobiliárias, esses desafios são mais acentuados no segmento, notadamente no longo, burocrático e imprevisível processo de aprovações em diferentes níveis governamentais. A Lei nº 6.766/1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, estabelece diretrizes, mas sua aplicação e requisitos complementares variam significativamente entre os municípios. Somam-se a isso os altos custos de infraestrutura básica e as dificuldades na obtenção de financiamentos para projetos de loteamento, especialmente os de grande porte.



Desenvolvimento urbano e loteamentos respondem pela produção de espaços integrados, funcionais e humanizados

Para Caio Portugal, vice-presidente do Secovi-SP e presidente da AELO, a superação das dificuldades exige atuação colaborativa, papel que o Comitê de Desenvolvimento Urbano (CDU) das entidades vem cumprindo plenamente, trazendo para o diálogo representantes do poder público, concessionárias e todos que podem contribuir para que o setor de loteamentos desempenhe efetivamente sua função social, econômica e ambiental.



LEIA MAIS

Educação

Rede estadual paulista passa a usar IA para fazer correção de lição de casa

O governo de São Paulo anunciou que estudantes e professores da rede estadual terão o suporte de inteligência artificial (IA) para corrigir exercícios de lição de casa. O esquema vale para atividades do TarefaSP, que atinge do 6.º ano do fundamental à 3ª série do ensino médio. ●

Saúde

INSS vai pagar uma indenização de R$ 60 mil para crianças vítimas de zika

O governo federal publicou portaria que assegura indenização de R$ 60 mil, em parcela única, para crianças com deficiência causada pela infecção por zika vírus na gestação. Crianças de até 10 anos – nascidas entre 1.º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2024 – poderão receber o valor. ●

Vigilância sanitária

Irregularidade em rótulo faz Anvisa proibir fabricação de 2 marcas de azeite

A Anvisa vetou a fabricação, importação, distribuição, venda e propaganda das marcas de azeite Quintas D'Oliveira e Alonso, após denúncia do Ministério da Agricultura. Segundo a pasta, no rótulo dos produtos consta uma embaladora cujo CNPJ não está na base de dados da Receita Federal. ●

Viagem

Restrição da cidadania italiana a filhos e netos passa no Parlamento

Câmara aprova nova regra; há 32 milhões de brasileiros com ascendência italiana, segundo estimativas da embaixada no País

ISABELA MOYA

As restrições para o reconhecimento da cidadania italiana foram aprovadas na Câmara dos Deputados da Itália ontem, sem modificações no texto que passou no Senado daquele país na semana passada. A lei ainda precisa ser promulgada pela Presidência da República, o que deve acontecer nos próximos dias, uma vez que o prazo limite de expiração do decreto acaba na terça-feira da semana que vem.

As modificações no processo da cidadania italiana são fruto de um decreto-lei do ministro das Relações Exteriores italiano, Antonio Tajani, que foi publicado em 28 de março e entrou em vigor imediatamente, mas tem um prazo de 90 dias para ser aprovado pelo Parlamento e promulgado – caso contrário, perde a validade.

Agora, ao ser promulgada, a lei italiana permitirá que a cidadania seja reconhecida apenas para duas gerações de descendentes (filhos e netos) de italianos, ao contrário do que ocorria anteriormente, quando qualquer geração podia solicitar o reconhecimento. Ao todo, há 32 milhões de brasileiros com ascendência italiana, segundo estimativas da embaixada no Brasil.

A restrição valerá apenas para aqueles que apresentaram o pedido de reconhecimento da cidadania após 28 de março. Quem deu entrada antes desta data segue com as regras anteriores vigentes.

O objetivo do governo italiano é frear fraudes e reduzir a grande quantidade de processos nos órgãos administrativos italianos decorrentes dos pedidos de reconhecimento de cidadania italiana.

'95% das pessoas que estavam aguardando na fila perderão direito'

Para todas as pessoas que aguardam há quase uma década nas filas dos consulados italianos no Brasil (para reconhecer a cidadania de forma administrativa sem sair do País) e ainda não foram convocados, ou mesmo para os convocados após o dia 27 de março de 2025, serão aplicadas as novas regras do decreto, explica o advogado Fábio Dias, sócio cofundador do FdS Advogados e parceiro do Cidadania4U. "Na prática, isso significa que cerca de 95% das pessoas que estavam aguardando perderão seu direito ao reconhecimento da cidadania italiana", afirma.

A "esperança" dos descendentes de italianos fica por conta da Corte Constitucional, que poderia julgar a lei como inconstitucional, dizem os especialistas. Argentinos e brasileiros devem ser os principais afetados. ●

REGRAS. Para solicitar a cidadania italiana, não bastará ter um dos pais ou dos avós italiano. Será preciso também que o descendente não tenha outra nacionalidade, o que exclui os ítalo-brasileiros, que não poderão mais passar sua cidadania.

Uma alternativa para quem tem dupla nacionalidade passar a cidadania aos filhos (válida apenas para os genitores, não para os avós), segundo o texto, é morar legalmente por pelo menos dois anos contínuos na Itália após adquirir a cidadania e antes do nascimento do filho. Essa alternativa, porém, é inviabilizada para aqueles que não moraram na Itália antes de ter seus filhos.

Para menores de idade, o processo de reconhecimento da cidadania é mais simples. Caso os pais sejam italianos nascidos fora da Itália, devem declarar a vontade de adquirir a cidadania do filho dentro de um ano de seu nascimento ou adoção. Se isso não for feito, o menor que morar por dois anos contínuos no país europeu também pode solicitar a cidadania.

Há exceções?
Uma regra de transição foi estabelecida apenas para menores de idade que sejam filhos de italianos

Uma regra de transição foi estabelecida para os filhos de italianos menores de idade na data em que o decreto for convertido em lei: a declaração da vontade de aquisição da cidadania poderá ser feita até 31 de maio de 2026 para os descendentes com até 18 anos de idade, desde que um dos pais já seja italiano ou tenha dado entrada no pedido de cidadania até 27 de março de 2025. ●

VEM AÍ A NOVA TEMPORADA
Desafio paladar
ESTADÃO

GRANDES CHEFS e UM DESAFIO: criar receitas inéditas com ingredientes inusitados

Realização: ESTADÃO 150 paladar 20 anos
Criação: ESTADÃO BLUE STUDIO
Apresentação: JBS
ACOMPANHE NAS PLATAFORMAS DO PALADAR

PREVISÃO DO TEMPO
Para São Paulo - Capital
Baseada na geocoordenada da Praça da Bandeira | Última Atualização: 20/05


HOJE: MANHÃ 19° — 0%


HOJE: TARDE 24° — 10%


HOJE: NOITE 19° — 0%

VOLUME DE CHUVA: 0MM

UMIDADE RELATIVA: 40 a 95%

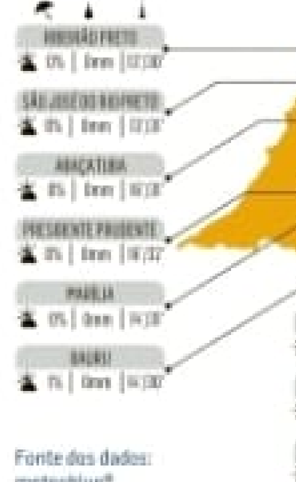
AMANHÃ	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
17°/22°	17°/21°	16°/22°	15°/25°


SOL: NASCENTE: 6h35 POENTE: 17h31


LUA MINGUANTE

MINGUANTE	20/05	8h58
NOVA	27/05	00h02
CRESCENTE	03/06	00h40
CHEIA	11/06	04h43

Regiões do Estado de SP — Chance de Chuva | Volume de Chuva | Temperaturas (mín./máx.)





Fonte dos dados: meteoblue®

Precipitação Média: 100mm, 50mm, 25mm, 10mm, 5mm, 2mm, 1mm

Capitais	CHOVE?	VOL.MÉDIO	MÍN./MÁX.
ARACAJU	80%	4mm	25°C/28°C
BELÉM	70%	10mm	24°C/30°C
BELO HORIZONTE	0%	0mm	14°C/24°C
BOA VISTA	50%	5mm	25°C/29°C
BRASÍLIA	0%	0mm	15°C/22°C
CAMPO GRANDE	0%	0mm	21°C/28°C
CUIABÁ	0%	0mm	23°C/31°C
CURITIBA	90%	11mm	15°C/20°C
FLORIANÓPOLIS	95%	20mm	18°C/21°C
FORTALEZA	60%	4mm	25°C/29°C
GOIÂNIA	0%	0mm	15°C/26°C
JOÃO PESSOA	80%	51mm	24°C/28°C
MACAPÁ	80%	2mm	25°C/30°C
MACEIÓ	70%	11mm	23°C/27°C
MANAUS	55%	6mm	24°C/29°C
NATAL	60%	6mm	23°C/27°C
PALMAS	25%	2mm	23°C/34°C
PORTO ALEGRE	0%	0mm	14°C/18°C
PORTO VELHO	15%	0mm	25°C/29°C
RECIFE	80%	44mm	24°C/27°C
RIO BRANCO	60%	2mm	23°C/29°C
RIO DE JANEIRO	0%	0mm	22°C/25°C
SALVADOR	35%	6mm	23°C/27°C
SÃO LUÍS	80%	10mm	24°C/29°C
TERESINA	65%	11mm	24°C/29°C
VITÓRIA	0%	0mm	19°C/29°C

Mundo	FUSO	MÍN./MÁX.
ASSUNÇÃO	0h	21°C/24°C
ATENAS	+6h	19°C/26°C
BARCELONA	+5h	19°C/23°C
BERLIM	+5h	11°C/23°C
BRUXELAS	+5h	11°C/20°C
BUENOS AIRES	0h	8°C/15°C
CARACAS	-1h	22°C/37°C
CIDADE DO MÉXICO	-3h	18°C/37°C
ESTOCOLMO	+5h	6°C/10°C
GENEBRA	+5h	12°C/18°C
JOANESBURGO	+5h	11°C/21°C
LIMA	-2h	18°C/19°C
LISBOA	+4h	16°C/25°C
LONDRES	+4h	10°C/19°C
LOS ANGELES	-6h	16°C/28°C
MADRID	+5h	12°C/24°C
MIAMI	-1h	27°C/30°C
MONTEVIDÉU	0h	11°C/13°C
MOSCOU	+6h	9°C/15°C
NOVA YORK	-1h	11°C/16°C
PARIS	+5h	13°C/25°C
ROMA	+5h	18°C/25°C
SANTIAGO	-1h	10°C/18°C
SYDNEY	+13h	16°C/19°C
TEL-AVIV	+6h	18°C/22°C
TÓQUIO	+12h	21°C/28°C
TORONTO	-1h	9°C/11°C
WASHINGTON	-1h	14°C/27°C

Saúde

CFM amplia indicação de bariátrica e reduz as exigências a adolescente

Resolução recomenda cirurgia a pessoa com IMC 35 e permite que jovem de 16 anos seja elegível com mesmos critérios de adultos

LAYLA SHASTA

Um novo consenso sobre cirurgia bariátrica e metabólica foi divulgado ontem pelo Conselho Federal de Medicina (CFM). A entidade sugere ampliar o grupo de pessoas elegíveis para esse tipo de procedimento, reduzindo as exigências para adolescentes e englobando pessoas com índice de massa corporal (IMC) menor do que 35, desde que possuam doenças associadas.

A nova resolução também aborda como deve ser a estrutura hospitalar para realizar esse tipo de procedimento e quais os métodos cirúrgicos mais recomendados.

ADOLESCENTES. Antes, adolescentes entre 16 e 18 anos só podiam fazer a cirurgia caso se enquadrassem em padrões específicos, como ter as cartilagens das epífises de crescimento dos punhos consolidadas.

Além disso, menores de 16 anos só eram autorizados a passar pelo procedimento se estivessem participando de pesquisas científicas, uma vez que a cirurgia nessa faixa etária era considerada experimental.

Agora, diante de estudos longitudinais que demonstraram a segurança e a eficácia das cirurgias, pacientes a partir de 16 anos poderão ser elegíveis ao tratamento, seguindo os mesmos critérios dos adultos, desde que compreendam os riscos e a necessidade de mudança de hábitos de vida inerente ao procedimento.

Em situações excepcionais, adolescentes de 14 ou 15 anos também poderão ser operados. Para isso, deverão apresentar obesidade grave (IMC acima de 40) associada a riscos clínicos relevantes. A decisão deverá ser avaliada por uma equipe multidisciplinar e a família. "Se ele (*o adolescente*) preencher todos os pré-requisitos, tem condição de realizar o procedimento. Antes, não tínhamos estudos efetivos que mostrassem isso, mas pesquisas nacionais e internacionais evidenciaram que a cirurgia também tem benefícios e segurança para essas crianças", afirma o médico Sérgio Tamura, relator da nova resolução.

IMC. Também houve a ampliação do perfil de pacientes elegíveis ao procedimento cirúrgico com base no IMC, calculado a partir do peso em quilos dividido pelo quadrado da altura em metros.

A partir de agora, pessoas com IMC entre 30 e 34,9 poderão ser submetidas à cirurgia, desde que apresentem comorbidades graves, como diabete tipo 2 de difícil controle, apneia obstrutiva do sono ou esteatose hepática avançada. Até agora, o limite mínimo para ser elegível era de 35, com doenças associadas. Segundo Tamura, a medida reforça que a cirurgia bariátrica não tem finalidade estética. Ela visa a reduzir os riscos ligados à obesidade e melhorar a qualidade de vida.

> **Situações excepcionais**
> **Adolescente de 14 ou 15 anos poderá ser operado se tiver obesidade grave associada a risco clínico**

Outro destaque da norma é a atualização das técnicas cirúrgicas permitidas. Foram mantidas como principais opções o bypass gástrico e a gastrectomia vertical (chamada também de sleeve), procedimentos considerados seguros e eficazes. Por outro lado, técnicas como a banda gástrica ajustável e a cirurgia de Scopinaro foram oficialmente contraindicadas. ●

SÃO PAULO RECLAMA

Leitor pede reparo de via esburacada no centro

Reclamação de Ricardo Ferreira: "Gostaria de cobrar da Prefeitura de São Paulo o conserto de um buraco que está há meses sem qualquer resolução. Ele está localizado na Rua Professor Cesare Lombroso, no Bom Retiro, centro de São Paulo. O buraco está aberto e com sinalização no local desde o começo de fevereiro deste ano. Há muito tempo, como eu disse, causando transtornos aos munícipes. Agradeço a atenção do jornal para me ajudar a cobrar das autoridades o conserto deste buraco na via localizada no Bom Retiro."

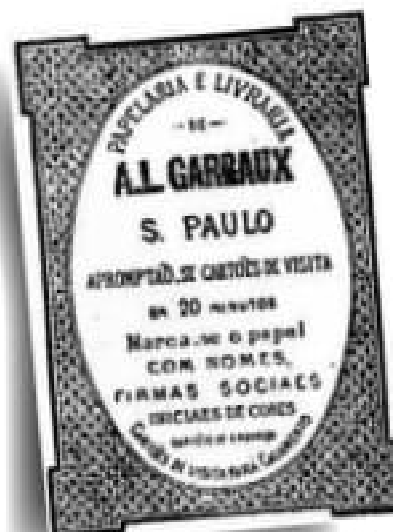
Resposta da Prefeitura de São Paulo por meio dos órgãos responsáveis: "A Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) informa que uma viatura foi deslocada para o cruzamento, onde foi confirmada a falha. A equipe de manutenção foi acionada para restabelecer o funcionamento do equipamento o mais breve possível. A Secretaria Municipal das Subprefeituras (SMSUB) concluiu a reforma da galeria localizada na Rua Professor Cesare Lombroso, no bairro do Bom Retiro, na altura do número 305. No momento, a Secretaria Municipal das Subprefeituras (SMSUB) aguarda o tempo adequado para realizar o acabamento asfáltico." ●


Teve algum direito como cidadão ou consumidor desrespeitado? O blog Seus Direitos pode ajudar. Envie suas reclamações, com os devidos documentos, dados pessoais e contatos, além do nome dos envolvidos na questão, para o **spreclama@estadao.com**

HÁ 150 ANOS

Desastre

No dia 18, por ocasião do exame da linha Sorocabana por parte da comissão de engenheiros nomeada pela presidencia, passou a locomotiva por cima de um pobre trabalhador que se embriagára e deitára-se sobre os trilhos (...) Levado a S. Roque, ahi lhe prestaram os primeiros socorros, e, não sendo possível nesta localidade, fazer a amputação das pernas, trataram os engenheiros de trazer o ferido para S. Paulo. Infelizmente expirou elle cinco minutos depois de partir de S. Roque. ●



CORREÇÕES

Palmeiras. Diferentemente do publicado em Esportes (19/5, pág. A22), o Palmeiras enfrenta o Ceará amanhã, em casa, pela Copa do Brasil.

Este espaço se destina à correção de erros publicados na edição impressa do **ESTADÃO**. Você pode colaborar enviando e-mail para **correcoes@estadao.com**. As correções abrangem erros como: de informação, nome, cargo, dados numéricos, entre outros.

LOTERIA

Para ver os resultados, aponte a câmara do seu celular para o QR Code ou acesse: **https://loterias.estadao.com.br/mega-sena.**

FALECIMENTOS

Para publicar anúncio fúnebre: Balcão Limão ● (11) 3856-2139 / (11) 3815-3523 / WHATSAPP (11)99123-8351. ● Atendimento de 2ª a 6ª das 8h30 às 21h horas. Sábado das 10h às 20h. Domingo das 14h às 20h ● Só serão publicadas notícias de falecimento/missa encaminhadas pelo e-mail **falecimentos@estadao.com**, com nome do remetente, endereço, rg e telefone.

Como acionar o serviço funerário na cidade de São Paulo:

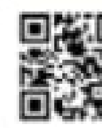
Na capital paulista, toda a prestação dos serviços cemiteriais e funerários é feita por meio de quatro concessionárias autorizadas: **Consolare**, **Cortel**, **Maya** e **Velar SP**, de acordo com a SP-Regula. Não há funerárias particulares.

Após o falecimento de uma pessoa, o primeiro passo é procurar as agências indicadas, para realizar a contratação dos serviços. O contratante deve ser, preferencialmente, parente do falecido(a), pois se responsabilizará pelas informações declaradas.

O munícipe pode ainda encontrar informações detalhadas de como contratar o serviço funerário pelo telefone 156 ou pelo Portal 156 (sp156.prefeitura.sp.gov.br/portal).

Site das concessionárias

Consolare:
https://consolare.com.br
Cortel SP:
https://www.cortelsp.com.br
Grupo Maya:
https://grupomaya.com.br/
Velar:
https://velarspfuneraria.com.br/


NA WEB
O munícipe pode ainda encontrar informações detalhadas de como contratar o serviço funerário neste link **https://www.prefeitura.sp.gov.br**

Saúde

Casos de febre amarela triplicam nas Américas

LAYLA SHASTA

Os casos de febre amarela na região das Américas triplicaram em 2025 em comparação com o mesmo período em 2024, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS).

Até 2 de maio, foram confirmados 212 casos em cinco países, ante 61 no ano passado – aumento de 247%. O Brasil concentra a maioria das infecções, com 110 casos e 44 mortes. Também houve registros neste ano em Bolívia, Colômbia, Equador e Peru.

Ao todo, 85 mortes já foram relatadas à OMS. O dado representa uma taxa de letalidade de 40%, considerada alta, mas varia segundo a localidade. No Equador, por exemplo, os 4 casos reportados resultaram em óbito (100% de letalidade).

Em 2024, casos humanos de febre amarela foram notificados principalmente na região amazônica de Bolívia, Brasil, Colômbia, Guiana e Peru. Este ano, porém, os casos foram detectados principalmente em outras áreas, incluindo o interior de São Paulo. No Estado, foi registrado o maior número de mortes pela doença em 7 anos: 55 casos e 31 mortes.

Houve notificação também nos Estados de Minas, com 10 casos e 5 mortes; Pará, com 44 casos e 7 mortes; e Tocantins, com 1 caso fatal. A maioria dos infectados era do sexo masculino, representando 89,6% dos pacientes; as idades variaram entre 10 e 75 anos. Apenas uma pessoa tinha registro de vacinação contra febre amarela.

Dados da OMS
Entre os países do continente, o Brasil tem a maioria das infecções, com 110 casos e 44 mortes

Todos os pacientes relataram exposição a áreas selvagens ou florestais, em atividades ocupacionais ou recreativas. Ainda assim, não é possível ignorar que a doença pode ter um ciclo urbano. Para a OMS, o risco à saúde pública nos países afetados é considerado alto, especialmente diante da queda nas vacinações desde a pandemia de covid-19. "O aumento de casos confirmados de febre amarela nas Américas destacou a necessidade de fortalecer a vigilância, a vacinação de populações em risco e as estratégias de comunicação de risco", diz.

A DOENÇA. A febre amarela é causada por um arbovírus transmitido aos humanos principalmente pela picada de mosquitos *Haemagogus* e *Aedes aegypti*. A transmissão ocorre por dois diferentes tipos de ciclos, o silvestre e o urbano. No ciclo silvestre, os macacos são os principais hospedeiros e os vetores são mosquitos dos gêneros *Haemagogus* e *Sabethes*. Os humanos atuam como hospedeiros acidentais ao frequentarem áreas de mata.

Já no ciclo urbano, os seres humanos são os únicos hospedeiros com importância epidemiológica e a transmissão ocorre por meio de mosquitos *Aedes aegypti* infectados. A vacinação é a forma mais eficaz de combate à doença. Hoje, o calendário vacinal prevê uma dose aos 9 meses de idade e outra aos 4 anos. Em pessoas com mais de 5 anos não vacinadas previamente, utiliza-se o esquema de dose única. O imunizante é oferecido gratuitamente em postos de saúde de todo o País. ●

LEILÃO ONLINE DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
2 TERRENOS
SANTA CRUZ, ITATIBA/SP

FÁCIL ACESSO AO CENTRO DE ITATIBA E ÀS RODOVIAS DOM PEDRO I E ENG. CONSTÂNCIO CINTRA (SP-360), CONECTANDO ITATIBA A CAMPINAS, JUNDIAÍ E SÃO PAULO




DESOCUPADOS
250M² CADA

1º LEILÃO
05/06/2025 · 13H
LANCE MÍNIMO
R$203.220,00
(CADA)

2º LEILÃO
12/06/2025 · 13H
LANCE MÍNIMO
R$137.414,25
(CADA)

Sr. Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 581, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo GDU Itatiba Desenvolvimento Urbano S/A, inscrita no CNPJ n.o 21.976.024/0001-50, com domicílio na cidade de São Paulo/SP, promoverá a venda em Leilão (1o ou 2o) do imóvel abaixo descritos, nas datas, hora e local infra citados, na forma da Lei 9.514/97. Localização dos imóveis: LOTE 001: Localização do imóvel: Um terreno constituído pelo Lote 12 da Quadra G, do loteamento denominado Reserva do Parque, com nome comercial de Quinta dos Bons Ventos, localizada na Av. Luiz Jarussi, S/N, bairro Santa Cruz, com área total de 250,00m2, melhor descrito e caracterizado na Matrícula sob o nº 067.651 do Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Itatiba/SP. (Desocupado). LOTE 002: Localização do imóvel: Um terreno constituído pelo Lote 05 da Quadra G, do loteamento denominado Reserva do Parque, com nome comercial de Quinta dos Bons Ventos, localizada na Av. Luiz Jarussi, S/N, bairro Santa Cruz, com área total de 250,00m2, melhor descrito e caracterizado na Matrícula sob o nº 067.644 do Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Itatiba/SP. (Desocupado). Obs.1: O imóvel está sendo leiloado no estado em que se encontra, tanto em termos físicos quanto em termos documentais, cabendo exclusivamente ao comprador se informar antecipadamente sobre tais estados e efetuar seus lances considerando possíveis regularizações posteriores ao leilão; Obs.2: Eventuais averbações, regularizações e registros referente a construção e/ou demolição, deverão ser apurados e pagos pelo arrematante junto aos órgãos competentes. Condição de pagamento: à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 24 horas de antecedência ao evento. O Ex-Devedor Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela Lei nº 14.711, de 2023. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: www.sodresantoro.com.br . Para mais informações - tel.: (11) 2464-6464 – E-mail: af@sodresantoro.com.br.



SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244

WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.



SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 581

Alternância de sorotipos mantém dengue em alta

Este ano é o 9.º em uma década e meia – e o 3.º seguido – em que o total de casos prováveis de dengue no País supera 1 milhão. Dados do Ministério da Saúde sugerem que a doença tem comportamento cíclico: um ano com muitos casos costuma ser seguido de outros em que a frequência cai, provavelmente porque grande parte da população fica imune ao sorotipo do vírus em circulação.

Havia, porém, 1,23 milhão de casos suspeitos até o início de maio. É uma queda importante (de 81,3%) em relação a 2024 – ano que foi recordista histórico, com 6,6 milhões de casos prováveis e 6.264 óbitos confirmados. Mesmo com a redução, o total de 2025 ainda se mantém próximo do de 2022, (1,42 milhão de casos) e de 2023 (1,65 milhão). Uma possível explicação é a presença simultânea no País dos 4 sorotipos do vírus (DENV-1, DENV-2, DENV-3 e DENV-4). No Brasil, porém, eles circulam de forma alternada nas diferentes regiões, e a resposta imunológica gerada contra um deles não necessariamente impede a infecção pelos demais. ● GISELLE SOARES (REVISTA PESQUISA FAPESP)

Copa do Brasil

Sem sustos, São Paulo volta a vencer o Náutico e avança às oitavas de final

Equipe do técnico Luis Zubeldía supera má qualidade do gramado do Estádio dos Aflitos e conquista vitória por 2 a 1; Luciano e Rodriguinho marcam os gols da equipe

LEONARDO CATTO

O São Paulo está nas oitavas de final da Copa do Brasil. O time voltou a vencer o Náutico por 2 a 1, mesmo placar feito no primeiro jogo, no MorumBis, agora nos Aflitos, no Recife.

A mobilização dos torcedores da casa contagiou os jogadores do Náutico, mas não houve vontade que superasse a má qualidade do gramado dos Aflitos, principal adversário dos dois times. As 16 mil pessoas no jogo garantiram a maior renda da história do estádio, com R$ 1,6 milhão.

O São Paulo tenta, agora, vencer a segunda seguida no Campeonato Brasileiro, após bater o Grêmio, na última rodada. O adversário será o Mirassol, no sábado, no MorumBis.

Luciano, que já havia feito os dois gols na vitória por 2 a 1 no primeiro jogo, em São Paulo, frustrou a festa. Ele aumentou a vantagem logo aos três minutos, de cabeça, após escanteio cobrado por Oscar.

A situação ficou ainda mais difícil para os pernambucanos quando Marquinhos entrou de sola em Cédric. O árbitro Jonathan Benkenstein Pinheiro deu amarelo, mas, após revisão expulsou o meia. O jogador saiu pedindo desculpas e foi aplaudido pelos torcedores.

O São Paulo manteve pressão, mas não ampliou o placar. A reviravolta na primeira etapa aconteceu quando Ferraresi deu carrinho em Igor Fernandes. O roteiro foi o mesmo de Marquinhos: amarelo, mas revisão que aplicou vermelho.

PRESSÃO. O time pernambucano reagiu e dominou as ações. A bola rolava com dificuldade no campo, e a equipe precisava apelar para cruzamentos. Ficou ainda mais difícil quando começou uma chuva torrencial no Recife.

O técnico Hélio dos Anjos voltou para o segundo tempo com uma formação mais ofensiva. O Náutico continuou a empurrar o São Paulo para o campo de defesa, mas sem criar chances reais. O campo, castigado pela chuva, virou adversário para os dois times.

Os são-paulinos puderam ampliar em rara chance na segunda etapa. Cédric cruzou para André Silva, mas o atacante perdeu o tempo de bola e finalizou por cima do gol.

O centroavante saiu e deu lugar a Ryan Francisco, convocado pela torcida são-paulina. Foi o garoto que quase ampliou, cara a cara com Muriel. A defesa do goleiro sobrou para Rodriguinho, que bateu da intermediária e ampliou.

Os 16 mil torcedores do Náutico finalmente comemoraram quando Hélio Borges marcou após escanteio. O gol chegou a ser anulado por impedimento, mas o VAR confirmou a posição legal. Entretanto, mesmo aguerrido, o Náutico não conseguiu protagonizar uma remontada. ●

RUBENS CHIRI / SÃO PAULO FC



O atacante Luciano comemora após marcar o primeiro gol do São Paulo, ontem, no Estádio dos Aflitos

Campeonato Brasileiro
O São Paulo recebe o Mirassol no sábado às 18h30, em partida válida pela 10ª rodada do torneio

COPA DO BRASIL - VOLTA DA 3ª FASE

NÁUTICO 1 × SÃO PAULO 2

Gols: Luciano, aos 3 do 1º Tempo.; Rodriguinho, aos 29, e Hélio Borges, aos 39 minutos do 2º Tempo.
NÁUTICO: Muriel; Arnaldo (M. Ytalo), Rayan, Carlinhos e Igor; Marco Antônio e Auremir (Igor Pereira); Patrick Allan (Thalissinho), Marquinhos e Kelvin (Caio Vitor); Bruno Mezenga. **Técnico:** Hélio dos Anjos.
SÃO PAULO: Rafael; Ferraresi, Arboleda, Alan Franco e Enzo Díaz; Alisson (P. Maia) e Oscar; Cédric (Bobadilla), Luciano (Ruan) e L.Ferreira (Rodriguinho); André Silva (Ryan Francisco). **Técnico:** Luis Zubeldía.
Árbitro: Jonathan Benkenstein Pinheiro (RS). **Amarelos:** Wellerson, Carlinhos, Enzo Díaz e Rodriguinho. **Vermelhos:** Marquinhos e Ferraresi. **Público:** 16.832 presentes. **Renda:** R$ 1.600.968,00. **Local:** Estádio dos Aflitos, no Recife.

Corinthians aposta na defesa para se classificar com tranquilidade

RODRIGO SAMPAIO



O Corinthians sobe ao gramado da Neo Química Arena hoje, às 21h30, para enfrentar o Novorizontino no segundo jogo do confronto pela terceira fase da Copa do Brasil. A equipe do Parque São Jorge venceu a partida de ida, em Novo Horizonte, por 1 a 0 e tem a vantagem do empate. O time do interior paulista precisa derrotar os corintianos por dois gols de diferença para se classificar às oitavas ou vencer por um gol de diferença para decidir a vaga nas cobranças de pênaltis.

Para avançar com tranquilidade, o Corinthians mira chegar ao terceiro jogo consecutivo sem levar gols desde a chegada do técnico Dorival Júnior. O time alvinegro vem de vitórias sobre o Racing de Montevidéu, no Uruguai, pela Copa Sul-Americana, e o Santos, pelo Brasileirão, ambas pelo placar de 1 a 0. Antes, a equipe alvinegra acumulou três partidas consecutivas vendo o adversário balançar as redes.

Ajustar a defesa era uma das principais missões de Dorival Júnior em sua chegada ao Corinthians. O time sofreu 35 gols em 31 partidas no ano. Com o treinador, são cinco em seis jogos. Por outro lado, a equipe foi às redes em nove oportunidades.

A tendência é que Dorival arme o time com força máxima. O treinador deve permanecer improvisando o zagueiro Félix Torres na lateral-direita com a ausência de Matheuzinho. No ataque, Talles Magno e Ángel Romero brigam pela vaga de Memphis Depay, que também está fora por lesão.

"Em casa, temos que 'matar' o jogo desde o início. Temos que ser competitivos. Não vai ser fácil. Eles são uma equipe forte e nós temos que começar o jogo bem agressivos e convencidos de ganhar", comentou o atacante Hector Hernández, que fez o gol da vitória na partida de ida – ele é o primeiro espanhol a fazer um gol na história da Copa do Brasil. ●

COPA DO BRASIL - VOLTA DA 3ª FASE

CORINTHIANS × NOVORIZONTINO

CORINTHIANS: Hugo Souza; Félix Torres, André Ramalho, Cacá e Angileri (Bidu); Raniele, Martínez, André Carrillo e Igor Coronado (Breno Bidon); Romero (Talles Magno) e Yuri Alberto. **Técnico:** Dorival Júnior.
NOVORIZONTINO: Jordi; Rodrigo Soares, Rafael Donato, Patrick e Patrick Brey; Jean Irmer, Willian Farias, Luís Oyama e Matheus Frizzo; Nathan Fogaça e Pablo Dyego.
Técnico: Umberto Louzer.
Árbitro: Davi de Oliveira Lacerda
Horário: 21h30. **Local:** Neo Química Arena, em São Paulo (SP).

Crise sem fim

Palmeiras é um dos dois clubes a não assinar lista de exigências à CBF

Alviverde apoia candidatura de Samir Xaud à presidência da CBF e evita ambiente de cobrança às vésperas da eleição

BRUNO ACCORSI
RODRIGO SAMPAIO



ALEX SILVA/ESTADÃO–21/10/2024

Leila Pereira, presidente do Palmeiras, apoia Samir Xaud

A lista de exigências à Confederação Brasileira de Futebol (CBF), feita em conjunto pelos clubes da Liga Futebol União (LFU) e da Liga Brasileira de Futebol (Libra), teve apoio de 38 das 40 agremiações das Séries A e B que têm direito a voto na eleição da entidade. Conforme apurado pelo **Estadão**, apenas Palmeiras e Remo não apoiaram a iniciativa.

O Palmeiras é um dos clubes que apoiam a candidatura de Samir Xaud. Segundo apurou a reportagem, o Alviverde decidiu não subscrever o manifesto produzido pelas equipes que compõem a LFU e a Libra por entender não ser o momento para realizar cobranças, e que o futuro presidente da CBF precisa de tranquilidade para trabalhar e cumprir os objetivos estabelecidos pela gestão.

Na segunda-feira, os clubes da Libra e da LFU publicaram nota oficial exigindo uma série de mudanças no futebol brasileiro. Entre as mais pertinentes estão o apoio à criação de uma liga independente e a mudança no processo eleitoral da CBF, cujo regimento dá maior peso aos votos das federações na escolha do mandatário.

"O futuro do futebol brasileiro é inegociável para nós. E os Clubes brasileiros estão juntos, mobilizados e conscientes de que este momento, de mais uma eleição conturbada para a escolha da próxima liderança à frente da CBF, demanda ações e medidas objetivas de transformação, transparência e modernização do nosso futebol", diz a nota.

Seleção brasileira
Carlo Ancelotti divulgará 1ª lista de convocados para jogos nas Eliminatórias na segunda-feira

Apenas dez clubes da primeira e da segunda divisões assinaram a chapa de Xaud: Palmeiras, Botafogo, Vasco, Grêmio, CRB, Criciúma, Amazonas, Paysandu, Remo e Volta Redonda.

Os demais apoiavam a candidatura de Reinaldo Carneiro Bastos, presidente da Federação Paulista de Futebol (FPF). Apesar de ter 30 clubes ao seu lado, o dirigente paulista não conseguiu registrar a candidatura porque não angariou o apoio de ao menos oito federações, conforme determina o estatuto da CBF.

A presidente do Palmeiras, Leila Pereira, aliada de Ednaldo Rodrigues, até sábado, quando os postulantes à presidência da CBF anunciaram a pré-candidatura, não demonstrava apoio a nenhum dos possíveis candidatos. Posteriormente, ela afirmou que Xaud era quem tinha "as melhores propostas".

Cabe ressaltar que parte considerável do corpo de dirigentes da gestão de Ednaldo será mantido com Xaud, como o Fernando Sarney, nomeado interventor da CBF pela Justiça do Rio.

Sarney marcou a eleição para domingo, quando Xaud será aclamado novo presidente da CBF no lugar de Ednaldo Rodrigues, que desistiu dos embargos no Supremo Tribunal Federal (STF) e não tentará retornar ao comando da entidade. ●

Violência

Torcedor do Flamengo é condenado a 14 anos de prisão pela morte de palmeirense

O Tribunal de Justiça de São Paulo condenou Jonathan Messias Santos da Silva a 14 anos de prisão pela morte de Gabriela Anelli, torcedora do Palmeiras atingida por estilhaços de uma garrafa antes de partida entre o Alviverde e o Flamengo, em julho de 2023. Messias foi identificado como autor do ato que culminou na morte da jovem de 23 anos e estava preso desde agosto do ano do ocorrido. Ele vai recorrer da decisão. ●

Tênis

Thiago Wild estreia com vitória no qualificatório de Roland Garros

Thiago Wild estreou com vitória no qualifying (qualificatório) de Roland Garros. O tenista número 2 do Brasil superou o japonês Yasutaka Uchiyama, 205.º do ranking, por 2 sets a 0, com duplo 6/3, e avançou à segunda rodada. Wild precisa vencer mais duas partidas para entrar na chave principal do torneio francês. Ele tenta se juntar a João Fonseca e Thiago Monteiro, já garantidos, assim como Bia Haddad, no feminino. ●

Tênis de Mesa

Hugo Calderano atropela tunisiano e avança à 3ª rodada do Mundial

Hugo Calderano confirmou o favoritismo e venceu sua segunda partida no Mundial de tênis de mesa, disputado em Doha, no Catar. O atual número três do ranking mundial atropelou o tunisiano Wassim Essid, número 149 do ranking, por 4 a 0, com parciais de 11/05, 11/03, 11/05, 11/04, e avançou à terceira rodada. Agora, ele terá pela frente um adversário mais complicado: o casaque Kirill Gerassimenko (59.º). ●

O MELHOR DA TV

TÊNIS
● ATP 500 de Hamburgo
11h / ESPN 2

FUTEBOL
● Brasileirão Feminino
RB Bragantino x Fluminense
14h45 / SporTV 2
América-MG x Corinthians
16h15 / SporTV
● Campeonato Saudita
Al Shabab x Al-Ittihad
14h45 / BandSports
● Liga Europa - Finalíssima
Tottenham x Manchester United
16h / Band e CazéTV
● Sul-Americano Fem. Sub-17
Brasil x Chile
19h / SporTV 2
● Copa do Brasil
Fortaleza x Retrô
19h / SporTV e Premiere
Aparecidense x Fluminense
19h30 / Prime Vídeo
Bahia x Paysandu
19h30 / Prime Vídeo
Atlético-MG x Maringá
21h30 / Prime Vídeo
Corinthians x Novorizontino
21h30 / SporTV e Premiere
Flamengo x Botafogo-PB
21h30 / Prime Vídeo

BASQUETE
● NBA
New York Knicks x Indiana Pacers
21h / Prime Vídeo

Manipulação de resultados

Jogador do Juventude é alvo de operação no Sul

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado do Ministério Público do Rio Grande do Sul (Gaeco/MP-RS) cumpriu dois mandados de busca, ontem, um deles na casa do atacante Ênio, do Juventude, em Caxias do Sul (RS). O Gaeco investiga o atleta e outros suspeitos, não identificados, por suspeita de manipulação de resultados no futebol brasileiro. O jogador ainda não se manifestou sobre a operação.

Ele é suspeito de ter recebido dois cartões amarelos, em duas partidas pela Série A do Campeonato Brasileiro deste ano, com o aparente objetivo de favorecer apostas. Segundo o Gaeco, a própria Confederação Brasileira de Futebol (CBF) teria recebido um alerta das casas de apostas por movimentações acima do considerado normal para um cartão envolvendo o jogador e outras pessoas ligadas ao alvo, no mês passado e também em maio. Os valores apostados não foram divulgados.

Um dos mandados de busca aconteceu no próprio estádio Alfredo Jaconi, no armário de uso pessoal do jogador, segundo os responsáveis pela investigação. Em nota, a direção do Juventude informou que também forneceu acesso ao centro de treinamento.

"Reiteramos nosso compromisso com a integridade e a transparência, e continuamos à disposição das autoridades para colaborar com o que for necessário", registrou o Juventude. ●

Sport Club Corinthians Paulista
CNPJ nº 61.902.722/0001-26

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ilmos(as). Srs(as). Conselheiros(as): O Presidente do Conselho Deliberativo, no uso de suas atribuições estatutárias, art. 81, "E", art. 82, II, combinados com art. 107, "E", **CONVOCA** todos os seus pares para comparecerem à reabertura da reunião extraordinária iniciada em **20 de Janeiro de 2025**, cujos trabalhos foram suspensos por deliberação unânime do Plenário deste colegiado, com a concordância da defesa técnica do senhor Presidente da Diretoria, que ocorrerá no próximo dia **26 de Maio de 2025**[1], nas dependências do Salão Nobre do Sport Club Corinthians Paulista, localizado no Edifício da Sede Social do Parque São Jorge, na Rua São Jorge, nº 777, São Paulo, Capital, às 18h00 em primeira chamada com a presença de metade mais um dos membros do Conselho Deliberativo, e às 19h00 em segunda chamada com qualquer número de Conselheiros(as) presentes, com a seguinte ordem do dia:

a) Palavra do Presidente da Comissão de Ética e Disciplina por até 30 (trinta) minutos (art.107, "f");
b) Palavra do Presidente da Diretoria (facultado o uso de representante exclusivamente para este ato)[2] por até 30 (trinta) minutos (art.107, "f");
c) Votação do pedido de destituição do Presidente da Diretoria em escrutínio secreto (art.107, "g");
d) Apuração e proclamação do resultado;
e) Várias.

São Paulo, 13 de maio de 2025
Romeu Tuma Junior
Presidente do Conselho Deliberativo

[1] As justificativas de ausência só serão aceitas se enviadas para o e-mail da secretaria do CD até uma hora antes da reunião.
[2] Súmula Vinculante 5 - STF: A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.

Eufrázio


KAMRAN JEBREILI/AP-1/7/2023

Magnus Carlsen é considerado o melhor enxadrista da atualidade

Disputa pela internet

Empate no duelo do 'Mozart do xadrez' contra 143 mil rivais

Enxadristas decidiam movimentos por votação online e pararam o norueguês Magnus Carlsen, lenda da modalidade

O norueguês Magnus Carlsen, apelidado de 'Mozart do xadrez' e reconhecido como um dos melhores enxadristas de todos os tempos, enfrentou um desafio sem precedentes ao empatar com uma equipe formada por 143 mil jogadores em uma partida online.

Este duelo, que durou mais de um mês e meio, é agora considerado o maior jogo online na história do xadrez. A partida foi organizada pelo site Chess.com – ele teve início no dia 4 de abril e terminou apenas ontem. O desafio 'Carlsen contra o mundo' colocou o grande mestre, de 34 anos, frente a frente com jogadores amadores globais, que decidiam seus movimentos por votação online, tendo cada lado 24 horas para fazer uma jogada.

Carlsen, que disputou o jogo com as peças brancas, expressou suas impressões sobre o confronto: "Logo após a abertura, senti que estava um pouco melhor. Mas sinceramente, depois disso, eles não me deram a menor chance." Ele elogiou a equipe adversária, afirmando que "a equipe Mundo jogou um xadrez muito sólido desde o início. Talvez não tenham optado pelas opções mais arrojadas, mas mantiveram-se mais na linha do xadrez normal – o que nem sempre é a melhor estratégia, mas funcionou bem."

O empate foi forçado na jogada 32, após a equipe Mundo dar xeque ao rei de Carlsen três vezes no mesmo canto do tabuleiro, uma situação da qual o norueguês não conseguiu escapar. Este resultado foi alcançado pela regra de "repetição tripla", que declara um empate quando todas as peças no tabuleiro assumem a mesma posição três vezes. Especialistas consideraram o resultado surpreendente, já que o Chess.com havia previsto uma vitória significativa para Carlsen.

A partida que demorou 46 dias para terminar foi disputada no estilo xadrez livre, no qual as peças, exceto os peões, são colocadas aleatoriamente no início do jogo. Este formato é apreciado por sua capacidade de incentivar a criatividade e reduzir a dependência da memorização.

HISTÓRICO. Antes de Carlsen, apenas dois enxadristas haviam aceitado o desafio de enfrentar amadores pela internet: o lendário russo Garry Kasparov, que venceu mais de 50 mil pessoas em 1999, e o indiano Viswanathan Anand, que superou 70 mil jogadores 25 anos depois, em partida realizada no ano passado.

Carlsen é considerado um dos maiores jogadores de xadrez de todos os tempos. Ele se tornou grande mestre aos 13 anos e alcançou o topo do

Número 1
Atual líder mundial, Carlsen se tornou Grande Mestre de xadrez aos 13 anos

ranking mundial aos 19 anos, em 2010. Em 2014, ele atingiu a mais alta classificação Elo (sistema de pontuação usado para calcular a habilidade relativa dos jogadores de xadrez e que foi desenvolvido pelo físico e estatístico húngaro-americano Arpad Elo na década de 1960) já registrada, com 2882 pontos. Dominando o cenário mundial do xadrez por uma década (de 2013 a 2023), Carlsen conquistou cinco Campeonatos Mundiais neste período. ●

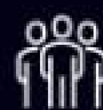
JBS
APRESENTA
prêmio paladar
ESTADÃO



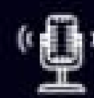
AGOSTO 2025

O portal referência em **GASTRONOMIA**, **RECEITAS** e **NOTÍCIAS** elege os melhores **BARES** e **RESTAURANTES** de São Paulo.

E mais
HONRA AO MÉRITO
História, criatividade e talentos que impulsionam o setor na cidade.


MARATONA SOCIAL

HUB DIGITAL

GUIA GASTRONÔMICO

QUADRO NA RÁDIO ELDORADO

Realização: ESTADÃO 150 paladar 20 anos
Parceria: ESTADÃO BLUE STUDIO FIA BUSINESS SCHOOL

Conecte a sua **marca** a um **público** altamente **qualificado** que valoriza a **excelência** em **produtos** e **serviços**.

Escreva para **publicacoes@estadao.com**

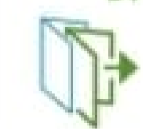
INCLUI CLASSIFICADOS

B5 Sistema financeiro.

Inquérito da PF apura possível ligação entre o empresário Nelson Tanure e o Master

ECONOMIA & NEGÓCIOS
QUARTA-FEIRA, 21 DE MAIO DE 2025 O ESTADO DE S. PAULO
E&N



B1

DESTAQUE O CADERNO E&N (B1 A B16)

Setor elétrico Peso extra

Classe média deve pagar mais pela luz para isentar baixa renda

Medida provisória de reforma do setor elétrico amplia alcance da tarifa social e transfere os encargos para os consumidores residenciais e o pequeno comércio

MARIANA CARNEIRO
ALVARO GRIBEL
BRASÍLIA

O governo faz os últimos ajustes no texto de uma medida provisória que promoverá uma ampla mudança no setor elétrico que, no curto prazo, terá como consequência o aumento da conta de luz para os consumidores de classe média.

O projeto prevê a ampliação da tarifa social para isentar da conta de luz famílias de baixa renda que consomem até 80 kWh de energia por mês. Já as famílias que consomem até 120 kWh mensais e têm renda per capita entre meio e um salário mínimo teriam um desconto. Ao todo, estima o governo, 60 milhões de pessoas deverão ser beneficiadas. Procurado, o Ministério de Minas e Energia não quis comentar.

O programa social será pago com os encargos que incidem sobre as contas de luz dos consumidores do mercado regulado – residenciais e o pequeno comércio –, que ficarão mais caras.

O impacto dessa isenção mais ampla é estimado em R$ 3,6 bilhões pelo governo, o que implicaria alta de 1,4% nas contas de luz. A consultoria Volt Robotics, no entanto, calcula um impacto maior, de até R$ 7 bilhões.

Quando apresentou a proposta, em abril, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, alegou que os consumidores de classe média serão compensados com o acesso ao mercado livre de energia e com a redistribuição dos encargos, transferindo parte dos custos para a grande indústria. Ele não informou, porém, que essa compensação, se ocorrer, só virá no futuro e será insuficiente para bancar a ampliação do programa social no curto prazo (*mais informações na pág. B2*).

> **Benefício**
> **Governo quer isentar 60 milhões de pessoas da conta de luz; custo pode chegar a R$ 7 bilhões**

Com as mudanças, os consumidores poderão optar por fornecedores que ofereçam energia mais barata e escapar da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), principal encargo que incide sobre as tarifas e que banca subsídios a energias renováveis, o programa Luz para Todos e a eletrificação na zona rural. Neste ano, o custo da CDE é estimado em R$ 40,6 bilhões, equivalente a 13,83% do valor da conta de luz dos consumidores residenciais.

"Para a grande maioria da população, o ano que vem será um ano de aumento do custo da eletricidade com o pacote, não de redução, porque vai ter de pagar os R$ 7 bilhões. O benefício para o consumidor residencial que migrar para o mercado livre acontecerá apenas em 2028", diz Donato Filho, diretor-geral da Volt Robotics.

O governo tem pressa para lançar o programa, visto como uma agenda positiva neste momento em que a popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é afetada pelas denúncias de fraudes no INSS. Auxiliares do Planalto chegaram a deixar operadores do mercado de energia de sobreaviso para a publicação da medida provisória na última quinta-feira, o que não aconteceu em razão de negociações políticas para atender ao setor elétrico. ●

MIGRAÇÃO PARA MERCADO LIVRE DE ENERGIA SERÁ POSSÍVEL SÓ EM 2028. PÁG. B2

LEILÃO DE VEÍCULOS

22/05 ÀS 9H30 | SOMENTE ONLINE | É AMANHÃ!



FORD RANGER XLSCD4A22C
21/22 - (ORIGEM: FROTA)


VOLKSWAGEN FUSCA 1300
70/70 - (ORIGEM: FROTA)



BLINDADO FORD FUSION FLEX
14/14 - (ORIGEM: FROTA)



BLINDADO CHRYSLER TOWN COUNTRY
12/12 - (ORIGEM: FROTA)


VOLKSWAGEN FUSCA 1300
77/77 - (ORIGEM: FROTA)

IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS



SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244
WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.


SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192

Eufrázio

Regionalização frágil ameaça universalização do saneamento

ARTIGO

Fernando Vernalha
Doutor em Direito do Estado (UFPR), professor de Direito Administrativo, é advogado especializado em infraestrutura, e foi pesquisador visitante na Columbia University (NY, EUA)

Para incluir no programa de universalização do serviço de saneamento básico municípios cujas localidades não têm potencial econômico para gerar operações autossustentáveis, é necessário desenhar operações regionais, que possibilitem subsídios cruzados entre localidades superavitárias e deficitárias. Boa parte das novas concessões do setor já está sendo desenhada regionalmente, mas ainda há um número significativo delas que vem sendo estruturada e licitada no âmbito local. Isso poderá frustrar a regionalização e, indiretamente, a própria universalização.

A maioria dos Estados já criou estruturas de regionalização, mas muitas delas ainda não estão funcionais. Isso se deve à ausência da implementação dos órgãos de governança interfederativa, o que envolve uma série de desafios relacionados à articulação política entre Estados e municípios. Sem isso, a entidade regional não estará investida da autoridade sobre o serviço de saneamento, cuja titularidade original é municipal. Após sua implementação, essas estruturas de regionalização precisam assumir o polo dos contratos que os municípios mantêm com as companhias estaduais, para, em seguida, equalizar seus prazos.

É necessário criar restrições à prática da cobrança de ônus de outorga para concessões municipais

Do contrário, não será possível desenhar, futuramente, delegações regionais. Afinal, com prazos distintos de vigência, o encerramento desses contratos acabará ensejando no futuro novas operações locais, fora de um contexto de regionalização. Essa unificação é o que permite uma virada de chave para a regionalização. Muitas estruturas de regionalização não estão atentas a isso, o que poderá comprometer mais adiante a implementação de prestações regionalizadas.

Outro problema relacionado a isso reside na cobrança de valores de outorgas no âmbito dessas concessões locais, em prejuízo de subsídios cruzados para a sustentação das operações regionalizadas. Parte dessas concessões municipais têm sido licitadas prevendo-se a cobrança de ônus de outorga. Esses recursos poderiam estar sendo endereçados para subsidiar a universalização do saneamento. Em vez disso, estão gerando caixa para os municípios, em detrimento dos subsídios necessários a viabilizar economicamente a universalização.

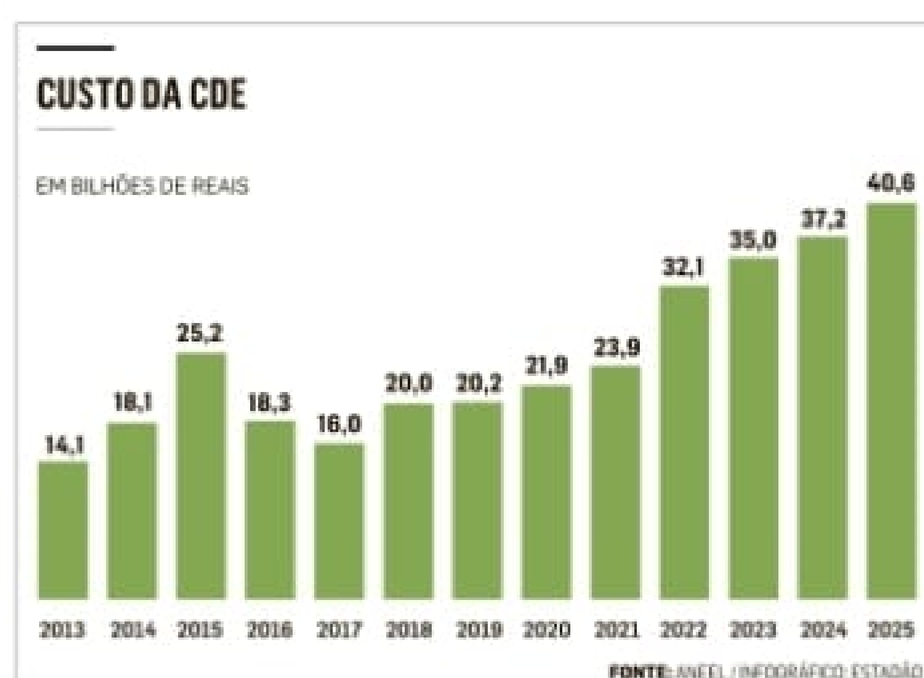
Esse é um ponto que deve merecer a atenção do regulador. É necessário criar restrições à prática da cobrança de ônus de outorga para concessões municipais, obrigando que esses recursos sejam endereçados à constituir fundos regionais voltados à universalização do serviço. Sem isso, correremos o risco de que faltem recursos para o custeio da universalização do serviço de saneamento básico no País. ●

Setor elétrico **Peso extra**

Migração para mercado livre de energia será possível só em 2028

Até poder buscar fornecedores de energia mais barata, consumidor de classe média terá de arcar com conta maior

MARIANA CARNEIRO
ALVARO GRIBEL
BRASÍLIA



A opção de migrar para o mercado livre de energia, apresentada pelo governo como contrapartida ao aumento da conta de luz para subsidiar a isenção aos consumidores de baixa renda, só será possível a partir de meados de 2027, para varejo e indústrias de pequeno porte, e em 2028 para consumidores residenciais, de acordo com a medida provisória que pretende reordenar o mercado de energia.

Hoje, esse benefício só é acessível a consumidores de alta e média tensão, principalmente as grandes indústrias. E os consumidores regulados são mais onerados do que os grandes consumidores pela Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que varia de acordo com a tensão e a região do País.

Pela lógica atual, os consumidores regulados seguirão pagando mais e de forma crescente até responder por dois terços dessa conta em 2030.

Na medida provisória, o governo propõe congelar o rateio no pagamento da CDE no atual patamar pelos próximos cinco anos, até 2030. A partir daí, os consumidores industriais passariam a pagar mais gradualmente e, em 2038, igualariam com a contribuição dos residenciais e do pequeno comércio. Ou seja, haveria uma transição que vai durar mais de dez anos.

O único reequilíbrio de encargos que poderia atender à classe média no curto prazo seria a inclusão dos grandes consumidores no pagamento pela oferta de energia das usinas de Angra 1 e 2. Hoje, isso só é cobrado dos pequenos consumidores.

Uma pessoa do governo a par do assunto diz que a redivisão dos encargos de Angra 1 e 2 poderá reduzir o peso sobre as contas de luz do mercado regulado em até R$ 2 bilhões por ano. Esse impacto, porém, é minimizado por agentes do setor privado, que afirmam ser "irrelevante" o ganho e insuficiente para neutralizar o aumento estimado em até R$ 7 bilhões das novas despesas para financiar o programa social do governo Lula.

ENERGIA RENOVÁVEL. O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, também quer, como fonte de compensação para a tarifa social, o fim de um subsídio oferecido à chamada geração "incentivada", de energia eólica, solar, biomassa e de pequenas centrais hidrelétricas. O benefício consiste num desconto de 50% pelo uso das redes de transmissão e distribuição de energia, que tem um custo alto para a contas dos consumidores, em torno de R$ 11 bilhões por ano. ●

Governo vai reduzir público potencial do novo Gás para Todos

BRASÍLIA

A reformulação do Vale Gás, voltado a pessoas de baixa renda, vai restringir o público atendido pelo programa em relação ao projetado inicialmente pelo governo. O número potencial agora gira em torno de 16 milhões de famílias, ante um total de 22 milhões que chegou a ser anunciado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em fevereiro.

O benefício foi redesenhado pelas equipes técnicas do governo. Hoje, cerca de 5,4 milhões já recebem o benefício.

A redução em relação ao anunciado se deve à restrição da entrada de famílias unipessoais no programa, ainda que registradas no Cadastro Único dos programas sociais do governo.

Como mostrou o *Estadão/Broadcast*, o programa – que será rebatizado de Gás para Todos – é objeto de uma medida provisória que está em fase final de ajustes pelo governo federal e que deverá atender a famílias de baixa renda que estejam no CadÚnico.

Elas vão receber um benefício médio de R$ 110 em cada compra de botijão. A ideia é de que o programa comece a rodar em setembro, o que faz com que as despesas do novo Gás para Todos se ajustem ao orçamento já previsto para o atual Vale Gás em 2025, de R$ 3,5 bilhões. No ano que vem, a perspectiva é custar R$ 5 bilhões, com a adesão progressiva de famílias ao novo programa.

A adesão será gradual porque outros fatores deverão ser levados em consideração. Um deles é o número de pessoas que compõem as famílias atendidas. Isso definirá quantas compras de botijão, com o benefício, serão autorizadas por ano.

Famílias de três ou mais pessoas poderão comprar seis botijões por ano. Já famílias de duas pessoas, quatro botijões. Atualmente, o benefício é pago como um adicional do Bolsa Família.

CAIXA. O novo formato prevê que a Caixa, que será a operadora do programa, faça o pagamento direto à revendedora de gás, sem passar pelo beneficiário – evitando que o recurso seja desviado para outras finalidades ou para intermediários.

Beneficiários
Promessa inicial era subsidiar até 22 milhões de famílias; total deve ficar agora em 16 milhões

O assunto, porém, divide técnicos do governo. Uma ala diverge nesse ponto e defende que o benefício seja depositado na conta das famílias, ainda que com uma obrigação para que seja usado apenas em revendedoras de gás autorizados.

O método de pagamento será objeto de regulamentação posterior à aprovação da MP, que ainda dependerá de aval do Congresso. ● M.C., GABRIEL HIRABAHASI, RENAN MONTEIRO e GIORDANNA NEVES

Vida em Condomínio

Ligia Ramos,
Síndica profissional



APRESENTADO POR



ESTADÃO BLUE STUDIO

Grupos de WhatsApp: válvula de escape ou campo minado na vida em condomínio?

Ah, os grupos de WhatsApp dos condomínios! Aqueles espaços em que, com um simples toque no celular, abrimos uma verdadeira caixa de Pandora da vida em comunidade. Ali, desaguamos nossas frustrações do dia, postamos reclamações, fazemos piadas (nem sempre adequadas) e buscamos, quem sabe, uma dose de pertencimento. Mas será que estamos fazendo isso da melhor forma?

Vivemos em um mundo hiperconectado, cheio de comparações, exigências e pressões — muitas vezes autoimpostas. As redes sociais, com seu desfile diário de vidas "perfeitas", nos fazem crer que estamos sempre um passo atrás. E é nessa dinâmica de frustração e impotência que os grupos de WhatsApp se tornam uma espécie de "analgésico" coletivo: a gente entra, solta uma frase atravessada, manda um print indignado, e sai com a sensação de que fez algo importante. Alívio imediato. Consequência nenhuma? Aí é que mora o perigo.

O grupo de WhatsApp não é uma assembleia. Não tem regras, ata, quórum, contraditório, ou direito de resposta. É um espaço no qual todos falam o que querem e entendem o que conseguem — ou o que desejam entender. E isso, embora pareça democrático, acaba sendo tudo, menos isso. Muitas vezes, esse ambiente vira um campo aberto para projeções emocionais. O funcionário que pediu silêncio numa madrugada vira "o inconveniente despreparado". A síndica que faz cumprir as regras vira "a ditadora".

Um exemplo clássico: o morador que, numa madrugada de insônia, resolve finalmente pendurar aquele quadro encostado há meses na parede. Para ele, aquele momento parece perfeito — está acordado, está com a furadeira à mão. Só que tem um detalhe: os vizinhos estão dormindo. E a regra do convívio coletivo é clara — barulho, só em horário permitido. Resultado? Frustração. E aí começa o ciclo: ele se sente cerceado, injustiçado, impedido de exercer sua liberdade dentro do próprio lar. Em vez de compreender o limite como parte do contrato social do viver em grupo, transforma a regra em opressão. E adivinha para onde vai esse sentimento? Para o grupo de WhatsApp, claro. Lá, ele desabafa, reclama, acusa. Sente-se aliviado. E, por alguns minutos, acredita até que está lutando por uma causa justa. Só que não.

O convívio coletivo exige renúncias. Sim, viver em condomínio é também aprender a ceder. E isso frustra. Só que é uma frustração saudável, daquelas que nos ensinam a viver em grupo. Mas, quando não conseguimos lidar com essas pequenas dores de cabeça da convivência, e ainda temos à mão um canal em que podemos desabafar sem filtro e sem responsabilidade... o estrago pode ser grande.

Os grupos de WhatsApp não devem ser encerrados. Eles são úteis, sim. Mas precisam ser usados com consciência

É comum funcionários sendo demitidos por boatos, síndicos sendo acusados injustamente, decisões sendo influenciadas por informações distorcidas. E tudo porque alguém, em um momento de frustração, sentiu-se "no direito" de dizer o que pensava — sem pensar nas consequências.

Mas vejam, os grupos de WhatsApp não devem ser encerrados. Eles são úteis, sim. Mas precisam ser usados com consciência. É importante entendermos que eles não são canais oficiais, nem fóruns democráticos. São, antes de tudo, espaços informais — e por isso mesmo, perigosamente livres. Terra de ninguém. Dessa forma, antes de digitar, respire. Antes de enviar, reflita. E, acima de tudo, lembre-se: viver em condomínio é um exercício constante de empatia e civilidade. E o grupo de WhatsApp... Bem, ele pode ser só mais um lugar para mandar foto do gato perdido ou avisar que esqueceram a luz da garagem acesa. E está ótimo assim.

Conteúdo patrocinado



EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA SOCIEDADE BENEFICENTE DOS MÉDICOS E DO FUNCIONALISMO BRASILEIRO.
PELA PRESENÇA, FICAM V.S. CONVOCADOS PARA COMPARECEREM NO DIA 06/06/2025, SENDO A PRIMEIRA CHAMADA ÀS 10:00H E A SEGUNDA CHAMADA ÀS 10:30H TENDO INÍCIO COM O NÚMERO DE PESSOAS QUE ESTIVEREM PRESENTES NO RECINTO, A FIM DE PARTICIPAREM DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA SOCIEDADE BENEFICENTE DOS MÉDICOS E DO FUNCIONALISMO BRASILEIRO, SITO À RUA CEL. XAVIER DE TOLEDO, 210 – 6º ANDAR – CONJ. 62 – REPÚBLICA – CEP 01048-000 – SÃO PAULO/SP; PARA DELIBERAÇÃO SOBRE A MATÉRIA DA SEGUINTE ORDEM DO DIA.
ELEIÇÕES DE NOVOS MEMBROS:
1º) PRESIDENTE;
2º) DIRETOR FINANCEIRO.

Fundação Butantan

CNPJ 61.189.445/0001-56

COMUNICADO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE ABERTURA DA LICITAÇÃO

EDITAL 003/2025. Modalidade: Concorrência Eletrônica Lei Federal nº 14.133/2021 - Tipo: Menor Preço. **OBJETO DA SELEÇÃO:** Contratação de empresa especializada em engenharia para reforma do prédio P44 – Centro Piloto Recombinante. **A Fundação Butantan comunica a prorrogação do prazo de abertura da licitação para o dia 02/06/2025 às 14h**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARUJÁ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2025 – REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA, VISANDO À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO VIÁRIO MUNICIPAL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS. Disputa: dia 06/06/2025 às 10:00 horas.
Edital(is) através do site www.novobbmnet.com.br e também através do site oficial do Município www.prefeituradearuja.sp.gov.br.
Maiores informações pelo telefone (11) 4652-7609 Departamento de Compras
Prefeitura Municipal de Arujá, 20 de maio de 2.025.

Sindicato dos Permissionários em Centrais de Abastecimento de Alimentos do Estado de São Paulo

CNPJ 62.707.278/0001-50

Edital de Convocação para Assembléia Geral Ordinária

Convocamos, nos termos do estatuto vigente, os associados do Sindicato dos Permissionários em Centrais de Abastecimento de Alimentos do Estado de São Paulo, para deliberação sobre: **a) verificação e aprovação do balanço e prestação de contas do ano de 2024; b) previsão orçamentaria para o exercicio de 2025; c) parecer do conselho fiscal**. A se realizar em sua sede, na Av. Dr. Gastão Vidigal, nº 1946, EDSED II salas 17 a 22, Vila Leopoldina, São Paulo SP, no próximo dia **vinte e sete de maio de dois mil e vinte e cinco**, em **primeira instalação às 10h30**, com maioria absoluta dos associados, e a **segunda instalação às 11h**, para os associados presentes.

São Paulo, 21 de maio de 2025.
Aderlete Cristina Maçaira
Diretora Presidente

CECRESP Corretora Administradora de Seguros e Consultoria Ltda.

Sociedade Empresarial
CNPJ/MF 03.079.489/0001-27 - NIRE 354000334-79
Assembleia Geral Extraordinária de Sócios - Digital
Edital de Convocação - Digital

O Presidente do Conselho de Administração da **CECRESP Corretora Administradora de Seguros e Consultoria Ltda.**, no uso das atribuições que lhe confere o contrato social, convoca todos os sócios para se reunirem em **Assembleia Geral Extraordinária de Sócios - Digital**, que será realizada no dia 30/05/2025, às 14h00, em primeira convocação, com a presença de titulares de no mínimo 3/4 (três quartos) do capital social, ou às 15h00, em segunda convocação, com qualquer número, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Redistribuição das quotas disponíveis nos termos do Contrato Social; 2. Reforma parcial do contrato social, destacando a alteração da Cláusula 3ª, § 1º ao § 37: redistribuição das quotas disponíveis e exclusão e renumeração de parágrafos e itens; 3. Fixação da remuneração dos membros do Conselho de Administração; 4. Outros assuntos de interesse da sociedade (sem deliberação).

Clarisvaldo Izídio de Almeida
Presidente do Conselho de Administração
CECRESP Corretora Administradora de Seguros e Consultoria Ltda.

Nota I: A Assembleia Geral de Sócios ocorrerá de forma **Digital**, por meio do aplicativo/software Microsoft Teams, disponível gratuitamente nas lojas virtuais Apple Store e Google Play, acessível a todos os sócios, que poderão participar e votar através do link: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_YWNhNWZmM2EIMDE2NS00ZjQ4LWI0MTctN2ExZDE5MzZkNTI5%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%22b417b620-2ae9-4a83-ab6c-7fbd828bda1d%22%2c%22Oid%22%3a%223233dcfe-99fa-4063-8eb3-a4a1f5c95374%22%7d. **Nota II:** Os sócios e representantes deverão apresentar, com no mínimo 1 (um) dia de antecedência, comprovação de poderes, conforme previsto no contrato social, através do e-mail: juridico.cecresp@sicoob.com.br, dentre os quais, o Estatuto Social da Cooperativa, Ata de Assembleia Geral que elegeu o Conselho de Administração, ata de eleição da Diretoria Executiva e/ou procuração. **Nota III:** O sócio poderá participar da assembleia digital, desde que apresente os documentos com no mínimo 1 (um) dia de antecedência do evento. **Nota IV:** Essa e outras informações podem ser obtidas detalhadamente no site: https://cecrespcorretora.com.br.

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

CNPJ/MF nº 10.753.164/0001-43 - Registro CVM nº 310

Edital de Primeira Convocação para Assembleia Geral de Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio em Série Única da 116ª (Centésima Décima Sexta) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os titulares de certificados de recebíveis do agronegócio da Série Única da 116ª (centésima décima sexta) Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Titulares de CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Cláusula 12 e seguintes do *"Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio em Série Única da 116ª (Centésima Décima Sexta) Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio devidos pela Tanac S.A."* ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Especial de Investidores Titulares de CRA ("Assembleia"), a realizar-se no dia **11 de junho de 2025, às 14h00**, exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica *Zoom*, administrada pela Emissora, sendo o acesso por ela disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste edital, por meio de link que será informado pela Emissora, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i)** aprovar a não decretação do vencimento antecipado não automático da Escritura de Emissão de Debêntures, nos termos do item (i), da Cláusula 4.15.3 da Escritura de Emissão, em razão do descumprimento, pela Devedora, do subitem (a), do item (i), da Cláusula 5.1 da Escritura de Emissão, com relação a não apresentação das Demonstrações Financeiras Auditadas, relativas ao exercício social findo em dezembro de 2024; **(ii)** aprovar a concessão de anuência prévia, com o objetivo de afastar as hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 4.15.3, item (vii) da Escritura de Emissão, em razão do não atingimento do Índice Financeiro conforme definido na Escritura de Emissão; **(iii)** aprovar a inclusão de cláusula na Escritura de Emissão e no Termo de Securitização, prevendo a possibilidade de resgate antecipado facultativo das Debêntures pela Devedora e, consequentemente, dos CRA, mediante o pagamento de prêmio aos Titulares dos CRA, nos termos e condições que serão oportunamente disponibilizados em material de apoio aos investidores, com antecedência de até 5 (cinco) dias úteis da data de realização da assembleia; e **(iv)** autorização à Emissora em conjunto com o Agente Fiduciário, para praticarem todos os atos necessários à realização, formalização, implementação e aperfeiçoamento das deliberações ora tomadas. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. **Informações Gerais aos Titulares de CRA:** **(i)** A Assembleia instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Investidores dos CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRA em Circulação, conforme disposto na Cláusula 12.5 do Termo de Securitização. Ainda, o item (i), (ii) e (iv) da Ordem do Dia serão deliberadas, por Titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRA em Circulação, conforme disposto na Cláusula 4.15.7 da Escritura de Emissão de Debêntures e Cláusula 12.9.2.1 do Termo de Securitização. No que tange ao item (iii) da ordem do dia, esta dependerá de aprovação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos votos favoráveis de titulares de CRA em Circulação, seja em primeira convocação ou qualquer convocação subsequente. **(ii)** Nos termos da Resolução CVM 60, o titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iii)" abaixo preferencialmente em até 02 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica. **(iii)** Observado o disposto na Resolução CVM 60, §§1º e 2º do artigo 29, de acordo com o item "(ii)" anterior e "(iv)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, para os seguintes e-mails: assembleias@ecoagro.agr.br, agentefiduciario@vortx.com e jsc@vortx.com.br, cópia dos seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade; 2. quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do titular de CRA; 3. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação; e 4. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. **(iv)** Após o horário de início da Assembleia, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da Assembleia, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, sendo permitida a manifestação via instrução de voto a distância.

São Paulo, 21 de maio de 2025
Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ Nº 56.577.059/0006-06

COMPRA REGULAMENTO FFM 2974/2025
CONCORRÊNCIA – PROCESSO DE COMPRA FFM RS Nº 2138/2025 – ADJUDICAÇÃO

O Diretor Presidente da Fundação Faculdade de Medicina, **ADJUDICA** a empresa **Aamed Comercio de Equipamentos Eireli**- CNPJ nº 10.238.563/0001-76, para serviço de **Manutenção de 03 Ventilometros da marca Ferraris**, com base no **Regulamento de Compras e Contratação da FFM.**




UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA USP
CNPJ Nº 63.025.530/0085-12
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90176/2025 – HU
PROCESSO SEI Nº 154.00003516/2025-37
REF.: ALTERAÇÃO DE EDITAL E NOVA DATA

Informamos que o ocorreu uma retificação no quadro de amostras homologadas e para tanto vamos marcar nova data. Segue abaixo : SESSÃO DE ABERTURA: 02/06/2025 às 9h. Demais informações estarão disponíveis nos endereços: www.gov.br/compras, www.usp.br/licitacoes.

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA

ABERTURA DE PROCESSO DE COMPRA

Entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, toma pública a abertura de processo de contratação, com base em seu **Regulamento de Compras**, cujos detalhes estão disponíveis no site (www.ffm.br).

CONCORRÊNCIA:

FFM 0735/2025-00 "SISTEMA P/ CIRURGIA DE VIDEOLAPAROSCOPIA E HISTEROSCOPIA"

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA

ABERTURA DE PROCESSO DE COMPRA

Entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, toma pública a abertura de processo de contratação, com base em seu **Regulamento de Compras**, cujos detalhes estão disponíveis no site (www.ffm.br).

CONCORRÊNCIA:

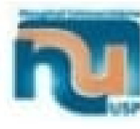
FFM 0355/2024-01 "MEDICAMENTOS P/ SAÚDE SUPLEMENTAR"

Prefeitura de São José dos Campos

Secretaria de Gestão Administrativa e Finanças

Edital de licitação: Concorrência Eletrônica 009/SGAF/2025 Objeto: Construção da maternidade Porte II - Novo PAC. Abertura: 15/07/2025 às 09h00. **Informações:** Rua José de Alencar, 123 - 1º andar - sala 03, das 08h15 às 17h00. **Valéria Aparecida Mendes de Oliveira** - Diretora do Departamento de Recursos Materiais. Os editais completos podem ser retirados através do site: www.sjc.sp.gov.br.

Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados no Estado de São Paulo - SINDLEITE - Praça Dom José Gaspar, nº 30 - 10º andar - São Paulo - SP - Fone: (011) 3259.8482 - CNPJ. 47.483.179/0001-87 - **Edital de Resultado das Eleições** - Pelo presente edital, torno público o resultado das eleições da Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 06 de maio de 2025, na sede deste Sindicato, sita à Praça Dom José Gaspar nº 30 - 10º andar, em São Paulo - SP a saber: Diretoria: Presidente Carlos Humberto Mendes de Carvalho; Vice-Presidente setor de Queijos: Cicero de Alencar Hegg; Vice-Presidente setor do Leite: Laércio Barbosa; Vice-Presidente setor de Leite em pó: Luiz Fernando Esteves Martins; Vice-Presidente setor de Iogurtes: Claudio Teixeira; Secretário: Roberto Rezende de Pimenta Filho e Tesoureiro: Solon Teixeira de Rezende Junior; Suplentes de diretoria: Paulo Tomoyuki Aoki; Benedito Vieira Pereira e Geraldo Alvarenga Resende Filho; Conselho Fiscal: Pedro Augusto Fernandes Guimarães, João Victor Candido Ferreira e Paulo Cesar Passarini; Suplente: Odorico Alexandre Barbosa; Delegados representantes junto à FIESP: Carlos Humberto Mendes de Carvalho e Laércio Barbosa; Suplente: Claudio Teixeira. São Paulo, 21 de maio de 2025. **a) Carlos Humberto Mendes de Carvalho** - Presidente.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
SERVIÇO DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00677302062025
UASG – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Nº PROCESSO: 154.00004156/2025-91
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO 90205/2025

Objeto: Tesoura coaguladora ultracision. Total de Itens Licitados: 02 itens licitados (dois itens). Valor total da licitação: Sigiloso nos termos do artigo 24 da Lei Federal nº 14.133/2021. Disponibilidade do edital: 21/05/2025. Horário: das 08h00 às 16h00. Endereço: Av. Prof. Lineu Prestes, 2565; www.gov.br/compras e www.usp.br/licitacoes. Link do PNCP: 63025530000104-1-001700/2025. Entrega das Propostas: a partir de 21/05/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 02/06/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. Fonte: DOESP e PNCP




GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
SERVIÇO DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00677334442025
UASG – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Nº PROCESSO: 154.00006816/2024-97
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO 90248/2024

Objeto: Foco cirúrgico. Total de Itens Licitados: 01 item licitado (um item). Valor total da licitação: Sigiloso nos termos do artigo 24 da Lei Federal nº 14.133/2021. Disponibilidade do edital: 21/05/2025. Horário: das 08h00 às 16h00. Endereço: Av. Prof. Lineu Prestes, 2565; www.gov.br/compras e www.usp.br/licitacoes. Link do PNCP: 63025530000104-1-003830/2024. Entrega das Propostas: a partir de 21/05/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 02/06/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. Fonte: DOESP e PNCP

HESA 52 - Investimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ/MF - 10.358.981/0001-05 - NIRE - 35 222 691 441

Extrato da Ata da Reunião de Sócios Realizada em 05/05/2025

Aos 05/05/2025, às 08h00, na sede social, em Mogi das Cruzes/SP, com o a totalidade do capital social. **Mesa Diretora:** Henrique Borenstein (presidente da mesa e administrador da sociedade) e Mauro Piccolotto Dottori (secretário da mesa e representante de uma das sócias). **Deliberação Unânime:** Aprovaram a redução do capital social para R$ 3.422.140,00 mediante o cancelamento de 6.643.320 quotas e o rateio dos R$ 6.643.320,00 representativos de tais quotas, conforme a participação de cada sócio na sociedade. O montante devido aos sócios em razão da redução das respectivas participações societárias será pago pela administração da Sociedade em moeda corrente nacional, sendo que os sócios se comprometem, neste ato, a restituir para o patrimônio da Sociedade o valor total recebido, caso haja a oposição de algum credor, nos termos do artigo 1.084 e parágrafos do Código Civil. Nada mais. **Mesa:** Henrique Borenstein - Presidente; Mauro Piccolotto Dottori - Secretário. **Sócios: Helbor Empreendimentos S.A.** - *Henrique Borenstein*; **MPD Investimentos Imobiliários Ltda.** - *Mauro Piccolotto Dottori.*

HESA 136 - Investimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ/MF - 15.503.052/0001-58 - NIRE - 35 226 587 672

Extrato da Ata da Reunião de Sócios Realizada em 05/05/2025

Aos 05/05/2025, às 08h30, na sede social em Mogi das Cruzes/SP, com a totalidade do capital social. **Mesa Diretora:** Henrique Borenstein (presidente da mesa e administrador da sociedade) e Mauro Piccolotto Dottori (secretário da mesa e representante de uma das sócias). **Deliberação Unânime:** Aprovaram a redução do capital social para R$ 41.830,00 mediante o cancelamento de 1.034.110 quotas e o rateio dos R$ 1.034.110,00 representativos de tais quotas, conforme a participação de cada sócio na sociedade. O montante devido aos sócios em razão da redução das respectivas participações societárias será pago pela administração da Sociedade em moeda corrente nacional, sendo que os sócios se comprometem, neste ato, a restituir para o patrimônio da Sociedade o valor total recebido, caso haja a oposição de algum credor, nos termos do artigo 1.084 e parágrafos do Código Civil. Nada mais. **Mesa:** Henrique Borenstein - Presidente; Mauro Piccolotto Dottori - Secretário. **Sócios: Helbor Empreendimentos S.A.** - *Henrique Borenstein*; **MPD Investimentos Imobiliários Ltda.** - *Mauro Piccolotto Dottori.*

HESA 157 - Investimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ 17.616.858/0001-88 - NIRE 35 227 333 208

Extrato da Ata da Reunião de Sócios Realizada em 05/05/2025

Aos 05/05/2025, às 09h, na sede social em Mogi das Cruzes/SP, com a totalidade do capital social. **Mesa Diretora:** Henrique Borenstein (presidente da mesa e administrador da sociedade) e Mauro Piccolotto Dottori (secretário da mesa e representante de uma das sócias). **Deliberação:** Feitos os esclarecimentos sobre a matéria em pauta, os sócios aprovaram por unanimidade a redução do capital social para R$ 4.236.160,00 mediante o cancelamento de 16.910.000 quotas e o rateio dos R$ 16.910.000,00 representativos de tais quotas, conforme a participação de cada sócio na sociedade. O montante devido aos sócios em razão da redução das respectivas participações societárias será pago pela administração da Sociedade em moeda corrente nacional, sendo que os sócios se comprometem, neste ato, a restituir para o patrimônio da Sociedade o valor total recebido, caso haja a oposição de algum credor, nos termos do artigo 1.084 e parágrafos do Código Civil. Ficam os administradores da sociedade autorizados pelos sócios a tomarem todas as providências necessárias para fazer valer as matérias decididas e aprovadas nesta reunião. Nada mais. **Mesa:** Henrique Borenstein - Presidente; Mauro Piccolotto Dottori - Secretário. **Sócios: Helbor Empreendimentos S.A.** - *Henrique Borenstein*; **MPD Investimentos Imobiliários Ltda.** - *Mauro Piccolotto Dottori.*

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ nº 56.577.059/0006-06

COMPRA REGULAMENTO DA FFM 2881/2025
CONCORRÊNCIA – PROCESSO DE COMPRA FFM RS Nº 2109/2025 – ADJUDICAÇÃO

O Diretor Presidente da Fundação Faculdade de Medicina, **ADJUDICA** à empresa **CONTROLE ANALITICO ANALISES TECNICAS LTDA. CNPJ Nº 05.431.967/0001-41**, para a contratação de empresa especializada em **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COLETA E ANÁLISE DE AGUA SOB DEMANDA**, com base no **Regulamento de Compras da FFM.**





PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS

Estado de São Paulo
Secretaria M. de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO

Torna-se público para conhecimento de todos os interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO com critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.
Pregão Eletrônico nº 10/2025.
Processo nº 40744/2024.
Objeto: Registro de preços para locação de estruturas para eventos (stands, fechamentos, praticáveis e palcos), incluindo montagem, desmontagem e transporte dos materiais.
Data limite para recebimento das propostas: 05/06/2025 até as 08h59min.
Data de abertura da sessão pública: 05/06/2025 às 09:00 horas.
Realização através do Portal de Compras da Prefeitura de Ourinhos-SP: portaldecompras.ourinhos.sp.gov.br/ampregao.
O edital e seus anexos poderão ser examinados e adquiridos gratuitamente através do site: www.ourinhos.sp.gov.br e no Portal de Compras.
Ourinhos, 20 de maio de 2025.
Guilherme Andrew Gonçalves da Silva – Prefeito.

ESTADÃO 150

150 ANOS DE HISTÓRIA E TRADIÇÃO NO JORNALISMO PAUTADOS PELA TRANSPARÊNCIA E CREDIBILIDADE.

PUBLIQUE SEUS BALANÇOS E ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO E GARANTA OS MELHORES RESULTADOS





ESTADÃO RI

PUBLICAÇÃO SIMULTÂNEA NA PLATAFORMA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL: (11) 3856-2442

ACESSE E CONHEÇA:



ESTADÃO 150 ESTADÃO RI
ELDORADO FM 107.3 ESTADÃO BLUE STUDIO
AGÊNCIA ESTADO broadcast

Eufrázio

Sistema financeiro **Operação com o BRB**

Inquérito da PF apura possível ligação entre Tanure e o Master

Investigação foi pedida pelo Ministério Público Federal, que vê 'indícios' de que empresário seria o controlador do banco

CRISTIANE BARBIERI
GABRIEL BALDOCCHI

Inquérito da Polícia Federal (PF), aberto a pedido do Ministério Público Federal (MPF) no ano passado, investiga se o empresário Nelson Tanure é o controlador, de fato, do Master. Oficialmente, o controlador do banco é Daniel Vorcaro. A aliança entre os dois apareceu em alguns negócios feitos no mercado financeiro nos últimos anos, em período que coincide com o crescimento do Master.

Em situação financeira complexa, o banco recebeu uma oferta para vender 58% do seu capital total ao Banco de Brasília (BRB), controlado pelo governo do Distrito Federal, por R$ 2 bilhões. Procurado, Tanure não comentou.

O pedido de investigação foi feito a partir de denúncias da gestora Esh Capital. Com base nelas, o MPF apontou que há "indícios de crime e gestão temerária e indução a erro de investidores". A Esh se recusou a tecer comentários sobre o processo.

Denunciante
Pedido de investigação foi feito a partir de denúncias da gestora Esh Capital, de Vladimir Timerman

No pedido para que a PF esclareça os fatos, o procurador Marcos Salati, do MPF, escreveu que, apesar de o "Banco Master informar às autoridades e investidores que o grupo de controle é capitaneado por Daniel Vorcaro e pela 133 Investimentos, há indícios de que Nelson Tanure seria o real controlador da referida instituição financeira, tendo se valido da Aventti, do fundo Estocolmo e da Banvox para adquirir o controle societário".

A atividade de controle ou administração de instituição financeira precisa ser autorizada pelo Banco Central. Várias vezes, Vorcaro e Tanure negaram que eles fossem sócios no banco.

Numa entrevista à revista *Piauí*, no ano passado, Vorcaro disse ter admiração por Tanure e o classificou como "parceiro de negócios". A relação entre os dois é observada de perto pelo mercado porque o Master, após levantar mais de R$ 40 bilhões por meio da emissão de Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) em menos de cinco anos, é apontado como um aliado nas investidas de Tanure em empresas de capital aberto.

DISPUTAS. Tanure e Vladimir Timerman, sócio da Esh Capital, têm disputas públicas e na Justiça desde 2022. As empresas e fundos citados pelo MP no pedido de inquérito à PF fazem parte do que seria, segundo a denúncia, uma complexa estrutura montada por Tanure para evitar que se identifique com clareza sua relação com as empresas nas quais ele investe.

A estrutura envolveria fundos que investem em outros fundos ou empresas. Há mais de uma dezena de nomes, e o beneficiário final só aparece quando há determinação das autoridades.

Na denúncia da Esh, o elo inicial da corrente é a empresa offshore Aventti Partners, que teria Tanure como sócio indireto. A empresa tinha US$ 243 milhões investidos em 17 fundos e instituições financeiras em 30 de abril de 2024. Entre eles, Planner, Trustee, Banvox e Estocolmo. Também tinha quase US$ 500 milhões em dinheiro.

Segundo a denúncia apresentada ao MPF, o fundo Estocolmo teria comprado por diversas vezes debêntures da Banvox, holding que controla investimentos feitos em outras companhias. Há indícios de que ela teria recebido aportes do fundo Estocolmo, que, segundo a denúncia, poderia ser de Tanure. Em documentos do BC, a Banvox aparece como uma das acionistas do Master.

Constituída em 2020, a Banvox tinha como sócios, à época, Maurício Quadrado e Vorcaro. Quadrado era sócio do banco até setembro e é dono das corretoras Trustee e Planner. A Trustee, administradora do fundo Estocolmo, seria o agente fiduciário (faz a ponte entre a empresa que lançou as debêntures e o investidor) dos títulos voltados à capitalização da Banvox.

Em outubro de 2022, quase 90% do patrimônio do Estocolmo estava alocado em debêntures da Banvox, segundo a denúncia. O objetivo do investimento seria a obtenção do controle indireto do Master. A própria emissão das debêntures da holding Banvox indicava como finalidade a destinação dos recursos para "instituição financeira".

BANCO MASTER



Banco obteve mais de R$ 40 bi emitindo CDBs em menos de 5 anos

Com esses aportes, o Estocolmo também teria contribuído com aumentos de capital do Master que o ajudaram a formar seu índice de Basiléia (indicador de solidez da instituição) e que permitem ao banco continuar emprestando – e captando CDBs.

'INSTRUMENTALIZAÇÃO'. A defesa de Tanure pede o fim do inquérito policial por ausência de justa causa e pela "instrumentalização criminosa da administração da Justiça".

O Master informou, por meio de nota, que "todas as operações da instituição foram e são constantemente submetidas à verificação por meio de auditorias internas e externas, de forma independente, certificando a robustez, seriedade e transparência das informações aos órgãos de controle".

"Timerman tentou, sem sucesso, obter vantagens sob a ameaça de denunciar fatos mentirosos. Sua ficha policial e judicial é extensa. As suas denúncias, fruto da resistência às suas tentativas de achaque, foram investigadas pelas autoridades, mas se concluíram infundadas. Seu comportamento já foi inúmeras vezes denunciado por vítimas às autoridades, sendo que ele já foi condenado à prisão por essa mesma prática", escreveu o Master.

Timerman afirmou que, por medidas cautelares, não pode se manifestar. Ele foi condenado em primeira instância por perseguição a Tanure. Foi ainda alvo de mandado de busca e apreensão, após uma denúncia anônima acusá-lo de desviar fundos investidos no Esh. À época, ele negou todas as acusações. Após a publicação da reportagem no site do **Estadão**, ontem, ele afirmou que "nunca procurou o Master para pedir absolutamente nada, nem solicitar qualquer pagamento". ●

HOTEL RESORT E GOLFE CLUBE DOS 500



MEMÓRIAS
PARA LEVAR NA BAGAGEM!

Entre lazer, bem-estar e gastronomia de alta qualidade, aqui você encontra a combinação perfeita para criar memórias que ficarão guardadas para sempre.

FAÇA SUA RESERVA! 12 3132-3555

Localizado a apenas duas horas de São Paulo, o Hotel Resort e Golfe Clube dos 500 combina arte, bom gosto e hospedagem de excelência, oferecendo um ambiente único com 600.000m² de área verde.

CLUBE DOS 500
Rod. Presidente Dutra, Km 60
Guaratinguetá • SP
@hotelclubedos500
reservas@h500.com.br

Conheça o hotel escaneando o QR Code!





LANÇAMENTOS IMOBILIÁRIOS
www.embraesp.com.br
(11) 3665-1590



Fábio Alves *E-mail: fabio.alves@estadao.com; X:@colunafabioalve*

Cadê o gringo bonzinho?

Na semana passada, quando as taxas dos contratos futuros na parte longa da curva de juros tiveram alta, em meio à piora do risco fiscal, entre outros fatores, os operadores de renda fixa citaram um culpado recorrente para momentos de mau humor: o investidor estrangeiro.

A explicação se repete com frequência nos últimos anos. O investidor estrangeiro "aplicado" em juros (ou seja, apostando na queda das taxas) resolve fechar suas posições e deixar o mercado local antes até de qualquer sinal de incerteza ou piora na percepção da economia brasileira.

São investidores com perfil mais agressivo, que fazem apostas de curto prazo, arbitrando oportunidades de lucro rápido em diversos mercados globais. Muitos deles são os chamados fundos de "hedge", os quais operam com posições especulativas em diferentes ativos, como Bolsas, câmbio e contratos de juros.

São esses investidores de perfil especulativo que detêm, atualmente, a maior parte da dívida pública brasileira em mãos de estrangeiros. Aliás, esse perfil de estrangeiro mudou drasticamente desde que o Brasil perdeu o grau de investimento na sua nota de classificação de risco pelas agências de rating. Isso aconteceu depois de setembro de 2015, quando a agência S&P Global rebaixou o "rating" soberano do Brasil para grau especulativo.

> ***Investidores de perfil especulativo detêm a maior parte da dívida pública do País em mãos de estrangeiros***

Não à toa, a participação de não residentes na dívida pública brasileira caiu de 20,8%, em maio de 2015, para 9,6% do total em março deste ano, conforme os últimos dados do Tesouro Nacional. Mais ainda: até 2015, em razão de o Brasil ter à época o grau de investimento das três agências de ratings, uma parcela importante da dívida nas mãos de estrangeiros era de investidores institucionais com perfil de longo prazo nas aplicações.

Ou seja, esses investidores – fundos de pensão de categorias profissionais, como servidores públicos ou professores – compravam o "risco Brasil" e ficavam com esses papéis em suas carteiras por muitos anos, fizesse chuva ou fizesse sol. Com isso, a composição da dívida brasileira melhorava; as taxas cediam.

Não é o caso agora com os fundos de "hedge". Fez um lucro rápido? Tchau! Mas não é preciso demonizar esses investidores especulativos. Eles cumprem uma função importante: dão liquidez ao mercado.

O problema é só ter esse tipo de investidor, pois a atuação deles exacerba a volatilidade em tempos de turbulência. Com a elevada incerteza externa, em razão de um Donald Trump imprevisível, e com a aproximação da eleição presidencial brasileira em 2026, o que não faltará é instabilidade nos mercados. ●

COLUNISTA DO BROADCAST

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** e Antonio Penteado Mendonça ● **TER.** Pedro Fernando Nery e Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Alvaro Gribel ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** ● **SAB.** Fabio Gallo ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros e Alexandre Schwartsman **(revezam quinzenalmente)**; Roberto Rodrigues **(2.º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3.º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Mercados **Novo recorde**

Ibovespa sobe 0,34% e supera os 140 mil pontos

O Ibovespa, principal índice da Bolsa brasileira (B3), voltou a subir ontem e renovou o recorde histórico, fechando aos 140.109 pontos, com alta de 0,34% e giro financeiro de R$ 21,7 bilhões. Além do avanço dos papéis da Petrobras – as ações PN avançaram 0,41%, e as ON, 0,32% –, relatório do Morgan Stanley dizendo que a Bolsa brasileira está barata e que o calendário eleitoral abre oportunidades para mudança fiscal ajudaram a alta. Na semana, a Bolsa avança 0,66%. No mês, sobe 3,73%, e no ano, 16,48%.

No mercado de câmbio, o dólar encerrou o dia com leve alta, de 0,25, cotado a R$ 5,66. No mês, contudo, a divisa americana recua 0,13%, e no ano as perdas chegam a 8,27%. "De forma geral, o mercado ainda está tentando digerir o rebaixamento do rating dos EUA", disse o chefe da mesa de câmbio da EQI Investimentos, Alexandre Viotto. ● LUIS EDUARDO LEAL e ANTONIO PEREZ

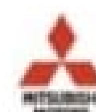




jornaldocarro.estadao.com.br/
guia-de-compras/carros-0km







ASSAI

Sendas Distribuidora S.A.

CNPJ/MF nº 06.057.223/0001-71 - NIRE 33.300.272.909

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Realizada em 25 de Abril de 2025

1. Data, Hora e Local: Realizada em 25 de abril de 2025, às 11h, de modo exclusivamente digital, de acordo com a Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), por meio da plataforma digital *Ten Meetings* ("Plataforma Digital"), considerando-se, portanto, como realizada na sede social da **Sendas Distribuidora S.A.** ("Companhia"), localizada na Avenida Ayrton Senna, nº 6000, Lote 2, Pal 48959, Anexo A, Jacarepaguá, CEP 22775-005, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. **2. Convocação e Publicações:** (i) Edital de primeira convocação da presente Assembleia publicado na forma do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), nos dias 26, 27 e 28 de março de 2025 no jornal "O Estado de S. Paulo", páginas B11, B23 e B35, respectivamente, na seção "Economia & Negócios", e (ii) Demonstrações Financeiras publicadas no dia 20 de fevereiro de 2025 no jornal "O Estado de S. Paulo", páginas 1 a 11 na seção "Economia & Negócios". Os documentos acima referidos foram também divulgados simultaneamente na página desse mesmo jornal na Internet, nos termos do artigo 289, I, da Lei das Sociedades por Ações. Foram também divulgados ao mercado, eletronicamente, os documentos exigidos pelas Resolução CVM 81 e Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 80"), em 25 de março de 2025. **3. Quórum:** Presentes, (a) em Assembleia Geral Ordinária, acionistas da Companhia titulares de 1.041.444.599 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, representando aproximadamente 77,26% do capital social total e com direito a voto, e (b) em Assembleia Geral Extraordinária, acionistas da Companhia titulares de 1.036.000.629 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, representando aproximadamente 76,85% do capital social total e com direito a voto; conforme se verifica (i) pelo mapa de votação sintético consolidado das instruções de voto a distância, divulgado em 24 de abril de 2025 pela Companhia, nos termos do artigo 46-C da Resolução CVM 81; e (ii) pelas presenças registradas por meio da plataforma eletrônica, nos termos do artigo 47, inciso III, da Resolução CVM 81. Participaram também Sr. Oscar de Paula Bernardes Neto, representante da administração da Companhia; Sr. Artemio Bertholini, na qualidade de membro do Conselho Fiscal; Sr. Heraldo Oliveira, membro do Comitê de Auditoria da Companhia; e a Sra. Natacha Rodrigues dos Santos, representante da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., auditora independente da Companhia. **4. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Oscar de Paula Bernardes Neto, na forma previsto no artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, que convidou a Sra. Luciana Lorenzo para secretariar os trabalhos. **5. Leitura dos Documentos:** (i) foi dispensada a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta Assembleia, os quais foram postos à disposição dos senhores acionistas: (a) na sede da Companhia; e (b) nos websites de Relações com Investidores da Companhia, da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão S.A. e da Comissão de Valores Mobiliários, em atendimento ao disposto no artigo 124, §6º, da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) foi comunicado aos acionistas, nos termos do artigo 46-C, § único, da Resolução CVM 81, que o mapa sintético consolidado dos votos proferidos a distância encontra-se disponível para consulta, sendo que nenhum acionista requereu sua leitura. **6. Ordem do Dia: 6.1.** Em Assembleia Geral Ordinária: (i) exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras da Companhia contendo as Notas Explicativas, acompanhadas do Relatório da Administração e das respectivas Contas dos Administradores, Relatório e Parecer dos Auditores Independentes, Parecer do Conselho Fiscal e Relatório Anual Resumido e Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (ii) destinação do lucro líquido relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (iii) fixação do número de membros do Conselho de Administração da Companhia para o próximo mandato; (iv) eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; (v) eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do artigo 8º, inciso III do Estatuto Social da Companhia; e (vi) fixação do limite global da remuneração anual dos administradores da Companhia para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025. **6.2.** Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) alteração do artigo 40, caput e §§ 4º e seguintes, de modo a complementar as disposições relativas a ofertas públicas de distribuição em caso de atingimento de participação societária relevante (*poison pill*) e suas exceções; (ii) alteração do Estatuto Social da Companhia, nos termos da Proposta da Administração, para: (a) incluir atividades complementares relacionadas ao objeto social da Companhia, voltadas ao agenciamento e intermediação de serviços de comunicação, publicidade em geral e propaganda, à comercialização e locação de máquinas e equipamentos relacionados a cobranças, pagamentos ou recebimentos em geral, à geração de energia elétrica para consumo próprio ou comercialização, cantinas, padarias, confeitarias e comércio de carnes, laticínios e frios, bem como disposições alinhadas às melhores práticas de governança sobre o exercício de atividades pela Companhia; (b) atualizar o capital social da Companhia previsto no artigo 4º, caput, de modo a refletir os aumentos de capital aprovados nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 30 de outubro, 18 de novembro e 08 de dezembro de 2023 e 08 de agosto, 07 de novembro e 11 de dezembro de 2024 e 18 de março de 2025; (c) incluir exceção da competência da Assembleia Geral sobre a aprovação de operações com partes relacionadas; (d) alterar o número máximo de conselheiros para 7 (sete), o mínimo de conselheiros independentes para 1/3 e, em sua maioria, externos para o Conselho de Administração; (e) incluir requisitos adicionais para a eleição dos membros do Conselho de Administração, nos termos da lei e alterar suas respectivas competências; (f) alterar o requisito para eleição de diretores, de acordo com a lei, e a denominação de cargo da Diretoria; (g) prever a aderência do Comitê de Auditoria da Companhia à Resolução CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021; (h) alterar as previsões sobre o levantamento de balanços e demonstrações financeiras para declaração de dividendos intermediários, intercalares e juros sobre capital próprio; (i) alterar o prazo de prescrição dos dividendos não recebidos ou reclamados, nos termos da lei, e o prazo de pagamento de juros sobre o capital próprio declarados; e (j) aprimorar a governança da Companhia; e (iii) consolidação do Estatuto Social da Companhia em decorrência das alterações deliberadas nos itens (i) e (ii) acima, se aprovadas. **7. Procedimentos Preliminares:** Antes de iniciar os trabalhos, o Presidente da Assembleia e a Secretária prestaram esclarecimentos sobre o funcionamento do sistema eletrônico de participação a distância disponibilizado pela Companhia e a forma de manifestação e voto dos acionistas que participarem remotamente da Assembleia, bem como informaram que: (i) os trabalhos da Assembleia seriam gravados, sendo que a gravação ficará arquivada na sede da Companhia, nos termos do artigo 30, §1º, da Resolução CVM 81; e (ii) o sistema eletrônico de participação a distância na Assembleia permitia que os acionistas ouvissem as manifestações de todos os demais acionistas e se dirigissem aos membros da Mesa e aos demais participantes da Assembleia, permitindo assim a comunicação entre acionistas. Foi indagado se algum dos acionistas participando pelo sistema eletrônico havia apresentado manifestação de voto por meio do envio de boletim de voto a distância ("BVD") e desejava alterar seu voto na presente Assembleia, a fim de que as orientações recebidas por meio de BVD fossem desconsideradas, conforme previsto no artigo 28, §2º, inciso II, da Resolução CVM 81. **8. Deliberações:** Após a verificação do quórum de instalação da Assembleia, foi aprovada, por unanimidade dos presentes, a lavratura da presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme dispõe o artigo 130, §1º, da Lei das Sociedades por Ações. As matérias constantes da ordem do dia foram postas em discussão e votação, tendo sido tomadas, conforme mapa de votação constante do Anexo I, o qual, para todos os efeitos, deve ser considerado como parte integrante desta ata, as seguintes deliberações: **8.1.** Em Assembleia Geral Ordinária: **8.1.1. Aprovar**, por maioria de votos dos acionistas titulares de ações ordinárias da Companhia presentes na Assembleia, registrados os votos contrários e abstenções, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente, as Demonstrações Financeiras da Companhia contendo as Notas Explicativas, acompanhadas do Relatório da Administração e as respectivas Contas dos Administradores, Relatório e Parecer dos Auditores Independentes, Parecer do Conselho Fiscal e Relatório Anual Resumido e Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. **8.1.2. Aprovar**, por maioria de votos dos acionistas titulares de ações ordinárias da Companhia presentes na Assembleia, registrados os votos contrários e abstenções, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente, a destinação integral do lucro líquido relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, no valor de R$ 768.940.814,56, da seguinte forma: (a) R$ 228.905.700,72 destinados à constituição da reserva de incentivos fiscais; (b) R$ 27.001.755,69 destinados à constituição da Reserva Legal; (c) R$ 128.258.339,54 destinados à distribuição em dividendos, dos quais: (i) R$ 125.000.000,00 foram declarados a título de juros sobre capital próprio, imputados ao dividendo obrigatório referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, considerando o valor líquido total de R$ 106.650.714,52, conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de dezembro de 2024; e (ii) R$ 19.607.625,02, são declarados e distribuídos a título de valores complementares para que se alcance o valor líquido correspondente ao dividendo obrigatório, e (d) R$ 368.425.733,13 destinados à constituição da reserva estatutária denominada Reserva de Expansão. Os dividendos ora declarados a título de valores complementares serão pagos às pessoas que constarem como acionistas da Companhia conforme posições acionárias no encerramento do pregão da B3 nesta data (data-base), respeitadas as negociações realizadas até esta data, inclusive. As ações da Companhia serão negociadas "ex-dividendos" a partir do dia 28 de abril de 2025, inclusive. Os dividendos ora declarados a título de valores complementares serão pagos em 23 de junho de 2025. Os valores a serem declarados como dividendos não estarão sujeitos à atualização monetária ou remuneração entre a presente data e de efetivo pagamento. Os dividendos são, ainda, isentos de Imposto de Renda, de acordo com o artigo 10 da Lei nº 9.249/95 e o artigo 72 da Lei nº 12.973/14. **8.1.3. Aprovar**, por maioria de votos dos acionistas titulares de ações ordinárias da Companhia presentes na Assembleia, registrados os votos contrários e abstenções, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente, a fixação de 7 (sete) membros para compor o Conselho de Administração da Companhia, sendo 6 (seis) conselheiros independentes. **8.1.4. Aprovar**, por maioria de votos dos acionistas titulares de ações ordinárias da Companhia presentes na Assembleia, registrados os votos contrários e abstenções, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente, a eleição dos seguintes membros para compor o Conselho de Administração da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026: (i) Sr. **Belmiro de Figueiredo Gomes**, brasileiro, divorciado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 52.699.074-0 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 805.421.569-49, com endereço comercial na Avenida Aricanduva, nº 5.555, Jardim Marília, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 03523-020, como membro titular do Conselho de Administração; (ii) Sr. **Enéas Cesar Pestana Neto**, brasileiro, em união estável, empresário, portador da carteira de identidade nº 11.383.698-3 e registrado no CPF/MF sob o nº 023.327.978/40, com endereço comercial na Avenida Aricanduva, nº 5.555, Jardim Marília, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 03527-020, como membro independente do Conselho de Administração da Companhia; (iii) Sr. **José Roberto Meister Müssnich**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº 20.068.723-35 SSP/RS e registrado no CPF/MF sob nº 164.206.830-68, com endereço comercial na Avenida Aricanduva, nº 5.555, Jardim Marília, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 03.523-020, como membro independente do Conselho de Administração da Companhia; (iv) Sr. **Julio Cesar de Queiroz Campos**, brasileiro, casado, engenheiro e administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.685.283 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 129.447.578-90, com endereço comercial na Avenida Aricanduva, nº 5.555, Jardim Marília, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 03523-020, como membro independente do Conselho de Administração; (v) Sra. **Leila Abraham Loria**, brasileira, casada, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG nº 31645393 IFP/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 375.862.707-91, com endereço comercial na Avenida Aricanduva, nº 5.555, Jardim Marília, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 03523-020, como membro independente do Conselho de Administração; (vi) Sr. **Miguel Maia Mickelberg**, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 62680742-6 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 006.105.080-67, com endereço comercial na Avenida Aricanduva, nº 5.555, Jardim Marília, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 03523-020, como membro independente do Conselho de Administração; e (vii) Sr. **Oscar de Paula Bernardes Neto**, brasileiro, casado, engenheiro químico, portador da Cédula de Identidade RG nº 7158672 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 037.057.307-20, com endereço comercial na Avenida Aricanduva, nº 5.555, Jardim Marília, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 03523-020, como membro independente do Conselho de Administração. A Sra. Leila Abraham Loria e os Srs. Enéas Cesar Pestana Neto, José Roberto Meister Müssnich, Julio Cesar de Queiroz Campos, Miguel Maia Mickelberg e Oscar de Paula Bernardes Neto são considerados conselheiros independentes conforme definição do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e da Resolução CVM 80, conforme qualificação essa baseada em manifestação do Conselho de Administração da Companhia inserida na Proposta de Administração desta assembleia. Os membros do Conselho de Administração ora eleitos serão investidos nos respectivos cargos mediante assinatura do respectivo termo de posse, o que ocorrerá no prazo legal. Tais membros serão lavrados no livro de atas do Conselho de Administração, indicando que possuem qualificações necessárias e cumprem os requisitos estabelecidos no artigo 147 e §§ da Lei das Sociedades por Ações, para o exercício dos respectivos cargos, e de que não possuem qualquer impedimento legal que obste sua eleição, nos termos da Resolução CVM 80. **8.1.5. Aprovar**, por maioria de votos dos acionistas titulares de ações ordinárias da Companhia presentes na Assembleia, registrados os votos contrários e abstenções, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente, a eleição do Sr. Oscar de Paula Bernardes Neto, acima qualificado, ao cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do artigo 8º, inciso III do Estatuto Social da Companhia. **8.1.6. Aprovar**, por maioria de votos dos acionistas titulares de ações ordinárias da Companhia presentes na Assembleia, registrados os votos contrários e abstenções, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente, a eleição do Sr. José Roberto Meister Müssnich, acima qualificado, ao cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do artigo 8º, inciso III do Estatuto Social da Companhia. **8.1.7. Aprovar**, por maioria de votos dos acionistas titulares de ações ordinárias da Companhia presentes na Assembleia, registrados os votos contrários e abstenções, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente, a fixação do limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025 em R$ 58.894.607,00. **8.1.8.** Tendo em vista a solicitação de instalação do Conselho Fiscal por acionistas representando percentual superior a 2% (dois por cento) do capital social com direito a voto, nos termos do artigo 161 da Lei das Sociedades por Ações e da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, foi instalado o Conselho Fiscal da Companhia até a Assembleia Geral Ordinária que deliberará sobre as Demonstrações Financeiras do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025. Em seguida, **foi aprovada**, por maioria de votos dos acionistas titulares de ações ordinárias da Companhia presentes na Assembleia, registrados os votos contrários e abstenções, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente ata, a eleição dos seguintes membros e respectivos suplentes para compor o Conselho Fiscal da Companhia, para um mandato unificado de 1 (um) ano, até a Assembleia Geral Ordinária que deliberará sobre as demonstrações financeiras do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025: (i) Sr. **Artemio Bertholini**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.638.656-X SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 095.365.318-87, residente e domiciliado na Rua Sergipe, nº 627, Higienópolis, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01243-001, como membro efetivo do Conselho Fiscal, e o Sr. **Márcio Marcelo Belli**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 16184062, inscrito no CPF/MF sob o nº 083.588.098-24, residente e domiciliado na Rua Prefeito Francisco Vergueiro Porto, nº 310, Jardim das Rosas, na Cidade de Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo, CEP 13.990-000, como seu respectivo suplente; (ii) Sr. **Adriano Cives Seabra**, brasileiro, em união estável, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 08899444-7 IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 016.480.547-81, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Lineu de Paula Machado, 1000, apto. 107, CEP 22470-040, como membro efetivo do Conselho Fiscal, e o Sr. **Marco Antonio Mayer Foletto**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 6034755841 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 480.083.380-91, residente e domiciliado na Rua Carlos Von Koseritz, 1415/502, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 90540-102, como seu respectivo suplente; e (iii) Sra. **Leda Maria Deiro Hahn**, brasileira, casada, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3.578.754, inscrita no CPF/MF sob o nº 664.501.287-06, residente e domiciliada na Rua Engenheiro Cortes Sigaud, nº 11, apartamento 502, bloco 2, Leblon, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22450-150, como membro efetivo do Conselho Fiscal, e o Sr. **René de Medeiros Ribeiro Martins**, brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF/MF sob o nº 407.796.104-15 residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Avenida Aricanduva, nº 5.555, Jardim Marília, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 03523-020, como seu respectivo suplente. Os conselheiros fiscais ora eleitos serão investidos em seus cargos mediante a assinatura dos respectivos termos de posse lavrados em livro próprio no prazo legal, tendo apresentado declarações de que preenchem os requisitos previstos no artigo 162, da Lei das Sociedades por Ações, as quais ficarão arquivadas na sede da Companhia. Diante da instalação do Conselho Fiscal e da eleição de seus membros, fica consignado, ainda, que o limite global da remuneração dos administradores e membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2025 foi aprovado na deliberação tomada no item 8.1.7 acima, e está em conformidade com o artigo 162, §3º da Lei das Sociedades por Ações. **8.2.** Em Assembleia Geral Extraordinária: **8.2.1. Aprovar**, por maioria de votos dos acionistas titulares de ações ordinárias da Companhia presentes na Assembleia, registrados os votos contrários e abstenções, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente, a alteração do artigo 40, caput e §§ 4º e seguintes do Estatuto Social da Companhia, de modo a complementar as disposições relativas a ofertas públicas de distribuição em caso de atingimento de participação societária relevante (*poison pill*) e suas exceções. **8.2.2. Aprovar**, por maioria de votos dos acionistas titulares de ações ordinárias da Companhia presentes na Assembleia, registrados os votos contrários e abstenções, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente, alteração do Estatuto Social da Companhia, nos termos da Proposta da Administração, para: (a) incluir atividades complementares relacionadas ao objeto social da Companhia, voltadas ao agenciamento e intermediação de serviços de comunicação, publicidade em geral e propaganda, à comercialização e locação de máquinas e equipamentos relacionados a cobranças, pagamentos ou recebimentos em geral, à geração de energia elétrica para consumo próprio ou comercialização, cantinas, padarias, confeitarias e comércio de carnes, laticínios e frios, bem como disposições alinhadas às melhores práticas de governança sobre o exercício de atividades pela Companhia; (b) atualizar o capital social da Companhia previsto no artigo 4º, caput, de modo a refletir os aumentos de capital aprovados nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 30 de outubro, 18 de novembro e 08 de dezembro de 2023 e 08 de agosto, 07 de novembro e 11 de dezembro de 2024 e 18 de março de 2025; (c) incluir exceção da competência da Assembleia Geral sobre a aprovação de operações com partes relacionadas; (d) alterar o número máximo de conselheiros para 7 (sete), o mínimo de conselheiros independentes para 1/3 e, em sua maioria, externos para o Conselho de Administração; (e) incluir requisitos adicionais para a eleição dos membros do Conselho de Administração, nos termos da lei e alterar suas respectivas competências; (f) alterar o requisito para eleição de diretores, de acordo com a lei, e a denominação de cargo da Diretoria; (g) prever a aderência do Comitê de Auditoria da Companhia à Resolução CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021; (h) alterar as previsões sobre o levantamento de balanços e demonstrações financeiras para declaração de dividendos intermediários, intercalares e juros sobre capital próprio; (i) alterar o prazo de prescrição dos dividendos não recebidos ou reclamados, nos termos da lei, e o prazo de pagamento de juros sobre o capital próprio declarados; e (j) aprimorar a governança da Companhia. **8.2.3. Aprovar**, por maioria de votos dos acionistas titulares de ações ordinárias da Companhia presentes na Assembleia, registrados os votos contrários e abstenções, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente, a consolidação do Estatuto Social da Companhia em decorrência das alterações deliberadas nos itens acima ora aprovadas, que passará a vigorar na forma do Anexo II à presente ata. **Encerramento:** Em cumprimento aos artigos 22, §5º, e 33, §4º, da Resolução CVM 80, o total de aprovações, rejeições e abstenções computadas na votação de cada item da ordem do dia encontra-se indicado no Anexo I à presente ata, o qual, para todos os efeitos, deve ser considerado como parte integrante da presente ata. Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quis fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata na forma de sumário. **Mesa:** Oscar de Paula Bernardes Neto - Presidente; Luciana Lorenzo - Secretária. **Acionistas Presentes:** os seguintes acionistas são considerados presentes por terem (i) exercido seu direito de voto por meio de boletins de voto a distância, nos termos do artigo 47, inciso II, da Resolução CVM 81, ou (ii) registrado participação em sistema eletrônico de participação a distância, nos termos do artigo 47, inciso III, da Resolução CVM 81. Rio de Janeiro/RJ, 25 de abril de 2025. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. **Mesa: Oscar de Paula Bernardes Neto** - Presidente; **Luciana Lorenzo** - Secretária. **Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro** - Empresa: SENDAS DISTRIBUIDORA S.A. NIRE: 333.0027290-9. Protocolo: 2025/00523105-7. Data do protocolo: 14/05/2025. Certifico o arquivamento em 15/05/2025 sob o número 00006972934. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral. **Sendas Distribuidora S.A.** - CNPJ/MF Nº 06.057.223/0001-71 - NIRE 33.300.272.909 - **Anexo II - Estatuto Social Consolidado - Capítulo I - Da Denominação, Sede, Objeto e Duração: Artigo 1º - Sendas Distribuidora S.A.** ("Companhia") é uma sociedade por ações, com sede e foro na Avenida Ayrton Senna, nº 6000, Lote 2, Pal 48959, Anexo A, Jacarepaguá, CEP 22775-005, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, República Federativa do Brasil, que doravante se regerá por este Estatuto Social, pela Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76"), conforme alterações e demais dispositivos legais em vigor. **§ Único** - Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("Novo Mercado" e "B3", respectivamente), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do conselho fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado. **Artigo 2º** - O objeto social da Companhia é a comercialização de produtos manufaturados, semimanufaturados ou "*in natura*", nacionais ou estrangeiros, de todo e qualquer gênero e espécie, natureza ou qualidade. **§ 1º** - A Companhia poderá também praticar as seguintes atividades: (a) a industrialização, processamento, manipulação, transformação, exportação, importação e representação de produtos, alimentícios ou não alimentícios, por conta própria ou de terceiros; (b) o comércio internacional, inclusive de café; (c) a importação, distribuição e comercialização de produtos cosméticos de higiene e toucador, perfumaria, saneantes e domissanitários e suplementos alimentares; (d) o comércio em geral de drogas e medicamentos, especialidades farmacêuticas e homeopáticas; produtos químicos, acessórios, artigos odontológicos, instrumentos e aparelhos cirúrgicos; a fabricação de produtos químicos e especialidades farmacêuticas, podendo ser especializadas como, Drogaria ou Farmácia Alopática, Drogaria ou Farmácia Homeopática ou Farmácia de Manipulação de cada especialidade; (e) o comércio de produtos e derivados de petróleo, abastecimento de combustíveis de quaisquer espécies, podendo também prestar serviços de assistência técnica, oficinas de serviços, consertos, lavagem, lubrificação, venda de acessórios e outros serviços afins, de quaisquer veículos em geral; (f) o comércio de produtos, drogas e medicamentos veterinários em geral; consultório, clínica e hospital veterinário e "*pet shop*" com serviços de banho e tosa; (g) a locação de qualquer mídia gravada; (h) prestação de serviços de estúdios fotográficos, cinematográficos e similares; (i) a prática e a administração de operações imobiliárias, comprando, promovendo loteamentos e incorporação, locando e vendendo bens imóveis próprios e de terceiros; (j) agir como distribuidora, agente e representante de comerciantes e industriais estabelecidos dentro do país ou fora dele e nesta qualidade, por conta dos comitentes ou por conta própria adquirir, reter, possuir e fazer quaisquer operações e transações do interesse próprio ou dos comitentes; (k) a prestação de serviços de processamento de dados; (l) a exploração de edificações e construção em todas as suas modalidades, por conta própria ou de terceiros, a compra e venda de materiais para construção e a instalação e manutenção de sistemas de ar-condicionado, de monta-cargas e elevadores de carga; (m) aplicação de produtos saneantes domissanitários; (n) o transporte rodoviário municipal, estadual e interestadual de cargas em geral para seus próprios produtos e de terceiros, podendo inclusive armazená-los, depositá-los e fazer sua carga, descarga, arrumação e guarda de bens próprios de terceiros de qualquer espécie, bem como subcontratar os serviços previstos nesta alínea; (o) agenciamento, intermediação ou exploração de serviços de comunicação, publicidade em geral e propaganda, inclusive nos estabelecimentos da Companhia, bares, lanchonetes e restaurantes, podendo estender-se a outros ramos que lhe sejam compatíveis ou conexos, respeitadas as restrições legais; (p) a compra, venda e distribuição de livros, revistas, jornais, periódicos e assemelhados; (q) a realização de estudos, análises, planejamento e pesquisas de mercado; (r) a realização de testes para lançamento de novos produtos, embalagens e marcas; (s) a elaboração de estratégias e análises do comportamento setorial de vendas, de promoções especiais e de publicidade; (t) a prestação de serviços de administração de cartões vale-alimentação, refeição, farmácia, combustível, transporte e outros cartões que decorram das atividades relacionadas ao seu objeto social; (u) o arrendamento e subarrendamento de bens móveis próprios ou de terceiros; (v) a prestação de serviços na área de gerenciamento; (w) representação de outras sociedades nacionais ou estrangeiras e a participação como sócia ou acionista, no capital social de outras sociedades, qualquer que seja a forma ou objeto destas, e em empreendimentos comerciais de qualquer natureza; (x) agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos e ingressos; (y) serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos, contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento, inclusive mediante a comercialização e locação de máquinas e outros equipamentos relacionados; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral; (z) prestação de serviços de estacionamento, estadia e guarda de veículos; (aa) a importação de bebidas, vinhos e vinagres; (bb) cantinas, lanchonetes, padarias, confeitarias, casas de chá, de sucos e similares; (bb) comércio de carnes, laticínios e frios; (cc) comércio de sementes e mudas; (dd) comércio de produtos de telecomunicações; e (ee) a importação, distribuição e comercialização de brinquedos, panelas metálicas, escadas domésticas, carrinhos de bebê, artigos de festas, artigos escolares, pneus, eletrodomésticos, bicicletas, cadeiras plásticas monobloco e lâmpadas; e (ff) geração de energia elétrica para consumo próprio ou comercialização. **§ 2º** - A Companhia poderá prestar fianças ou avais em negócios de seu interesse, vedados os de mero favor. **§ 3º** - O exercício das atividades relacionadas ao objeto social da Companhia deverá considerar: (i) os interesses de curto e longo prazo da Companhia e de seus acionistas; e (ii) os efeitos econômicos, sociais, ambientais e jurídicos de curto e longo prazo das operações da Companhia em relação aos seus empregados ativos, fornecedores, consumidores e demais credores da Companhia e de suas subsidiárias, como também em relação à comunidade em ela atua local e globalmente. **Artigo 3º** - O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Do Capital Social e das Ações: Artigo 4º** - O capital social da Companhia é de R$ 1.455.770.100,32 (um bilhão, quatrocentos e cinquenta e cinco milhões, setecentos e setenta mil, cem reais e trinta e dois centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 1.352.245.185 (um bilhão, trezentos e cinquenta e dois milhões, duzentas e quarenta e cinco mil, cento e oitenta e cinco) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. **§ 1º** - As ações representativas do capital social são indivisíveis em relação à Companhia e cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais. **§ 2º** - As ações terão a forma escritural e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, na instituição financeira autorizada que a Companhia designar, sem emissão de certificados. **§ 3º** - O custo dos serviços de transferência de propriedade das ações escriturais que for cobrado pela instituição financeira depositária poderá ser repassado ao acionista, conforme autoriza o Artigo 35, § 3º da Lei nº 6.404/76, observados os limites máximos fixados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). **§ 4º** - A Companhia não poderá emitir ações preferenciais e partes beneficiárias. **Artigo 5º** - A Companhia está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária, até o limite de 2.000.000.000 (dois bilhões) de ações ordinárias. **§ 1º** - O limite do capital autorizado da Companhia somente poderá ser modificado por deliberação da Assembleia Geral. **§ 2º** - A Companhia, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que lhe prestem serviços. **Artigo 6º** - As emissões de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações até o limite do capital autorizado, poderão ser aprovadas pelo Conselho de Administração, com exclusão ou redução do prazo para exercício do direito de preferência, conforme previsto no Artigo 172 da Lei nº 6.404/76. **§ Único** - Ressalvado o disposto no caput deste Artigo, os acionistas terão preferência, na proporção das respectivas participações, para subscrição dos aumentos de capital da Companhia, regendo-se o exercício deste direito pela legislação que lhe for aplicável. **Capítulo III - Da Assembleia Geral: Artigo 7º** - A Assembleia Geral é a reunião dos acionistas, que a ela poderão comparecer por si ou por representantes constituídos na forma da lei, a fim de deliberarem sobre as matérias de interesse da Companhia. **Artigo 8º** - Sem prejuízo do disposto no artigo 123, § único da Lei nº 6.404/76, a Assembleia Geral será convocada, instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, ou na sua ausência, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração ou, na ausência destes, por um Diretor indicado pelo Presidente do Conselho de Administração, e terá as seguintes atribuições, sem prejuízo das demais atribuições previstas em lei: (a) reformar o Estatuto Social; (b) eleger ou destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração (e do Conselho Fiscal, quando instalado) da Companhia, bem como definir o número de cargos do Conselho de Administração (e do Conselho Fiscal, quando instalado); (c) designar o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração; (d) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas, a destinação do lucro líquido do exercício; (e) aprovar a emissão de ações, bônus de subscrição, debêntures conversíveis em ações de sua própria emissão ou quaisquer títulos, valores mobiliários ou outros direitos ou participações que sejam permutáveis ou conversíveis em ações de sua própria emissão, sem prejuízo da competência do Conselho de Administração prevista no Artigo 5º e no Artigo 17(h); (f) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social; (g) deliberar sobre transformação, fusão, incorporação (incluindo incorporação de ações) e cisão da Companhia, ou qualquer outra forma de reestruturação da Companhia; (h) deliberar sobre a dissolução e liquidação da Companhia e eleger e destituir liquidante(s); (i) examinar e aprovar as contas do(s) liquidante(s); (j) definir a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se instalado; e (k) aprovar a celebração de transações com partes relacionadas, conforme definidas nas normas contábeis aplicáveis, cujo valor, individual ou agregado ao longo de um exercício social, seja superior a R$100.000.000,00 (cem milhões de reais), observado que os acionistas representando partes relacionadas na transação deverão se abster de votar e que o presente item não abrange indenizações a Beneficiários no âmbito de Seguro D&O e a celebração de Contratos de Indenidade, conforme abaixo definidos. **§ Único** - O valor mencionado no item (k) do Artigo 8º será corrigido anualmente a partir de 1º de janeiro de 2023, pela variação positiva, ocorrida no exercício anterior, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo. **Artigo 9º** - Para qualquer deliberação da Assembleia Geral será necessária a aprovação de acionistas que representem, no mínimo, a maioria de votos dos presentes, não se computando os votos em branco, ressalvadas as exceções previstas em lei e na regulamentação aplicável. **Artigo 10** - A Assembleia Geral Ordinária terá as atribuições previstas em lei e realizar-se-á dentro do primeiro quadrimestre subsequente ao encerramento do exercício social. **§ Único** - Sempre que necessário a Assembleia Geral poderá ser instalada em caráter extraordinário, podendo se realizar concomitantemente com a Assembleia Geral Ordinária. **Capítulo IV - Da Administração: Artigo 11** - A administração da Companhia competirá ao Conselho de Administração e à Diretoria. **§ 1º** - A posse dos administradores fica condicionada à assinatura de termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 42. **§ 2º** - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores se estenderá até a investidura dos respectivos sucessores. **§ 3º** - Das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria serão lavradas atas em livro próprio, as quais serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso. **Seção I - Do Conselho de Administração: Artigo 12** - O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 7 (sete) membros, em sua maioria, por membros externos, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. **§ 1º** - Exceto no caso de eleição dos membros do Conselho de Administração por meio do procedimento de voto múltiplo, no caso de vacância no cargo de Conselheiro, competirá ao Conselho de Administração eleger substituto para preenchimento do cargo em caráter definitivo, até o término do respectivo mandato. No caso de vacância simultânea da maioria dos cargos, a Assembleia Geral será convocada para proceder a nova eleição. **§ 2º** - Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 1/3 (um terço), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) membro(s) do Conselho de Administração eleito(s) mediante a faculdade prevista pelo Artigo 141, §§ 4º e 5º da Lei n.º 6.404/76, na hipótese de haver acionista controlador. **§ 3º** - Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no § acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior. **Artigo 13** - O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente, eleitos pela Assembleia Geral. **§ 1º** - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa. **§ 2º** - No caso de vacância do cargo de Presidente ou impedimento do Presidente, o Vice-Presidente automaticamente assumirá tal cargo, permanecendo até o término do respectivo mandato ou, caso ocorra a convocação de uma Assembleia Geral para eleição de novo Presidente, até sua respectiva posse. **§ 3º** - No caso de vacância de qualquer do cargo de Vice-Presidente, o Conselho de Administração elegerá seu substituto nos termos do Artigo 12, §1º deste Estatuto Social. **§ 4º** - No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente, as reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Vice-Presidente. **Artigo 14** - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos seis vezes ao ano, para revisar os resultados financeiros e demais resultados da Companhia e para rever e acompanhar o plano anual de investimentos, e, extraordinariamente, a qualquer tempo, sempre que necessário. **§ 1º** - Compete ao Presidente ou, na ausência do Presidente, ao Vice-Presidente, convocar as reuniões do Conselho de Administração, por iniciativa própria ou mediante solicitação escrita de qualquer conselheiro. **§ 2º** - As convocações das reuniões do Conselho de Administração deverão ser feitas por meio eletrônico ou carta, com no mínimo 7 (sete) dias de antecedência da data de cada reunião, especificando hora e local para a realização em primeira e, se for o caso, em segunda convocação, e incluindo a ordem do dia. Qualquer proposta e toda documentação necessária e correlata à ordem do dia deverá ser disponibilizada aos Conselheiros. A convocação poderá ser dispensada sempre que estiver presente à reunião a totalidade dos Conselheiros em exercício, ou pela concordância prévia, por escrito, dos conselheiros ausentes. **§ 3º** - O *quórum* mínimo requerido para a instalação das reuniões do Conselho de Administração é o da presença de pelo menos metade de seus membros em exercício, em primeira convocação, e de qualquer número de conselheiros, em segunda convocação, considerando-se presentes, inclusive, aqueles representados na forma autorizada por este Estatuto. **Artigo 15** - As reuniões do Conselho de Administração serão presididas por seu Presidente e na ausência deste, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração. **§ 1º** - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto favorável da maioria dos seus membros presentes, observado o disposto no Artigo 14, §3º deste Estatuto Social. Os conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por intermédio de conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação eletrônico, que permita a identificação do conselheiro e a comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião. Nesse caso, os conselheiros serão considerados presentes à reunião e deverão assinar posteriormente a correspondente ata. **§ 2º** - O Presidente ou, na ausência deste, o Vice-Presidente do Conselho de Administração, terá, além do próprio voto, o voto de desempate, em caso de empate na votação em decorrência de eventual composição de número par de membros do Conselho de Administração. **§ 3º** - No caso de ausência ou impedimento temporário que não decorra de uma situação de conflito de interesses de qualquer conselheiro, o conselheiro ausente poderá indicar, por escrito, dentre os demais membros do Conselho de Administração, aquele que o substituirá. Nessa hipótese, o conselheiro que estiver substituindo o conselheiro temporariamente ausente ou impedido na forma acima, além de seu próprio voto, expressará o voto do conselheiro substituído. **§ 4º** - O membro do Conselho de Administração deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que (i) ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia. Não poderá ser exercido o direito de voto pelo membro do Conselho de Administração caso se configurem, supervenientemente, os fatores de impedimento indicados neste Parágrafo. **§ 5º** - O membro do Conselho de Administração não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões de Conselho de Administração, relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com os da Companhia. **Artigo 16** - O Conselho de Administração aprovará qualquer modificação do Regimento Interno e elegerá um Secretário de Governança, a quem competirá exercer as funções definidas no Regimento Interno, bem como emitir certidões e atestar, perante terceiros, a autenticidade das deliberações tomadas pelo Conselho de Administração. **Artigo 17** - Além dos poderes estabelecidos em lei, compete ao Conselho de Administração: (a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; (b) aprovar ou alterar o plano de investimentos da Companhia; (c) eleger e destituir os Diretores da Companhia, fixando-lhes as atribuições e designações; (d) deliberar sobre a remuneração individual do próprio Conselho de Administração e da Diretoria; (e) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos; (f) convocar a Assembleia Geral; (g) manifestar-se sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria e sobre as demonstrações financeiras da Companhia; (h) deliberar sobre a emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações até o limite do capital autorizado, fixando o respectivo preço, as condições de integralização e demais condições da emissão; (i) escolher e destituir os auditores independentes, observada a recomendação do Comitê de Auditoria; (j) emitir parecer sobre qualquer proposta da Diretoria à Assembleia Geral; (k) autorizar a negociação da Companhia com suas próprias ações e debêntures, observada a legislação e regulamentação aplicáveis, incluindo a aquisição de ações da própria Companhia, para efeito de cancelamento ou manutenção em tesouraria, e a alienação de ações em tesouraria; (l) desenvolver, em conjunto com a Diretoria e aprovar um plano de participação de empregados e administradores nos resultados da Companhia e de concessão de benefícios adicionais a empregados e administradores vinculados ao resultado da Companhia ("Plano de Participação nos Resultados"); (m) fixar o montante da participação dos empregados e administradores nos resultados da Companhia, observadas as disposições legais pertinentes, do Estatuto Social e do Plano de Participação nos Resultados em vigor. As importâncias despendidas ou provisionadas em cada exercício a título de participação de empregados e administradores nos resultados e ainda com relação à outorga de opção de compra de ações da Companhia, serão limitadas em até 15% (quinze por cento) do resultado de cada exercício, após as deduções do Artigo 189 da Lei nº 6.404/76, observado que a participação de empregados e administradores nos resultados não poderá ultrapassar a remuneração anual dos administradores nem 0,1 (um décimo) dos lucros, o que for menor, nos termos do § 1º do Artigo 152 e do Artigo 190 da Lei nº 6.404/76; (n) estabelecer o limite de ações a serem emitidas dentro do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia previamente aprovado pela Assembleia Geral, observado o limite do capital autorizado e o limite previsto no item "m" acima; (o) constituir Comitês, que serão responsáveis por elaborar propostas ou efetuar recomendações ao Conselho de Administração, definir suas respectivas atribuições de acordo com o previsto neste Estatuto e fixar a remuneração dos seus membros; (p) deliberar sobre a aquisição, alienação, criação de gravames, oneração de quaisquer ativos, incluindo bens imóveis, da Companhia ou a realização de qualquer outro investimento pela Companhia em valor individual ou agregado ao longo de um exercício social equivalente ou superior ao valor correspondente a 0,3% (zero vírgula três por cento) da receita líquida da Companhia nos últimos 12 (doze) meses, conforme apurado em seu mais recente balanço patrimonial ou demonstração financeira trimestral, exceto nos casos previstos no item (q) abaixo; (q) deliberar sobre (i) qualquer operação financeira que envolva a Companhia, inclusive a concessão ou tomada de empréstimos, em valor superior, por transação, a ½ (metade) do LAJIDA (Lucro antes dos Juros, Imposto de Renda, Depreciação e Amortização), conforme apurado nas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício social anterior à respectiva operação; e (ii) qualquer emissão, para colocação pública ou privada, no Brasil ou no exterior, de debêntures não conversíveis em ações, notas promissórias e outros títulos de dívida, bem como determinar os termos e as condições da emissão; (r) deliberar sobre qualquer associação da Companhia com terceiros que envolva investimento individual ou agregado, ao longo de um exercício social superior ao valor em Reais equivalente a US$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares norte-americanos) ou superior ao valor correspondente a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia à época, conforme apurado em seu mais recente balanço patrimonial ou demonstração financeira trimestral, prevalecendo o valor que for maior; (s) deliberar, independentemente do valor da operação, sobre a aquisição de participação societária pela Companhia em outras companhias, sociedades, parcerias, associações (com ou sem fins lucrativos) e/ou consórcios; (t) deliberar sobre a outorga de garantias pela Companhia, de qualquer natureza e valor, com relação a obrigações assumidas com terceiros que não sejam empresas controladas da Companhia, fixando os limites dentro dos quais os Diretores da Companhia poderão aprovar a outorga de garantias sem a prévia autorização do Conselho de Administração; (u) elaborar e divulgar parecer fundamentado, favorável ou contrário à aceitação de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, nos termos do Regulamento do Novo Mercado; e (v) deliberar sobre qualquer alteração na política de distribuição de dividendos da Companhia. **§ Único** - Quando se tratar de deliberação a ser tomada pelos órgãos sociais das sociedades que sejam controladas pela Companhia, ou nas quais a Companhia eleja membros do Conselho de Administração ou da Diretoria, competirá ao Conselho de Administração orientar o voto dos administradores da Companhia, no caso de decisões tomadas em sede de assembleia geral, reunião de sócios ou órgão equivalente, ou o voto dos administradores eleitos ou indicados pela Companhia para os órgãos da administração de tais sociedades, quando a deliberação se enquadrar nas alíneas (p), (q), (r), (s) e (t) deste Artigo, calculando-se os parâmetros ali referidos com base no mais recente balanço patrimonial ou demonstração financeira trimestral das sociedades controladas ou investidas. **Seção II - Comitê de Auditoria e Demais Órgãos Auxiliares da Administração: Artigo 18** - O Comitê de Auditoria, órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, é composto por, no mínimo, 3 (três) membros, sendo que ao menos 1 (um) é conselheiro independente, e ao menos 1 (um) deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária. **§ 1º** - O mesmo

continua →

★ continuação

membro do Comitê de Auditoria pode acumular ambas as características referidas no caput. **§ 2º** - Os membros do Comitê de Auditoria devem ser eleitos pelo Conselho de Administração e preencher os requisitos aplicáveis de independência previstos nas regras da CVM e do Regulamento do Novo Mercado. **§ 3º** - As atividades do Coordenador do Comitê de Auditoria estão definidas em seu regimento interno, aprovado pelo Conselho de Administração. **§ 4º** - O Comitê de Auditoria exerce suas funções em conformidade com o seu regimento interno. Adicionalmente às disposições deste Estatuto e do regimento interno do Comitê de Auditoria Estatutário, o comitê observará todos os termos, requisitos, atribuições e composição prevista na Resolução CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021, qualificando-se como um Comitê de Auditoria Estatutário (CAE), nos termos ali previstos. **Artigo 19** - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de 2 (dois) anos, admitindo-se a recondução para sucessivos mandatos, observados os termos do regimento interno do Comitê de Auditoria. **§ 1º** - No curso de seus mandatos, os membros do Comitê de Auditoria somente poderão ser substituídos nas seguintes hipóteses: (a) morte ou renúncia; (b) ausência injustificada a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 6 (seis) reuniões alternadas por ano; ou (c) decisão fundamentada do Conselho de Administração. **§ 2º** - Nos casos de vacância de cargos de membro do Comitê de Auditoria, competirá ao Conselho de Administração eleger a pessoa que deverá completar o mandato do membro substituído. **§ 3º** - Compete ao Comitê de Auditoria, entre outras matérias: (a) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente; (b) avaliar o relatório da administração, as demonstrações financeiras, demonstrações intermediárias e as informações trimestrais da Companhia, efetuando as recomendações que entender necessárias ao Conselho de Administração; (c) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia; (d) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia; (e) avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas; e (f) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação. **Artigo 20** - A eventual instalação do Conselho Fiscal, na forma da Lei nº 6.404/76 e do Capítulo V abaixo, não prejudicará o funcionamento e as atribuições do Comitê de Auditoria. **Artigo 21** - O Conselho de Administração poderá constituir outros Comitês, com a composição que determinar, os quais terão a função de receber e analisar informações, elaborar propostas ou efetuar recomendações ao Conselho de Administração, em suas específicas áreas de atuação, como vier a ser estabelecido em seus regimentos internos, a serem aprovados pelo Conselho de Administração. **§ Único** - Os membros dos Comitês criados pelo Conselho de Administração terão os mesmos deveres e responsabilidades dos administradores. **Seção III - Da Diretoria: Artigo 22** - A Diretoria será composta por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 8 (oito) membros, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, sendo 1 (um) necessariamente indicado para o cargo de Diretor Presidente e 1 (um) necessariamente indicado para o cargo de Diretor de Relação com Investidores, podendo ainda haver 1 (um) Diretor Vice-Presidente de Finanças, 1 (um) Diretor Vice-Presidente Comercial, 1 (um) Diretor Vice-Presidente de Operações e os demais Diretores Vice-Presidentes e Diretores sem designação especial, permitida a cumulação destes cargos. **§ Único** - O prazo de gestão dos membros da Diretoria é de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. **Artigo 23** - Aos Diretores compete o exercício das funções gerais discriminadas neste Estatuto e daquelas que lhes forem atribuídas pelo Conselho de Administração, mantendo entre si recíproca colaboração e auxiliando-se mutuamente no exercício de seus cargos e funções. **§ 1º** - As atribuições e denominações específicas de cada um dos Diretores serão definidas pelo Conselho de Administração. **§ 2º** - Nos casos de vacância, ausência, licença, impedimento ou afastamento temporário ou definitivo, os Diretores substituir-se-ão na seguinte forma: (a) em caso de ausência ou impedimento temporário que não decorra de uma situação de conflito de interesses do Diretor Presidente, este designará uma pessoa para substituí-lo; e, em caso de vacância, o Conselho de Administração deverá eleger um substituto no prazo de até 30 (trinta) dias, o qual completará o mandato do Diretor Presidente substituído; (b) em caso de ausência ou impedimento temporário dos demais Diretores, estes serão substituídos pelo Diretor Presidente e, em caso de vacância, o Conselho de Administração deverá eleger um substituto no prazo de 30 (trinta) dias, o qual completará o mandato do Diretor substituído. **Artigo 24** - A Diretoria se reunirá por convocação do Diretor Presidente, ou ainda por convocação de metade dos Diretores em exercício. **§ Único** - O quorum mínimo para a instalação das reuniões da Diretoria é de pelo menos 1/3 (um terço) de seus membros em exercício, e suas deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes. Na hipótese de empate nas deliberações de matérias sujeitas à aprovação da Diretoria, tal matéria deverá ser submetida à aprovação do Conselho de Administração. **Artigo 25** - Além dos deveres e responsabilidades de que possa ser incumbida pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração, compete à Diretoria, sem prejuízo de outras atribuições legais: (a) dirigir os negócios sociais e fazer cumprir este Estatuto; (b) dar cumprimento ao objeto social; (c) aprovar os planos, os programas e as normas gerais de operação, administração e controle no interesse do desenvolvimento da Companhia, observadas as orientações estabelecidas pelo Conselho de Administração; (d) elaborar e apresentar à Assembleia Geral Ordinária relatório das atividades de negócios sociais, instruindo-os com o Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras legalmente exigidos em cada exercício, bem como os respectivos pareceres do Conselho Fiscal, quando for o caso; (e) dirigir todas as atividades da Companhia, imprimindo-lhes as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e adequadas à consecução dos seus objetivos; (f) propor ao Conselho de Administração os planos e programas de investimentos; (g) autorizar a abertura e encerramento de filiais, agências, sucursais, depósitos e/ou instituir delegações, escritórios e representações em qualquer ponto do território nacional ou no exterior; (h) manifestar-se a respeito dos assuntos sobre os quais o Conselho de Administração vier a solicitar apreciação específica; e (i) desenvolver em conjunto com o Conselho de Administração e executar o Plano de Participação nos Resultados. **Artigo 26** - Compete, em especial, ao Diretor Presidente: (a) planejar, coordenar, dirigir e administrar todas as atividades da Companhia, exercendo as funções executivas e decisórias, ressalvadas as atividades que devam ser desempenhadas com reporte ao Conselho de Administração ou seus comitês; (b) exercer a supervisão geral de todos os negócios da Companhia, coordenando e orientando as atividades dos demais Diretores; (c) convocar e instalar as reuniões da Diretoria; (d) coordenar e conduzir o processo de aprovação do orçamento anual/plurianual e do plano de investimento e expansão junto ao Conselho de Administração; e (e) sugerir designações e respectivos candidatos para os cargos da Diretoria da Companhia e submeter tal sugestão à aprovação do Conselho de Administração. **Artigo 27** - Compete, em especial, ao Diretor de Relação com Investidores, além das atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração e demais atribuições que lhe sejam conferidas por lei ou pela regulamentação aplicáveis: (a) representar isoladamente a Companhia perante a CVM, outras entidades de controle e outras instituições dos mercados financeiro e de capitais, nacionais e estrangeiras; (b) prestar informações ao público investidor, à CVM, às bolsas de valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e/ou no exterior; e (c) tomar providências para manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM. **Artigo 28** - Compete, em especial, ao Diretor Vice-Presidente de Finanças, além das atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração: (a) exercer a gerência dos serviços administrativos, das operações financeiras e dos riscos da Companhia; (b) participar na formulação e execução de estratégias e planos de negócios da Companhia; e (c) gerenciar recursos humanos, administrar recursos materiais e serviços terceirizados de sua área de competência. **Artigo 29** - Compete, em especial, ao Diretor Vice-Presidente Comercial, além das atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração: (a) atuar na definição do planejamento estratégico da Companhia; (b) definir e executar plano de vendas; (c) gerir a qualidade da venda; e (d) comunicar-se primordialmente para disseminar informações ao público de interesse da Companhia. **Artigo 30** - Compete, em especial, ao Diretor Vice-Presidente de Operações, além das atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração: (a) estabelecer diretrizes e operações do comércio; (b) administrar recursos materiais e financeiros; (c) dirigir operações do comércio; (d) implantar filiais e representações comerciais; e (e) comunicar-se em seminários, palestras, entrevistas e em contatos e negociações comerciais com clientes e distribuidores. **Artigo 31** - Compete aos demais Diretores auxiliar o Diretor Presidente em todas as tarefas que este lhes atribuir, exercer as atividades referentes às funções que lhes tenham sido outorgadas pelo Conselho de Administração e praticar todos os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, desde que autorizados pelo Conselho de Administração. **Artigo 32** - Os Diretores representarão a Companhia ativa e passivamente, em juízo e fora dele e perante terceiros, praticando e assinando todos os atos que obriguem a Companhia. **§ 1º** - Nos atos de constituição de procuradores, a Companhia deverá ser representada por 2 (dois) Diretores, em conjunto. As procurações em nome da Companhia deverão conter prazo de validade, com exceção daquelas para fins judiciais, além da descrição dos poderes conferidos, os quais poderão abranger todo e qualquer ato, inclusive os de natureza bancária. **§ 2º** - Para os atos que importem em aquisição, oneração ou alienação de bens, inclusive bens imóveis, bem como os atos de constituição de procuradores para tais práticas, a Companhia deverá ser representada, obrigatoriamente, por 2 (dois) Diretores, 2 (dois) procuradores ou 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador, em conjunto, devendo obrigatoriamente 1 (um) deles ser o Diretor Presidente ou procurador constituído por 2 (dois) Diretores, devendo um deles ser o Diretor Presidente. **§ 3º** - A Companhia se considerará obrigada quando representada: (a) conjuntamente por 2 (dois) Diretores; (b) conjuntamente por 1 (um) Diretor e um procurador, constituído nos termos deste Estatuto Social; (c) conjuntamente por 2 (dois) procuradores, constituídos nos termos deste Estatuto Social; ou (d) singularmente, por um procurador ou por um Diretor, em casos especiais, quando assim for designado no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que nele se contiverem. **Capítulo V - Do Conselho Fiscal: Artigo 33** - A Companhia terá um Conselho Fiscal não permanente, composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes. **§ 1º** - O Conselho Fiscal somente será instalado mediante requisição de acionista(s) da Companhia, observada a legislação aplicável. **§ 2º** - O Conselho Fiscal, se instalado, deverá aprovar seu regulamento interno, que deverá estabelecer as regras gerais de seu funcionamento, estrutura, organização e atividades. **§ 3º** - A posse dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, estará condicionada à prévia assinatura do termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 42. **Capítulo VI - Exercício Social e Demonstrações Financeiras: Artigo 34** - O exercício social encerrar-se-á a 31 de dezembro de cada ano, quando será levantado o balanço patrimonial e elaboradas as demonstrações financeiras exigidas pela legislação vigente. **Artigo 35** - A Companhia poderá, a critério da Diretoria, levantar balanços semestrais, trimestrais ou de períodos menores. **Capítulo VII - Da Destinação do Lucro: Artigo 36** - Levantado o balanço patrimonial, serão observadas, quanto à distribuição do resultado apurado, as seguintes regras: (a) do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto sobre a Renda; (b) após deduzidas as parcelas descritas no item (a) acima, será deduzida importância a ser distribuída a título de participação dos empregados e administradores nos resultados da Companhia, conforme determinação do Conselho de Administração em observância ao Plano de Participação nos Resultados, nos termos e limites dos itens "l" e "m" do Artigo 17 deste Estatuto Social; (c) os lucros remanescentes terão as seguintes destinações: (i) 5% (cinco por cento) para o fundo de reserva legal até que atinja a 20% (vinte por cento) do capital social; (ii) importâncias destinadas à constituição de reserva para contingências, caso deliberado pela Assembleia Geral; (iii) 25% (vinte e cinco por cento) para o pagamento do dividendo obrigatório, de acordo com o § 1º abaixo; e (iv) o lucro que não for destinado à reserva de que trata o § 2º deste Artigo, nem retido nos termos do Artigo 196 da Lei nº 6.404/76, será distribuído como dividendo adicional. **§ 1º** - O dividendo obrigatório será calculado e pago de acordo com as seguintes normas: (a) base de cálculo do dividendo será o lucro líquido do exercício diminuído das importâncias destinadas à constituição da reserva legal e de reservas para contingências, e acrescido da reversão das reservas de contingências formadas em exercícios anteriores; (b) o pagamento do dividendo determinado nos termos da alínea anterior poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado nos termos da lei, desde que a diferença seja registrada como reserva de lucros a realizar; e (c) os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados e se não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização. **§ 2º** - Fica criada Reserva para Expansão, que terá por fim assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante e será formada com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações de que tratam as alíneas (i), (ii), e (iii) do inciso (c) do caput, não podendo o total desta reserva ultrapassar o valor do capital social da Companhia. **§ 3º** - A Companhia poderá levantar balanços e demonstrações financeiras semestrais, trimestrais ou de períodos menores e, com base neles, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a declaração de dividendos intermediários e intercalares ou juros sobre o capital próprio, obedecida a legislação aplicável. Os dividendos intermediários e intercalares ou juros sobre o capital próprio assim declarados poderão constituir antecipação do dividendo obrigatório. **§ 4º** - A Companhia poderá pagar ou creditar juros a título de remuneração de capital próprio calculados sobre as contas do Patrimônio Líquido, observadas a taxa e os limites definidos em lei. O pagamento efetivo dos juros sobre o capital próprio poderá ser realizado no curso do exercício social ou no exercício seguinte ao seu creditamento, conforme deliberado pelo Conselho de Administração. **Artigo 37** - Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista e reverterão em favor da Companhia. **Capítulo VIII - Liquidação: Artigo 38** - A Companhia entrará em liquidação nos casos legais, competindo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, eleger o liquidante e o Conselho Fiscal que deverá funcionar durante a liquidação, determinando-lhes a remuneração. **Capítulo IX - Alienação do Controle Acionário: Artigo 39** - A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante. **Capítulo X - Aquisição de Participação Relevante na Companhia: Artigo 40** - Qualquer pessoa, acionista ou Grupo de Acionistas, que adquira ou se torne titular, por meio de uma única operação ou por operações sucessivas incluindo reorganizações societárias ou combinações de negócios (como operações societárias de incorporação, incorporação de ações ou cisão envolvendo a Companhia), bem como por meio de subscrição privada de ações, dentro do capital autorizado ou não ("Acionista Adquirente"): (a) de participação direta ou indireta igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do total de ações de emissão da Companhia, excluídas as ações em tesouraria; ou (b) de quaisquer outros direitos de acionistas, inclusive usufruto ou fideicomisso, sobre ações de emissão da Companhia que representem percentual igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do total de ações de emissão da Companhia, excluídas as ações em tesouraria ("Participação Relevante"), deverá realizar oferta pública de aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia ou solicitar o registro junto à CVM e à B3, conforme o caso, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data da última transação que resultou no atingimento da Participação Relevante, com os seguintes requisitos mínimos, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, os regulamentos da B3 e os termos deste Artigo ("OPA"): (a) ser dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia para a aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia; (b) o preço ofertado deve corresponder a, no mínimo, o maior valor entre: (i) o Valor Econômico apurado em laudo de avaliação; (ii) o maior preço pago pelo Acionista Adquirente nos 12 (doze) meses que antecederem ao atingimento da Participação Relevante; e (iii) 125% (cento e vinte e cinco por cento) da cotação unitária média ponderada das ações de emissão da Companhia durante o período de 120 (cento e vinte) pregões anteriores à realização da OPA; e (c) ser efetivada em leilão a ser realizado na B3. **§ 1º** - A realização da OPA mencionada no caput deste Artigo não excluirá a possibilidade de outra pessoa ou acionista, formular uma OPA concorrente, nos termos da regulamentação aplicável. **§ 2º** - As obrigações constantes no artigo 254-A da Lei nº 6.404/76 e do Artigo 39 deste Estatuto Social não excluem o cumprimento pelo Acionista Adquirente das obrigações constantes neste Artigo. **§ 3º** - O Acionista Adquirente estará obrigado a atender às eventuais solicitações ordinárias ou as exigências da CVM e da B3 relativas à OPA, dentro dos prazos máximos prescritos na regulamentação aplicável. **§ 4º** - A obrigação de realização de OPA nos termos deste Artigo 40 não se aplica na hipótese de uma pessoa, acionista ou Grupo de Acionistas tornar-se titular de ações de emissão da Companhia caso o atingimento da Participação Relevante decorra: (a) da aquisição de ações da Companhia no âmbito de oferta pública de aquisição de ações, que atenda aos critérios previstos no Artigo 40 acima, bem como a legislação e regulamentação aplicáveis a OPAs, independentemente de tal oferta estar combinada com outras OPAs, conforme permitido pela regulamentação aplicável, (b) da redução de capital, cancelamento de ações, implementação de plano de recompra de ações pela Companhia, ou caso tal acionista ou Grupo de Acionistas subscreva novas ações de emissão da Companhia em aumento de capital e parte das demais novas ações emitidas pela Companhia seja cancelada por não ter sido totalmente subscritas pelos demais acionistas que teriam direito de preferência na subscrição, desde que, em qualquer um desses casos deste item (b), o acionista - ou Grupo de Acionistas - que tenha excedido o percentual da Participação Relevante na Companhia aliene as ações excedentes em até 60 (sessenta) dias a partir da data em que for informado pela Companhia sobre sua concentração de ações; e (c) nos casos de ofertas públicas de distribuição de ações (incluindo ofertas públicas de esforços restritos). **§ 5º** - Para os fins do disposto neste Artigo 40, os seguintes termos terão os significados a seguir definidos: "Grupo de Acionistas" significa o grupo de pessoas: (i) vinculadas por acordo de voto (incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior), seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladores ou sob controle comum; ou (ii) entre as quais haja relação de controle; ou (iii) sob controle comum; ou (iv) que atuem representando um interesse comum. Incluem-se dentre os exemplos de pessoas representando um interesse comum: (a) uma pessoa titular, direta ou indiretamente, de participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social da outra pessoa; e (b) duas pessoas que tenham um terceiro investidor em comum que seja titular, direta ou indiretamente, de participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital de cada uma das duas pessoas. Quaisquer joint ventures, fundos ou clubes de investimento, fundações, associações, "trusts", condomínios, cooperativas, consórcios, carteiras de títulos, universalidades de direitos, ou quaisquer outras formas de organização ou empreendimento, constituídos no Brasil ou no exterior, serão considerados parte de um mesmo Grupo de Acionistas, sempre que duas ou mais entre tais entidades forem: (c) administradas ou geridas pela mesma pessoa jurídica ou por partes relacionadas a uma mesma pessoa jurídica; ou (d) tenham em comum a maioria de seus administradores, sendo certo que, no caso de fundos de investimentos com administrador comum, somente serão considerados como integrantes de um Grupo de Acionistas aqueles cuja decisão sobre o exercício de votos em Assembleias Gerais, nos termos dos respectivos regulamentos, for de responsabilidade do administrador, em caráter discricionário. "Valor Econômico" significa o valor da Companhia e de suas ações que vier a ser determinado por instituição financeira de primeira linha com operações no Brasil, mediante a utilização do método de fluxo de caixa descontado. **Artigo 41** - A OPA de que trata o Artigo 40 acima poderá ser dispensada pela Assembleia Geral observados os termos abaixo. **§ 1º** - A Assembleia Geral deverá ser instalada em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das ações em circulação. **§ 2º** - Caso o quórum do § 1º não seja atingido, a Assembleia Geral poderá ser instalada em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas titulares de ações em circulação. **§ 3º** - A deliberação sobre a dispensa de realização da oferta pública de ações deve ocorrer pela maioria dos votos dos acionistas titulares de ações em circulação presentes na Assembleia Geral, excluídos os votos do Acionista Adquirente. **Capítulo XI - Disposições Finais: Artigo 42** - A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado. **Artigo 43** - A Companhia indenizará e manterá indene seus administradores, membros de comitês estatutários, conselheiros fiscais e demais funcionários que exerçam o cargo ou função de gestão na Companhia, na hipótese de eventual dano ou prejuízo efetivamente sofrido por tais pessoas por força do exercício regular de suas funções na Companhia, mesmo que o beneficiário não mais exerça o cargo ou função para o qual foi eleito ou exerceu na Companhia e/ou quaisquer de suas sociedades controladas ou coligadas ("Beneficiários"). **§ 1º** - A indenização somente será devida após a utilização e apenas em caráter suplementar a eventuais coberturas de seguros de responsabilidade civil concedidos pela Companhia e/ou quaisquer de suas sociedades controladas ou coligadas ("Seguro D&O"). Os pagamentos a serem feitos pela Companhia deverão corresponder ao excedente do valor coberto pelo Seguro D&O e observados os limites previstos no contrato de indenidade a ser celebrado entre a Companhia e o Beneficiário, conforme referido no § 4º abaixo ("Contrato de Indenidade"). **§ 2º** - O Contrato de Indenidade poderá prever situações de exceção em que a Companhia faça adiantamentos aos Beneficiários, desde que o pagamento de tais adiantamentos sejam previamente aprovados pelo Conselho de Administração e o Seguro D&O seja acionado antes do pagamento do adiantamento pela Companhia. **§ 3º** - Sem prejuízo de outras situações previstas no Contrato de Indenidade, não serão passíveis de indenização os atos praticados fora do exercício das atribuições dos Beneficiários, em desacordo com a legislação, regulamentação ou decisões administrativas aplicáveis, o estatuto social e as políticas e códigos, praticados fora do curso normal dos negócios, com má-fé, dolo, culpa grave ou fraude, em interesse próprio ou de terceiros ou em detrimento do interesse social. Caso algum Beneficiário seja condenado, por decisão judicial transitada em julgado, ou uma decisão definitiva de qualquer regulador ou órgão governamental que tenha jurisdição, em virtude de um ato não passível de indenização, este deverá ressarcir a Companhia de todos os custos e despesas que tenham sido por ela efetivamente pagas ou, conforme o caso, antecipadas ao Beneficiário, em decorrência da obrigação assumida conforme o caput deste Artigo, nos termos do Contrato de Indenidade. **§ 4º** - As condições da indenização objeto deste artigo deverão garantir a independência das decisões e assegurar o melhor interesse da Companhia e serão determinadas no Contrato de Indenidade a ser aprovado pelo Conselho de Administração e celebrado entre a Companhia e cada um dos Beneficiários. **Artigo 44** - Os valores em dólares norte-americanos mencionados no presente Estatuto deverão ser utilizados exclusivamente como base de referência de atualização monetária e deverão ser convertidos em Reais pela taxa de fechamento de venda do dólar norte-americano, divulgada pelo Banco Central do Brasil. **Artigo 45** - Os casos omissos serão resolvidos de conformidade com a legislação e regulamentação em vigor, incluindo o Regulamento do Novo Mercado.

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ Nº 56.577.059/0006-06

COMPRA REGULAMENTO FFM 2954/2025

CONCORRÊNCIA – PROCESSO DE COMPRA FFM RC Nº 8369/2025 – ADJUDICAÇÃO

O Diretor Presidente da Fundação Faculdade de Medicina, **ADJUDICA** a empresa **APS Componentes Elétricos Ltda** - CNPJ nº 04.031.962/0001-69, para o fornecimento de **INVERSOR 3F 380-480V 46A 22KW 30CV ACS580**, com base no **Regulamento de Compras e Contratação da FFM.**

AVISO DE LICITAÇÃO

A SUPERINTÊNCIA DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA TORNA PÚBLICO O EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 90002/2025 PARA REGISTRO DE PREÇOS
CONTRATANTE (UASG) 180216
OBJETO: Aquisição de viaturas policiais caracterizadas
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: Sigiloso
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 03/06/2025 às 10h30min (horário de Brasília)
Critério de Julgamento: menor preço
Modo de disputa: Aberto e fechado
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: não
Link PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?pagina=1
https://compras.sp.gov.br

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
SERVIÇO DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00677287042025
UASG – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Nº PROCESSO: 154.00000791/2025-07
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO 90065/2025

Objeto: Gorro, máscara cirúrgica e outros. Total de Itens Licitados: 05 itens licitados (cinco itens). Valor total da licitação: Sigiloso nos termos do artigo 24 da Lei Federal nº 14.133/2021. Disponibilidade do edital: 21/05/2025. Horário: das 08h00 às 16h00, Endereço: Av. Prof. Lineu Prestes, 2565; www.gov.br/compras e www.usp.br/licitacoes. Link do PNCP: 63025530000104-1-001703/2025. Entrega das Propostas: a partir de 21/05/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 02/06/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. Fonte: DOESP e PNCP

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA FAMILIAR
COMISSÃO PERMANENTE DE SELEÇÃO DE PARCERIAS
CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 01/2025
(Processo Administrativo n.º 2024.610101.01121)
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

Objeto: Seleção de Organização da Sociedade Civil Sem Fins Lucrativos para Implementação de Tecnologias Sociais de Acesso à Água – Cisternas de 16 Mil Litros, Cisternas de 52 Mil Litros com Serviço de Acompanhamento Familiar para Inclusão Produtiva (SAFISP) e Cisterna 52 Mil Litros Escolar, no âmbito do Projeto Amazônico de Gestão Sustentável (PAGES).

O presente aviso tem por finalidade informar a retificação do arquivo de Edital anteriormente publicado no sítio oficial desta Secretaria de Estado para um novo arquivo, posto que o arquivo original foi publicado erroneamente.

Neste sentido, o arquivo publicado no sítio da SAF/MA, em 11/04/2025, nomeado como *"Edital Retificado"* deve ser completamente desconsiderado, estando vigente o Edital Retificado II - Cisternas PAGES, publicado em 12/05/2025.

Por fim, considerando-se a alteração de arquivos, os prazos para inscrição e demais atos do referido Chamamento Público serão reiniciados, conforme cronograma constante no novo Edital.

São Luís/MA, 12/05/2025.
Carlos Henrique Lopes Lima
Presidente da Comissão Permanente de Seleção de Parcerias

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ Nº 56.577.059/0006-06

COMPRA REGULAMENTO FFM/ICESP 2988/2025 – RC 8429/2025

ADJUDICAÇÃO

O Diretor Presidente da Fundação Faculdade de Medicina, **ADJUDICA** à empresa Laboratorios B Braun As (Guaiandiba) – CNPJ 31.673.254/0010-95 ao fornecimento de **"MATERIAL MEDICO- INSTRUMENTAIS"**, com base no **Regulamento de Compras da FFM.**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.038/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03.654/2024 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO – OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ELETROELETRÔNICOS E ELETRODOMÉSTICOS conforme Especificações e Condições constantes do Edital e seus Anexos que estará à disposição dos interessados nos **sítios:** https://www.gov.br/compras/pt-br e https://transparencia.osasco.sp.gov.br/?cod=245 - Envio das Propostas de Preços pelo site https://www.gov.br/compras/pt-br, com DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: **21/05/2025** e DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: **03/06/2025 às 10h00min**.

Osasco, 20 de maio de 2025.
Meire Regina Hernandes
Secretária Executiva de Compras e Licitações

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.042/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00.288/2025 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO – OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LENÇÓIS PARA OS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL PERTENCENTES À REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE OSASCO conforme Especificações e Condições constantes do Edital e seus Anexos que estará à disposição dos interessados nos **sítios:** https://www.gov.br/compras/pt-br e https://transparencia.osasco.sp.gov.br/?cod=245 - Envio das Propostas de Preços pelo site https://www.gov.br/compras/pt-br, com DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: **22/05/2025** e DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: **04/06/2025 às 10h00min**.

Osasco, 20 de maio de 2025.
Meire Regina Hernandes
Secretária Executiva de Compras e Licitações

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.043/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02.948/2024 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA QUE ATENDERÃO AS CENTRAIS TELEFÔNICAS PARA PROVER A CORRETA OPERACIONALIDADE DAS UNIDADES DESTE MUNICÍPIO**, conforme Especificações e Condições constantes do Edital e seus Anexos que estará à disposição dos interessados nos sítios: **https://www.gov.br/compras/pt-br** e **https://transparencia.osasco.sp.gov.br/?cod=245** - Envio das Propostas de Preços pelo site **https://www.gov.br/compras/pt-br**, com DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: **23/05/2025** e DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: **06/06/2025 às 10h00min**.

Osasco, 20 de maio de 2025.
Meire Regina Hernandes - Secretária Executiva de Compras e Licitações

SINDICATO DOS PERMISSIONÁRIOS EM CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE ALIMENTOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 62.707.278/0001-50

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Convocamos, nos termos do estatuto vigente, os associados do Sindicato dos Permissionários em Centrais de Abastecimento de Alimentos do Estado de São Paulo, para deliberação sobre: **a) Eleição dos membros da Comissão de Negociação Coletiva SINCAESP 2025-2026, a ser formada neste ano por três membros e dois suplentes, sócios de empresas permissionária ou concessionária; b) Apresentação da pauta de Reivindicações do Sindicato dos Empregados em Centrais de Abastecimento de Alimentos do Estado de São Paulo – SINDBAST, referente à Convenção Coletiva 2025-2026; c) Ingressar na Ação Civil Pública nº 013211-55.2025.4.03.6100, em trâmite pela 14ª Vara Cível Federal de São Paulo, proposta pela Ceagesp em face da Sabesp em decorrência da rescisão do contrato e aumento abrupto dos valores de fornecimento de água no ETSP**, a se realizar no auditório do **SINCAESP**, Localizado na Av. Dr. Gastão Vidigal, n 1946, Edsed II, salas 17 a 22, Vila Leopoldina, São Paulo SP, no próximo dia **vinte e nove de maio de dois mil e vinte e cinco, em primeira instalação às 13h30**, com maioria absoluta dos associados, e a **segunda instalação às 14h00**, para os associados presentes.

São Paulo, 21 de maio de 2025.
Aderlete Cristina Maçaira - Diretora Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS

Estado de São Paulo
Secretaria M. de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO

Torna-se público para conhecimento de todos os interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO com critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.
Pregão Eletrônico nº 08/2025.
Processo nº 43.644/2024.
Objeto: Registro de preços para eventual contratação de serviços de locação de veículos de propaganda volante, equipamentos para sonorização e iluminação de eventos, incluindo montagem, desmontagem e transporte dos equipamentos e disponibilização de mão de obra para operacionalização.
Data limite para recebimento das propostas: 05/06/2025 até as 08h59min.
Data de abertura da sessão pública: 05/06/2025 às 09:00 horas.
Realização através do Portal de Compras da Prefeitura de Ourinhos-SP: portaldecompras.ourinhos.sp.gov.br/ampregao.
O edital e seus anexos poderão ser examinados e adquiridos gratuitamente através do site: www.ourinhos.sp.gov.br e no Portal de Compras.

Ourinhos, 20 de maio de 2025.
Guilherme Andrew Gonçalves da Silva – Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS

Estado de São Paulo
Secretaria M. de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO

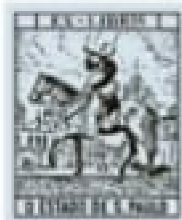
Torna-se público para conhecimento de todos os interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO com critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE.
Pregão Eletrônico nº 09/2025.
Processo nº 4-000051/2025.
Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Materiais de Construção.
Data limite para recebimento das propostas: 03/06/2025 até as 08h59min.
Data de abertura da sessão pública: 03/06/2025 às 09:00 horas.
Realização através do Portal de Compras da Prefeitura de Ourinhos-SP: portaldecompras.ourinhos.sp.gov.br/ampregao.
O edital e seus anexos poderão ser examinados e adquiridos gratuitamente através do site: www.ourinhos.sp.gov.br e no Portal de Compras.

Ourinhos, 20 de maio de 2025.
Guilherme Andrew Gonçalves da Silva – Prefeito.

ESTADÃO
VEM PENSAR COM A GENTE

NOTAS E INFORMAÇÕES

A gripe aviária atinge o País



Governo conteve danos do primeiro foco em granja comercial; manter vigilância é vital

Pela primeira vez em sua história, o País registrou um foco de gripe aviária numa granja comercial. Confirmado no final da semana passada pelo Ministério da Agricultura, o caso se deu no município gaúcho de Montenegro, na região metropolitana de Porto Alegre, e levou à suspensão das importações de carne de frango pela União Europeia, China e mais de uma dezena de outros países.

As autoridades agiram rápido para conter a crise. A granja já passou pelo processo de limpeza e desinfecção, todas as aves foram abatidas, os produtos e resíduos foram descartados, barreiras sanitárias e de contenção foram instaladas no entorno da propriedade e mais da metade dos estabelecimentos vizinhos já passou por vistoria, conforme previsto no Plano de Contingência Nacional do Setor de Saúde para Influenza Aviária.

Há investigações sobre possíveis focos da doença em curso no Ceará, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Tocantins e no Pará (em Mato Grosso e em Sergipe as suspeitas já foram descartadas), mas, ao que tudo indica, os prejuízos para a avicultura brasileira serão limitados. De acordo com o Ministério da Agricultura, o País deve deixar de exportar entre US$ 100 milhões e US$ 200 milhões em frango e derivados por mês em razão da suspensão temporária.

A pasta decidiu não perder tempo e já negocia a flexibilização do embargo com os importadores. Alguns parceiros comerciais que têm acordos de regionalização podem restringir o embargo ao Rio Grande do Sul ou mesmo ao município de Montenegro, como foi o caso do Japão.

O ciclo produtivo do frango até o abate é relativamente curto, entre 40 e 45 dias, e a produção é concentrada em grandes companhias e cooperativas, o que ajuda a conter a crise. Se não surgirem novos casos em 28 dias, o País poderá retomar o status de livre de gripe aviária. Se assim for, as exportações para a China, principal destino do frango brasileiro, poderão ser retomadas em menos de 60 dias, como prevê o ministro Carlos Fávaro.

Até lá, os consumidores brasileiros eventualmente poderão aproveitar os preços mais baixos sem medo, já que a oferta no mercado interno deve aumentar temporariamente. A doença não é transmitida pela ingestão de carne e de ovos, e o risco de infecção humana é baixo. Mas para os produtores gaúchos, especialmente do Vale do Caí, onde fica o município de Montenegro, trata-se de mais um duro golpe após as enchentes que castigaram a região há pouco mais de um ano.

O vírus H5N1 circulava no País desde 2023, mas até então só havia contaminado aves silvestres ou de criação doméstica. Plantéis comerciais brasileiros permaneceram livres da doença por quase 20 anos, prova de que o sistema de fiscalização é robusto, de que as medidas de biossegurança funcionam e de que os produtores estão atentos a suspeitas de infecção.

Mas o risco não pode ser subestimado e sempre há espaço para aprimorar o controle. Uma ação coordenada com países vizinhos, como recomenda a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), é a melhor forma de conter a propagação do vírus no continente. Pela importância do setor para a economia brasileira, esse trabalho ganha urgência. ●

Automóveis **Demanda reduzida**

Honda reduz investimento em veículos elétricos

A Honda anunciou ontem que vai reduzir em mais de US$ 20 bilhões seus investimentos em veículos elétricos nos próximos anos, diante do crescimento mais lento da demanda por esse tipo de automóvel.

A montadora japonesa informou que agora pretende investir 7 trilhões de ienes – o equivalente a US$ 48,32 bilhões – para realizar sua estratégia de eletrificação, valor inferior aos 10 trilhões de ienes que havia planejado para a década que termina em março de 2031.

Na semana passada, a empresa já havia comunicado o adiamento, por cerca de dois anos, de um projeto de fabricação de carros elétricos no Canadá avaliado em US$ 11 bilhões, citando vendas mais fracas. A Honda também está revisando o cronograma para a construção de fábricas dedicadas exclusivamente a veículos elétricos. ● MATEUS CERQUEIRA

Fim de Tarde
ELDORADOFM 107.3

Uma revista digital com música, cultura e as notícias do dia.

Emanuel Bomfim e Leandro Cacossi entrevistam grandes personalidades do universo da música, da literatura e do cinema, com a participação de colunistas do Estadão.

DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA
Das 17h às 19h



Associe a sua marca a um público qualificado, que forma opinião e dita tendências.
Escreva para: publicacoes@estadao.com

NA RÁDIO DOS MELHORES OUVINTES
E EM PODCAST NAS PLATAFORMAS DE ÁUDIO

Realização:
ESTADÃO 150
ELDORADO FM 107.3

José Alexandre Scheinkman
Professor de Economia da Universidade Columbia

‘Comércio internacional não é competição’

Para o economista, decisões de Trump trazem consequências irreversíveis aos Estados Unidos

ESTADÃO

Scheinkman prevê risco global com a queda de atividade nos EUA

CENÁRIOS

SONIA RACY

Depois de 26 anos lecionando na Universidade de Chicago, José Alexandre Scheinkman foi para Princeton, como professor emérito. Hoje, o respeitado economista e professor de Columbia, em Nova York, participa de vários projetos especiais. Entre eles, é coordenador sênior do projeto Amazônia 2030 e colabora na costura da COP-30, que acontece em novembro no Brasil.

Há mais de 50 anos vivendo nos Estados Unidos, o carioca viu de perto governos de dez presidentes, de Richard Nixon a Barack Obama, de Jimmy Carter a Donald Trump. E, neste início de segundo governo Trump, se mostra apreensivo com as medidas que estão mudando negativamente a imagem dos EUA.

Nesta conversa com *Cenários*, ele diz que as decisões de Trump aparentemente são tomadas no impulso do momento, e que não há ninguém em seu entorno capaz de aconselhá-lo sobre medidas que podem afetar tanto parceiros comerciais quanto os americanos.

Há estratégia nas medidas que Trump está tomando?
Não. Trump não é estratégico. Ele é o tipo de pessoa que faz as coisas no último momento. Faz as coisas que ele acha que são mais vantajosas para ele.

Para ele ou para os EUA?
Naquele momento (*da tomada de decisão*), ele imagina que é o melhor para ele.

Qual a diferença do Trump do 1.º mandato para este?
No primeiro governo havia algumas personalidades que, de alguma maneira, conseguiram parar as coisas mais radicais e mais arriscadas. Aparentemente, neste governo, não tem ninguém fazendo isso. Entrou o “raw” Trump, o Trump cru, sem nenhum filtro. Um presidente tem advisors (*conselheiros*), que podem dizer: “Olha, isso não é uma boa ideia”. Às vezes estão errados, mas eles pelo menos podem falar. Trump pegou todas as pessoas que tinham se oposto a ele, ou se oposto às ideias dele no governo anterior, e, ou as deixou de fora, ou está de uma certa maneira fazendo perseguição.

Você acredita que o declínio do império americano está começando?
Esse processo deflagrado por Trump vai custar aos Estados Unidos, mesmo se for revertido. O Mark Carney (*primeiro-ministro do Canadá*) disse: “Os Estados Unidos não são um país confiável. A gente não pode pensar mais nos Estados Unidos como um aliado”. Acho que isso é uma coisa permanente.

Qual a chance de Trump atrair indústrias para os EUA, gente investindo, com a implosão que promoveu nas relações comerciais internacionais?
Isso afugenta o investidor, porque ninguém sabe o que o Trump vai querer amanhã. No mandato anterior, Trump propôs e assinou um novo tratado com o Canadá e com o México. Logo no começo deste governo, ele disse que aquele tratado não estava valendo.

> **Novidade**
> **Brasil leva temas novos para a COP-30, como a questão das florestas tropicais**

É difícil reverter essas medidas?
Eu acho que alguém chegou para ele e explicou, por exemplo, que no inverno, nos Estados Unidos, principalmente no norte, a comida é toda importada. Você não consegue cultivar tomate em dezembro em Nova Jersey, que é o Estado que fornece tomate no verão para essa região. O grande produtor é o México. Alguém deve ter dito: “Olha, o preço da comida vai aumentar”. Aí ele tirou. Ele tirou uma parte dos impostos de importação que havia colocado em automóveis, em peças. Se você é investidor, fábrica, você quer planejar, e não consegue. Porque não sabe a que preço vai ter de vender seu carro para reproduzir os custos, incluindo as tarifas.

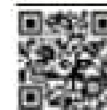
Falando sobre a COP-30. O Brasil tem tudo para sair na frente em termos de sustentabilidade, energia limpa. Essa confusão de Trump atrapalha?
Os Estados Unidos vão estar completamente fora. Não vão assinar nada que a COP decidir.

Os Estados americanos não têm independência para fazer isso?
Não para assinar tratados. Eles podem até implementar políticas que são compatíveis, mas não há possibilidade de um Estado estabelecer um tratado com outros países. Mas, por outro lado, acho que essa ideia de unanimidade em que a COP funciona é muito complicada. Eu acho que a saída dos EUA talvez até ajude isso. Tenho colegas americanos que se preocupam com esse tema e que me dizem: “Olha, com a saída dos Estados Unidos, os outros países vão ter uma oportunidade de criar algum tipo de coalizão climática”. Essa coalizão provavelmente não vai incluir os Estados Unidos, a Rússia, a Arábia Saudita.

Você acha que inclui China?
A China está decidida a ser o que a gente chama de o adulto na sala. Acho que a China está tentando participar dessas conversas.

Como você vê o Brasil nisso?
Acho que o Brasil está muito bem. Mas, quando um país como os EUA está indo mal economicamente, isso vai afetar a economia toda. As pessoas pensam em comércio internacional como sendo uma competição. Não é. Quando um país vai bem, os outros países vão melhor. Isso é ainda mais importante quando a economia é grande como a americana. Então, acho que haverá problemas com a queda de atividade nos Estados Unidos. Tem bancos que dizem que a probabilidade de recessão está acima de 50% e outros que dizem que é acima de três quartos. O pessimismo é generalizado. Eles podem estar todos errados, mas, evidentemente, você tem de ter um certo receio.

Qual sua expectativa para a COP-30?
Acho que vai ser muito importante. O Brasil está levando temas novos para a COP, por exemplo, a questão das florestas tropicais, no qual o Brasil tem um grande potencial para ajudar na solução do problema climático. O trabalho que eu fiz com Juliana Assunção, da PUC-Rio, e com o Lars Hansen, professor da Universidade de Chicago, e que ganhou o Prêmio Nobel alguns anos atrás (*2013*), mostra o grande potencial da Amazônia, mas que se transmite para outras florestas tropicais. Esse é um dos pontos novos que o Brasil vai trazer para a COP, que é baseado em boa ciência. ●



NA WEB
Assista à entrevista no Facebook, X e LinkedIn do ‘Estadão’ e no YouTube do Banco Safra.
www.estadao.com.br

ESTADÃO

VODCAST
dois pontos

Forme sua opinião sobre os temas mais atuais a partir de análises de dois especialistas.

@estadao

ASSISTA E INSCREVA-SE PARA RECEBER ALERTAS DE NOVOS EPISÓDIOS.



Basta apontar a câmera do seu celular para o QR code acima.

FOTO: PEDRO KIRILOS

Safra Infra Renda Fixa Ativo

122,95% do CDI em 6 meses



Uma estratégia com gestão ativa de renda fixa, isenção de IR e focada em cotas de fundos que adquirem ativos de infraestrutura.

	Fundo Safra Infra Renda Fixa Ativo	% do CDI	CDI
Abr/25	1,62	153,09	1,06
Mar/25	0,45	46,6	0,96
Fev/25	1,3	131,89	0,99
Jan/25	-0,31	-31,16	1,01
Dez/24	2,08	223,67	0,93
Nov/24	1,9	240,77	0,79
Ano	3,07	75,45	4,07
Início	**7,22**	**122,95**	**5,87**



Invista com o Safra.



Safra

QUEM SABE, SAFRA.



Material de Divulgação do Fundo SAFRA INFRA RENDA FIXA ATIVO FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO INVESTIMENTO EM INFRA CIC DE INV EM INFRA RF LONGO PRAZO RESP LIMITADA. CNPJ: 57.829.732/0001-06. Link para mais informações: safra.com.br/investimentos/fundos-de-investimentos/saf-infra-rf-ativo-cic-lp.htm. AVISOS: LEIA O FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES, A LÂMINA DE INFORMAÇÕES ESSENCIAIS, SE HOUVER, O REGULAMENTO, O ANEXO-CLASSE E O APÊNDICE SUBCLASSE, SE HOUVER, ANTES DE INVESTIR. O INVESTIMENTO EM FUNDOS NÃO É GARANTIDO PELO ADMINISTRADOR, PELO GESTOR, POR QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU PELO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITO – FGC. DESCRIÇÃO DO TIPO ANBIMA DISPONÍVEL NO FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES. RENTABILIDADE PASSADA NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA. A RENTABILIDADE DIVULGADA NÃO É LÍQUIDA DE IMPOSTOS, TAXA DE PERFORMANCE E/OU TAXA DE SAÍDA. A COMPARAÇÃO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO E INDICADORES ECONÔMICOS É MERA REFERÊNCIA, E NÃO META OU PARÂMETRO DE PERFORMANCE. A RENTABILIDADE DIVULGADA REFERE-SE AO RENDIMENTO ACUMULADO NOMINAL DO FUNDO DESDE A DATA DE SUA CONSTITUIÇÃO, SENDO QUE TAL RENTABILIDADE FOI ALCANÇADA PELO INVESTIDOR QUE PERMANECEU COM SEUS RECURSOS APLICADOS NO FUNDO NESTE MESMO PERÍODO, DE FORMA ININTERRUPTA E SEM RESGATES. ESTE FUNDO TEM MENOS DE 12 (DOZE) MESES. PARA AVALIAÇÃO DA PERFORMANCE É RECOMENDÁVEL A ANÁLISE DE, NO MÍNIMO, 12 MESES. Data de início do fundo: 31/10/2024. Este fundo é destinado aos Investidores Gerais. O objetivo da CLASSE é atuar no sentido de propiciar aos seus cotistas a valorização de suas cotas mediante a aplicação de seus recursos em cotas de fundos/classes de investimento, que invistam seus recursos em ativos incentivados de infraestrutura que atendam aos requisitos estabelecidos na Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011 ("Ativos Incentivados de Infraestrutura" e "Lei nº 12.431/2011", respectivamente) e em demais ativos de renda fixa. Para fins fiscais, o FUNDO deverá atender os requisitos estabelecidos na Lei nº 12.431/2011, para garantir que as cotas do FUNDO recebam o tratamento tributário previsto na norma mencionada. Caso o FUNDO deixe de atingir qualquer dos requisitos, não há como garantir que os rendimentos auferidos pelos cotistas PF continuarão a ser tributados à alíquota de 0%. Não há garantia de que o regime especial de tributação atualmente aplicável ao FUNDO e as Debêntures Incentivadas não venha a ser futuramente, alterado, revogado, extinto ou suspenso pela legislação tributária ou que seja alterada a interpretação de tal isenção por parte das autoridades fiscais. Tributação: Longo Prazo. Tipificação CVM: Renda Fixa. Classificação Anbima: Renda Fixa - Duração Livre - Crédito Livre. Classificação do Produto de Investimento: Nota 3. TAXA GLOBAL (somatório das taxas de administração, gestão e máxima de distribuição): A SUBCLASSE cobrará uma taxa global de 1,00% ao ano, aplicada sobre o seu patrimônio líquido. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO: 0,35% ao ano, aplicada sobre o seu patrimônio líquido. TAXA DE GESTÃO: 0,45% ao ano, aplicada sobre o seu patrimônio líquido. TAXA MÁXIMA DE DISTRIBUIÇÃO: 0,20% ao ano, aplicada sobre o seu patrimônio líquido. Taxa de Performance: 20% sobre o que exceder 100% do CDI no mesmo período. O Fundo não possui taxa de saída. PL médio desde o início do Fundo: R$ 5,39 milhões. Não há carência para resgate. Conversão do Resgate: D+30 (dias corridos) da Data do Pedido. Pagamento: D+1 (dias úteis) Pagamento/Crédito no 1º dia útil subsequente à data da conversão. Principais fatores de risco: Risco de Liquidez: A falta ou baixa demanda pelos ativos da classe do fundo nos mercados, no prazo e pelo valor desejado pode impactar sua rentabilidade e dificultar resgates nos prazos estabelecidos; Risco de Mercado: Os ativos estão sujeitos a fatores econômicos e/ou políticos nacionais e internacionais, oscilações em mercados de juros, moedas, ações, commodities e condições econômicas dos emissores. Tais variações podem alterar o valor das cotas e ocasionar valorização ou depreciação do capital; Risco de Crédito: Riscos como inadimplência dos emissores dos ativos integrantes da carteira do fundo ou das contrapartes e variação nos spreads de crédito também podem gerar efeitos negativos. Fórmula: Rentabilidade desde o início do Fundo dividida pela rentabilidade do CDI no mesmo período, multiplicado por 100 (7,22% / 5,87% x 100). Fonte: Quantum Axis. Data-base: 30/04/2025. Gestor e Administrador: SAFRA ASSET CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., CNPJ: 65.913.436/0001-17. Os serviços de Distribuição e Custódia são prestados pelo Banco Safra S.A., inscrito no CNPJ sob o nº 58.160.789/0001-28. SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO: Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Serviço de Atendimento ao Cidadão em www.cvm.gov.br. Para mais informações, procure um gerente Safra ou www.safraasset.com.br. Atendimento aos Portadores de Necessidades Especiais Auditivas e de Fala/SAC – Serviço de Atendimento ao Consumidor/Proteção de Dados: 0800 772 5755 – Atendimento 24 horas por dia, 7 dias por semana. Ouvidoria – caso já tenha recorrido ao SAC e não esteja satisfeito(a): 0800 770 1236. Atendimento aos Portadores de Necessidades Especiais Auditivas e de Fala: 0800 727 75 55. De 2ª a 6ª feira, das 9h às 18h, exceto feriados. Ou acesse: www.safra.com.br/atendimento/ouvidoria.

Agronegócio **Avicultura**

Após enchentes, Montenegro (RS) agora enfrenta gripe aviária inédita

Depois de registrar primeiro caso da doença em granja comercial no País, cidade da região metropolitana de Porto Alegre monta barreiras sanitárias para tentar retomar normalidade

ALINE GEHM KOLLER ALBRECHT
ESPECIAL PARA O ESTADÃO
MONTENEGRO (RS)

Em algumas casas, ou no que restou delas, ainda é possível ver marcas da enchente histórica que afetou o município gaúcho de Montenegro, há exatamente um ano, quando o Rio Caí subiu mais de dez metros. Agora a cidade, localizada na região metropolitana de Porto Alegre, a 60 quilômetros (km) da capital gaúcha, enfrenta um inimigo invisível: a gripe aviária.

Na quinta-feira passada, a prefeitura se preparava para noticiar a abertura da colheita de citros, um dos destaques da agricultura na região. No entanto, da noite para o dia, a avicultura virou pauta nacional, quando o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) confirmou a detecção do vírus da influenza aviária de alta patogenicidade (IAAP), causada pelo vírus H5N1, em uma granja de reprodução, na zona rural da região, na localidade de Bom Jardim do Caí. Foi o primeiro caso registrado no Brasil.

Desde então, chegaram à cidade 85 servidores da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação (Seapi) do Rio Grande do Sul, 50 membros da patrulha ambiental da Brigada Militar, 5 bombeiros e 4 servidores do Mapa. No dia 16 de maio, foram sacrificados os animais restantes na granja – a maior parte das 17 mil aves já havia morrido por causa do vírus. No sábado, foram iniciadas as vistorias das 540 propriedades rurais no raio de até 10 km do foco de influenza aviária.

Até segunda-feira, 84% dos locais haviam sido vistoriados. Desde ontem equipes revisitam propriedades rurais com a presença de aves, seguindo as ações previstas no Plano Nacional de Contingência de Influenza Aviária. Também estão sendo feitas barreiras 24 horas por dia, uma de bloqueio perto da granja afetada e seis barreiras sanitárias num raio de até 10 km para desinfecção de veículos específicos – como os que transportam material orgânico, como animais, ração, ovos, leite.

EMBARGOS. O secretário adjunto da Agricultura do RS, Márcio Madalena, enfatizou que não há nenhuma restrição em relação ao consumo de ovos e carne de frango e que o governo trabalha para manter o mercado internacional aberto. "O Estado pretende, nos próximos dias, demonstrar à comunidade internacional que a nossa capacidade de ação ao foco é satisfatória o suficiente para não termos todos os embargos, inclusive os previstos em acordos internacionais, como é o caso do Japão, que teve uma restrição muito pontual, sendo que o restante do Estado continua habilitado à exportação."

WESLEY SANTOS/AP-17/5/2025



Carro é desinfetado em barreira sanitária em Montenegro (RS)

O contato com aves migratórias/silvestres é um dos principais fatores de transmissão da influenza aviária. Na semana passada, um foco em animais silvestres foi detectado no Zoológico de Sapucaia do Sul (RS), a 49 km de Montenegro. Uma análise de sequenciamento genético foi feita para ver se há relação entre os dois focos.

"Nunca passamos por algo similar, queremos o retorno da normalidade"
Leonardo Kunz
Avicultor desde 1967 em Montenegro (RS)

Enquanto os resultados não chegam, o clima é de preocupação entre os produtores rurais montenegrinos, de acordo com o secretário municipal de Desenvolvimento Rural, Vlademir Gonzaga. "Muita gente está me ligando, entrando em contato. Estamos acalmando e informando o que está sendo feito, mas há apreensão", afirma.

Leonardo Kunz é produtor familiar e está preocupado, pois ainda não sabe como vai se comportar o mercado. "Nossa propriedade produz desde 1967 e nunca passamos por algo similar, queremos o retorno da normalidade o mais rápido possível."

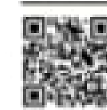
PIONEIRISMO. Montenegro é um dos municípios pioneiros na produção avícola. Começou na década de 70 com a Frangosul, e hoje tem empresas como JBS e Vibra Foods.

O secretário municipal da Fazenda, Antônio Miguel Filla, trabalhou por 19 anos na área financeira de uma dessas empresas, por isso diz que o setor avícola é de vital importância e envolve uma cadeia expressiva, dinâmica e complexa.

As aves produzem 24 horas por dia, e qualquer alteração na cadeia afeta diretamente toda a economia e muitas pessoas: empregados em fábricas, centros de distribuição, frigoríficos, produtores integrados, transportadores. "Isso preocupa bastante, toda essa movimentação financeira é bem significativa. Falamos sempre em milhões de ovos, milhões de frangos. Então sempre impacta bastante."

São 30 aviários no município: 27 de frango e 3 de ovos. No ano passado, a produção foi de 1,9 milhão de aves, gerando R$ 64 milhões ao município. Na média, para cada morador, foram produzidos 29 frangos na pacata cidade que fica no Vale do Caí e tem 64.322 habitantes, de acordo com o Censo do IBGE de 2022.

Os moradores da cidade mostram apreensão. "Embora nos passem informações de que não há com o que se preocupar, não sabemos os futuros impactos que poderão ocorrer nos próximos dias", diz a psicopedagoga Simone Francesquet, que mora há 45 anos no município, sendo 25 na zona rural. ●



NA WEB
Assista a entrevistas e imagens feitas em Montenegro (RS)
www.estadao.com.br

Ministro diz negociar flexibilização de embargo sanitário com chineses

ISADORA DUARTE
BRASÍLIA

O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, confirmou ontem que o governo brasileiro está negociando com a China medida para a flexibilização das restrições sobre produtos avícolas brasileiros.

"Não deu tempo de finalizar o protocolo de regionalização com a China, com a qual também já estamos em tratativas à regionalização", disse Fávaro a parlamentares da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), em reunião semanal da bancada.

Fávaro afirmou que, caso não surjam novos casos de gripe aviária, a expectativa é de que a regionalização dos embargos com a China possa ser formalizada nos próximos dias. "Em 28 dias, a gente cumpre o protocolo e isso deve acontecer para a China e União Europeia", disse.

O governo brasileiro pediu à Administração Geral das Alfândegas da China (GACC, na sigla em inglês), autoridade sanitária chinesa, que a China reduza as restrições sobre produtos avícolas brasileiros para um raio de 10 km do foco onde foi detectado o caso de gripe aviária, um matrizeiro de aves em Montenegro (RS). O documento foi enviado na segunda-feira pela Embaixada do Brasil em Pequim à GACC.

A China é o principal destino do frango brasileiro. O governo brasileiro já está negociando com outros países importadores de produtos avícolas a flexibilização das suspensões das compras de carne de frango e derivados do Brasil.

PRODUTORES. Também ontem, antes de se encontrar com Fávaro para discutir a crise, o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSD), afirmou que ainda é "muito prematuro" avaliar impactos em termos econômicos.

"O trabalho do Estado, ao lado do ministério, é justamente para amenizar esses impactos com uma rápida recuperação do comércio internacional. Vamos, a partir do nosso trabalho sanitário, mostrar que o País tem compromissos com a sanidade animal e, consequentemente, poder retomar as exportações", disse.

Auxílio
Governador do RS diz que situação dos produtores rurais do Estado preocupa e União deve avaliar ajuda

O governador disse ainda que o endividamento dos produtores gaúchos preocupa. "Ao longo dos últimos seis anos tivemos quatro estiagens muito severas, com perda de boa parte das safras", disse. Para ele, é "fundamental que a União olhe para essa situação". ●



ESTADÃO BLUE STUDIO

Série de entrevistas

IA nos negócios

'Usamos dados de várias fontes, até mesmo de um papel de pão'

Prestes a completar 160 anos, multinacional aposta na inteligência artificial para ganhar eficiência e mira cadeia de suprimentos

Barbara Sapunar Brunno Ragonha

Fotos: Tiago Queiroz/Estadão Blue Studio

Da água ao café, passando pelo chocolate, pelo sorvete e pela bolacha, é praticamente impossível visitar um supermercado no Brasil sem ver algum produto da Nestlé. Prestes a completar 160 anos, a multinacional suíça é uma potência no universo da alimentação. Mas, para fazer seus produtos chegarem na quantidade, no formato e no frescor certos até o consumidor, há um enorme trabalho – que é cada vez mais pautado pelo uso de dados e inteligência artificial, desenvolvidos dentro de casa.

Um bom exemplo, conta o diretor de Data Science e Analytics Brunno Ragonha, é uma plataforma que ajudou a empresa em 2024 a reduzir em 35% a ruptura de estoque do varejo. "É uma relação ganha-ganha, que ajuda a Nestlé e o cliente a serem mais eficientes, e traz satisfação para o consumidor. É um círculo virtuoso que começa nos dados", diz.

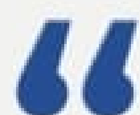
O uso de IA, porém, não fica apenas no ganho de eficiência: é também um tema que auxilia a companhia em esforços de sustentabilidade – assunto importante para quem tem a cultura de produtos como café e cacau como base de seus negócios. "A IA tem um impacto ambiental, mas hoje ela está a serviço de uma transição regenerativa mais impactante em termos da pegada de carbono", destaca Barbara Sapunar, diretora executiva de Business Transformation.

IA não é uma tecnologia nova, mas que tem uma jornada própria dentro de cada empresa. De que maneira ela começa na Nestlé?

Brunno: Primeiro, ela surge nas áreas, que buscam ser mais eficientes. Em 2019, percebemos que precisávamos ganhar escala e expertise – e, para isso, criamos uma área central de ciência de dados e análises. Ela traz expertises para potencializar as áreas de negócio, permitindo que a empresa alavanque novas soluções. Quem está em vendas ou em supply chain, falar só de IA não diz muita coisa. Mas ao atrelar a tecnologia com um benefício para uma função, o valor daquela inovação fica evidente e passa a engajar as pessoas.



> Nesse futuro próximo, espero que a Nestlé consiga ter uma musculatura digital, a partir da adoção das ferramentas que já temos agora"
>
> **Barbara Sapunar,** diretora executiva de Business Transformation



> Ao atrelar a tecnologia com um benefício para uma função, o valor daquela inovação fica evidente e passa a engajar as pessoas"
>
> **Brunno Ragonha,** diretor de Data Science e Analytics da Nestlé

Antes de fazer a transformação, foi preciso passar por uma organização. De que maneira essa organização se deu em uma companhia tão grande como a Nestlé?

Barbara: É importante entender que essa transformação não acontece sozinha a partir da área de dados. É uma área que precisa estar muito próxima do negócio. Hoje, esse time de experts trabalha de maneira descentralizada, entendendo as dores e os desafios de cada unidade. Por outro lado, cada área começa a gerar capacidades e produtos diferentes, modulares como peças de Lego. Hoje, não só temos muitas peças de Lego, como essas peças nos ajudam a construir algo maior e mais rapidamente.

Que exemplos de resultados positivos podem citar?

Brunno: Uma das nossas premissas básicas é que o consumidor possa encontrar nossos produtos quando quiser, onde quiser, na quantidade, no formato e no frescor esperados e desejados. É uma batalha do nosso dia a dia. Existe um desafio enorme em conhecer cada cliente, saber seus padrões de venda e descobrir quais produtos giram ali e como esse giro acontece. Em 2024, ela nos ajudou a reduzir em 35% o nível de ruptura nos clientes. É uma relação ganha-ganha: isso ajuda a Nestlé e o cliente a serem mais eficientes, além de trazer satisfação para o consumidor. É um círculo virtuoso. Mas, para que ela dê certo, usamos dados de várias fontes – até mesmo se vier de um papel de pão, nós damos um jeito de tratar o dado internamente.

Barbara: Esse é um ponto importante. Muito se fala do hype da inteligência artificial, mas ninguém fala da gasolina dessa tecnologia: os dados. É fácil dizer que se quer surfar a onda de IA, mas antes é preciso fazer um trabalho fundacional enorme. É um esforço oculto, mas fundamental para aproveitarmos os benefícios que essa tecnologia pode trazer.

Muitas matérias-primas que a Nestlé usa em seus produtos – café, cacau – têm sido impactadas por mudanças climáticas. Sustentabilidade, portanto, é algo caro à empresa. Por outro lado, há uma crítica frequente à IA sobre seu impacto ambiental. De que maneira a companhia equilibra essas questões?

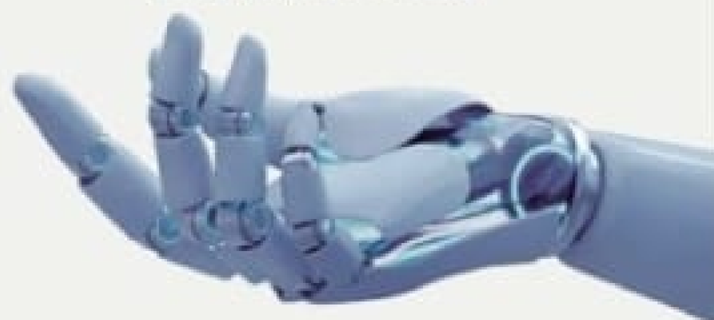
Barbara: Quando olhamos o nosso desafio de sustentabilidade, 70% da nossa pegada hoje vem da produção dos alimentos e da cadeia de suprimentos em ingredientes como café, cacau e leite. É onde estamos focando nossos esforços. Para melhorar nosso impacto, apostamos tanto na agricultura regenerativa quanto no aumento da eficiência da cadeia de suprimentos. Para 2025, nossa meta era ter 30% dos ingredientes vindos de produção com prática regenerativa – e já estamos bem além disso. A tecnologia pode nos ajudar a acelerar a adoção de certas práticas. É importante salientar que a IA, sim, tem um impacto ambiental, mas nós já conseguimos fazer a transição das matrizes energéticas da nossa produção.

Daqui a dois anos, que Nestlé existirá com ajuda da IA?

Barbara: Dois anos trazem muitas transformações quando o assunto é tecnologia. Se ela for a única variável, imagino que seguiríamos numa direção de hiperpersonalização de mixes de produto, considerando canais, regiões e preferências pessoais. Mas o desafio da tecnologia não passa só pelo desenvolvimento técnico, mas por processos e pessoas. Nesse futuro próximo, espero que a Nestlé consiga ter uma musculatura digital, a partir da adoção das ferramentas que já temos agora, para conseguirmos acelerar e gerar ainda mais valor. Quero imaginar uma empresa que segue com o ímpeto de testar soluções para o negócio, mas que ao mesmo tempo fortalece as soluções que já se provaram valiosas. E isso passa não só pela tecnologia, mas também pelos processos e, sobretudo, pelo cuidado que teremos com os talentos internos da companhia.



Leia o QR code e acesse todas as entrevistas desta série no portal
https://bluestudio.estadao.com.br/entrevistas/



As informações e opiniões são de responsabilidade única dos autores. Este texto não reflete, necessariamente, a opinião do Estadão.

CÍCERO COTRIM, LORENNA RODRIGUES, EDUARDO RODRIGUES E ALTAMIRO SILVA JUNIOR
GABRIEL BALDOCCHI (edição)
X: @COLUNADOBROAD
COLUNABROADCAST@ESTADAO.COM



Coluna do Broadcast

Após levantar US$ 700 mi no exterior, Caixa avalia nova emissão este ano

A Caixa Econômica Federal quer usar os US$ 700 milhões captados via emissão de *bonds* (títulos) sociais no exterior este mês para aumentar a oferta de crédito a microempreendedores individuais (MEI), apurou a *Coluna*. Com o sucesso da operação – com demanda mais de sete vezes superior à oferta –, o banco público também já estuda realizar uma nova emissão no exterior ainda este ano. O montante já captado, que será direcionado ao crédito para os microempreendedores individuais, equivale a quase R$ 4 bilhões na cotação atual. A oferta marcou a volta do banco público ao mercado internacional. A ideia inicial era levantar US$ 500 milhões, valor que acabou sendo elevado diante da demanda.

Banco ficou dez anos sem captar lá fora

A Caixa não é um emissor frequente no mercado internacional, como é o Banco do Brasil. A Caixa fez sua estreia no mercado externo de dívida em 2012, quando levantou US$ 1,5 bilhão. Voltou a captar lá fora nos anos seguintes, mas deixou de acessar esse mercado nos últimos dez anos, recorrendo a captações internas.

Foco é diversificar fontes de recursos

Um dos motivos para retornar ao mercado externo é ampliar as fontes de captação do banco e aumentar o contato com investidores internacionais. Em comunicado após a captação, o presidente da Caixa, Carlos Vieira, afirmou que a volta ao mercado internacional faz parte da estratégia financeira do grupo.

● **QUEM COMPROU.** A emissão feita pela Caixa saiu com uma taxa de 5,875% e cupom de 5,625%. Segundo informou o banco público, os papéis atraíram investidores institucionais de países como Reino Unido, Suíça, Estados Unidos, Portugal, Bahamas, Hong Kong, Emirados Árabes Unidos e também do Brasil.

● **DESTINO.** Desde o ano passado, quando lançou uma conta digital voltada para MEIs, a Caixa tem avançado na oferta de produtos para a modalidade. O presidente Carlos Vieira já disse que a ideia é crescer no segmento.

● **ESTRATÉGIA.** "Isso está dentro de uma estratégia voltada para a micro e pequena empresa, que a Caixa está se posicionando nesse segmento, e a gente pretende ser, sim, um dos maiores agentes de microcrédito deste País", afirmou Vieira em novembro, durante entrevista coletiva para comentar os resultados do banco no terceiro trimestre de 2024.

MICROCRÉDITO

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL -2/3/2017



A Caixa tem avançado na oferta de produtos para MEIs; o presidente do banco, Carlos Vieira, já disse que a ideia é crescer no segmento

● **MERCADO.** A oferta de ações em estudo pela Méliuz, de R$ 150 milhões, deve ser apenas a quarta de 2025 e não deve ser suficiente para evitar que o semestre acabe como um dos mais fracos de captação na Bolsa dos últimos 10 anos, por conta dos juros altos. Até agora, somente três empresas – Caixa Seguridade, Azul e Orizon – fizeram ofertas subsequentes de ações em 2025, levantando R$ 3,4 bilhões, 30% abaixo do mesmo período de 2024.

● **AZUL E ORIZON.** No caso da operação da Azul, a oferta foi obrigatória para a conversão de títulos de investidores estrangeiros em ações da companhia aérea. No lote extra, voltado para o mercado, de R$ 1,6 bilhão, a demanda foi muito baixa: R$ 48 milhões. Na Orizon, os controladores ficaram com 63% da oferta, incluindo parte do lote extra, mas a empresa de gestão de resíduos ainda teve demanda forte pelo restante das ações adicionais.

● **ARREDIAS.** Um dos principais compradores de ações em ofertas, as gestoras de fundos, estão mais arredias, porque os investidores continuam sacando recursos aos milhões por mês. Os saques nos fundos de ações somaram mais R$ 9 bilhões em abril, levando o acumulado do ano para R$ 35 bilhões em retiradas, segundo a Anbima. E os multimercados estão perdendo R$ 23 bilhões, uma tendência que já vem dos últimos dois anos.

● **BAIXO NÍVEL.** Com os saques, a alocação em ações dos fundos no Brasil permanece em 7,5%, o menor nível histórico, ressalta o JPMorgan. Por isso, o banco calcula que se houver alguma reversão na alocação dos fundos na B3, haveria um influxo de R$ 47 bilhões para a Bolsa, o que poderia ajudar futuras ofertas de ações.

● **BITCOINS.** Na operação da Méliuz, uma das precursoras do *cashback* no Brasil, a empresa pretende captar recursos para comprar Bitcoins, negócio que agora deve ser seu foco. Em fato relevante no último dia 15, a empresa se apresenta como a primeira "Bitcoin Treasury Company" da América Latina. Tecnicamente, esse tipo de empresa tem como missão principal o acúmulo de Bitcoin, utilizando sua geração de caixa e o mercado de capitais.

SOBE

Ações de frigoríficos sobem em bloco na Bolsa; JBS lidera

J.F.DIORIO/ESTADÃO -4/10/2017



As ações de frigoríficos subiram em bloco ontem na B3. A JBS liderou os ganhos do Ibovespa, com alta de 4,79%, com assembleia para aprovação de dupla listagem, no Brasil e nos Estados Unidos, prevista para sexta-feira. Marfrig subiu 4,3%, BRF, 2,4%, e Minerva, 0,38%. Para Gustavo Bertotti, da Fami Capital, o setor se recupera das quedas dos últimos dias ocorridas em função de caso de gripe aviária no Rio Grande do Sul.

DESCE

Empresas de educação caem na B3 frente a novas regras

DIVULGAÇÃO COGNA / 12/8/2020



As ações de empresas de educação caíram ontem: Cogna (-7,79%) e Yduqs (-5,07%) lideraram as baixas do Ibovespa. Para Gustavo Bertotti, da Fami Capital, o setor foi afetado pelo marco regulatório que alterou regras de ensino a distância. A avaliação é de que, apesar de poder melhorar a qualidade da educação, a norma vai gerar mais custos para as empresas. Fora do principal índice da B3, Vitru caiu 8,96%, e Ânima, -8,84%.

BROADCAST MERCADOS

Ibovespa: 140.109,63 PTS. | Dia 0,34% | Mês 3,73% | Ano 16,48%

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
JBS ON NM	42,29	5,49	48.468
VAMOS ON NM	4,71	4,43	17.422
MARFRIG ON NM	24,44	4,18	28.517

MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA

COGNA ON ON NM	2,83	-8,12	25.624
YDUQS PART ON	14,90	-5,52	16.660
GRUPO NATURAON	10,36	-3,45	18.480

TR/TBF/POUPANÇA/POUPANÇA SELIC (%)

17/5 a 17/6	0,1717	1,0676	0,6726	0,5000
18/5 a 18/6	0,1736	1,1088	0,6745	0,5000
19/5 a 19/6	0,1755	1,1699	0,6764	0,5000

	Pontos	Dia%	Mês%	Ano%
NOVA YORK - DJIA	42.677,24	-0,27	4,94	0,31
FRANKFURT - DAX	24.036,11	0,42	6,84	20,73
LONDRES - FTSE	8.781,12	0,94	3,37	7,44
TÓQUIO - NIKKEI	37.529,49	0,08	4,12	-5,93

TESOURO DIRETO (*)	Vcto.	Ano %	R$
IPCA	15/5/2029	7,26	3.417,76
	15/8/2040	7,02	1.612,54
JUROS SEMESTRAIS	15/5/2035	7,20	4.155,28
PREFIXADO	1º/1/2028	13,49	716,62
	1º/1/2032	13,92	424,01
SELIC	1º/3/2028	0,06	16.561,80

(*)TÍTULOS À VENDA

INFLAÇÃO (%)

Índice	Março	Abril	No ano	12 Meses
INPC (IBGE)	0,51	0,48	2,49	5,32
IGP-M (FGV)	-0,34	0,24	1,23	8,50
IGP-DI (FGV)	-0,50	0,30	0,90	8,11
IPC (FIPE)	0,62	0,45	1,83	5,01
IPCA (IBGE)	0,56	0,43	2,48	5,53
CUB (Sinduscon)	0,12	0,27	2,54	6,55
FIPEZAP-SP (FIPE)	0,22	0,28	1,30	6,11

Índices de reajuste do aluguel (Março)

IGP-M (FGV)	1,0850	IPCA (IBGE)	1,0553
IGP-DI (FGV)	1,0811	INPC (IBGE)	1,0532
IPC-FIPE	1,0501	ICV-DIEESE	-

FATORES VÁLIDOS PARA CONTRATOS CUJO ÚLTIMO REAJUSTE OCORREU HÁ UM ANO. MULTIPLIQUE O VALOR PELO FATOR

INSS - COMPETÊNCIA (MAIO)
Trabalhador assalariado e doméstica*

Salário de contribuição	Alíquota
ATÉ R$ 1.518,00	7,5%
DE R$ 1.518,01 ATÉ R$ 2.793,88	9%
DE R$ 2.793,89 ATÉ R$ 4.190,83	12%
DE R$ 4.190,84 ATÉ R$ 8.157,41	14%

Autônomo (BASE EM R$)	Alíquota	A pagar (R$)
DE 1.518,00 A 8.157,41	20%	DE 303,60 A 1.631,48

VENCIMENTO 15/06. O PERCENTUAL DE MULTA A SER APLICADO FICA LIMITADO A 20%, MAIS TAXA SELIC.

CDB - CDI

Data	Taxa ano	Taxa dia	Mês%	Ano%
CDB	14,67	0,76	1,38	10,98
CDI	14,65	0,08	3,53	20,50

AGRÍCOLAS - MERCADO FUTURO

	Venc.	Aju.C.	Abe.	Mín.	Máx.	Var.%
AÇÚCAR Nº*	JUL/25	17,34	30.781	17,26	17,55	-0,63
CAFÉ Nº*	JUL/25	369,30	59.485	368,20	379,25	-1,44
SOJA CBOT**	JUL/25	10,53	356.085	10,462	10,567	0,21
MILHO CBOT**	SET/25	4,35	304.032	4,257	4,357	1,63

(*) EM CENTS POR LIBRA-PESO (**) EM US$ POR BUSHEL

AGRÍCOLAS - MERCADO FÍSICO

	Ult.	Var. (%)	Var. 1 ano(%)
SOJA			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	127,96	0,30	-3,67
BOI			
Cepea/esalq, R$/@	306,40	4,25	35,82
MILHO			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	72,59	-0,09	21,63
CAFÉ			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	2.447,80	-48,48	109,89

MOEDAS E COMMODITIES

	Venda	Dia %	Mês %	Ano %
DÓLAR COMERCIAL	5,6693	0,25	-0,13	-8,27
DÓLAR TURISMO	5,8900	0,03	-0,24	-8,56
EURO	6,3940	0,58	-0,58	-0,44
OURO US$/ONÇA-TROY	3.293,20	59,70	-0,18	22,41
WTI US$/BARRIL	62,2800	0,24	7,36	-13,10
BRENT US$/BARRIL	65,0200	0,19	7,43	-12,25

	US$ 1/NY	1 Euro/ Europa	1 Libra/ Londres	R$ 1/ Brasil
DÓLAR AMERICANO	1,000	1,1284	1,3383	0,1764
EURO	0,886	1,0000	1,1869	0,1563
FRANCO SUÍÇO	0,829	0,9351	1,1097	0,1462
LIBRA ESTERLINA	0,747	0,8426	1,0000	0,1317
IENE	144,485	163,0510	193,5180	25,4880

AS MOEDAS NA VERTICAL VALOR DE COMPRA SOBRE AS DEMAIS / FONTE: IDC

Eufrázio

Transporte aéreo **Chapter 11**

Gol tem seu plano de recuperação aprovado pela Justiça dos EUA

Audiência na Corte de Falências de Nova York durou cerca de três horas e contou com a participação de mais de 60 pessoas

ALINE BRONZATI
CORRESPONDENTE EM NOVA YORK

A Justiça dos Estados Unidos aprovou o plano da Gol para deixar o Chapter 11 – o equivalente à recuperação judicial no Brasil. A audiência que avaliou a proposta da companhia aérea brasileira foi realizada ontem, em Nova York, e durou cerca de três horas.

A sala na Corte de Falência do Distrito Sul de Nova York estava cheia. Mais de cem pessoas participaram da reunião, sendo mais de 60 participantes de forma presencial, incluindo assessores da empresa e representantes de credores.

O *Estadão/Broadcast* apurou que não houve mudanças no plano que a Gol apresentou ao tribunal. A Trustee, única a apresentar objeção ao plano, não teve os argumentos acatados pelo juiz Martin Glenn, responsável pelo caso.

A aprovação do plano foi celebrada pelos presentes e repercutiu positivamente na B3, a Bolsa de Valores brasileira. As ações preferenciais da companhia (PN) fecharam o dia com alta de 13,18%.

Já havia a expectativa de que a companhia obtivesse o aval da Justiça dos EUA, uma vez que a Gol conseguiu levantar o montante de US$ 1,9 bilhão necessário para deixar o Chapter 11, e ainda teve o apoio da maior parte dos credores.



Depois da recuperação, Gol planeja a ampliação de suas operações

A aprovação do plano de recuperação financeira deixa o caminho livre para a aérea brasileira virar a página do processo nos EUA, iniciada em janeiro do ano passado. A data final de consumação do Chapter 11 está prevista para 5 de junho.

ENDIVIDAMENTO MENOR. Em fato relevante divulgado ontem após a confirmação da aprovação de seu plano pela Justiça americana, a Gol informou que espera sair do Chapter 11 com alavancagem (medida pela relação dívida líquida sobre lucro operacional, Ebitda) em 5,4 vezes, o que representaria uma redução em relação ao final do primeiro trimestre, quando o indicador estava em 5,8 vezes.

A aérea informou ainda que espera encerrar o processo, em 5 junho, com "forte posição de liquidez (*recursos em caixa*) de aproximadamente US$ 900 milhões". As projeções da companhia incluem ainda uma redução significativa da alavancagem, para 2,9 vezes, até o final de 2027.

FROTA. A Gol destacou ainda projeções para a sua frota, avaliando que "está no caminho certo para retornar à capacidade doméstica pré-pandemia", com recuperação completa da sua frota de jatos Boeing 737. Em 2024, a empresa reformou mais de 50 motores e mantém o cronograma de recuperar todas as aeronaves até o primeiro trimestre de 2026.

Ajustes
Companhia informou que reduziu o endividamento e está reforçando a frota com novas aeronaves

"A companhia continua a fortalecer sua frota, com a entrega prevista de cinco Boeing 737 MAX adicionais em 2025", informou a Gol.

A Gol classificou ainda o momento atual como positivo diante do "desempenho superior recente". A demanda forte e crescente nos três primeiros meses do ano se traduziram em um crescimento de 17,4% no Ebitda ante o primeiro trimestre de 2024, e de 19,4% na receita líquida, ressaltou ainda a companhia. ● COLABORARAM ELISA CAMON e ALTAMIRO SILVA JUNIOR

CLASSIFICADOS JORNAL DO CARRO IMÓVEIS OPORTUNIDADES & LEILÕES CARREIRAS & EMPREGOS

Para anunciar:
(11) 3855-2001

GRANDE SÃO PAULO

Vendem-se e alugam-se

COMERCIAIS

ITAPECERICA DA SERRA



Galpão 1100m² AC, 9000m² AT, Vest./Refeit./Port./Escri.t/Trif./compl. Tratar ☎(11)98394-9826

INTERIOR E OUTRAS LOCALIDADES

TERRENOS

SÃO SIMÃO
Terreno p/venda. 90015 X 2025 Ac. veículo. Local de grande Biomaimento, c/uso único. Valor : R$ 25.700,00/ hec. Total 419/139 hec – total – R$10.768.300/ R$3.572.300.F:(11)99824-0031

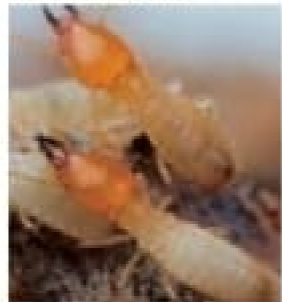
OPORTUNIDADES

COMUNICADOS

ABANDONO DE EMPREGO
Douglas Silva dos Santos, 313.080.338-69. Comunicamos que, até a presente data, V.Sa. não compareceu ao local de trabalho desde o dia 22/04/2025, sem apresentação de justificativa. Diante disso, solicitamos que se apresente impreterivelmente no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar desta publicação, para prestar os devidos esclarecimentos. O não comparecimento poderá ser interpretado como intenção de abandono de emprego, nos termos da legislação trabalhista vigente (CLT, art. 482, alínea "i"). Atenciosamente Al Jafar

SERVIÇOS PROFISSIONAIS

MASTER CUPIM



SP, Interior e Litoral. Solicite Orçamento (11)5927-6892/ Whats 11)946426661/13)99207.7633

Classificados Estadão
Fale com nossos consultores:
(11) 3855-2001
ESTADÃO



@deseulance.com
LEILÕES "ON-LINE" E "PRESENCIAIS" - CADASTRE-SE!
Participação via internet c/ transmissão de áudio e vídeo em tempo real - Local dos Leilões: R. Uruana, 139 - São Paulo/SP - Visitação e Relação c/ fotos: www.deseulance.com Info: (11) 5575-9555 - VENHA TRABALHAR CONOSCO NA CAPTAÇÃO DE NOVOS CLIENTES! (rh@deseulance.com)

03 CAMINHÕES FORA DE ESTRADA (CAT/ RANDON) • ESCAVADEIRA HIDR. LIEBHERR • PÁ CARREGADEIRA • EMPILHADEIRAS • 1.700T SUCATA FERROSA • 03 PONTES ROLANTES • MÁQS. OPERATRIZES • EQPTOS. EM INOX • 6T CURVAS AÇO FORJADO • EMPILHADEIRA • MOTORES ELÉTRICOS • TANQUES EM AÇO • COMPRESSORES • DIVERSOS.

VOTORANTIM cimentos
DATA: 27/05/2025 - 3ª FEIRA - 11:00H
Caminhão Fora de Estrada Randon RK 430B • Sucata de Compressor Rebocável a Diesel • Escavadeira Hid. e • Pá Carregadeira Liebherr • Ensacadeira Haver • 02 Sucatas de Caminhão Fora de Estrada CAT • Sucata Balança Rodoviária • 07 Maqs. Solda • Diversos.

VOTORANTIM cimentos
DATA: 27/05/2025 - 3ª FEIRA - 14:00H
Aprox. 1700 Tons. de Sucata Ferrosa a Gerar em 12 Meses • Grande Quant. de Sucatas Geradas e a Gerar: Tijolos Refratários / Pneus / Paletes de Madeira / Plástica (Aprox. 450 Tons) / Borracha / Madeira / Papel e Papelão e Outras.

SAINT-GOBAIN E OUTROS COMITENTES
DATA: 28/05/2025 - 4ª FEIRA - 11:00H
Equipamentos em Aço Inox (Emblistadeira/ Misturadores/ Tanques/ Drageadeiras/ Compressora/ Moinhos/ Estufas, Etc.) • Ribbon Blender, Cap. 1.600L • Analisador Bioquímico • 08 Injetoras M/ Fanuc, • Curvadora de Tubos BLM • Tombador Hidr., Cap. 80T • Transportador de Fosfogesso • Rampa Móvel • Instrumentos de Precisão (Micrômetros/ Relógios Comparadores e Torquímetros) • Diversos.

JBS Biodiesel
DATA: 29/05/2025 - 5ª FEIRA - 11:00H
Caldeira a Lenha, Capac. 8.000KG/H • Calderia a Óleo Ata, Capax. 2000 KG/H • Usina de Concreto Indl. Officine Riunite • Centrífuga Horizontal, Capac. 410L • Tanque Rodoviário 8M³ • Aprox. 2.500 Peças, Sem Uso: Bombas/ Reparos/ Rotores/ Filtros e Outras p/ Divs. Equiptos.

DATA: 29/05/2025 - 5ª FEIRA - 14:00H
02 Pontes Rolantes • Maq. p/ Ensaio de Tração • Máq. de Medição por Coordenadas • Compressor de Ar • Serra de Fita • Bomba Hidr. c/ Motor 70HP • Unidade de Refrigeração Top Therm • Fornos de Ferramentas • Secadores de Ar • Instrumentos de Medição • 140 Carretéis de Madeira • Motobombas • Motores Elétricos • Diversos.

DATA: 30/05/2025 - 6ª FEIRA - 11:00H
Pórtico Móvel Autopropelido • Ponte Rolante 16T, Vão 20M • 02 Linhas de Pintura (Desmontadas) • 40 Máqs. Operatrizes (Prensas/ Fresadoras/ Retíficas/ Tornos/ Serras, Etc.) • 02 Empilhadeiras • 04 Chillers • 11T Cabos de Aço • 07 Containers Marítimos • 85 Guinchos p/ Içamento • Bombas e Motobombas • 250KG Mantas de Fibra de Vidro • Diversos.

PERSIO BOSCHETTI JÚNIOR - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 678

Pensou em anunciar,
pensou Estadão

Fale com nossos consultores:
(11) 3855-2001
(11) 99181-2018 WhatsApp

Segunda a Sábado:
8h às 20h
Domingo e feriados:
14h às 20h

ESTADÃO
VEM PENSAR COM A GENTE





Maurício Benvenutti mauricio@startse.com

O que vi em 3 semanas na China

Estive em Pequim, Xangai e até no interior, em Zhangjiajie. Vi muita coisa. Primeiro, WeChat e Alipay facilitam demais a vida. Esses superapps não são apenas redes sociais ou meios de pagamento, mas também grandes ecossistemas digitais para fazer compras, pedir comida, pagar faturas, chamar um DiDi – o Uber chinês – e acessar vários outros serviços.

Esses serviços funcionam por meio de mini-apps, versões simplificadas dos apps tradicionais. Eles são tão populares na China que até os QR Codes se adaptaram: há os redondos que abrem mini-apps, enquanto os quadrados que conhecemos abrem qualquer link.

Na JD.com, um dos maiores varejistas digitais do mundo, robôs gerenciam boa parte dos armazéns e dos centros de distribuição sem intervenção humana. No Asia No.1, o maior parque logístico inteligente do mundo, mais de 10 mil robôs de classificação processam até 4,5 milhões de pacotes diários com 99,99% de precisão.

No Ant Group, dono do Alipay, a visão é de que o futuro dos bancos não está mais nos bancos, mas em plataformas digitais que usam IA para atender a clientes, gerenciar contas, sugerir investimentos... Para fazer tudo. Aliás, em muitos lugares você pode pagar com seu rosto ou palma da mão. Já o dinheiro físico? Cada vez mais raro, representando só 7% do valor total das transações no país.

> *O fato é que vivemos uma era em que ou iremos competir ou colaborar com a China*

O "live commerce" é uma febre, responsável por 20% do varejo online chinês; 60% dos consumidores online da China já usaram esse formato para fazer compras. Na loja da Nike, vi uma funcionária fazendo live de vendas. Na Shanghai Tower, uma garota vendia garrafinhas da mesma forma. Para os chineses, rotina. Para nós, novidade.

Encontrei robôs de limpeza e de delivery nas ruas. Andei em carros e ônibus autônomos. Sem falar no silêncio do trânsito devido à quantidade enorme de carros e motos elétricas.

Peguei o trem-bala de Pequim a Xangai – uma distância como São Paulo a Porto Alegre em apenas 4 horas. A China tem mais trilhos de alta velocidade que o resto do mundo combinado. E o serviço é tão eficiente que, dentro do trem, pedi um McDonald's que foi entregue no meu assento. Logística perfeitamente sincronizada com as paradas.

Também entrei em um carro voador da Vertaxi. Há mais de 250 empresas desenvolvendo essa tecnologia na China, fazendo o país deter 50% do mercado global desse tipo de veículo. E o delivery por drones? Já é realidade em alguns lugares, inclusive na Muralha.

Definitivamente, vivemos uma era em que iremos competir ou colaborar com a China. ●

SÓCIO DA PLATAFORMA PARA STARTUPS STARTSE

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** e Antonio Penteado Mendonça ● **TER.** Pedro Fernando Nery e Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Alvaro Gribel ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** ● **SAB.** Fabio Gallo ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros e Alexandre Schwartsman **(revezam quinzenalmente)**; Roberto Rodrigues **(2.º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3.º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Tecnologia **Tendência**

IA impulsiona programas feitos por 'leigos'

Ferramentas de inteligência artificial entendem comandos em linguagem natural e os transformam em sites, aplicativos e jogos

ALICE LABATE

Criar um site, um jogo ou até um aplicativo sem saber como escrever uma única linha de código já é possível. O movimento que permite isso se chama vibe coding e ganhou força em 2024 com impulso da inteligência artificial (IA) generativa. A ideia é que a programação seja feita a partir da "vibe" do projeto, a partir daquilo que o produto ou solução pede com comandos em linguagem natural. Por exemplo: "Faça um aplicativo que controle minhas tarefas do dia".

Com a popularização de ferramentas de IA como Lovable e Replit, voltadas para programação em linguagem natural, o vibe coding passou de curiosidade para método comum entre profissionais e amadores. Este ano, uma em cada quatro startups aceleradas pela Y Combinator afirmou que até 95% de seu código foi gerado por IA, em práticas alinhadas ao vibe coding, de acordo com a Ardor, empresa global de serviços analíticos.

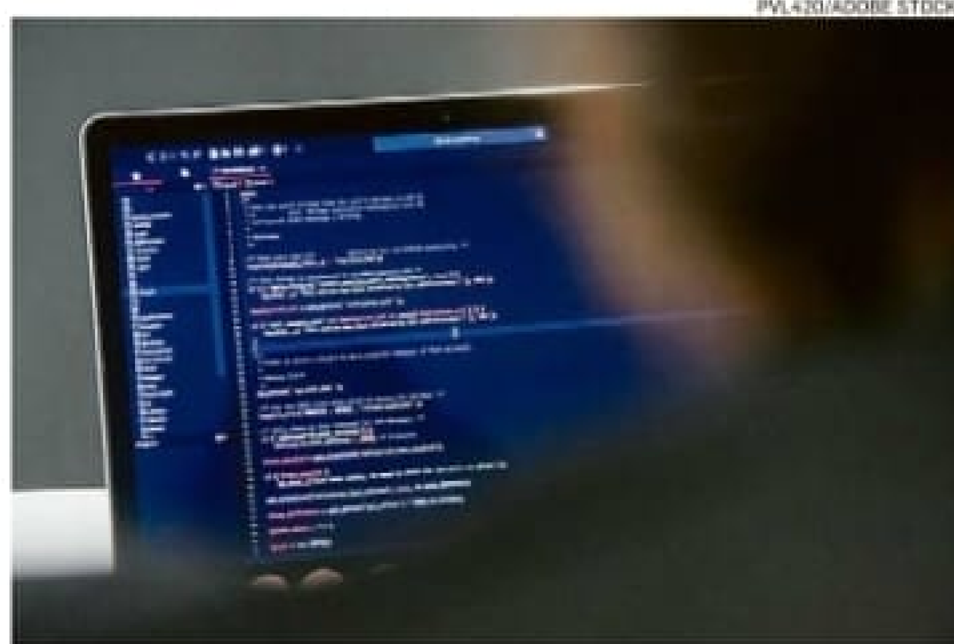
"O vibe coding utiliza inteligência artificial para transformar descrições em linguagem natural, como português ou inglês, em código funcional", explica Jhonata Emerick, CEO da Datarisk e doutor em inteligência artificial pela Universidade de São Paulo (USP). "O programador atua como um diretor criativo."

LINGUAGEM. A base do vibe coding está em modelos de linguagem como ChatGPT, Claude e outras IAs capazes de entender linguagem humana e convertê-la em código. Diferentemente da programação tradicional, em que o desenvolvedor dita a lógica linha por linha, o vibe coder descreve objetivos e a IA entrega sugestões de código, que podem ser testadas e ajustadas conforme necessário.

Fabrício Carraro, gerente de programas da Alura, escola online de tecnologia, explica que o termo vibe coding explodiu em fevereiro deste ano, após um post de Andrej Karpathy, ex-diretor da Tesla e da OpenAI. "Ele descreveu essa nova maneira de programar, usando linguagem natural, até mesmo por voz, para que modelos como Gemini, ChatGPT, Claude etc. gerem o código, sem se prender tanto aos detalhes manuais da codificação. A ideia é que a IA se torne uma parceira tão eficiente que você esquece que o código em si existe, focando mais no resultado."

Divulgação
Movimento vibe coding ganhou força quando ex-diretor da Tesla falou sobre o tema em postagem

PVL420/ADOBE STOCK



Interesse cresceu com a popularização de ferramentas de IA

O perfil de quem adota o método é variado. De um lado, desenvolvedores experientes usam as ferramentas para acelerar tarefas rotineiras. Do outro, profissionais de outras áreas veem no vibe coding uma forma rápida de testar ideias.

UTILIDADE. É o caso de Marcell Almeida, CEO da escola de cursos PM3. "Até sei um pouco de programação, mas não sou bom nisso. Com o vibe coding, consigo pedir o que quero em linguagem natural e a IA me entrega algo próximo", diz. Desde 2024, ele usa a abordagem para criar protótipos e provas de conceito. "Antes, algo podia levar meses. Agora, em semanas, consigo testar com usuários."

Leonardo Zeferino, diretor de IA e vibe coding da OneBrain, empresa desenvolvedora de softwares, também vê um avanço relevante na forma como produtos digitais são criados. "Sempre teve uma necessidade muito grande de ter desenvolvedores superespecialistas para fazer aplicações, produtos digitais. A partir de agora, a gente vê cada vez mais pessoas não técnicas desenvolvendo seus próprios aplicativos", diz.

> *"Você pode simplesmente dizer 'crie um site que mostre a previsão do tempo para São Paulo' e a IA desenvolve todo o código necessário"*
> **Jhonata Emerick**
> Datarisk

> *"A gente vê cada vez mais pessoas não técnicas desenvolvendo seus aplicativos"*
> **Leonardo Zeferino**
> One Brain

Segundo ele, o vibe coding não apenas democratiza o desenvolvimento, como também oferece um salto de produtividade. "Hoje, você pode simplesmente escrever um prompt, como no ChatGPT, dizendo que quer um app igual ao Instagram, e a IA cria tudo sem precisar escrever ou arrastar componentes".

VANTAGENS E DESVANTAGENS. O principal atrativo do vibe coding é a baixa barreira de entrada. Sem exigir conhecimento prévio em linguagens como Python ou JavaScript, ele permite que pessoas com boas ideias mas pouca bagagem técnica desenvolvam soluções funcionais. "Ele reduz a barreira técnica inicial, eliminando a necessidade de dominar sintaxe ou conceitos complexos de imediato", explica Emerick.

Outro ponto positivo é o foco na criatividade. Em vez de se concentrar em detalhes técnicos, o programador atua de forma mais conceitual, definindo objetivos e validando protótipos rapidamente. "Você pode simplesmente dizer 'crie um site que mostre a previsão do tempo para São Paulo' e a IA desenvolve todo o código necessário, enquanto você foca em refinar e melhorar o resultado", diz o CEO da Datarisk.

Por outro lado, a falta de entendimento do código gerado pode trazer riscos. Bugs ocultos, problemas de segurança ou soluções que não funcionam são preocupações recorrentes entre profissionais. "Dependendo exclusivamente do vibe coding, o usuário pode deixar de aprender fundamentos importantes", diz Raul Ikeda, professor do Insper e cientista da computação. ●

C6 E C7 **A fundo**



Os limites entre a liberdade de expressão e o discurso de ódio

CULTURA & COMPORTAMENTO

QUARTA-FEIRA, 21 DE MAIO DE 2025 O ESTADO DE S. PAULO

C2



Paulo Vieira

‘Quero ser o Roberto Carlos da comédia’

__ Humorista fala sobre a série ‘Pablo & Luisão’, que estreia na 5.ª com histórias de sua família



MANDELLA MELLO/GLOBO

'Eu fui uma criança que sonhou muito em fazer TV', afirma Vieira

ENTREVISTA

Nascido em Goiás, ele agora faz seu primeiro protagonista no seriado que narra aventuras e desventuras de dois grandes amigos

SABRINA LEGRAMANDI

Paulo Vieira, desde o começo, sabia que queria fazer televisão. O caminho da comédia, porém, veio naturalmente a partir das muitas histórias contadas por sua família.

Durante a pandemia, Paulo teve a ideia de narrar acontecimentos que envolveram seu pai, Luisão, e o melhor amigo, Pablo, em threads no X. Ganhou uma base de fãs fiéis que queriam saber tudo sobre *Pablo e Luisão*, série que estreia nesta quinta, 22, no Globoplay, com direção artística de Luis Felipe Sá, responsável por produções como *A Grande Família*.

Os protagonistas são interpretados por Aílton Graça e Otávio Müller. A mãe de Paulo, Conceição, vivida por Dira Paes, é também personagem principal dos 16 episódios. “A minha família é muito bem resolvida com quem ela é no mundo”, diz Paulo, em entrevista ao **Estadão**.

Pablo & Luisão é uma aposta e tanto. Segundo Paulo, é a primeira grande oportunidade que recebe da Globo. Pela primeira vez, o humorista não aparece como coadjuvante de grandes atrações da emissora: ele é o protagonista.

Nascido em Goiás, o humorista detalha bastidores da série e reflete sobre o seu modo de fazer comédia, que tem o que chama de “Plano de Carreira Roberto Carlos” e um foco em conquistar “as mães”: “Ninguém odeia o artista que a mãe ama”.

A entrevista foi editada para melhor compreensão.

Sua família sempre foi uma presença forte na sua comédia, mas agora você realmente tem uma série sobre a sua família. Ficou com medo dessa exposição?

Acho que o medo vem muito mais desse lugar de: será que as pessoas vão me julgar, julgar minha família? Essa apreensão vem mais nesse sentido do que expor a minha família ou qualquer coisa parecida. A minha família é muito bem resolvida com quem ela é no mundo.

Por que você escolheu contar histórias especificamente sobre o seu pai e o melhor amigo dele?

Família é o meu hiperfoco. Gosto tanto de família que eu faço família aonde eu vou. Sempre falei muito da minha mãe. Tanto no meu show, no teatro... Com o tempo, meu pai foi me cobrando. “Parece que você só tem mãe.” E aí me veio essa pergunta: “Aonde estava meu pai na vida familiar? Ah, ele estava com o Pablo”. E aí passei a contar essas histórias.

Como o Paulo criança se sentiria se ele pudesse ver uma série assim na TV?

Eu fui uma criança que sonhou muito em fazer TV. Queria muito ser ator mirim e eu olhava e pensava: “Mas eu vou ser filho de quem?”. Aí, quando surgiu a possibilidade da Taís Araújo, que teve o Raí em *Da Cor do Pecado*, eu ficava: “Eu poderia ser filho da Taís Araújo”. Só que, ainda assim, eu tinha um “agravante”: eu era uma criança gorda.

Precisei crescer, criar minha própria série para poder escalar dois atores negros e gordinhos. Fico feliz de pensar que outras crianças como eu, do meu tipo físico, da minha cor, vão olhar a série e falar: “Eu poderia estar na Globo atuando”. Acho que isso é, em algum lugar, libertador.

A sua forma de fazer comédia tem semelhanças com a comédia de Paulo Gustavo: a família muito forte, uma facilidade de conversar com várias gerações.

Eu acho que a comédia é um dos nossos produtos nacionais, fazemos comédia muito bem. E, claro, o público sempre vai querer também filmes emocionantes. *Ainda Estou Aqui* prova isso: o público quer ver de tudo.

Foi intencional conseguir conversar com pessoas de várias gerações?

Não sei exatamente como foi isso. Quando eu faço televisão, eu faço televisão não só para mim, não só para os meus amigos, mas também para a minha família. A minha sorte é que a minha vida, a minha família, o lugar de onde eu venho são pontos comuns à maioria dos brasileiros.

Eu brinco que sempre faço televisão para ser amado por mães. Porque é um plano de carreira que eu chamo de Plano de Carreira Roberto Carlos. Porque ninguém odeia o artista que a mãe ama. Então ele fica. E aí, quando sua mãe vai embora, você herda o artista da sua mãe. E, assim, é um esquema de pirâmide. Ele vai passando de mãe para filho, de filho para mãe e não acaba nunca. É assim que o Roberto Carlos tem tantos anos de carreira. Eu miro nele.

Apesar de *Pablo & Luisão* ser uma comédia, eu imagino que tenha mexido em lugares especiais para você. Você chegou a se emocionar em alguma cena?

Teve um momento muito emocionante para mim... Minha família é uma família de ambulantes. Eu vendi salgado na rua durante boa parte da minha vida. Minha adolescência toda e um pedacinho da minha vida adulta foi vendendo salgado na rua. Eu também vendia bolo de mandioca, suco. Essa foi a minha vida. E eu odiava acordar cedo para fazer salgado. Sempre fiz coxinha na minha casa pensando: “Que grande estrela a TV está perdendo enquanto eu faço essa coxinha”.

Foi muito doido, porque a primeira oficina que fizemos aqui foi a de salgados. E aí eu estava fazendo coxinha de novo. Eu e meu irmão, que também sempre fazia. Nós dois ensinando Dira Paes, Otávio Müller e o Aílton Graça a fazer coxinha...

Me deu uma emocionada pensar que nada é à toa, sabe? O tempo é realmente o senhor de todas as coisas. Existe uma essência divina em cada pessoa que busca sempre ressignificar a própria história pela arte e justificar a própria vida através das coisas que são mais bonitas do que ela própria. Então, achei bonito estar vivendo aquele momento. Achei que era um ciclo que estava se concluindo na minha cabeça. ●

“Sempre fiz salgados na minha casa para vender na rua, pensando: ‘Que grande estrela a TV está perdendo enquanto eu faço essa coxinha’”

“Precisei crescer e criar minha própria série para poder escalar dois atores negros e gordinhos”

Paulo Vieira
Humorista, ator e apresentador

Música Eventos

Rock, soul, emo, black music; confira os festivais em São Paulo

SABRINA LEGRAMANDI
NICO GARÓFALO

Com atrações nacionais e internacionais subindo aos palcos para animar o público, 2025 contará com vários festivais de música em São Paulo.

Ao longo do ano, encontros reunindo os mais variados gêneros musicais vão ocorrer tanto na capital quanto no interior do Estado.

De eventos com alguns dos maiores nomes da música mundial a apresentações completamente dedicadas à música nacional, confira os festivais que vão passar por São Paulo até o final do ano. ●

JILL FURMANOVSKY



Guitarrista e produtor, Nile Rodgers se apresenta no C6 Fest, em maio

Agenda de maio a outubro

Virada Cultural e música eletrônica também estão na programação

● C6 Fest

Um dos festivais mais queridos por quem gosta de música, o C6 Fest acontece no Parque do Ibirapuera. Nomes como Nile Rodgers & Chic, The Pretenders, The Last Dinner Party e Seu Jorge integram o lineup.
Onde: Parque do Ibirapuera – Av. Pedro Álvares Cabral, s/n.º.
Quando: 22/5 a 25/5.
Quanto: R$ 560/R$ 1.200.

● Virada Cultural

Neste sábado, 24, e domingo, 25, vai ocorrer na capital paulista a Virada Cultural. Entre as atrações que farão shows gratuitos estão Iza, Alceu Valença, João Gomes, Péricles, Luísa Sonza, Michel Teló, Léo Santana, Mart'nália, Sepultura, Vanessa da Mata, BK', João Neto & Frederico, Pixote, Turma do Pagode e Fresno.
Onde: Vários pontos de São Paulo; confira a programação em viradasp.com.br
Quando: 24/5 e 25/5.
Quanto: Gratuito.

● Popload Festival

Após um hiato de dois anos, o festival volta a ocorrer no Parque do Ibirapuera. Entre as atrações confirmadas, estão Norah Jones, St. Vincent, Laufey, Kim Gordon, The Lemon Twigs e Terno Rei & Samuel Rosa.
Onde: Parque do Ibirapuera – Av. Pedro Álvares Cabral, s/n.º.
Quando: 31/5.
Quanto: R$ 506,80/R$ 828.

● Best of Blues and Rock

Um dos principais festivais do gênero recebe nomes como Alice Cooper, Deep Purple, Dave Matthews Band, Richard Ashcroft e Black Pantera.
Onde: Parque do Ibirapuera – Av. Pedro Álvares Cabral, s/n.º.
Quando: 7/6 e 8/6; 14/6 e 15/6.
Quanto: R$ 600/R$ 940.

● João Rock

A edição deste ano do festival de Ribeirão Preto vai fazer homenagem à black music com nomes como Seu Jorge, Carlos Dafé, Hyldon, Sandra de Sá, Claudio Zoli, Paula Lima e a participação do cantor e ator Tony Tornado.
Onde: Av. Orestes Lopes de Camargo s/n.º, Ribeirão Preto.
Quando: 14/6.
Quanto: R$ 265/R$ 1.110.

● Festival Turá

Um dos principais festivais de música brasileira da capital paulista, o evento recebe nomes como Seu Jorge, Raça Negra, Só Pra Contrariar, Lenine, Leci Brandão, Gloria Groove, Samuel Rosa e Gabriel O Pensador.
Onde: Parque do Ibirapuera – Av. Pedro Álvares Cabral, s/n.º.
Quando: 28/6 e 29/6.
Quanto: R$ 283,60/R$ 660.

● Farraial

Em agosto, a Arena Anhembi será palco do Farraial, festival de música sertaneja que contará com a presença de Luan Santana, Simone Mendes, Ana Castela, Gustavo Mioto, Léo Foguete, Iguinho e Lulinha e Belo.
Onde: Arena Anhembi – Av. Olavo Fontoura, 1.209, Parque Anhembi.
Quando: 16/8.
Quanto: R$ 110 a R$ 1.300.

● I Wanna Be Tour

No dia 30 de agosto, o Allianz Parque recebe a nova edição do I Wanna Be Tour, evento dedicado à música emo e pop-punk. Neste ano, o festival vai apresentar Fall Out Boy, Good Charlotte, Yellowcard, Story Of The Year, The Maine, The Veronicas, Neck Deep, Fresno, Forfun, Dead Fish, Gloria e Fake Number.
Onde: Allianz Parque – Av. Francisco Matarazzo, 1.705; R. Palestra Itália, 200.
Quando: 30/8.
Quanto: R$ 247 a R$ 1.395.



PEDRO KIRILOS/ESTADÃO – 22/9/2024

● Coala Festival

Em setembro, o Coala Festival, dedicado à música brasileira, volta ao Memorial da América Latina, com Liniker, Cidade Negra, Marina Sena, Black Alien, Nando Reis e Chico Chico, Caetano Veloso e mais se apresentando ao longo do fim de semana.
Onde: Av. Mário de Andrade, 664, Barra Funda.
Quando: 5/9 a 7/9.
Quanto: R$ 190 a R$ 470.

● The Town

Em agosto, o Autódromo de Interlagos será transformado na Cidade da Música, com diversos palcos recebendo artistas do mundo inteiro em apresentações para um público de até 500 mil pessoas ao longo de cinco dias. Entre os destaques estão Green Day, Sex Pistols, Iggy Pop, Pitty, Capital Inicial, Backstreet Boys, Jason Derulo, Luísa Sonza, Mariah Carey (foto abaixo), Ivete Sangalo, Criolo, Lionel Richie, Katy Perry, Camila Cabello e Belo.
Onde: Autódromo de Interlagos – Av. Sen. Teotônio Vilela, 261, Cidade Dutra.
Quando: 6/9 a 14/9.
Ingressos: à venda a partir de 27/5.

● Tomorrowland

Um dos maiores festivais de música eletrônica do mundo, o Tomorrowland Brasil acontece em Itu, interior de São Paulo, em outubro. A 5.ª edição do evento receberá Armin Van Buuren, David Guetta, Agents Of Time, Hi Profile, Psy Trance Mafia, Mind Against, John Newman, Infected Mushroom e mais.
Onde: Parque Maeda, Rod. Dep. Archimedes Lammoglia, Km 18, Itu-SP.
Quando: 10/10 a 12/10.
Quanto: R$ 696 a R$ 8.600.

JF DIORIO/ESTADÃO



Alice Cooper é uma das atrações do Best of Blues and Rock em junho

JORGE BISPO



Chico Chico e Nando Reis vão estar em setembro no Coala Festival

FOCUS FILMES/UNIVERSAL



Benicio del Toro como Anatole 'Zsa-Zsa' Korda, um empresário cheio de inimigos que sobrevive a mais um atentado contra sua vida causado por seus métodos pouco éticos

Cinema Festival de Cannes

Wes Anderson busca a bondade e a encontra em personagem cruel

'O Esquema Fenício', na competição da 78.ª edição da mostra, prova que diretor crê que quase todo ser humano tem algo de bom

MARIANE MORISAWA
ESPECIAL PARA O ESTADÃO / CANNES

VALERY HACHE/AFP



Em Cannes, o elenco do filme que estreia no Brasil na quinta, 29

Assistir a um filme de Wes Anderson em meio ao Festival de Cannes é um alívio entre tantas obras que costumam ser densas e desesperançosas. Mesmo quando ele está claramente fazendo uma ponderação sobre o poder desmedido e narcisista de milionários, bilionários, magnatas, há uma doçura inerente ao diretor americano. É o caso de *O Esquema Fenício*, exibido em competição na 78.ª edição e que estreia no Brasil na quinta, 29.

Aqui, Benicio del Toro é Anatole "Zsa-Zsa" Korda, um empresário que, em 1950, sobrevive a mais um atentado contra sua vida – por seus métodos pouco éticos e seu poder que ultrapassa o dos Estados, ele tem muitos inimigos. É então que ele decide recrutar sua filha Liesl (Mia Threapleton, filha de Kate Winslet) para possivelmente comandar o esquema do título, uma série de projetos ambiciosos para revitalizar uma região pouco explorada pelo capitalismo. O problema: Zsa-Zsa nunca se relacionou com Liesl, e ela é uma freira.

Para contar essa história, como sempre, Anderson reúne um conjunto de atores invejável. Vários, como o próprio Del Toro, Tom Hanks, Bryan Cranston, Jeffrey Wright, Scarlett Johansson, Richard Ayoade, Benedict Cumberbatch e Rupert Friend já trabalharam com o diretor antes. Sim, Bill Murray faz uma pontinha também. Outros, como Threapleton, Riz Ahmed, no papel do Príncipe Farouk, o primeiro contato de Zsa-Zsa e Liesl para o projeto, e Michael Cera, no papel de um tutor sueco, fazem sua estreia na trupe do diretor. "Foi um presente", disse Cera em entrevista ao **Estadão**, em Cannes. "Ele é muito preciso, não descansa até encontrar a excelência." Poucas vezes a parceria de um ator e um diretor pareceu fazer tanto sentido.

MELANCOLIA. Os filmes de Wes Anderson são únicos, com seu visual elaborado, movimentos de câmera específicos, diálogos ditos rapidamente, humor seco e muito coração com certa dose de melancolia. *O Esquema Fenício* não é diferente. A sequência inicial de um acidente de avião seguida por uma cena no quarto de hospital mais lindo do mundo são prova disso.

"É um lugar encantado de invenção, com uma estética particular e restrições que estabelecem uma disciplina quase zen de se despir de tudo o que você achava que deveria fazer com o personagem e perceber que o Wes já pensou em tudo. Você está nas mãos de um mestre", disse Benedict Cumberbatch, ao falar como é trabalhar com o diretor, na coletiva de imprensa sobre o filme. Rupert Friend acrescentou: "É raro poder entrar na imaginação de alguém tão criativo, é como entrar na mente de alguém que admiro demais".

Mas as qualidades não são a única razão pela qual esses atores querem trabalhar com Anderson, mesmo que seja uma pequena participação. O diretor formou uma espécie de grupo de teatro que muitas vezes mora no mesmo lugar durante a filmagem ou pelo menos janta todas as noites junto. Quando Wes Anderson chama, a resposta é imediatamente sim. "A gente vê o roteiro por respeito apenas", disse Jeffrey Wright em entrevista.

Friend descreveu a experiência de trabalhar em um filme do diretor. "Ele se cerca de pessoas talentosas, mas que também são seres humanos fascinantes, genuínos e generosos", contou ao **Estadão**. "É como estar no melhor jantar ou sair de férias com pessoas que acabou de conhecer e então descobrir que vocês serão amigos para sempre."

Mesmo tendo em seu centro um personagem que pensa em si mesmo, em seu legado, em seu poder, sem se preocupar com seu círculo mais próximo ou com as consequências de seus projetos para outros seres humanos e para o meio ambiente, como tantos homens desse tipo do mundo real, o diretor não consegue deixar de acreditar no ser humano.

O Esquema Fenício é mais uma vez uma história de família, sobre a relação entre um pai e sua filha. "Eu tenho uma filha, o Roman (Coppola, que criou a história junto com Anderson) tem uma filha, o Benicio tem uma filha. Zsa-Zsa não teria uma filha se não fosse isso", contou o diretor.

LEÕES. O personagem foi parcialmente inspirado em seu sogro, um engenheiro e empresário libanês que, como Zsa-Zsa, um dia chamou sua filha e disse: "Quero que você esteja pronta caso eu não seja mais capaz de cuidar dos meus negócios". E apresentou a ela caixas de sapatos, cada uma contendo uma ideia de projeto mirabolante – exatamente como o protagonista faz com Liesl. "Esse personagem tem muito a ver com ele, que era uma grande pessoa. Era muito alfa. Sua primeira impressão sobre ele era de certo medo. Eu me lembro de perguntar como eram as pessoas com quem trabalhava. 'Todos leões' foi a resposta. E eu pensei: 'Não sei se tenho leões trabalhando comigo'."

Para o cineasta, Benicio del Toro foi fundamental para transformar Zsa-Zsa. "Quando você o escala, ele está presente no personagem. Há uma crueldade e uma brutalidade nesse homem, mas as camadas estão em Benicio", disse o diretor na coletiva. "Minha teoria é de que todo esse empreendimento que Zsa-Zsa faz, sem saber, é para reconquistar sua filha. Ele criou um ritual gigante que os dois precisam fazer juntos. Mas a bondade precisa estar dentro dele para que ele seja capaz de se transformar."

Wes Anderson pode colocar em seu ator a responsabilidade pela humanização desse homem, mas a verdade é que, como no caso de Zsa-Zsa, ele é um cineasta que acredita que quase todo ser humano tem algo de bom. ●



Horóscopo Quiroga

oscar@quiroga.net

A vida e nós
Data estelar: Lua mínguа em Peixes

Nem a Vida e nem tampouco a consciência começam com nosso nascimento ou terminam com nosso falecimento, mas em nosso estreito entendimento de como funciona o Universo e do ponto de vista viciado no autocentramento, concluímos que o tempo é curto, os desejos são muitos e que, apesar de buscar felicidade, a maior parte do tempo encontramos sofrimento.

Nada começa nem tampouco termina com nossas presenças, somos elos de continuidade de um processo evolutivo, de preservação, e eventualmente destrutivo também, desse mistério que chamamos de Vida, que pode encontrar em nós a oportunidade de executar obras grandiosas, se alinharmos nossa consciência nesse sentido, mas também ser indiferente a nossas presenças se não houver em nós nenhuma iniciativa para sairmos do exílio a que nos condenamos por persistir em nossa ignorância. ●

ÁRIES 21-3 a 20-4
Tantas ideias passam pela cabeça, algumas verdadeiras e motivadoras de entusiasmo sagrado, outras falsas que também promovem sentimentos excitantes, porém, quando postas em prática se mostram decepcionantes.

TOURO 21-4 a 20-5
Valores são esses significados mentais que servem para sua alma avaliar os acontecimentos, as pessoas e tudo que você vai conhecendo ao longo da vida. Valores são aspectos fundamentais de todo e qualquer ser humano.

GÊMEOS 21-5 a 20-6
Sua alma não será lembrada pelos maravilhosos pensamentos que idealiza, mas pelas iniciativas que tiver tomado para que os pensamentos se transformem em realidade concreta. Agora é o tempo de tomar iniciativas.

CÂNCER 21-6 a 21-7
Se não houver um cenário aprazível no qual sua alma se sentir segura e confortável, pois então, a partir deste momento, você não deve se distrair com nada além de fazer o necessário para garantir que esse cenário exista.

LEÃO 22-7 a 22-8
Nem sempre as pessoas que você precisa, e que fariam bem a você, são as que parecem mais simpáticas. Em muitos casos elas são apenas necessárias, e não passam pelo sistema emocional afetivo de simpatias ou antipatias.

VIRGEM 23-8 a 22-9
Há muito chão pela frente, você está apenas no início do caminho, independentemente de tudo que tiver feito até aqui. Este é o momento de maior criatividade, começar do zero os projetos que, ao longo do tempo, prosperarão.

LIBRA 23-9 a 22-10
A mente humana faz juízo de tudo que percebe, o problema não é esse. O problema é julgar e condenar, aí sim a coisa pega. Fazer juízos serve para tomar decisões, condenar só tem uma utilidade, jogos de poder. Melhor não.

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11
O mais importante desta parte do caminho é você usar o discernimento para distinguir os pressentimentos das ideias fantasiosas que, ainda que pareçam baseadas em argumentos inteligentes, são falsas mesmo assim.

SAGITÁRIO 22-11 a 21-12
A qualidade das pessoas com que você se relaciona e com as quais assume compromissos, fala mundos sobre você. Procure se dedicar a que sua alma seja mais seletiva a respeito das pessoas que considera próximas.

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1
Dedique mais tempo do que o habitual a organizar a rotina, de modo a descobrir assuntos que não é mais necessário repetir, enquanto haverá outros que precisam ser adotados. Reorganizar a rotina faz bem à saúde.

AQUÁRIO 21-1 a 19-2
Conformar-se com o que está disponível parece sensato, mas o que fazer com essa ânsia de excitação que nos corrói a alma até o momento de nos lançarmos a alguma aventura? Conforto é bom, mas aventura também. Você escolhe.

PEIXES 20-2 a 20-3
Medite sobre as questões que são fundamentais para sua alma, aquelas sem as quais você perderia todo sentido e significado. São princípios, são pessoas que representam esses princípios e atividades cotidianas.

Literatura

Escritora espanhola Rosa Montero é confirmada na Flip

Autora de 'A Ridícula Ideia de Nunca Mais te Ver' e 'O Perigo de Estar Lúcida' participa do festival pela segunda vez

A escritora e jornalista espanhola Rosa Montero estará na edição de 2025 da Festa Literária Internacional de Paraty (Flip). Será a segunda participação da autora no evento, onde esteve pela primeira vez em 2004. Ela conquistou o público brasileiro com obras que transitam entre gêneros de ficção e não ficção, como *A Ridícula Ideia de Nunca Mais te Ver* (Todavia).

A Flip 2025 será realizada entre os dias 30 de julho e 3 de agosto. A festa, em sua 23.ª edição, homenageia Paulo Leminski (1944-1989) e já confirmou nomes como o italiano Sandro Veronesi, as argentinas Dolores Reyes e María Negroni, a mexicana Dahlia de la Cerda e os brasileiros Alice Ruiz, Lilia Guerra, Lilian Sais e Sérgio Vaz. As datas e a programação das mesas ainda não foram definidas.

OBRAS. Um dos últimos lançamentos de Rosa Montero, *O Perigo de Estar Lúcida* (Todavia) alcançou grande repercussão pelo título astuto e proposta ainda mais intrigante. No livro, a autora de 74 anos reúne exemplos de artistas renomados (e também de sua própria vida) para explorar a proximidade entre a atividade criativa e o desequilíbrio mental.

Rosa também discute como isso afeta particularmente as mulheres: a condição feminina é abordada com frequência na obra da autora. No livro, ela mescla gêneros literários, característica presente também em outros trabalhos e um reflexo dos anos dedicados ao ofício de jornalista.

Outros livros da autora publicados no Brasil são *Lágrimas na Chuva* (HarperCollins), *A Boa Sorte*, *A Louca da Casa*, e a coletânea *Nós, Mulheres* (todos pela Todavia). ●

QUADRINHOS

Minduim Charles M. Schulz



Recruta Zero Mort Walker



Turma da Mônica Mauricio de Sousa



O melhor de Calvin Bill Watterson



Frank & Ernest Bob Thaves



BEM PENSADO | *"A natureza fala e o gênero humano não a ouve"* **Victor Hugo**



Roberto DaMatta

Ser chamado de ladrão

Não admito!, diz o ministro do STF Flávio Dino. No sacrossanto espaço do Supremo Tribunal Federal discutia-se o direito de adjetivar ocupantes de cargos públicos.

O ministro Nunes Marques indagou debalde se um cidadão comum teria o direito de chamar um político de ladrão. Flávio Dino e o ministro Barroso, presidente do STF, argumentaram que esses exageros minavam a autoridade do "Estado". Vale indagar: e a honestidade do sistema político no Brasil? Ela, tanto quanto o "Estado", não deveria ser igualmente resguardada?

Essa discussão faz todo sentido num sistema no qual os cargos públicos servem muito mais para enriquecer companheiros e compadres do que para promover confiança na política.

Seria "ladroagem" privatizar ou particularizar (ignorando evidentes conflitos de interesse) o cargo público, reduzindo-o a um mecanismo de retribuição pessoal?

É esse governar para todos que, convenhamos, não existe no Brasil!

Refletir sobre o elo entre o ator (que é particular) e os papéis públicos (que são universais) para os quais ele foi eleito ou nomeado é essencial para a prática do igualitarismo democrático.

Não seria essa apropriação dos cargos públicos por quem "tem o poder" o ponto cego do nosso mal-estar com o universalismo do Estado Democrático de Direito? Não seria essa apropriação que admite esquecer que o outro lado do direito é o dever? Esse "dever" que a todos pertence?

Um problema crítico da nossa "modernidade" é, no limite do razoável, isolar o campo de legitimidade dos papéis públicos que não pertencem aos seus ocupantes, mas ao povo. Simples de falar, difícil de praticar.

Se alguém diz que sou um dos 40 ladrões de Ali Babá, eu mando o acusador à merda e vou cuidar da minha modesta vida de professor aposentado e cronista.

Mas se alguém me chama de ladrão de dados que foram usados nos meus livros, vou exigir reparo e, ao lado do ilustre magistrado Flávio Dino, exclamar: não admito!

O direito ao insulto é parte dos sistemas democráticos, mas ele depende de contexto. Repreender quem chama um "político" de ladrão é uma reação reacionária e autoritária.

Se o ministro não admite ser chamado de ladrão podem os comuns admitirem o roubo que os tem vitimado por gerações de "políticos" que enriquecem à custa de estadomania, estadopatia e estatolatria?

*

PS: Minha modesta homenagem a José Mujica (1935-2025) que, em março de 2015, diagnosticou: A maior doença do Brasil é o "tráfico de influência" de direita e de esquerda. Um comércio tão entranhado quanto a nossa malandra ingenuidade. ●

É ANTROPÓLOGO, ESCRITOR E AUTOR DE 'CARNAVAIS, MALANDROS E HERÓIS'

TER. Alice Ferraz, Patrícia Ferraz, Sergio Martins **(quinzenal)** ● **QUA.** Roberto DaMatta ● **QUI.** Alice Ferraz, Luciana Garbin **(quinzenal)**, Patrícia Ferraz ● **SEX.** Lusa Silvestre **(quinzenal)** e Maria Fernanda Rodrigues **(quinzenal)** ● **SAB.** Alice Ferraz, Suzana Barelli ● **DOM.** Alice Ferraz, Leandro Karnal, Ignácio de Loyola Brandão **(quinzenal)**

CRUZADAS

NA WEB | Jogue as cruzadas https://bit.ly/43grUNL

- Crime mostrado no seriado de TV "Narcos", estrelado por Wagner Moura
- Ídolo filisteu identificado na tradição cristã como o diabo
- Bruno Schmidt, jogador de vôlei de praia
- Medidas criadas pelo poder público que visam ao desenvolvimento econômico e social
- Cidade cearense onde se situa o Museu Vivo do Padre Cícero
- Apaixonadas
- Região natal do Conde Drácula
- "(?) Beija-flor", sucesso de Cazuza
- Luis Lobianco, o Freitas da novela "Vale Tudo"
- Harmoniza; une
- Letra que simboliza o sono, nas HQs
- Ânsia; sofreguidão
- Comandante (abrev.)
- Substância gordurosa
- Capturar a peça do adversário, no jogo de xadrez
- Tipo de plástico usado em garrafas
- Etapa inicial da viagem (pl.)
- O leite recomendado em dietas hipocalóricas
- Obstar; impossibilitar
- Herói dos filmes da série "Matrix": N E O
- Dream (?): a seleção de basquete (EUA)
- Triste, em inglês
- Detalhe; pormenor
- "O Homem que (?)", romance de Victor Hugo
- Diz-se do dom natural da pessoa
- Tradicional teatro de Buenos Aires
- Enorme; descomunal
- Sérgio Reis, cantor sertanejo
- Desinência de verbos no infinitivo
- Cheio de (?): pretensioso
- Lixeiro
- Apagar; extinguir
- Érbio (símbolo)
- Produto que combate os maus odores das axilas
- Hábito reprovável
- Formato de vigas de viadutos

BANCO 3/sad. 4/team — vezo. 5/colon. 7/miudeza. 15/leis de incentivo.

www.coquetel.com.br

CRIPTOGRAMA E CAÇA-PALAVRAS

Nesta seção, todos os dias, um jogo diferente para você

Para letras iguais, números iguais. Nas casas em destaque, um dos mais importantes livros da Literatura oriental, escrito por Yukio Mashima, em 1956.

Acertador da Mega-Sena.	1	2	3	4	2	5		6
A polícia internacional (sigla).	7	3	8	9	6		10	11
Nascido no Paraíso do Surfe dos EUA.	4	2	12	2	7		3	10
Devem ser massageadas na escovação dos dentes.	1	9	3	1	7		2	13
Próprio do sentido dos odores.	10	11	14	2	8		12	10
(?) eletrônica: documento do Excel (Inform.).	15	11	2	3	7		4	2
Feriu com as unhas.	2	6	6	2	3		10	16
"(?) da Areia", obra de Jorge Amado.	17	2	15	7	8		9	13
Decente; honesto.	5	9	17	10	6		13	10
Um dos antônimos de "beleza".	14	9	2	11		2	5	9
Estudo dos discos voadores.	16	14	10	11		1	7	2
(?) oval, a pista de provas da Fórmula Indy.	17	7	6	17		7	8	10
Forte; robusta.	12	7	1	10		10	13	2
Que se encontra na posse de terras públicas.	10	17	16	15		3	8	9
A profissão de Amanda Nunes.	11	16	8	2		10	6	2
Nascido no estado cuja capital é Maceió.	2	11	2	1		2	3	10

© Revistas COQUETEL

SUDOKU

NA WEB | Jogue o sudoku https://bit.ly/356qOPD

Nível Difícil

			7	3		6		
2		8	9			4		
						1		4
7				9				6
3		5						
		4			6	2		7
		9		5	8			

SOLUÇÕES



SEUS PASSATEMPOS PREFERIDOS SEM SAIR DE CASA

#FaçaCoquetel /editoracoquetel @coquetel



ASSINE AGORA!

— Populistas prosperam com ideia de um controle sobre o pensamento

O problema da liberdade de expressão na Europa



Em Berlim, protestos pró-Palestina lembram o dia do Nakba

ARTIGO The Economist

Quando o vice-presidente dos Estados Unidos, J.D. Vance, acusa a Europa de não proteger a liberdade de expressão, a resposta óbvia é dizer que ele é um hipócrita. A Casa Branca, onde Vance atua, é uma inimiga enérgica da liberdade de expressão que a desagrada, deportando estudantes por suas opiniões políticas, assediando a mídia crítica e intimidando universidades. Mas o fato de ele ser hipócrita não significa que esteja errado. A Europa realmente tem um problema com a liberdade de expressão.

Esse problema não é distribuído uniformemente. De longe, o pior infrator na União Europeia é a Hungria, onde o governo esmagou ou cooptou a maioria dos veículos de notícias independentes (curiosamente, seu partido governista pró-Maga escapa das farpas de Vance). Outros infratores notáveis incluem a Alemanha e o Reino Unido.

A proibição alemã de negar o Holocausto é compreensível, dada sua história, mas sua lei contra insultos a políticos é uma farsa. Os poderosos a usam descaradamente.

Um ex-vice-chanceler apresentou centenas de queixas criminais contra cidadãos, incluindo alguém que o chamou de "idiota". No mês passado, o editor de um jornal de direita recebeu uma multa pesada, além de uma sentença de 7 meses de prisão com suspensão condicional da pena, por compartilhar um meme com uma foto adulterada mostrando o ministro do Interior segurando uma placa com os dizeres "Eu odeio a liberdade de opinião".

Todos os países europeus garantem o direito à liberdade de expressão. No entanto, a maioria tenta limitar os danos que temem que ela possa causar. Isso vai muito além dos tipos de discurso que até mesmo os liberais clássicos concordam que deveriam ser proibidos, como pornografia infantil, vazamento de segredos nacionais ou a incitação deliberada à violência física. Muitas vezes, estende-se a discursos que ferem os sentimentos das pessoas ou que são, na opinião de alguma autoridade, falsos.

DIFERENTES CRIMES. Em alguns lugares, é crime insultar um grupo específico (o rei, na Espanha; todos os tipos de pessoas na Alemanha). No Reino Unido, é crime ser "grosseiramente ofensivo" online. Leis contra blasfêmia ainda existem em mais de uma dezena de países europeus. O continente inteiro criminaliza o "discurso de ódio", que é difícil de definir, mas continua sendo ampliado para abranger novos grupos. Na Finlândia, é ilegal insultar uma religião, mas citar as escrituras também pode ser arriscado: um parlamentar foi processado por publicar um versículo da Bíblia sobre

ANNA MONEYMAKER/GETTY IMAGES VIA AFP



Críticas
Vice-presidente dos EUA, J.D. Vance, acusa Europa de não proteger liberdade de expressão, mesmo com Casa Branca agindo da mesma forma

homossexualidade.

A polícia britânica é especialmente zelosa. Policiais passam milhares de horas analisando postagens potencialmente ofensivas e prendem 30 pessoas por dia. Entre os presos, estavam um homem que desabafou ao falar de imigração no Facebook e um casal que criticou a escola primária da filha.

O objetivo das leis contra o discurso de ódio é promover a harmonia social. No entanto, há poucas evidências de que funcionem. Suprimir a liberdade de expressão com a ameaça de um processo parece fomentar a divisão.

Os populistas prosperam com a ideia de que as pessoas não podem dizer o que realmente pensam, uma visão agora compartilhada por mais de 40% dos britânicos e alemães. A suspeita de que o establishment sufoca certas perspectivas aumenta quando os reguladores da mídia demonstram viés político.

A França multou um canal de TV conservador em € 100 mil (US$ 112 mil) por considerar o aborto a principal causa de morte no mundo – uma visão comum entre os pró-vida, da qual o público aparentemente deve ser protegido. Leis de segurança online que aplicam multas pesadas a empresas de mídia social por tolerarem conteúdo ilegal as incentivaram a remover muitas coisas que são meramente questionáveis, enfurecendo aqueles cujas postagens são suprimidas.

ABUSOS. A situação pode piorar. Leis elaboradas vagamente, que dão ampla margem de manobra a autoridades, são um convite ao abuso. Países onde esse abuso ainda não é comum deveriam aprender com o exemplo britânico. Sua repressão não foi planejada de cima, mas surgiu quando a polícia descobriu que gostava dos poderes que as leis de liberdade de expressão lhe conferiam. É muito mais fácil capturar usuários do Instagram do que ladrões; a evidência está a apenas um clique de distância.

Quando a lei proíbe ofender, ela também cria um incentivo para que as pessoas aleguem ter sido ofendidas, usando assim a polícia para silenciar um crítico ou acertar contas com um vizinho. Quando alguns grupos são protegidos por leis contra discurso de ódio, mas não outros, os demais também têm um incentivo para exigir proteção. Assim, o esforço para erradicar palavras ofensivas pode criar uma "catraca de tabus", com cada vez mais áreas consideradas proibidas.

Em pouco tempo, isso dificulta o debate público. É difícil ter uma conversa aberta e franca a respeito da imigração, por exemplo, se um dos lados teme que expressar suas opiniões possa atrair uma visita da polícia.

Como esse ponto é defendido de forma estridente pela direita populista, muitos liberais europeus têm se sentido incomodados em defender a liberdade de expressão. Isso é tolice. Não apenas porque leis que podem ser usadas para amordaçar um lado também podem ser usadas para amordaçar o outro, como pode ser visto nas respostas draconianas aos protestos em Gaza na Alemanha. Mas também porque acreditar na liberdade de expressão significa defender a expressão da qual você não gosta. Se as democracias não conseguem fazer isso, perdem credibilidade, em benefício de autocracias como China e Rússia, que travam uma luta pelo poder brando.

O que os europeus deveriam fazer, na prática? Deveriam começar retornando às velhas ideias liberais de que discordâncias barulhentas são melhores do que um silêncio forçado, e que as pessoas devem tolerar as opiniões ⊕



EBRAHIM NOROOZI/AP - 15/5/2025

⊖ umas das outras. As sociedades têm muitas maneiras de promover a civilidade que não envolvem algemas, desde normas sociais até regras de RH nas empresas. Penalidades criminais devem ser tão raras quanto as previstas na Primeira Emenda dos EUA.

Difamação deve ser uma questão civil, com salvaguardas extras para críticas aos poderosos. Perseguição e incitação à violência ainda devem ser crimes, mas "discurso de ódio" é um conceito tão vago que deve ser descartado.

CONTEÚDO DIGITAL. Plataformas digitais privadas têm diferentes políticas de moderação de conteúdo. Algumas são mais rigorosas do que outras; os usuários são livres para escolher a plataforma que preferirem. Legalmente, a expressão online deve ser tratada da mesma forma que a expressão offline. Embora haja diferenças óbvias, como a possibilidade de viralizar, a polícia deve, em geral, ficar longe de conversas privadas. Leis mais claras e menos abrangentes ajudariam todas as plataformas a se concentrarem na remoção de ameaças e assédios genuínos.

Os europeus são livres para dizer o que quiserem a respeito de Vance. Mas não devem ignorar seu aviso. Quando os Estados têm poderes demais sobre a expressão, mais cedo ou mais tarde eles os usam.

Europeus estão se tornando menos livres para dizer o que pensam.

A Igreja Luterana Finlandesa deveria patrocinar a Parada do Orgulho, um festival de bandeiras do arco-íris e inclusão sexual? Muitos podem argumentar que uma instituição sóbria faria bem em mostrar aos futuros paroquianos que está atualizada. Paivi Rasanen não está entre eles.

Conservadora convicta, mãe de cinco filhos e parlamentar desde 1995, ela questionou nas redes sociais se a Igreja que apoiava a Parada do Orgulho era compatível com os ensinamentos bíblicos sobre pecado e vergonha. Uma imagem que acompanhava algumas das passagens menos tolerantes do livro deixou claras suas próprias conclusões. Isso foi em 2019. A ousadia de seus questionamentos resultou em seis anos de investigações policiais, processos, julgamentos e a ameaça de uma multa pesada.

Como ministra do Interior da Finlândia no início da década de 2010, Rasanen supervisionou a polícia. Logo ela se viu sentada nas salas de interrogatório, por 13 horas no total, diz ela. Em 2022, um tribunal decidiu que suas opiniões, por mais ofensivas que alguns as considerassem, não constituíam crime segundo a lei finlandesa. Um recurso também foi favorável a ela. Mas o calvário ainda não acabou. A Suprema Corte anunciará em breve se o desejo dos promotores por uma revanche judicial será atendido.

A Europa se considera um lugar liberal, com leis e instituições que garantem que seus cidadãos gozem de direitos fundamentais, incluindo a liberdade de dizer o que quiserem. Na maioria das vezes, para a maioria das pessoas, isso é verdade. No entanto, o caso de Rasanen não é tão raro. Da Espanha à Alemanha, críticos de reis e figuras menores de autoridade se viram no banco dos réus por suas opiniões.

Em questões incendiárias como imigração, covid-19 ou Gaza, a livre troca de opiniões deu lugar a um tipo de discurso mais contido. As novas regras da UE que regulam as plataformas online – o lar natural de excêntricos, opositores e teóricos da conspiração – ameaçam inibir ainda mais o debate.

O que aconteceu? No papel, europeus da Irlanda à Grécia desfrutam de direitos de liberdade de expressão semelhantes às proteções da Primeira Emenda concedidas a seus primos americanos. A Convenção Europeia dos Direitos Humanos, que se aplica ao continente, afirma que "todos têm direito à liberdade de expressão". Com uma ressalva: o exercício da liberdade implica "deveres e responsabilidades".

LIMITES. Direitos concorrentes, como o direito à privacidade, a viver sem discriminação ou a viver em um sistema político funcional, na prática, determinam os limites da liberdade de expressão de forma muito mais rigorosa do que nos Estados Unidos. O seu direito de ofender é limitado, em alguns casos, pelo meu direito de não ser ofendido.

Muitos sistemas políticos europeus começam – talvez sem surpresa – protegendo as figuras públicas que elaboram as leis. Países que têm monarquias normalmente também têm disposições de lesa-majestade. Muitos países, incluindo França, Itália e Polônia, estendem essa cortesia a políticos de destaque. Um aposentado francês que implorou a Emmanuel Macron para "cair fora" em uma faixa pendurada em sua casa foi enviado para um "curso de conscientização cívica" como parte de um acordo judicial para evitar novos processos. Também na França, uma emissora cujo apresentador de talk show agitador criticou duramente o prefeito de Paris em 2022 foi multada em € 150 mil (US$ 167 mil).

USO POLÍTICO. Os políticos defendem essas leis alegando que, se aqueles eleitos enfrentarem abusos constantes, o número de pessoas dispostas a ingressar na vida cívica diminuirá. A Alemanha oferece o exemplo mais notório do que as restrições significam na prática. Há muito tempo é considerado crime fazer comentários críticos sobre políticos que não possam ser fundamentados. A lei, endurecida em 2021, tem sido usada com descaso por alguns ministros.

Robert Habeck, ex-vice-chanceler, apresentou nada menos que 800 queixas, por exemplo, por ser chamado de "idiota profissional". Um jornalista de direita que publicou um meme satírico envolvendo um ministro do Interior foi condenado a sete meses de prisão com pena suspensa.

Em 1990, cerca de 80% dos alemães acreditavam que podiam expressar suas opiniões livremente; agora, esse número é menos da metade disso. As autoridades foram acusadas de tentar silenciar vozes pró-palestina sob a alegação de antissemitismo.

Mais controvertidamente, o partido de extrema direita Alternativa para a Alemanha foi rotulado de "extremista" pelos serviços de inteligência; muitos políticos querem vê-lo banido completamente. A Romênia anulou sua eleição presidencial em dezembro por causa de preocupações de que o candidato de extrema direita tivesse vencido apenas com a ajuda de redes sociais duvidosas, violando as leis eleitorais.

Não são apenas os políticos que são protegidos contra assédio. As regras de "discurso de ódio" também protegem as minorias – sejam gays ou muçulmanos, imigrantes ou deficientes – das opiniões alheias. O que os americanos descartam como de mau gosto, os promotores europeus às vezes tratam como criminoso. O direito de ofender grupos religiosos não é mais garantido em todos os lugares. Antigamente, a Dinamarca convivia com as consequências políticas da queima do Alcorão por agitadores racistas (o que desencadeou ameaças terroristas). Desde 2023, o país considera "o tratamento impróprio de um texto religioso" uma infração penal.

Para críticos liberais, parece um retorno indesejado às leis de blasfêmia, outrora abolidas.

Na prática, a maior parte do conteúdo em que censores excessivamente ávidos poderiam se concentrar é expressada hoje em dia online. A Lei de Serviços Digitais (DSA), um novo conjunto de regras da UE, introduziu diretrizes para provedores de conteúdo da internet. Em sua maioria, as regras garantem que o que é dito online, em uma postagem de blog ou em um comentário abaixo de um vídeo do YouTube, por exemplo, seja tratado da mesma forma que o que é dito offline. Mas a DSA também impõe obrigações adicionais às maiores plataformas, como Facebook ou X, em linha com a abordagem europeia de direitos e responsabilidades em relação à liberdade de expressão.

A UE agora quer que as gigantes da tecnologia levem em consideração "quaisquer efeitos negativos reais ou previsíveis no discurso cívico" ao projetarem seus serviços.

Os críticos consideram essa uma noção vaga e potencialmente assustadora. Além de regulamentar o "discurso de ódio", os apelos para proibir a "desinformação" em fóruns online suscitam questionamentos a respeito de quem decide o que é real. No caso da DSA, códigos de prática quase judiciais, policiados por órgãos opacos de solução de disputas extrajudiciais, confundem as coisas, muitas vezes incentivando as plataformas a remover mais do que fariam de outra forma.

Errar tem um preço alto: as multas podem chegar a 6% do faturamento global. Os americanos temem que a abordagem mais restritiva dos europeus à liberdade de expressão se infiltre em sua própria esfera pública, conforme as empresas de tecnologia aplicam um único conjunto de regras globalmente.

Grande parte da expressão que acaba na lixeira dos censores digitais, talvez erroneamente, envolve visões que até mesmo os liberais podem questionar (conversas racistas são frequentemente publicadas anonimamente por um motivo). Também são coisas em que as pessoas acreditam. Usar a lei para resolver debates é conveniente para a maioria.

Também tende a exacerbar a discordância em vez de resolvê-la. "Eu entendo que essas questões são controvertidas", diz Rasanen. "Mas precisamos ser capazes de discordar." ●

TRADUÇÃO DE AUGUSTO CALIL

Redes sociais
Americanos temem que a abordagem mais restritiva dos europeus se infiltre em sua própria esfera pública

Impactos

30 **Pessoas são presas por dia pela polícia britânica por postagens potencialmente ofensivas**

40% **Dos britânicos e alemães acreditam que as pessoas não podem dizer o que realmente pensam**

100 mil **Foi a multa da França a canal conservador que afirmou que aborto foi principal causa de morte no mundo**

800 **Queixas foram apresentadas por ex-vice-chanceler alemão por ofensas sofridas**

Música Rock

Fã paga R$ 70 mil para ser roadie de Gene Simmons e sai realizado

Mesmo ante críticas ao alto valor, ele diz que valeu cada centavo viver a experiência VIP oferecida pelo líder do Kiss

MARK YARM
THE NEW YORK TIMES

Há alguns anos, o *The Financial Times* nomeou o Kiss como "os maiores capitalistas do rock". Segundo a contagem do jornal, a banda fundada em 1973 licenciou seu nome para cerca de 5 mil produtos, incluindo os Kiss Kondoms e os Kiss Kaskets.

O "negócio do Kiss", disse uma vez Gene Simmons, o ousado cantor-baixista fundador da banda, "se tornou esse enorme monstro, apesar do fato de que os críticos dizem que fazer jogos, máquinas caça-níqueis e campos de golfe não é crível. Os críticos ainda vivem no porão da mãe. Nós dominamos o mundo".

O Kiss encerrou sua turnê de despedida (supostamente) final, *End of the Road*, no Madison Square Garden em dezembro de 2023, mas não antes de introduzir avatares digitais projetados para realizar shows e, teoricamente, ganhar dinheiro perpetuamente. (Os membros reais do Kiss se apresentarão juntos em novembro como parte da celebração de 50 anos do fã-clube Kiss Army em Las Vegas.)

No início de maio, Simmons iniciou uma turnê solo com sua Gene Simmons Band. E, aos 75 anos, ele ainda está perturbando os críticos. Para cada parada, Simmons está oferecendo a experiência de "Assistente Pessoal e Roadie da Banda por um Dia" para um fã.

O site do roqueiro promete que o roadie e um convidado poderão ajudar a montar o palco para o show, participar da passagem de som, ter uma refeição com Simmons, ser apresentado no palco durante o show e receber um baixo autografado.

GANANCIOSO. Experiências VIP tornaram-se padrão no pop, mas foi o preço do pacote – US$ 12.495 (cerca de R$ 70 mil na cotação atual) – que incendiou a internet. "Ganancioso roqueiro do Kiss, com patrimônio de US$ 400 milhões, é criticado por cobrar dos fãs um valor insano para ser seu assistente", estampou uma manchete do *Daily Mail*.



JF DIORIO/ESTADÃO – 26/4/2015

Os 70 mil dão direito a passagem de som, refeição com o astro e até um baixo autografado

Não é insano para todos. "É nisso que escolho gastar meu dinheiro", disse Dwayne Rosado, um sargento correcional aposentado de 52 anos, tatuado, de Middletown, Nova York. Ele e seu filho Zach, um aluno da sétima série com 1,80 m de altura e interessado em MMA, videogames e guitarra elétrica, foram os roadies por um dia no recente concerto de Simmons no teatro do Count Basie Center for the Arts, com capacidade para 1.500 pessoas, em Red Bank, Nova Jersey.

Na tarde do show, pai e filho – ambos vestindo as camisas oficiais da equipe de roadies da Gene Simmons Band que lhes foram fornecidas – esperavam na área de carga do teatro pela chegada do astro do rock.

Rosado comprou a experiência como um presente de aniversário para Zach, que acaba de completar 13 anos e compartilha o amor do pai pelo Kiss, mas também foi um presente para si mesmo. Rosado revelou que, um ano e meio atrás, foi diagnosticado com esclerose múltipla. "Você só vive uma vez, e eu quero viver a vida", disse ele. "Não vou morrer com muito dinheiro. Vou morrer feliz."

Um pouco depois, Simmons chegou em um SUV preto, usando óculos escuros e um conjunto de couro preto: calças, colete, luvas sem dedos. Houve cumprimentos com socos no ar, uma pequena conversa. "Só não toque na minha bunda", disse Simmons ao puxar os Rosados para perto para fotos.

Dentro do local, a passagem de som estava em andamento. (A banda atual de Simmons consiste em três veteranos relativamente jovens do hard rock.) Zach colocou uma guitarra para tocar uma composição original intitulada *Dad's a Dork* ("O Pai é um Idiota"), com acompanhamento do baterista Brian Tichy. Depois, Rosado assumiu a bateria, iniciando a abertura de *I Love It Loud* do Kiss.



REPRODUÇÃO YOUTUBE

Zach e seu pai, Dwayne Rosado, no palco com Gene Simmons

SEDUTOR. Simmons e seus novos assistentes foram para um lounge no porão com teto baixo para um jantar com comida comprada de um restaurante italiano local. Rosado mencionou que ele e seu filho tinham assistido a uma entrevista na qual Simmons – um sedutor infame – contou sobre perder sua virgindade, aos 13 ou 14 anos, com uma mulher casada em sua rota de entrega de jornal. "Ela me pediu para sentar no sofá", lembrou Simmons. "E quando me dei conta, eu estava..." Ele fez uma pausa, depois pediu a Zach para tampar os ouvidos (ele obedeceu) antes de terminar a história.

Nas duas horas seguintes, os Rosados tiveram a atenção exclusiva de Simmons, embora ele nem sempre tivesse a atenção de Zach. (O adolescente não pareceu particularmente interessado na explicação do roqueiro sobre uma sociedade de responsabilidade limitada.)

Simmons respondeu alegremente a todas as suas perguntas sobre a vida e a música, ocasionalmente buscando um auxílio visual – incluindo uma foto de si mesmo com o dalai-lama e um retrato de sua falecida mãe, uma sobrevivente do Holocausto – em seu telefone (protegido por uma capa da marca Kiss, naturalmente).

Quando o assunto da aposentadoria surgiu, Simmons se tornou filosófico. "A vida é uma corrida ou uma jornada", avaliou ele. "Não importa quem você seja, quando você vê a linha de chegada à frente, o que você faz? Diminui a velocidade e se acomoda em sua cadeira de balanço, ou acelera e vai o mais rápido que pode antes dessa linha de chegada?"

Ele acrescentou: "Estou mais próximo da linha de chegada. Por que você iria desacelerar, especialmente se tudo está funcionando?". Ele indicou que estava falando sobre seu "schmeckle", uma palavra em iídiche que o jovem Zach não conhecia.

HUMOR JUDAICO. Então, para o show, uma mistura de músicas do Kiss e covers (Van Halen, Motörhead, Thin Lizzy, Led Zeppelin, Beatles) frequentemente pontuada pelo humor judaico de Simmons. O mais próximo que os roadies do dia chegaram de realmente trabalhar foi quando Zach trouxe para Simmons um tradicional copo de festas cheio de creme, um adereço em uma piada extremamente pesada.

Mais tarde, Simmons chamou pai e filho ao palco. "Zach, o que você acha do papai?", perguntou Simmons. "O melhor pai de todos!", Zach gritou, inclinando-se no microfone. A multidão aplaudiu e vibrou. Rosado, com um grande sorriso no rosto, ergueu os braços para o alto e abraçou seu filho.

Simmons respondeu com uma imitação de seu próprio filho ("Pai, eu te amo. Pode me dar US$ 20?") antes de se tornar ponderado: "Meu pai não estava presente quando eu estava crescendo, então significa muito para mim ver um bom pai que fica com sua família e garante que seus filhos sejam criados corretamente".

O show terminou com uma empolgante versão de *RRock and Roll All Nite* do Kiss. Depois, Simmons teve uma conversa final com os Rosados no camarim. "A coisa mais memorável para mim esta noite é ter um filho expressando publicamente seu amor pelo pai", disse Simmons. "Isso não é vendido enlatado no supermercado."

"Foi estranho, porque eu tinha uma multidão inteira na minha frente, e tudo o que eu queria fazer era abraçá-lo", Rosado lembrou. "Eu não me importava com mais nada que estava acontecendo."

No final, valeu a pena gastar os US$ 12 mil? "Absolutamente", garantiu Rosado. "Você esqueceu os US$ 500", Simmons interveio. "US$ 12.495, para ser exato", disse Rosado, que estava, como Simmons colocou, emocionado. "Nada pode superar esta noite. Está cimentado na Kisstory agora, porque vai estar no YouTube e em tudo mais. Então, eu vou olhar para trás e ver aquele momento para sempre." ●

ESTE CONTEÚDO FOI TRADUZIDO COM O AUXÍLIO DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E REVISADO POR NOSSA EQUIPE EDITORIAL

JORNAL DO CARRO
QUARTA-FEIRA, 21 DE MAIO DE 2025 • ANO 43 • Nº 2176 O ESTADO DE S. PAULO
JC



Avaliação

Aceleramos o novo Outlander, que leva sete e volta em versão híbrida

Na quarta geração, SUV da Mitsubishi feito em Goiás traz sistema plug-in que gera 252 cv e 45,9 mkgf, roda até 58 km no modo 100% elétrico e parte de R$ 374.990

JULIO CABRAL
ESPECIAL PARA O JORNAL DO CARRO

FOTOS: MITSUBISHI







1. Novo SUV tem estilo 'parrudo';

2. Com 4,71 m, modelo leva até 7 pessoas;

3. Cabine é ampla e traz duas telas

Fora do Brasil desde 2022, o Outlander está de volta como parte da linha feita pela Mitsubishi em Goiás apenas com sistema híbrido plug-in, que recarrega em tomadas e sete lugares. Batizado de Outlander PHEV, o SUV vem nas versões HPE-S, tabelada a R$ 374.990, e Signature, a R$ 389.990.

Em ambas, o motor 2.4 a gasolina é combinado a dois elétricos e um gerador. O quatrocilindros gera 137 cv de potência e 20,9 mkgf de torque.

O elétrico na dianteira produz 116 cv e 30,6 mkgf e o traseiro, 136 cv e 19,9 mkgf. Segundo a marca, no total são 252 cv e 45,9 kgfm e a tração é 4x4.

O SUV roda até 58 km no modo 100% elétrico e repor a eletricidade das baterias pode levar 6,5 horas. Porém, como há gerador os motores elétricos nunca vão ficar sem energia.

Totalmente atualizado, o Outlander se destaca pelos vincos na carroceria, a coluna "C" larga (com terceira janela) e as rodas de liga leve de 20 polegadas. Atrás, as lanternas na horizontal têm forma de "T". Todas as luzes são de LEDs.

O Mitsubishi cresceu. São 4,71 metros de comprimento e 2,70 m de distância entre os eixos – respectivamente, 13 cm e 3,6 cm a mais. Assim, pôde receber a terceira fila de bancos.

De série, há ar-condicionado digital de três zonas, teto solar, bancos da frente elétricos, com aquecimento e memória, controle de velocidade de cruzeiro adaptativo, painel digital de 12,3 polegadas e central multimídia com tela de 9". Assim como partida sem chave, som com quatro alto-falantes e dois tweeters, navegador GPS nativo, câmeras de 360º, frontal e traseira, espelho eletrocrômico, sensores de obstáculos na frente e atrás e freio de estacionamento eletrônico.

Há sensor de fadiga, alerta de risco de colisão frontal com frenagem automática, auxílio de partida e descida de rampa, aviso de saída involuntária de faixa (sem correção ativa), frenagem autônoma e sensor de ponto cego e de tráfego atrás.

Além disso, são 11 air bags: dois frontais, para os joelhos do motorista e carona, dois laterais na frente e atrás dois do tipo cortina e um central na frente, entre os ocupantes.

A versão Signature acrescenta Head-Up display de 10,8", massageadores nos bancos da frente, revestimento de couro, ajuste para a lombar, cortinas nas janelas traseiras e som da Bose, com seis alto-falantes, dois tweeters e subwoofer.

Prós & contras

• Conjunto híbrido
Sistema garante tração 4x4 mesmo se baterias descarregarem, garantindo bom equilíbrio mesmo no fora de estrada;

• Autonomia
Alcance de 58 km no modo 100% elétrico é menor do que o de híbridos mais baratos, como o BYD Song Plus.

EM MOVIMENTO. Aceleramos o o Outlander PHEV em trecho urbano, rodoviário e no fora de estrada. Na cidade, o SUV roda de forma suave e silenciosa. Na estrada, o 2.4 vai bem, mas o ronco é contido – mérito da transmissão direta – aliado ao zunido dos elétricos.

O bom isolamento acústico tem a ver também com as janelas da frente com vidros laminados. Além disso, a aerodinâmica é 12% mais eficiente.

Borboletas no volante permitem fazer mudanças manuais de marcha e ativam os níveis de regeneração de energia dos freios. No mais forte, dá para guiar usando só o pedal da direita. Um botão no console aciona os modos EV (100% elétrico), Normal (adaptativo), Save (poupa a bateria) e Charge (recarrega a bateria).

O consumo não foi divulgado pelo Inmetro, mas a marca aposta em mais de 26 km/l. O computador de bordo marcou até 21 km/l durante a avaliação.

A Mitsubishi promete autonomia de 680 km. Como o tanque leva 56 litros de gasolina, a média seria de 12,1 km/l.

Graças ao sistema adaptativo de distribuição de força, os dois eixos tracionam o SUV em qualquer tipo de piso. Ativadas por botão giratório, há as opções Normal, Eco, Asfalto, Cascalho, Neve e Lama. Há ainda o Power, que permite, por exemplo, baixar o tempo para acelerar de 0 a 100 km/h de 10,5 segundos para 7,9 s.

Com freios a disco ventilados na frente e sólidos atrás, as frenagens são rápidas e equilibradas. Há suspensão McPherson na frente e Multilink atrás.

A posição de dirigir agrada e os bancos são envolventes. O do motorista recua sozinho para facilitar o embarque e saída e a coluna de direção tem ajustes de profundidade e altura.

Já a tela do multimídia tem só 9", a conexão com Android Auto requer cabo e os gráficos têm poucas cores. Há duas portas USB do tipo A e C.

O acabamento é ótimo e há couro natural nos bancos e até nas laterais do console. As portas têm materiais macios.

A despeito da cabine ampla, o quinto ocupante pode sentir algum aperto. A terceira fila é ideal para crianças e o porta-malas, com abertura pela chave, botão ou passando o pé sob o assoalho, tem 468 litros – com sete a bordo, são 217 l. A garantia é de cinco anos para o SUV e de oito para as baterias. ●

Ficha técnica

Mitsubishi Outlander PHEV Signature

Preço sugerido	R$ 389.990
Motor	2.4 gas. e 2 elétricos
Potência*	252 cv
Torque*	45,9 mkgf
Tração	4x4
Comprimento	4,71 metros
Largura	1,86 metro
Entre-eixos	2,75 metros
Porta-malas**	468 litros

*TOTAL; **5 PESSOAS; **FONTE:** MITSUBISHI

FOTOS: HONDA







1. Na Ásia, compacto tem 4,06 m de comprimento;

2. Interior remete ao de modelos da linha City;

3. Novo WR-V poderá levar até cinco ocupantes

Mercado

Honda confirma estreia do novo WR-V no Brasil para novembro

SUV será posicionado entre as linhas City e HR-V, terá duas versões e, no primeiro momento, apenas motores a combustão

TIÃO OLIVEIRA

A nova geração do WR-V já tinha produção programada para o Brasil há algum tempo, mas apenas agora a Honda confirmou o lançamento do modelo no mercado brasileiro. Com produção em Itirapina, no interior de São Paulo, o SUV compacto será uma das atrações da marca no Salão do Automóvel.

O evento, marcado para o fim de novembro, será realizado no Anhembi, na zona norte da capital paulista. As vendas começam no mesmo período.

Segundo o head da divisão de vendas da Honda do Brasil. Marcelo Langrafe, o novo modelo será oferecido em duas versões de acabamento. Ou seja, EX e EXL, assim como já ocorre com outros modelos da marca vendidos no País.

De acordo com o executivo, o modelo terá posicionamento entre a linha City e o HR-V. O City mais caro é o sedã Touring, com tabela de R$ 149.200. O hatch parte de R$ 148.200.

Além disso, o HR-V de entrada EX Sensing, tem preço sugerido de R$ 156.100. Portanto, é possível concluir que a tabela do novato ficará um pouco acima dos R$ 150 mil.

TREM DE FORÇA. A plataforma é a mesma do City, que emprestará também o motor 1.5 flexível. Tanto no hatch quanto no sedã compactos, o quatro-cilindros gera até 126 cv de potência e 15,8 mkgf de torque com etanol. Além disso, o câmbio será o automático, do tipo CVT, de relações continuamente variáveis.

Fora do Brasil, onde é vendido com o nome de Elevate, o WR-V tem 4,06 metros de comprimento e 2,48 m de distância entre os eixos. São medidas próximas às do também compacto Fiat Pulse, com 4.10 m e 2,53 m, respectivamente.

Futuramente, o modelo deverá trazer um novo sistema híbrido leve. Esse conjunto propulsor deverá estrear na futura versão Touring, de topo da linha. Porém, isso só deve ocorrer entre 2026 e 2027. ●

COLABOROU: JULIO CABRAL



FIAT

Agora argentina, Titano ganha motor mais forte

A Fiat decidiu transferir a produção da Titano para a Argentina. Até então, a picape média era montada no Uruguai pela Nordex. Além disso, o motor 2.2 turbodiesel com potência de 180 cv e torque de 40,8 mkgf foi substituído pelo novo 2.2 de 200 cv e 45,9 mkgf, respectivamente, que estreou no País na picape intermediária Rampage, da Ram – as duas marcas são do Grupo Stellantis. De acordo com o site Autos Segredos, outro destaque é a troca do câmbio automático de seis marchas pelo de oito. Ainda não há informações sobre os preços. ●

● **YARIS CROSS JÁ TEM FILA.** O Yaris Cross, que a Toyota vai produzir em São Paulo, ainda nem foi lançado, mas já tem fila de espera – ao menos na Argentina. Citando fontes de concessionárias da marca, o site Motor1 Argentina informa que pelo menos 100 clientes interessados no novo SUV compacto da Toyota. No Brasil, o modelo inédito deverá disputar compradores com carros como Fiat Pulse, Peugeot 2008, VW Tera e Renault Kardian, entre outros. Embora não haja informações oficiais, a expectativa é de que o modelo, que deve chegar até o fim do ano, tenha motor 1.5 a gasolina de 106 cv e versão híbrida, também com o 1.5 e outro elétrico, com 130 cv.

● **KICKS PLAY A R$ 90 MIL.** A Nissan está oferecendo condições especiais para o público PcD interessado no Kicks Play, nova nomenclatura da primeira geração do SUV compacto, que continuará em linha após o lançamento do novo modelo, cuja estreia deve ocorrer até julho. O destaque é a versão de entrada Active Plus, por R$ 89.990 – esse valor que já considera um bônus da marca e as isenções legais. A oferta é válida até o dia 3 de junho e inclui ainda taxa 0% nos planos de financiamento com entrada de 70% do valor do SUV compacto e saldo parcelado em até 18 vezes. O Kicks Play 2025 tem motor 1.6 flexível que gera até 113 cv e 15,2 kgfm com etanol. O câmbio é o automático CVT que simula seis marchas. Para a Play Sense, versão intermediária, há preço promocional de R$ 108.490 – são 10% de desconto sobre a tabela "cheia".

● **RANGER BLACK NO FORD GO.** A Ranger Black (*abaixo*), versão mais em conta da picape média no Brasil, passa a ser oferecida também por meio do Ford Go, o programa de assinatura de veículos da marca. As mensalidades partem de R$ 5.427 para o plano de 36 meses com franquia de mil km mensais. Há ainda opções de 12 e 24 meses, com até 5 mil km liberados por mês. A Ranger Black tem cabine dupla, motor 2.0 turbodiesel de 170 cv e câmbio automático de seis velocidades, além de itens como ar-condicionado e trio elétrico. Porém, não há 4x4 – a tração é somente no eixo traseiro. ●



FORD

Oficina mobilidade ESTADÃO

Apresentado por:

bradesco seguros



Informações para uma viagem segura em dias de chuva.

Confira no Portal **Oficina Mobilidade**



estadaooficinamobilidade.com.br



Bradesco Seguro **Auto**

Especialista no seu carro

Patrocínio: bradesco seguros

Criação: ESTADÃO BLUE STUDIO

Viabilização: Mobilidade ESTADÃO

Realização: ESTADÃO 150





D8 ANPTrilhos divulga dados sobre metrô e trem em 2024
Malha metroferroviária soma 1.137,5 km; demanda cresce 3,6%

Transporte público

Ônibus de SP estão mais lentos; velocidade média cai para 15 km/h

Menor valor registrado em estudo da SPTrans é no pico da tarde e no entrepico de dia. No pico da manhã, velocidade média atingiu 16 km/h e 20 km/h nos corredores

ADOBE STOCK



Números da pesquisa mostram que corredores exclusivos são, em média, 25% mais rápidos que as vias comuns para ônibus e demais veículos

LEONARDO GODIM

A velocidade média dos ônibus de São Paulo caiu por mais um ano consecutivo em 2024, chegando a 16 km/h no pico da manhã e 15 km/h no pico da tarde. É o menor valor já registrado nos Relatórios Integrados da Administração da SPTrans. O último relatório é o relativo ao ano passado.

Nos dados relativos a 2023, os ônibus da capital paulista haviam registrado velocidade média de 16 km/h nos picos da manhã e da tarde e no entrepico do dia e 24 km/h no entrepico da noite.

O relatório de 2024 mostra que a queda também ocorreu entre os corredores exclusivos, onde a velocidade média chegou a 20 km/h no pico da manhã e 19 km/h no da tarde. Nos entrepicos do dia e da noite, foram 21 km/h e 29 km/h. No ano anterior, era 21 km/h, 20 km/h, 22 km/h e 30 km/h nos mesmos horários, respectivamente. Em trechos como o Corredor Itapecerica, na zona sul, por exemplo, o valor registrado em 2024 foi de 17 km/h nos dois picos.

Os números mostram que os corredores exclusivos são, em média, 25% mais rápidos que as vias comuns para ônibus e demais veículos. No ano passado, porém, a diferença era de 31%.

Como um todo, a velocidade no entrepico durante o dia ficou inferior ao do pico da manhã e idêntica ao da tarde, em 15 km/h. O valor evidencia algo que os paulistanos conhecem bem desde o final das restrições devido à pandemia de covid-19: não há mais hora para os congestionamentos. Mas também traz algo novo, que é o aumento do trânsito no fim da tarde. O horário entrepicos à noite registrou 23 km/h de velocidade média.

SISTEMAS INTELIGENTES. Antes da pandemia, em 2018, os corredores exclusivos tinham velocidade média de 22 km/h no pico da manhã. A maioria das velocidades dos corredores continua igual. Mas, em alguns casos, como o Expresso Tiradentes e o Corredor Radial Leste, ficaram 10 km/h menores. Elas foram de 40 km/h e 29 km/h para 30 km/h e 19 km/h, respectivamente.

Uma das possíveis explicações para esse fenômeno, segundo a Coordenadora de Transporte Público do Instituto de Transporte Público & Desenvolvimento (ITDP), Aline Leite, é que a existência dos corredores não garante sua eficiência. Por isso, é preciso garantir a prioridade do transporte coletivo sobre o individual – o que tem uma dimensão política. Isso passa, diz Aline, por garantir prioridade semafórica, viabilizar aos ônibus que estão na pista exclusiva fazer conversões com mais facilidade e fiscalizar e punir usuários de veículo individual nessas faixas. Essas medidas exigem sistemas inteligentes de transporte para identificar estrangulamentos e resolvê-los. "São Paulo tem como fazer", diz Aline Leite. "Mas a gente ainda precisa avançar muito em termos de política pública que priorize o transporte coletivo e não o individual. É preciso um redesenho viário que deixe de dar preferência a mobilidade individual. E isso ainda não acontece", acrescenta. Aline ressalta que as soluções adotadas na capital paulista costumam respaldar decisões em outras cidades do País – para o bem e para o mal.

CORREDORES. Para Roberto Speicys, CEO da Scipopulis, empresa de análise de dados para mobilidade urbana que monitora essas informações em São Paulo, a velocidade de 20 km/h nos corredores não é necessariamente ruim. Na pandemia, quando o trânsito sumiu da noite para o dia, várias linhas atingiram velocidades em torno desse nível. Para ele, o mais importante é que nos corredores as velocidades são mais altas do que em vias comuns.

Com mais corredores, a velocidade média tenderia a subir, e a qualidade do serviço ficaria melhor. Speicys comenta que, durante e depois da pandemia, a velocidade dos corredores não se alterou muito – o que mostra a eficácia do sistema.

Sobre a queda da velocidade, ela pode ser produto de mudanças no itinerário das linhas – como ocorreu no Expresso Tiradentes – ou de desvirtuamento dos corredores, com carros invadindo a pista exclusiva dos coletivos. Speicys cita a região do Corredor Berrini, onde é comum ver carros onde só poderiam circular os ônibus. "Há um problema de fiscalização que favorece esse comportamento. Se um carro invade o corredor, e o risco dele tomar uma multa é muito baixo, então fazer isso se torna vantajoso. Quando você pega a Berrini e ela está toda parada, tem, lá, a calha do ônibus vazia. É vantajoso ele entrar ali", aponta Speicys.

Há soluções, concorda o CEO da Scipopulis. Enquanto elas não são aplicadas, a diminuição da velocidade do transporte público atua desestimulando esse modal em prol do individual. Como as motos, por exemplo, que ganharam corredores delimitados, atraindo pessoas que gastam muito tempo no ônibus. A diferença do tempo é, para Speicys, o maior atrativo de qualquer modal de transporte urbano. Se o ônibus for metade do tempo de um carro, por exemplo, o usuário irá migrar. "Não tem muito segredo", conclui.

Números do sistema

13.277
ônibus compõem a frota da cidade de São Paulo

1.320 linhas
de ônibus regulares circulam na capital paulista

7,3 milhões
de passageiros foram transportados, em média, por dia útil, em 2024

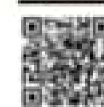
FONTE: SPTRANS

Inversão de prioridadade

Especialistas dizem ser preciso ter política pública que priorize o transporte coletivo sobre o individual

Questionada sobre os motivos da queda das velocidades, a SPTrans não respondeu. Em nota, publicada na íntegra na versão digital desta reportagem, a empresa disse quais novos corredores foram lançados pela atual gestão e os planos de novas linhas exclusivas. Leia um resumo a seguir:

"A Prefeitura de São Paulo implantou 54 km de faixas exclusivas para ônibus nesta gestão e entregou novo trecho do corredor Itaquera. Também estão em andamento os projetos dos BRTs Radial Leste e Aricanduva, dos corredores Celso Garcia e Itaquera, na zona leste, e os projetos de requalificação dos corredores de ônibus nas avenidas Imirim, Amador Bueno da Veiga, Interlagos, Celso Garcia e a Estrada de Itapecerica". ●



NA WEB
Para ler mais notícias sobre mobilidade urbana, acesse: mobilidade.estadao.com.br

Debate

Desafios das metrópoles serão discutidos no Summit Mobilidade

Evento será no Teatro Bravos, em Pinheiros, terá seis painéis e reunirá especialistas de vários setores da mobilidade urbana



REDAÇÃO MOBILIDADE

Na próxima quarta-feira (28), o **Mobilidade Estadão**, com patrocínio da Stellantis, e apoio do Blue Studio Estadão e da Rádio Eldorado, promove o Summit Mobilidade. O evento reúne os principais especialistas do setor, além de representantes do governo federal, estadual e municipal, para discutir diversos temas do amplo universo da mobilidade.

O evento será no Teatro Bravos, localizado na Rua Coropé, 88, Pinheiros. Para saber mais, veja, a seguir, um resumo dos seis painéis e confira ao lado presenças confirmadas:

● **PAINEL 1**
CARROS HÍBRIDOS, FLEX, ELETRIFICADOS E NOVAS TECNOLOGIAS.
Como a demanda por tecnologias mais sustentáveis e inovadoras tem impactado a indústria automotiva no Brasil e no mundo para atender a nova realidade do mercado. O híbrido leve é mesmo o futuro para a realidade territorial e energética do Brasil?

● **PAINEL 2**
A PERSPECTIVA DA INDÚSTRIA: O BRASIL COMO PROTAGONISTA.
Como a indústria e o poder público podem se unir pela retomada do protagonismo do Brasil na produção nacional de veículos?

● **PAINEL 3**
RETOMADA DOS INVESTIMENTOS PÚBLICOS.
Quais são as perspectivas a médio e longo prazo a partir do incremento dos investimentos públicos em infraestrutura para transporte de passageiros e na logística? Qual o papel das PPPs nesse processo? Como garantir a segurança jurídica e a sustentabilidade dos projetos?

● **PAINEL 4**
MOBILIDADE E O TRANSPORTE SOBRE TRILHOS.
A expansão das linhas de metrô e de trem em São Paulo como forma de oferecer à população um modal sustentável, rápido e seguro. Quais são os novos rumos desse modal essencial nas grandes cidades?

● **PAINEL 5**
MOBILIDADE: VIAS MODERNAS E SUSTENTÁVEIS.
Como as concessões e as PPPs podem impactar a modernização da infraestrutura de rodovias no Brasil. Os caminhos para tornar o ambiente de negócios mais previsível e seguro para os investidores?

● **PAINEL 6**
MOTOS POR APLICATIVO: POR QUE A SOCIEDADE PRECISA DISCUTIR ESSE TEMA.
O serviço é utilizado em várias cidades do País, mas em São Paulo ainda não foi regulamentado. O tema é polêmico. De um lado, as empresas afirmam que o serviço traz benefícios aos motociclistas e ao público que mora nas periferias da cidade e tem pouca opção de transporte público.

De outro, a Prefeitura, entre outras entidades, diz que sua liberação pode aumentar o número de acidentes com os motociclistas, que já são as maiores vítimas do trânsito em todo o Brasil. ●

Confira alguns nomes que confirmaram presença no Summit

Presenças confirmadas de Emanuele Cappellano, presidente da Stellantis América do Sul; Henry Joseph, diretor de sustentabilidade da Anfavea; Marcello Gallão, diretor de desenvolvimento de negócios da Scania; Jaime Juraszek Jr, CEO da concessionária Linha Universidade S. A.; Joubert Flores, presidente do conselho da ANPTrilhos; Rogelio Golfarb, conselheiro sênior de empresas e associações do setor automotivo; Federico Andrés, diretor de Implantação da Tic Trens; Renata Falzoni, presidente da subcomissão de regulamentação do mototáxi na Câmara Municipal de SP; Sergio Avelleda, coordenador do núcleo de mobilidade urbana do Insper; Paulo Guimarães, CEO do Observatório Nacional de Segurança Viária; entre outros. ●



NA WEB
Para outras informações sobre o Summit e como participar, acesse: **summitmobilidade.estadao.com.br**

PLANETA ELÉTRICO





A MAIOR PLATAFORMA DE CONTEÚDO SOBRE ELETROMOBILIDADE DO PAÍS

CANAL EXCLUSIVO REÚNE CONTEÚDO MULTIMÍDIA SOBRE OS RUMOS DA MOBILIDADE ELÉTRICA NO BRASIL E NO MUNDO, COM INICIATIVAS RELEVANTES, OPORTUNIDADES E DESAFIOS SOB A ÓTICA DA SUSTENTABILIDADE.

ACESSE E ACOMPANHE



Realização: ESTADÃO 150 · Mobilidade ESTADÃO

Criação: ESTADÃO BLUE STUDIO

Descarbonização

Estudos apontam caminhos em busca da eletrificação do transporte coletivo

ICCT BRASIL



Cidade de São Paulo tem 789 ônibus movidos a bateria

Entidades dos setores público e privado promovem debates e criam documentos e estratégias voltadas à mobilidade urbana

MÁRIO SÉRGIO VENDITTI

Não será por falta de estudos e ações que a eletrificação no transporte público deixará de acontecer nas cidades brasileiras. Alinhadas aos órgãos governamentais, entidades e associações buscam dar sua contribuição para traçar a rota da descarbonização no trânsito brasileiro.

Os constantes debates que envolvem o transporte coletivo mais limpo e eficiente suscitam novas ideias. Na Latam Mobility, evento que ocorreu nos dias 7 e 8 de maio, em São Paulo, para discutir os rumos da mobilidade sustentável na América Latina, a Parceria Zebra (*Zero Emission Bus Rapid-deployment Accelerator*), coliderada pelas organizações C40 Cities e Conselho Internacional de Transporte Limpo (ICCT Brasil), lançou o estudo "Implantação de ônibus elétricos na cidade de São Paulo".

Voltado a gestores públicos e operadores de transporte, o documento esmiúça didaticamente a experiência da capital paulista – que possui mais de 13 mil ônibus em circulação, dos quais 789 elétricos – e oferece um panorama técnico sobre os desafios e os mais recentes avanços da eletrificação.

"A indústria tem muitos desafios para a transição energética, mas existe um engajamento importante de todas as esferas do governo", afirma Marcel Martin, diretor geral do ICCT Brasil. Ele explica que as cidades brasileiras estão em estágios bem diferentes na eletrificação do transporte público. "O lado positivo é que até mesmo os problemas são vistos de maneira construtiva, porque nos dão a possibilidade de enxergar a realidade e criar estratégias para resolvê-los", diz.

Em São Paulo, um dos obstáculos é o embate entre operadoras e a concessionária Enel, sobre a morosidade no fornecimento de energia nas garagens para a recarga dos veículos. "Esse confronto está provocando a adequação do setor elétrico, que ainda não tinha levado a sério o avanço da eletromobilidade", revela Martin. "Tenho certeza de que as cidades menores não enfrentarão essa dificuldade."

NOVO PAC. O estudo da Parceria Zebra aborda temas como planejamento energético, viabilidade econômica da eletrificação, diagnóstico do sistema de transporte público, as experiências de São Paulo que podem ser seguidas por outras cidades, e até mesmo um teste de desempenho de dois ônibus elétricos ao longo de um ano.

"Cerca de 20 municípios brasileiros aderiram aos ônibus elétricos com o impulso do Novo PAC (Programa de Aceleração do Desenvolvimento)", afirma Thomas Maltese, gerente sênior da Parceria Zebra.

Ele se refere à fase atual do PAC que, em 2025, destinou recursos de R$ 8,4 bilhões para a mobilidade urbana: R$ 4,4 bilhões para a renovação da frota do transporte público e R$ 4 bilhões para obras de infraestrutura. Segundo Maltese, cerca de 2.300 ônibus elétricos de produção local deverão ser financiados pelo programa do governo federal para circular em São Paulo.

Para os dois executivos, os maiores riscos enfrentados pela eletrificação do transporte coletivo no País são os custos de aquisição dos ônibus elétricos e a infraestrutura de recarga, principalmente nos grandes centros urbanos.

Martin faz a ressalva: "Os ônibus não precisam ser desenvolvidos para rodar 250 quilômetros por dia. Essa autonomia poderia baixar para 200, ajudando a reduzir o tamanho da bateria e baratear o preço dos veículos".

Durante a Labace, a Parceria Zebra aproveitou para divulgar a plataforma E-Bus Radar, criada em 2019 para monitorar a frota de ônibus elétricos no sistema de transporte público na América Latina (*veja ao lado*), além de fazer análises do volume de emissões de CO_2 evitado pela eletrificação.

RUMO À COP-30. Outro estudo foi apresentado no seminário Brasil rumo à COP-30 e se chama "Coalizão para a descarbonização do transporte". Com 212 páginas, o relatório é uma obra que reuniu mais de 60 organizações do setor privado e da sociedade civil.

> ***"Esse confronto com a Enel está provocando a adequação do setor elétrico, que ainda não tinha levado a sério o avanço da eletromobilidade no Brasil"***
> **Marcelo Martin**
> Diretor geral do ICCT Brasil

Fique ligado

O mapa dos ônibus elétricos

O E-Bus Radar monitora as frotas de ônibus elétricos do transporte público da América Latina. Veja os números atualizados:

68 cidades mapeadas de 12 países

6.747 é o total de ônibus elétricos em circulação na América Latina

- **Tipos de veículos:** articulado a bateria (maior de 18 metros), convencionais a bateria (de 12 a 15 m), dois andares a bateria, midi a bateria (8 a 11 m) e trólebus

- **Ranking dos países com a maior frota**

Chile:	2.729 em sete cidades
Colômbia:	1.590 em três cidades
Brasil:	1.059 em 25 cidades
México:	835 em cinco cidades
Uruguai:	193 em 13 cidades

- **Ranking das fabricantes de ônibus elétricos**

BYD:	2.738 ônibus
Foton:	1.454
Yutong:	946
Eletra:	691
Mercedes-Benz:	159

- **7.200 quilotoneladas** de CO_2 evitados na região desde 2017

FONTE: PARCERIA ZEBRA

> ***"O tema meio ambiente não significa uma ameaça ao futuro, mas uma contingência do presente"***
> **Sergio Avelleda**
> Coordenador do Núcleo de Mobilidade Urbana do Insper

O documento exigiu oito meses de trabalho, com a participação de entidades como Grupo Motiva, Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), Confederação Nacional do Transporte (CNT) e Observatório Nacional de Mobilidade Sustentável do Centro de Estudos das Cidades – Laboratório Arq. Futuro do Insper.

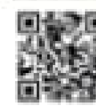
Segundo Sergio Avelleda, coordenador do Núcleo de Mobilidade Urbana do Laboratório Arq. Futuro de Cidades do Insper, o estudo é uma contribuição para a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP-30), que será realizada em Belém (PA), em novembro.

Projeto para o futuro
Quando acabar a COP-30, a coalização seguirá para atuar como uma espécie de observatório

Entregue ao presidente da COP-30, André Côrrea do Lago, o estudo discute a fundo os modais rodoviário, ferroviário, aquaviário, aeroviário e mobilidade urbana, tema que teve a participação de Avelleda. "Cada pilar elaborou alavancas da descarbonização, que podem reduzir em 70% as emissões de CO_2 no setor do transporte até 2050", afirma.

Ele destaca ser louvável a presença do setor privado na agenda da descarbonização nacional. "Uma das conclusões da parte de mobilidade urbana é a necessidade de redesenhar as grandes cidades para diminuir a quantidade de viagens mais longas, dando prioridade ao transporte público, às caminhadas e ao uso da bicicleta", salienta.

Ele garante que, mesmo depois da COP-30, a coalização seguirá em atividade, cumprindo o papel de observatório da descarbonização. "A sociedade precisa entender que o tema meio ambiente não significa uma ameaça ao futuro, mas uma contingência do presente", conclui. ●



NA WEB
Para saber mais sobre eletrificação no setor de transporte, acesse: **mobilidade.estadao.com.br/patrocinado/planeta-eletrico**

Maio Amarelo

Rodovias do País somaram mais de 73 mil sinistros de trânsito em 2024

Dados da CNT revelam que houve 6.153 mortes, média de 16 óbitos por dia; Região Sudeste lidera número de registros

DANIELA SARAGIOTTO

De acordo com o Painel CNT de Acidentes Rodoviários de 2024, o Brasil registrou 73.114 sinistros de trânsito nas estradas no ano. O número equivale ao total de 6.153 vidas perdidas, média de 16 mortes por dia. O dado, obtido pela Confederação Nacional dos Transportes (CNT), com base nos registros da Polícia Rodoviária Federal (PRF), aponta que em 20% do total de sinistros há envolvimento de caminhões. Estima-se que a perda econômica decorrente desses incidentes seja superior a R$ 16 bilhões.

INSEGURANÇA NAS ESTRADAS. Para entender melhor o impacto da insegurança nas estradas, a Nstech, líder em software para supply chain na América Latina, fez um estudo, divulgado por ocasião do Maio Amarelo, movimento internacional de conscientização para redução de acidentes de trânsito. O levantamento reúne informações operacionais das principais gerenciadoras de risco do País – BRK, Buonny e Opentech – analisando causas, tipos e padrões de sinistros, além das rotas, horários e perfis de carga mais afetados.

A Região Sudeste lidera as incidências, representando 53% do total. De acordo com o levantamento Nstech, as operações com fracionados e alimentos foram as mais visadas em 2024. Juntas, somaram 631 acidentes contra 125 ocorrências envolvendo outros tipos de carga.

O Estado de São Paulo encabeça as ocorrências, com (388), seguido por Minas Gerais (208), Rio de Janeiro (142) e Paraná (137). Os quatro Estados apresentaram aumento no registro de ocorrências em comparação ao ano anterior, com destaque para o crescimento de 41% em São Paulo, 17% em Minas Gerais e 84% no Rio de Janeiro.

Veículos de cargas fracionadas e alimentícias sofreram o maior número de acidentes desde 2023. Em 2024, o número representou cinco vezes mais ocorrências do que transportes de outros perfis de conteúdo (631 x 135). As colisões lideraram o ranking, totalizando 490 sinistros, aumento de 50,31% na comparação com 2023. O crescimento de 58,12% em saídas de pista chama a atenção, visto que, em 2024, foram 117 casos contra 74 ocorridos em 2023.

Estradas perigosas

219 casos
ocorreram em trechos das rodovias que passam por cidades

388 sinistros
foram registrados no Estado de São Paulo

R$ 16 bilhões
é a perda estimada devido a esses acidentes

FONTE: CNT/2024

"Prevenir acidentes vai além de uma preocupação com prazos e ativos: trata-se de preservar vidas e promover a sustentabilidade"
Thiago Azevedo
Diretor executivo do Onisys, produto da nstech

BR-116 NO TOPO. De acordo com Thiago Azevedo, diretor executivo do Onisys, produto de prevenção de acidentes da Nstech, é preciso reverter esse quadro dramático. "Prevenir acidentes vai além de uma preocupação com prazos ou ativos: trata-se de preservar vidas e promover a sustentabilidade no setor. Por isso, deve ser encarado como estratégia fundamental, e não como um custo adicional", reforça.

Trechos urbanos concentraram o maior número de acidentes em 2024, com 219 sinistros, sendo 45 deles registrados às terças-feiras. As ocorrências nos trechos urbanos foram mais comuns em operações com cargas alimentícias: 113 registros. Entre as rodovias, foram contabilizados 208 acidentes na BR-116 e 106 sinistros na BR-101, considerando operações monitoradas pela nstech.

Manhãs perigosas
Foram registrados 178 tombamentos, 189 colisões e 34 saídas de pista nas primeiras horas do dia

Quanto ao período dos acidentes, assim como em 2023, as manhãs concentraram as ocorrências: foram 34 saídas de pista, 189 colisões e 178 tombamentos neste período do dia. O estudo apontou crescimento de 51,1% nos acidentes ocorridos durante a noite. ●



NA WEB
Para ler mais notícias sobre mobilidade urbana, acesse: **mobilidade.estadao.com.br**

MAIO AMARELO
|2025|

MOBILIDADE HUMANA: A VALORIZAÇÃO DA VIDA NO TRÂNSITO

ESPECIAL MULTIPLATAFORMA TRAZ CONTEÚDO SOBRE A IMPORTÂNCIA DO PAPEL DE CADA UM NA CONSTRUÇÃO DE UM TRÂNSITO SEGURO.

ACESSE O HUB E ACOMPANHE



Getty Images

DESACELERE. SEU BEM MAIOR É A VIDA.



Realização: ESTADÃO 150 Mobilidade ESTADÃO

Criação: ESTADÃO BLUE STUDIO

Apoio: ELDORADO FM 107,3

Patrocínio: Uber

ADOBE STOCK



Sistema atingiu média de 8,61 milhões de pessoas transportadas por dia em 2024; 420 mil passageiros a mais em relação ao ano anterior

Transporte metroferroviário

Sistema sobre trilhos transportou 2,57 bilhões de usuários em 2024

Balanço de 2024 da ANPTrilhos mostra que demanda cresceu 3,6% em relação a 2023; malha de metrô e trem soma 1.137,5 km

ISABEL LIMA

O setor metroferroviário brasileiro vem em uma crescente nos últimos anos, com novos investimentos e projetos. Esse impulso está exposto no recém-divulgado Balanço Metroferroviário da Associação Nacional dos Transportadores de Passageiros sobre Trilhos (ANPTrilhos), que revelou o aumento do número de passageiros e uma economia de R$ 11,7 bilhões com transporte no Brasil.

De acordo com o documento, os sistemas urbanos de transporte de passageiros sobre trilhos transportaram 2,57 bilhões de pessoas ao longo do ano, crescimento de 3,6% em relação a 2023. Se, por um lado, as pessoas utilizaram mais trens, metrôs e VLTs (Veículo Leves sobre Trilhos), a redução da circulação de veículos individuais e ônibus permitiu uma economia de aproximadamente R$ 12 bilhões. Somado a isso, o documento sugere que houve queda nos gastos com manutenção de vias.

Em torno de 2,4 milhões de toneladas de poluentes não foram emitidos. Esse dado vai ao encontro do estudo 'Situação Global do Transporte e Mudança Climática Global', publicado durante a COP-24, em 2018. Neste relatório, consta que os trens, principalmente os cargueiros a diesel, são os menos poluentes entre os modais. O transporte sobre trilhos seria responsável por apenas 3% das emissões de CO_2, enquanto os carros de passeio seriam responsáveis por 45%.

O balanço também levantou que o uso de transporte metroferroviário para passageiros reduziu o consumo de 1,2 bilhão de litros de combustíveis fósseis. Já no quesito bem-estar, os modais que funcionam sobre trilhos permitiram uma economia de 1,5 bilhão de horas no transporte diário.

TAMANHO DO SETOR. O ano de 2024 foi marcado por avanços importantes, como a operação da Linha 4-Laranja do VLT do Rio de Janeiro e a expansão do Metrô de Teresina. Até dezembro de 2024, a malha metroferroviária brasileira somava 1.137,5 km. O estudo ressalta a concessão do Trem Intercidades (TIC) São Paulo-Campinas e os avanços nos sistemas metroferroviários de São Paulo e Belo Horizonte como pontos positivos do ano.

Menos emissões
Transporte sobre trilhos evitou que 2,4 milhões de toneladas de poluentes fossem emitidas em 2024

Ao longo do ano, o setor inaugurou três estações de embarque e desembarque de passageiros: a Estação Várzea Nova (Trens Urbanos de João Pessoa), a Estação Colorado (Metrô de Teresina) e o Terminal Gentileza, que, além de atender o VLT Carioca, integra outros dois modos de transporte. Por outro lado, houve desativação da Estação Mutange, do Trens Urbanos de Maceió.

No total, o Brasil conta com 21 sistemas de transporte urbano de passageiros sobre trilhos, em 12 unidades federativas e 15 regiões metropolitanas. São 73 municípios atendidos, com cerca de 8,1 milhão de passageiros por dia, que utilizam 49 linhas de metrô, trens urbanos, VLT, Monotrilho e AMP (*Automated People Mover*).

TAMANHO DAS LINHAS. Em 2024, a Linha 4-Laranja, do VLT do Rio de Janeiro, acrescentou 400 metros de trilhos. Somado à expansão do metrô de Teresina, com mais 2,5 km, a malha ferroviária para passageiros fechou o ano com mais 2,9 km. A revisão dos dados de outros sistemas mexeu na somatória dos quilômetros de trilhos brasileiros.

Em Brasília, o metrô saiu dos 39,10 km para 42,38 km. Já o metrô de Teresina foi de 13,6 para 13,5 km. A maior redução foi percebida no VLT do Rio Janeiro: de 13,1 km para 11,1 km. Portanto, dos 1.137,5 km de malha metroferroviária brasileira, os metrôs têm 310,8 km distribuídos em 16 linhas e os trens urbanos somam 536 km em 15 linhas.

O volume de passageiros do transporte metroferroviário atingiu uma média diária de 8,61 milhões de pessoas em 2024 – o que representa alta de 420 mil passageiros por dia. Em torno de 73,4% das pessoas usam o transporte para ir trabalhar. Do total de usuários, 55,2% têm entre 20 e 39 anos e 51,2% são do gênero feminino. Apesar do aumento no número de passageiros, alguns Estados apresentam quedas significativas.

"O balanço mostra que o transporte sobre trilhos vem avançando, mas ainda aquém do que o País precisa para garantir uma mobilidade urbana moderna e inclusiva"
Ana Patrizia Lira
Diretora executiva da ANPTrilhos

Modais sobre trilhos

310,8 km
é a soma da extensão das 16 linhas de metrô do País

536 km
é o total das 15 linhas de trens urbanos que operam em várias cidades do Brasil

FONTE: ANPTRILHOS

No Rio Grande do Sul, o reflexo das enchentes levou à redução de 34% no volume, seguido da Paraíba, com 20% de diminuição. Em Pernambuco, a queda saiu de 10,8% para 6,9%, entre 2023 e 2024, redução associada principalmente a problemas operacionais, como cancelamento e atrasos.

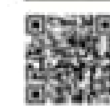
Já no Rio de Janeiro, a diminuição foi menor, de 3,5% para 1,2%, causado pelo aumento da tarifa e a força do subsídio municipal no sistema de ônibus. O Distrito Federal apresentou oscilação negativa de 0,9%. No Piauí a recuperação foi expressiva, com reversão do cenário anterior, de -20% para +30%. ●

Segmento aguarda Plano Nacional Ferroviário

Apesar dos números positivos de 2024, todo o setor acredita que ainda há muito para avançar no transporte sobre trilhos. É consenso que o investimento público é essencial nesse sentido. Entretanto, a capacidade de investimentos municipais, estaduais e federais é reduzida em relação à demanda. Por isso, as parcerias público-privadas têm sido apontadas como alternativas viáveis para buscar a transição energética e solução dos problemas de mobilidade urbana.

Está previsto para este ano o lançamento do Plano Nacional Ferroviário, com investimentos em todas as regiões do País, mas ainda sujeito a ajustes antes da publicação oficial. O que se espera é que extrapole R$ 100 bilhões. Diante disso, a ideia é que o governo federal fique responsável de 20% a 30% do aporte financeiro e é esperado que haja autorizações para concessões e incentivos ao setor privado.

Em janeiro deste ano, o ministro dos Transportes, Renan Filho, anunciou que publicaria o Plano Nacional Ferroviário até fevereiro. Entretanto, o texto atualmente ainda passa por revisões. ●



NA WEB
Para ler mais notícias sobre mobilidade urbana, acesse: **mobilidade.estadao.com.br**